MC
MercadoComum
30 ANOS
mercadocomum.com

MercadoComum®

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 324 | SETEMBRO DE 2023

Arrecadação Fiscal: Minas Gerais teve a 2ª maior queda do país no 1º semestre de 2023
Pág 80

O futuro da economia global: previsões dos especialistas para o dólar e as moedas globais em 2023
Pág 90

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS BRASILEIROS - 2023

Minas sobe duas posições e passa a ocupar o 6º lugar

São Paulo segue como estado mais competitivo do país; Maranhão apresentou o maior avanço, enquanto Acre, Amapá e Bahia caíram para as últimas posições
Pág. 86

Nossa vida é feita de escolhas e propósitos.

Para nós, da **Portogallo Family Office**, vai muito além de gerir o patrimônio dos nossos clientes.
A sua tranquilidade e o seu bem-estar são dois fatores de extrema importância para nós. Por isso, trabalhamos diariamente com um objetivo maior: **cuidar de você.**

Legado é fruto de realizações construídas ao longo da vida.
Aproveite o hoje, **que nós cuidamos do seu amanhã.**

Não administramos fortunas. Administramos futuros.

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6870
www.portogallofamilyoffice.com.br

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

CVM
Comissão de Valores Mobiliários

MC MercadoComum 30 anos
MercadoComum®
Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
SETEMBRO DE 2023
30 ANOS - EDIÇÃO 324

Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número: 817452753 de 02.08.1993

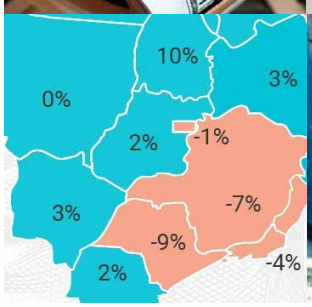
Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4
A Economia com Todas as Letras e Números

40
Mundo Empresarial



80
Debate Econômico: Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros - 2023

86
Especial

158
Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

142
GAstronomia

168
Lançamentos

China está com dificuldades ou enfrenta uma tempestade perfeita?

Os últimos indicadores mostram que a China pode enfrentar dificuldades para alcançar a meta de crescimento neste ano e está sofrendo uma desaceleração de sua economia. Segundo Leonardo Trevisan, professor de Relações Internacionais da ESPM e especialista em economia global, o início do terceiro trimestre chinês sinaliza que para o ano o crescimento ficará em torno de 3% ou no máximo 3,2%, muito baixo para o contexto do país. "O baixo investimento, a expectativa econômica indicando para baixo, além de uma demanda internacional menor e com as exportações até julho caindo 14,5%, provocam uma queda muito forte pelos produtos chineses no mundo".

Há um quadro de mudança na estrutura da produção chinesa nos últimos anos. A China faz sucessivos acenos de que pretende mudar sua economia baseada em infraestrutura, na construção civil e na siderúrgica para a expansão da ação do estado. "Hoje o congresso chinês busca digitalizar setores e serviços acompanhando as mudanças ocorridas nos Estados Unidos. A China imaginava que a demanda no mundo absorvesse os produtos industrializados chineses e, enquanto no âmbito interno, ela faria uma mutação para economia digitalizada. Isso não aconteceu nos últimos dois anos e levou o Partido Comunista a enfrentar o poder das grandes Big techs locais, "cortando asas das empresas" para não ameaçarem a hegemonia do partido", destaca Trevisan.

O especialista lembra que o país enfrentou pela primeira vez em 40 anos, uma deflação de 0,3%, e que os preços não só param de subir, mas começaram a cair. "Qualquer economista sabe que a pior doença para uma economia é a deflação, quando os preços param de subir porque ela incide diretamente. A China começa a fazer um forte apelo por consumo, pois sua economia é baseada em um tripé que envolve exportações, importações e consumo interno. É preciso olhar para a China e perceber avanços, pois tem um processo contínuo de urbanização, novos setores industriais, como por exemplo carro elétrico. A China é de longe a maior produtora de carro elétrico do mundo, vende tecnologia nesse setor, tem um processo de economia verde como nenhum outro país do mundo, se preocupa com a descarbonização e, principalmente, produz células fotovoltaicas de energia solar e distribui pelo mundo".

Com esse quadro é difícil dizer que o país terá uma queda violenta em sua economia. Trevisan ressalta que os chineses farão acertos e haverá troca do seu modelo econômico. "Essa troca vai impulsionar o consumo chinês, pois são 1.4 milhões de consumidores. O quadro não é dos piores. Mas, será que a China está enfrentando uma tempestade perfeita?", conclui.

PIB da China deve crescer 5,5% em 2023

O Produto Interno Bruto (PIB) da China deve crescer 5,5% em 2023 e 5,2% em 2024. Para que isso ocorra, a contribuição do consumo na recuperação econômica é essencial, e continua se expandindo. Essa é a avaliação da KPMG, conduzida a partir de dados de mercado. A consultoria também destaca que os gastos finais do consumidor no segundo trimestre de 2023 impulsionaram o crescimento econômico chinês em 5,3%, respondendo por 84,5% dessa alta. Já a produção industrial de itens de valor agregado da China cresceu 3,8% no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano anterior, e 0,8% no segundo trimestre na comparação com os três primeiros meses deste ano.

"O PIB da China cresceu 5,5% no primeiro semestre de 2023 em relação ao ano anterior, atingindo uma recuperação econômica relevante e estável. No segundo trimestre de 2023, a economia cresceu 6,3%, ante 4,5% do primeiro trimestre. Com a suspensão das restrições de locomoção interna, e das operações das cadeias das indústrias oriundas das quarentenas, as vendas no varejo tiveram uma importante recuperação neste ano até agora, e a contribuição do consumo para o crescimento econômico continua se expandindo. O sentimento do consumidor melhorou e a parcela de domicílios indicando maior poupança caiu ligeiramente, mas continua alta", afirma Daniel Lau, sócio-líder do Desk China da KPMG no Brasil e na América do Sul.

Outro dado interessante, segundo a KPMG, está no novo eixo de crescimento robusto da indústria e nas exportações de produtos manufaturados avançados com os "Novos Três": Novos Veículos de Energia (NEVs), painéis solares, e bateria de lítio. São produtos que se tornaram valiosos para as exportações da China. A exportação deles cresceu 50% no primeiro semestre de 2023, elevando a taxa de crescimento das exportações em 1,5%, e se tornando o principal motor chinês de exportações.

De um modo macro, a participação da manufatura avançada no mix das exportações chinesas continua crescendo rapidamente, decorrente de investimentos maciços nesses setores, aliados com alta tecnologia e soluções integradas em hardware e software. O investimento em ativos fixos da China cresceu 3,8% nos primeiros seis meses. Ao mesmo tempo, investimentos em manufatura e infraestrutura mantiveram crescimento de 6% e 10,7% no primeiro semestre de 2023, respectivamente.

"Olhando para o futuro, a fabricação de produtos de ponta e a atualização de equipamentos provavelmente continuarão tendo um crescimento robusto. Este fato é corroborado por índices de investimentos na indústria de alta tecnologia, que cresceu 12,5% no primeiro semestre de 2023, e de investimentos em manufatura e serviços de alta tecnologia, que cresceram 11,8% e 13,9%, respectivamente", complementa Daniel Lau.

Políticas acomodatícias para a transição verde, particularmente para veículos eletrificados, também estão sendo ativamente implementadas globalmente. De acordo com a KPMG, a recuperação da economia chinesa está em andamento e varia de acordo com cada setor. Melhorar a confiança das famílias e das empresas ainda é a chave para destravar um crescimento econômico mais rápido. O governo emitiu diretrizes para aumentar a confiança no setor privado e uma nova rodada de medidas de flexibilização imobiliária para reativar o crescimento.

Perspectiva de melhora da economia global deve agitar transações de fusões e aquisições e o mercado de capitais no segundo semestre

A retomada das operações de M&A e IPO após agosto

As expectativas de melhora da economia global no segundo semestre do ano, com sinais de fim do ciclo de aumento das taxas de juros e queda da inflação, voltaram a aquecer o mercado de capitais nos Estados Unidos. Os investidores estão retomando as transações corporativas e os processos de oferta pública inicial (IPO) no mercado de ações dos EUA.

"Apesar do cenário econômico ainda incerto, vemos o mercado de capitais retornando lentamente, com a realização de IPOs e novas transações de fusões e aquisições. A perspectiva é de um segundo semestre mais ativo em termos de volume de transações nos mercados globais", diz Carlos Lobo, sócio do escritório de advocacia norte-americano Hughes, Hubbard & Reed LLP.

De acordo com o especialista, o temor de uma possível recessão econômica nos Estados Unidos é bem menor em relação ao início do ano. "O fato de termos ofertas de ações bem-sucedidas influencia o mercado de fusões e aquisições, com melhor avaliação das empresas e balanços positivos apontando para o aumento dos lucros", diz.

"Certamente, o setor de tecnologia continua a liderar em número de operações. Vemos empresas farmacêuticas buscando comprar outras empresas para adicionar novos produtos ao seu portfólio. Os negócios relacionados à transição energética e à energia renovável também estão em alta e no radar dos investidores", comenta o advogado.

CRESCE O INTERESSE PELA AMÉRICA LATINA

De acordo com Lobo, o interesse dos investidores no ambiente de negócios da América Latina cresceu recentemente. "A questão geopolítica, a necessidade de ter uma cadeia de suprimentos mais próxima, um fenômeno também conhecido como nearshoring, a estabilidade política e a percepção de crescimento econômico estão mudando a visão dos investidores sobre a América Latina, especialmente para países como Brasil, Colômbia e México".

"Temos visto investidores americanos criando fundos com foco na América Latina. Apesar dos desafios estruturais, a região se apresenta como um ambiente amigável, o que ajuda a atrair recursos", conclui.

Hughes Hubbard & Reed LLP é um escritório de advocacia internacional com sede em Nova York (EUA. Conhecido por uma cultura colaborativa, bem como pela diversidade e realizações pró-bono, Hughes Hubbard tem uma história distinta que remonta há mais de um século.

BID e BNDES planejam investir R$ 4,5 bilhões em pequenos negócios na Amazônia

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como parte do programa regional Amazônia Sempre, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no contexto de seu apoio contínuo à Amazônia e a atividades econômicas alternativas sustentáveis do ponto de vista climático, assinaram hoje uma carta de intenções para avançar com o PRO-AMAZÔNIA, programa que ampliará o financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e pequenos empreendedores na Amazônia Legal brasileira.

Empresas e pequenos empreendedores de múltiplos setores serão beneficiados com financiamento para modernização, expansão, aquisição de bens e equipamentos e inovação. O financiamento incluirá incentivos à adoção de práticas sustentáveis, contribuindo para a criação de empregos e construção de uma economia equilibrada e ambientalmente responsável na região.

A região amazônica tem um papel fundamental na preservação da biodiversidade e na regulação global do clima, o que torna o programa uma oportunidade única para a criação de negócios que conciliem o desenvolvimento econômico com a busca por alternativas sustentáveis.

O fomento às MPMEs na Amazônia ajuda a ampliar o uso de novas tecnologias sustentáveis, potencializando o surgimento de cadeias de valor inovadoras e contribuindo para um maior dinamismo econômico regional.

As MPMEs representam 99% do número de empresas no Brasil e são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) e 46% dos empregos, principalmente no setor de serviços. No entanto, esse segmento de negócios costuma enfrentar maiores restrições de crédito em comparação com grandes empresas, e os desafios são ainda maiores na região amazônica, onde o acesso à infraestrutura de logística, saneamento, educação, saúde e segurança é mais difícil do que em outras regiões do Brasil.

O programa visa preencher a lacuna de financiamento e contribuir para um novo modelo de desenvolvimento sustentável por meio dos pequenos negócios. Anunciado na Cúpula da Amazônia, o compromisso inclui um empréstimo de R$ 4,5 bilhões - US$ 750 milhões do BID, com US$ 150 milhões do BNDES, que vai implementar o programa através de agentes financeiros credenciados. Os empréstimos individuais devem cumprir com as políticas de salvaguardas ambientais e sociais do BID e do BNDES.

O Programa PRO-AMAZÔNIA, com início previsto para 2024, visa fomentar o desenvolvimento sustentável da região amazônica, com foco na redução das desigualdades regionais por meio do apoio aos pequenos negócios e empreendedores.

"A parceria entre o BNDES e o BID tem um papel importante neste Programa, que foi desenvolvido por instituições que colaboram há muitos anos na busca de oferecer opções de financiamento para a melhoria dos negócios e para o desenvolvimento sustentável. O PRO-AMAZÔNIA almeja gerar impactos positivos tanto no meio ambiente quanto nas comunidades locais, promovendo sinergia e um futuro próspero para os negócios da região", disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

"Nós vemos esse programa como um elemento-chave em nossos esforços para ajudar a preservar a Amazônia, que incluem incentivos para a adoção de atividades econômicas alternativas e sustentáveis. Nosso programa Amazônia Sempre é um esforço holístico que busca aumentar o financiamento por meio de novos instrumentos financeiros, fortalecer o planejamento e a execução de projetos e criar redes para compartilhar conhecimento e inovações baseadas em evidência", disse o presidente do BID, Ilan Goldfajn. "O BNDES, com sua expertise e capilaridade, é o parceiro ideal para este programa."

A Amazônia Legal é uma delimitação geográfica composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Tem uma área aproximada de 5,1 milhões de km^2 e abriga 67% das florestas tropicais do mundo.

Amazônia Sempre

Amazônia Sempre é um programa guarda-chuva e holístico que visa proteger a biodiversidade e acelerar o desenvolvimento sustentável a partir de três frentes de ação: ampliando o financiamento, impulsionando a troca de conhecimento, e facilitando a coordenação regional entre os oito países amazônicos.

O programa é baseado em cinco pilares: combate ao desmatamento e fortalecimento do controle e segurança ambientais no contexto dos governos nacionais; a bioeconomia, impulsionando atividades econômicas alternativas e sustentáveis; pessoas, visando o acesso adequado a educação, saúde e emprego de qualidade; cidades e infraestrutura sustentáveis e conectividade; e agricultura, pecuária e silvicultura sustentáveis e de baixo carbono. Além disso, tem como foco promover a inclusão de mulheres, povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais; conservação do clima e da floresta; e fortalecer as capacidades institucionais e o estado de direito.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento tem como missão melhorar vidas. Estabelecido em 1959, o BID é uma das principais fontes de financiamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe. O BID também realiza projetos de pesquisa de vanguarda e oferece assessoria sobre políticas, assistência técnica e capacitação a clientes do setor público e privado em toda a região.

DREX: Banco Central define nome de moeda digital e perde a chance de simplificar a aceitação pela população

Marcos Bedendo
Professor de branding da ESPM-SP e sócio consultor da Brandwagon, empresa especializada em desenvolver conceitos de marca que trazem valor

O anúncio do Banco Central (BC) da versão brasileira de uma "Central Bank Digital Currency" ou CBDC, as versões digitais de moedas, que vem sendo desenvolvidas em muitos países do mundo para facilitar as transações, permitindo inclusive o envio direto de moeda do governo para os cidadãos, vem levantando dúvidas. Hoje qualquer transação tem que ser intermediada por um banco, e no Brasil, quando o governo pretende enviar dinheiro aos cidadãos, como no auxilio emergencial, costuma usar a Caixa Econômica Federal.

A ideia é simples: um Real digital que é totalmente conversível em um Real físico, mas ele não é necessariamente algo simples de ser entendido pela população. Ele é uma moeda virtual, ou seja, é diferente dos Reais emitidos pela Casa da Moeda. Ele é baseado em blockchain (uma rede de negócios segura, na qual os participantes transferem itens de valor 'ativos'), mas não é uma criptomoeda, pois não tem flutuação de valor – um Real virtual sempre terá o mesmo valor de um Real em papel moeda. E ele se chama Drex.

Assim como o PIX - a transação eletrônica que facilitou a troca de dinheiro sem a necessidade de papel - o DREX é uma iniciativa moderna e importante do Banco Central. Mas ele precisa, assim como o PIX, ser bem aceito pela população. E é aí que o nome pode complicar essa aceitação.

O PIX precisava ter um nome distinto, até para que as pessoas soubessem que era uma transação diferente das outras – como o DOC e o TED – e nesse caso, o uso de três letrinhas de uma forma simples de falar foi certeira. O PIX indicava uma paridade com os nomes já utilizados pelos bancos, ao mesmo tempo que mostrava ser diferente. A clareza da ideia, somada ao fato de o serviço ser gratuito, caiu como uma luva para qualquer tipo de transação, de pequenos à grandes volumes. Taxi, Uber, a conta da padaria e até os vendedores ambulantes de semáforo passaram a usar o sistema. Bom para a população, porque facilitou as trocas sem ter que pagar taxas ou tarifas.

Se tudo der certo, a moeda virtual deve seguir no mesmo caminho. Mas perdeu uma grande chance de facilitar o acesso e o entendimento da população ao deixar de chamar o produto simplesmente de "Real Digital". Porque todo mundo no Brasil recebe e paga em Reais. Essa é a nossa moeda, que não muda – felizmente – desde 1994.

Ao tentar fazer algo inovador, optou-se pela criatividade do difícil. Drex é uma espécie de abreviação dos termos "real digital", "eletrônico" e "transação" representado pelo X (de exchange, que ninguém fora da área financeira entende). Elon Musk parece que aprovou o nome!

Segundo Fabio Araújo, coordenador do Drex no Banco Central, "o time de marketing do BC criou o nome e juntou vários elementos de inovação. Com isso, damos um passo a mais na família do PIX, que a gente criou e já faz tanto sucesso". O time de marketing do BC deveria ter se preocupado menos com a inovação e mais com a população.

Haverá dúvidas e demandas por explicações, dificultando a aceitação da moeda por parte da população. Mas, você vai fazer PIX, DREX ou vai de Real? Podemos começar a imaginar as dúvidas na cabeça do ambulante, do feirante, do lojista, além de confundir o consumidor que quer fazer um pagamento".

Mas então, qual seria o ideal? Em "naming" – que é a estratégia de criar bons nomes para produtos e serviços – a escolha deve ser sempre pelo mais simples, o mais fácil, o mais rápido e o melhor. Então era só chamar de Real Digital e daria até para a gente usar o símbolo RD$. Fica fácil, simples e muito efetivo. Nome é para comunicar. Não é para inovar. E isso não vale só para o BC... Vale para qualquer um que queira ter uma aceitação rápida de produtos ou serviços no mercado.

Moeda digital poderá otimizar transações no varejo e reduzir burocracias

Drex demandará estímulo à educação digital, mas tem potencial para aumentar a produtividade e diminuir trâmites nas operações

O Drex, moeda digital brasileira lançada pelo Banco Central (Bacen), tem potencial de trazer agilidade e eficácia às transações no varejo, aumentando a produtividade dos negócios e, consequentemente, o lucro a longo prazo. A avaliação é da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Para a Entidade, os empreendedores terão novas possibilidades com a chegada da inovação, que promete simplificar transações por meio da tokenização, reduzindo barreiras burocráticas.

Graças aos smart contracts — contratos digitais executados automaticamente por meio de um software —, processos serão automatizados e otimizados, ao acelerar negociações e diminuir a necessidade de intermediários. Os objetivos da moeda, segundo o Bacen, são minimizar os custos de transação, potencializar a eficiência de pagamentos e catalisar inovações financeiras. "Enquanto o PIX é uma ferramenta para realizar transferências de dinheiro em tempo real, o Drex é o próprio dinheiro em formato digital. A infraestrutura blockchain dele abre portas para inovações contínuas, garantindo a transação de informações de maneira ágil, transparente e segura, com redução de custos", pontua a assessora técnica do Conselho de Economia Digital e Inovação da FecomercioSP, Kelly Carvalho. Ela ainda reforça que "o Drex é uma extensão do dinheiro físico, desenhada para modernizar e, diversificar as opções financeiras, otimizando a maneira como conduzimos as transações diárias, mas não será o fim do papel-moeda".

Com a chegada da moeda digital, o comércio passa a ter uma importante vantagem: a capacidade de recebimento de valores, quase imediata, após uma transação. Isso otimizará o fluxo de caixa e vai tornar a moeda digital ainda mais atrativa para as empresas. No caso das pequenas e médias, o uso do Drex evidenciará alguns desafios práticos. Na avaliação da FecomercioSP, será crucial que elas mantenham um diálogo proativo com o Bacen, identificando como a nova moeda pode otimizar as atividades. A digitalização implica também uma avaliação refinada ao escolher parceiros e modelos de negócio. Nesse cenário, manter-se atualizado será fundamental para a permanência e a competitividade em um mercado em constante evolução.

SEGURANÇA E RECEPTIVIDADE

Embora a moeda tenha potencial para maior rastreabilidade em transações, ajudando na mitigação de atividades ilícitas, como com qualquer inovação, haverá desafios quanto à segurança de dados. Por essa razão, a implementação de métodos de identificação robustos — além da consciência do funcionamento e de estratégias para manter a privacidade nas transações — é ponto essencial para garantir a proteção dos dados dos usuários e das empresas.

Atualmente, os esforços para a implementação do Drex estão em etapa de experimentação, que se deu início em março. As simulações estão programadas para setembro de 2023. O lançamento oficial da moeda é previsto para o fim de 2024 ou começo de 2025. O Drex funcionará, primordialmente, como moeda de atacado, circulando apenas entre as instituições financeiras. Embora os clientes realizem operações com essa moeda, não terá acesso direto a ela. A atuação se dará apenas por intermédio de carteiras digitais disponíveis nos apps dos bancos. Ainda não há uma definição clara dos serviços que serão executados via Drex. No entanto, os ativos a serem testados no projeto-piloto são os seguintes: depósitos de contas de reservas bancárias; depósitos de contas de liquidação; depósitos de conta única do Tesouro Nacional; depósitos bancários à vista; contas de pagamento de instituições; e títulos públicos federais.

Além disso, para que a operação se torne factível, será imprescindível uma integração tecnológica que englobe bancos comerciais, o Bacen (para a emissão do real digital) e autoridades como Detrans e cartórios de notas e de registros de imóveis. Esse movimento também deve abarcar marketplaces, que atuarão como intermediadores, garantindo a verificação do processo e assegurando a identidade das partes, das transações e dos ativos negociados. Outras questões a serem consideradas são a inclusão digital e a aceitabilidade da moeda. Será preciso garantir que todos, independentemente da localização ou do status socioeconômico, tenham acesso à moeda digital. Os beneficiários precisarão aprender como usar a nova plataforma, realizar transações, verificar saldos e entender as taxas associadas. Nesse sentido, o Bacen desempenhará papel importante ao explicar o modelo à população.

As transações realizadas via blockchain são reconhecidas por sua elevada segurança. No entanto, isso não significa que estejam imunes a ameaças. O principal risco não reside na tecnologia em si, mas nos fatores externos a ela, deixando os usuários vulneráveis a roubos de dados, fraudes e outros tipos de crimes que envolvam a segurança das informações.

Por fim, será preciso fortalecer a aceitação da moeda em uma vasta gama de estabelecimentos, promovendo sua universalidade, especialmente em lojas menores ou mais tradicionais, que podem não estar preparadas para lidar com pagamentos digitais ou desconhecem o seu uso. O Drex implicará, ainda, certos custos operacionais ainda não divulgados pelo Bacen.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza- se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

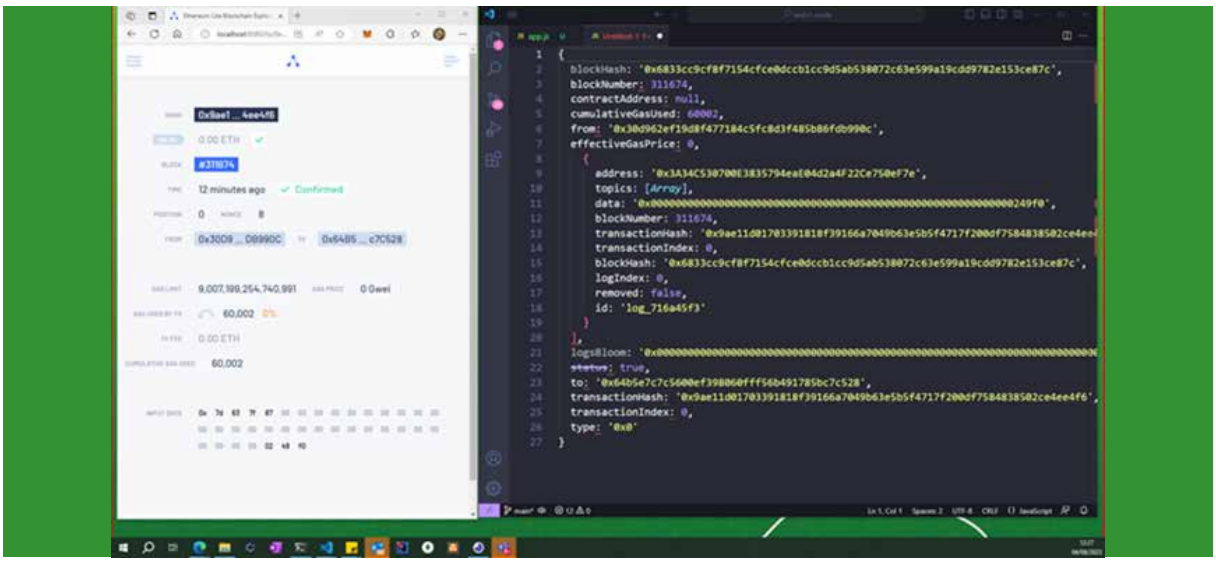
Cooperativas financeiras registram as primeiras emissões do Real Digital

Consórcio formado por Sicoob, Sicredi, Ailos, Cresol e Unicred emitiram tokens do Real Digital no piloto do Banco Central, cujo nome da moeda é Drex

O consórcio formado por cooperativas financeiras para testar o Real Digital (RD), versão tokenizada da moeda digital brasileira chamada Drex, nome confirmado pelo Banco Central (BC), emitiu os primeiros tokens de Real Digital na última sexta-feira, 4. Sicoob, Sicredi, Ailos, Cresol e Unicred, pertencentes ao grupo, simularam a conversão de saldo da reserva bancária de uma instituição financeira para a sua carteira de Real Digital.

O piloto vem avançando muito bem. "Já temos uma rede com determinados participantes, alguns contratos inteligentes já foram desenvolvidos e disponibilizados pelo Banco Central nesta rede. Conseguimos, agora, realizar com sucesso essa transação de emissão do Real Digital.", diz, em nota, o grupo.

A coalizão de cooperativas financeiras está mobilizada para contribuir com os testes do piloto da versão tokenizada, ajudando a construir o



Detalhes do bloco da transação efetivada e o retorno da execução do contrato de emissão de Real Digital

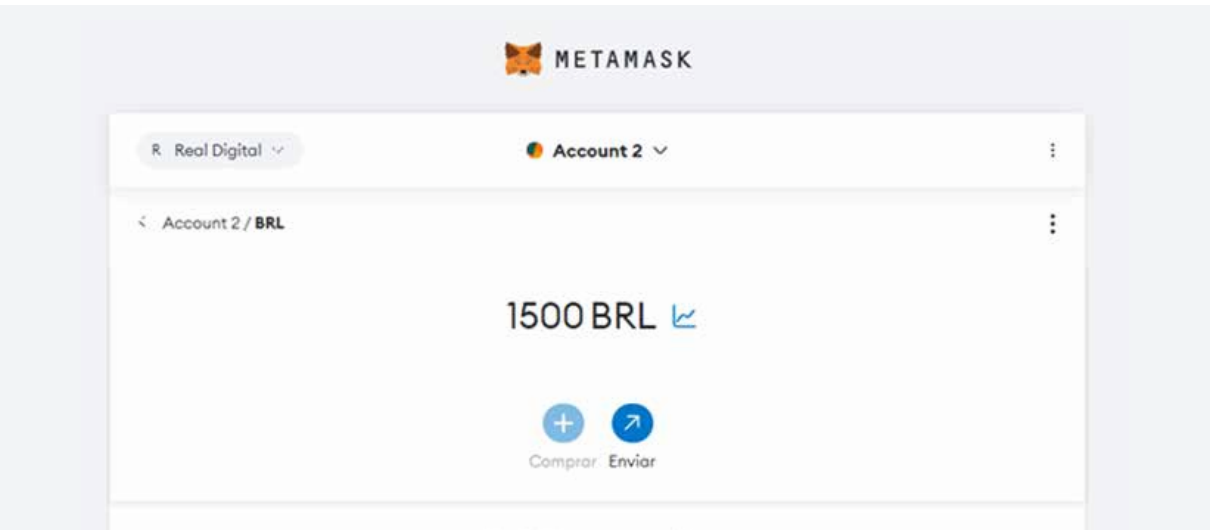


Imagem do saldo da carteira do SFCoop com Real Digital

que pode vir a ser o futuro do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Vale ressaltar que os sistemas cooperativos estão envolvidos nas mais diversas discussões de inovação do mercado financeiro, entre elas, a tecnologia blockchain: essa experiência dos players foi fundamental para que o BC selecionasse a coalização para participar do piloto, já que a experiência na tecnologia era um dos critérios para a seleção.

"Estamos muito satisfeitos, porque as cooperativas estão se destacando a cada nova etapa e tendo resultados positivos. Ainda não temos a confirmação se alguma outra instituição participante já conseguiu este mesmo feito.", afirma a nota. Os próximos cenários de testes envolvem a emissão de Real tokenizado e a transferência de ativos entre diferentes carteiras. Além das operações envolvendo Títulos Públicos tokenizados.

"O cooperativismo financeiro se destaca há bastante tempo e sempre figura entre os segmentos mais inovadores do SFN. Foi assim com o Pix e continua sendo no Open Finance e no desenvolvimento do Real Digital".

A aprovação do grupo de cooperativas no piloto do Real Digital ocorreu em maio, quando o Banco Central anunciou os participantes nos testes da moeda. Mais de 100 instituições, de diversos segmentos financeiros, apresentaram proposta para adentar no seleto grupo, mas apenas 16 foram aprovadas, dentre elas, o consórcio das cooperativas. Por parte delas, o "nó" na rede da nova moeda digital foi desenvolvido em julho.

Existe um setor de maior valorização no Ibovespa?

O primeiro semestre foi marcado pelo avanço de ações ligadas principalmente ao setor aéreo, como AZUL4 e GOLL4

A bolsa de valores contempla variados setores da economia de um país, como agronegócio, siderurgia, energético, tecnologia, varejo, construção civil entre outros. Eles são representados por ações de empresas de capital aberto, inseridas em algum índice, como o Ibovespa. Essas ações podem valorizar ou desvalorizar, gerando fortalecimento ou enfraquecimento de um setor. Fatores políticos, fiscais, econômicos e internacionais podem causar essa variação.

O primeiro semestre foi marcado por alguns episódios que interferiram diretamente na performance acionária, como as expectativas em relação à diminuição da Selic, as políticas econômicas relacionadas às contas públicas do país e eventos externos - mudanças na taxa de juros nos Estados Unidos - e o desempenho econômico da China.

O Ibovespa, principal índice brasileiro, indicou o setor aéreo como o principal destaque do primeiro semestre de 2023, com ações obtendo altas expressivas. O setor é representado pelas ações da Azul (AZUL4) e Gol (GOLL4), que exibiram elevação de 98,55% e 79,43%, respectivamente.

Segundo Daniel Abrahão, assessor na iHUB Investimentos, dois fatores foram fundamentais para as altas registradas no setor. "As elevações foram impulsionadas, principalmente, pela queda dos custos operacionais de ambas as empresas, especialmente devido à diminuição do dólar e do preço do querosene, que representam altos custos para as companhias. Além disso, os incentivos do programa Voa Brasil e a normalização da demanda por passagens aéreas também ajudaram o desempenho positivo das ações", comenta.

O SETOR AÉREO SEGUE NA DIANTEIRA?

Dentro do universo do setor aéreo, as perspectivas para as ações da Azul (AZUL4) e Gol (GOLL4), para o final do ano, são incertas e podem enfrentar desafios. Apesar do forte desempenho no primeiro semestre, o mercado mantém recomendação neutra em relação a essas ações. Isso porque boa parte dos dados do balanço das empresas aéreas evidenciam um elevado índice de endividamento.

Um indicador que chama a atenção é o P/L (Preço/Lucro) das empresas, que fica em campo negativo. Isso pode sinalizar que as ações estão sendo negociadas a um preço maior do que o lucro gerado, ou que pode ser um indicativo de sobrevalorização ou expectativas excessivas do mercado.

"É importante que os investidores estejam cientes desses fatores ao considerar investir nas ações da Azul e da Gol. As perspectivas para o final do ano dependem da capacidade das empresas de lidar com suas dívidas e implementar estratégias para um crescimento sustentável", afirma o assessor de investimentos.

O QUE ESPERAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE?

É válido lembrar que, além de ações do setor aéreo, outros papéis se destacaram no 1S23: Yduqs (YDUQ3), IRB (IRBR3) e Cyrela (CYRE3) obtiveram bons resultados. Mesmo com saldo positivo, existiram também os destaques negativos no primeiro semestre, as principais quedas foram: Alpargatas (ALPA3), Meliuz (CASH3), Assai (ASAI3), Vale (VALE3) e Carrefour (CRFB3).

Caminhando para o futuro, a previsibilidade da valorização da bolsa de valores para o segundo semestre depende da conjunção de múltiplos fatores. As políticas econômicas, as taxas de juros, o crescimento econômico, o desempenho das empresas e a situação internacional.

Um outro ponto de atenção em relação a B3 é o fato dela continuar sendo considerada como "descontada", uma vez que o índice preço/lucro atual (P/L) está em torno de 6,8x, o que representa uma média 40% mais baixa em comparação a um horizonte de 15 anos. Essa baixa relação P/L pode indicar que as ações estão sendo negociadas a um preço relativamente baixo em relação ao lucro gerado pelas empresas, o que pode ser visto como uma oportunidade de investimento.

"Ao considerar investimentos, os investidores devem levar em consideração não apenas fatores específicos do mercado financeiro, como índices de preço/lucro ou movimentações da taxa Selic, mas também fatores psicológicos, sociológicos e globais que podem impactar os mercados", finaliza Abrahão.

A iHUB Investimentos é uma empresa especializada em assessoria de investimentos credenciada pela XP Investimentos. Possui mais de 3,5 mil clientes, somando mais de R$1,5 bilhão em valores investidos sob custódia

Por que as agências internacionais de classificação de risco estão elevando a nota do Brasil

As agências de classificação de risco são instituições especializadas em análise de crédito que classificam o risco que o investidor corre ao emprestar dinheiro para um país ou para uma empresa. Algumas delas, recentemente, aumentaram as notas de classificação do Brasil. Mas, por que isso aconteceu?

Segundo o coordenador do Instituto de Finanças da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), Ahmed El Khatib, cada nota dada pelas agências de risco indica qual é a condição do país em relação à sua capacidade de saldar dívidas, o que é definido pela análise de diversos fatores, como a estabilidade política, a situação econômica, a inflação, a taxa de juros, a dívida pública, entre outro.

"O objetivo da classificação de risco é fornecer informações aos investidores sobre o risco de crédito de um país ou empresa, permitindo que eles tomem decisões informadas sobre onde investir seu dinheiro. A classificação de risco de países está sempre levando em consideração o investidor internacional, pois os países não podem arrecadar impostos ou imprimir dinheiro em moeda internacional para pagar suas dívidas em moeda estrangeira. As agências de classificação de risco usualmente atribuem notas para as dívidas de curto e longo prazo, em moeda local e estrangeira", explica o docente.

O QUE SÃO AS AGÊNCIAS

As agências de classificação de risco são empresas especializadas em avaliar a capacidade de empresas, governos e outras entidades em honrar suas dívidas. Elas atribuem notas de crédito, que indicam o risco de inadimplência, para os emissores de títulos de dívida, como ações e títulos de renda fixa. As agências de classificação de risco são importantes para o mercado financeiro, pois ajudam a reduzir a assimetria de informação entre emissores e investidores, permitindo que estes últimos tomem decisões mais informadas.

As notas de crédito são importantes para os investidores, pois ajudam a avaliar o risco de investir em um determinado título. As notas de crédito podem variar de AAA (risco mínimo) a D (risco máximo), indicando a possibilidade de inadimplência.

As agências mais conhecidas são a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch Ratings. Essas agências utilizam metodologias próprias para avaliar o risco de crédito, levando em consideração fatores como a situação financeira da empresa, a qualidade da gestão, o ambiente econômico e político, entre outros.

O Brasil possui contrato para classificação de seu risco de crédito com as seguintes agências: Standard & Poor´s (S&P), Fitch Ratings (Fitch) e Moody´s Investor Service. Adicionalmente, outras agências internacionais monitoram regularmente o risco de crédito do país, como a canadense Dominion Bond Rating Service (DBRS), as japonesas Japan Credit Rating Agency (JCR) e Rating and Investment Information (R&I), a coreana NICE Investors Service e a chinesa Dagong Global Credit Rating.

O BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O Brasil conquistou o grau de investimento pelas agências internacionais Fitch Ratings e Standard & Poor's pela primeira vez em 2008. Em 2009, conseguiu a classificação pela Moody's. A S&P foi primeira a tirar o selo de bom pagador do Brasil, em setembro de 2015, ação que foi seguida pelas outras duas grandes agências internacionais, Fitch e Moody's. Historicamente, países costumam levar cerca de 5 a 10 anos para recuperar o selo de país bom pagador.

"As notas de classificação de risco do Brasil andavam baixas devido a diversos fatores, como a crise econômica, a instabilidade política e a pandemia de COVID-19. Em 2022, a Fitch manteve a nota BB- do Brasil, mas revisou a perspectiva para estável. Já em 2023, a Fitch elevou a nota de crédito do Brasil de BB- para BB, com perspectiva estável. A Moody's, por outro lado, rebaixou a perspectiva da nota da dívida do Brasil em 2023", relembra El Khatib.

Até agosto de 2023, várias agências de classificação de risco revisaram positivamente a perspectiva de crédito do Brasil. As razões para isso incluem sinais de maior certeza em relação a políticas fiscais

e monetárias estáveis, crescimento contínuo do PIB e quadros fiscais propostos que poderiam resultar em um aumento menor da dívida governamental do que o inicialmente esperado.

A S&P Global Ratings elevou a perspectiva de crédito soberano do Brasil para \"positiva\" em 14 de junho de 2023, enquanto a Fitch elevou a nota de crédito soberano do Brasil de BB- para BB em 26 de julho de 2023, com perspectiva estável. A Moody's manteve a nota de crédito do Brasil em Ba2 com perspectiva estável. Essas revisões positivas sugerem que as perspectivas de crescimento econômico do Brasil estão melhorando, o que pode beneficiar seus custos de empréstimos e a estabilidade econômica geral.

Ainda segundo o professor universitário, as agências de classificação de risco estão otimistas, em função da redução ainda que gradual da inflação, o arcabouço fiscal aprovado no início do atual governo, a reforma tributária e o crescimento do PIB. Essas variáveis indicam que o país está esforçado em cuidar das reformas estruturantes e de longo prazo.

FUTURO DAS NOTAS DO BRASIL

O provável cenário para o futuro é que as notas de classificação de risco do Brasil continuem a subir, indicando uma melhora na capacidade do país de saldar suas dívidas. Isso é um sinal positivo para os investidores, pois demonstra maior confiança na economia brasileira e pode atrair mais investimentos estrangeiros.

A agência de classificação de risco Fitch elevou a nota de crédito do Brasil de BB- para BB, com perspectiva estável. Essa melhora na nota é atribuída ao desempenho econômico do país, que tem se mostrado acima do esperado. Além disso, a agência destacou a estabilidade política como um fator positivo para a perspectiva estável.

No entanto, o especialista ressalta que é importante ressaltar que o cenário futuro é incerto e depende de diversos fatores, como a continuidade das reformas estruturais, a estabilidade política e a recuperação econômica sustentável. O Brasil ainda enfrenta desafios, como a alta dívida pública, a desigualdade social e a necessidade de investimentos em infraestrutura.

"Embora as notas de classificação de risco do Brasil tenham apresentado uma melhora recente, o cenário futuro dependerá da capacidade do país de manter um ambiente favorável para os investimentos e de superar os desafios econômicos e políticos. Para que o Brasil alcance o grau de investimento, que é uma classificação de risco ainda mais elevada, é necessário continuar avançando em áreas como a redução do déficit fiscal, o aumento da produtividade, a melhoria do ambiente de negócios e a implementação de políticas econômicas consistentes e sustentáveis", finaliza.

Ahmed Sameer El Khatib é doutor em Administração de Empresas, Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC/SP e graduado em Ciências Contábeis pela USP. É pós-doutor em Contabilidade pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em Administração pela UNICAMP. É professor e coordenador do Instituto de Finanças da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e professor adjunto de finanças da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Produção de aço bruto em julho no Brasil atingiu 2,7 milhões de toneladas

De acordo com o Instituto Aço Brasil, a produção de aço bruto em julho no Brasil atingiu 2,7 milhões de toneladas, um avanço de 5,9% frente a junho. As vendas internas fecharam em 1,6 milhão de toneladas, queda de 1,3% na mesma comparação. Exportações registraram 828 mil toneladas, recuo de 30,6%.

O consumo aparente de produtos siderúrgicos subiu 1,4% no mês, frente ao mês anterior, tendo atingido 2,0 milhões de toneladas. Tal expansão se deu exclusivamente pelo aumento de 26,1% nas importações, com 481 mil toneladas no mês. As importações da China chegaram a 271 mil toneladas. O crescimento das importações preocupa o Instituto Aço Brasil, considerando a existência de excesso de capacidade de 564 milhões de toneladas de aço no mundo, o que leva a

práticas predatórias de mercado, escalada protecionista e a desvios de comércio.

No acumulado de 2023, a produção de aço bruto caiu 8,6% nos sete primeiros meses do ano, fechando em 18,6 milhões de toneladas. As vendas internas caíram 5,2% no mesmo período, atingindo 11,3 milhões de toneladas, no mesmo período. As importações saltaram 48,4%, para 2,7 milhões de toneladas, enquanto as exportações recuaram 6,2%, para 7,1 milhões de toneladas. O consumo aparente de aço (vendas internas mais importações por distribuidores e consumidores) encolheu 0,5%, chegando a 13,6 milhões de toneladas.

O Índice de Confiança da Indústria do Aço, calculado pelo Aço Brasil, fechou em 44,6 pontos em agosto, alta de 0,5 ponto em relação a julho, abaixo da faixa que aponta falta de confiança dos CEOs da indústria do aço, especialmente em relação ao cenário econômico brasileiro. É o décimo mês seguido em que o indicador se encontra abaixo dos 50 pontos.

Demanda por seguros de autos cresce 12,38% no primeiro semestre

Na análise individual, Rio Grande do Sul e São Paulo se destacam com aumentos de 21,47% e 13,47%, respectivamente

Os seis primeiros meses do ano foram positivos para o mercado de seguros de automóveis. A demanda no período registrou crescimento de 12,38% na comparação com o mesmo período de 2022. Na análise individual, se destacam os estados do Rio Grande do Sul, com aumento de 21,47% e São Paulo com alta de 13,47%. Já os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro registraram aumento de 11,90% e 5,35%, respectivamente. Os dados são do Índice Neurotech de Demanda por Seguros (INDS). O indicador mede mensalmente o comportamento e o volume das consultas na plataforma da Neurotech, empresa pioneira em soluções de inteligência artificial aplicadas a seguros e crédito.

Em junho, quando comparado ao mês de maio, a demanda se manteve estável com apenas uma queda de 0,33%. Na análise individual dos Estados acompanhados, tivemos pouca variação na comparação com maio. O ranking ficou assim: Rio Grande do Sul (1,48%), Rio de Janeiro (0,40%), Minas Gerais (0,22%), Paraná (-3,58%) e São Paulo (-0,31%).

Segundo Daniel Gusson, head comercial de Seguros da Neurotech, a retração também está relacionada ao menor número de consultas para a comparação dos preços das seguradoras, que passaram a se estabilizar em maio. "O INDS mensura todas as consultas de cotações feitas na nossa plataforma. É preciso ponderar que nem todas as propostas são efetivadas, pois a aceitação da apólice depende de "n" variáveis de risco que vão impactar no seu valor", explica.

O comportamento errático do INDS registrado nos primeiros meses do ano está relacionado à forte alta dos valores do seguro. Até então, os segurados estavam acostumados a somente renovar o seguro, sem cotar outras companhias, mas começaram a procurar o menor preço. "O produto é muito parecido e, mesmo com o relacionamento com a seguradora, o preço passou a destoar tanto que não fazia mais sentido pagar a mais. Agora há uma acomodação deste movimento", ressalta.

Na comparação Ano x Ano, junho apresentou crescimento de 10,6% em relação ao mesmo mês de 2022.

Criado em fevereiro do ano passado, o Índice é baseado em volume de cotações e veio da demanda do setor em ter um indicador confiável que demonstrasse qual o apetite do brasileiro em assegurar o seu veículo.

O Índice Neurotech de Demanda por Seguros (INDS) abrange o universo das principais seguradoras brasileiras e mensura o apetite do brasileiro a assegurar o seu automóvel. Nem todas as milhões de consultas mensais registradas se transformam em apólices contratadas, pois o processo depende de fatores como o perfil da pessoa que está fazendo a solicitação, o apetite ao risco da seguradora e se há ou não indícios de fraude.

Com mais de 6 milhões de inadimplentes, Minas Gerais é o terceiro estado com o maior número de endividados do Brasil

Minas Gerais atingiu 6,5 milhões de pessoas endividadas, sendo o terceiro no ranking dos Estados mais inadimplentes do país

Para a Diretora da Faculdade Anhanguera, especialista financeira e contadora, Rosilene de Souza Campos explica que sair das dívidas é tarefa difícil e que exige bastante determinação. "Uma pessoa se torna inadimplente por manter o seu padrão de consumo acima das suas capacidades financeiro. É importante destacar que existem exceções como, por exemplo, gastos inesperados com doença e família. Mas, para evitar um endividamento maior, o ideal é honrar os compromissos financeiros", diz.

Segundo a especialista, o maior vilão do endividamento das famílias são os cartões de crédito, cuja taxa média está em 201% ao ano e o percentual médio do cartão rotativo (cobradas de clientes que não quitam toda a fatura mensal) é de 448% ao ano, ou seja, é um crédito ruim. "Cerca de 75% dos brasileiros parcelam suas compras, e o catão de crédito, se tornou um dilema na vida financeira da população. Porém, a inadimplência com cartão chega a amais de 50% evidenciando com altas taxas de juros e inflação afetam o orçamento das famílias", relata.

Para evitar o endividamento e alcançar a estabilidade financeira, o especialista sugere algumas estratégias simples e eficazes: relacione todas as dívidas e entre em contato com os credores para negociar os pagamentos, procure feirões que ofereçam descontos de até 99% para renegociar suas dívidas e utilize o 13º salário para amortizar essas pendências. "O ideal é que o endividado só feche acordos, se as condições forem compatíveis com sua realidade financeira. Nos dias atuais, existem diversas formas de pagamento com entrada mínima", explica.

DICAS QUE O ESPECIALISTA SUGERE PARA SAIR DO NEGATIVO

Planilha de gastos
Crie uma planilha de gastos, incluindo despesas fixas mensais e gastos com cartão de débito.

Listas na palma da mão
Faça uma lista antes de ir ao supermercado, defina uma data fixa para compras mensais e pesquise preços.

Evite cartões de crédito e empréstimos
Priorize o pagamento à vista e, se precisar parcelar com o cartão, escolha o número de parcelas sem juros.

Orçamento de despesas
Planeje passeios com uma média de gastos prevista e busque opções de lazer gratuitas e adote hábitos de consumo consciente para economizar alimentos, água e energia.

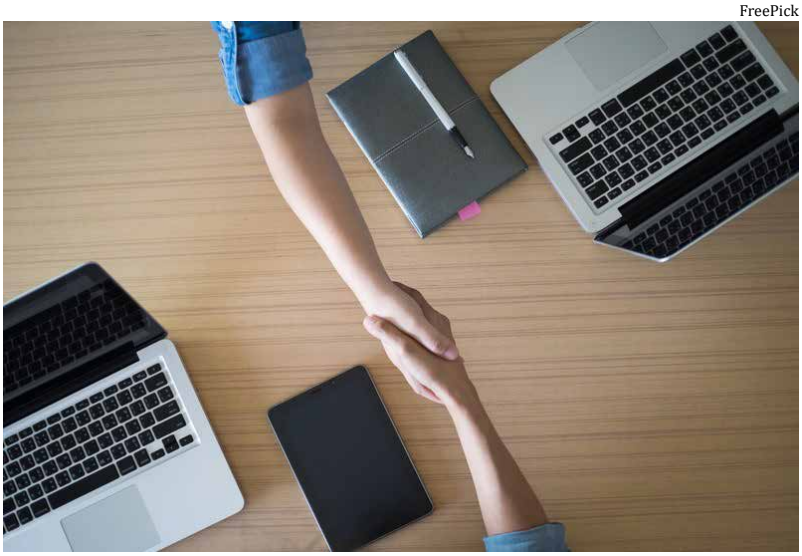
Renovação de aluguel
Ao renovar o contrato de aluguel, proponha uma renegociação ao proprietário e explique sua situação.

Fundada em 1994, a Anhanguera faz parte da vida de milhares de alunos, oferecendo educação de qualidade e conteúdo compatível com as necessidades do mercado de trabalho, em seus cursos de graduação, pós-graduação e extensão, presenciais ou a distância. Em 2023, passou a ser a principal marca de ensino superior da Cogna Educação, com o processo de unificação das instituições, visando o conceito lifelong learning, no qual proporciona acesso à educação em todas as fases da jornada do aluno

Cooperativismo vem crescendo no país

Segundo o AnuárioCoop, o cooperativismo já representa 10% da população, o que equivale a mais de 20 milhões de cooperados. Com a expansão do segmento, a carteira de crédito das cooperativas cresceu 22,4% no ano passado, somando R$ 383 bilhões, de acordo com os dados do Banco Central. O crescimento foi maior que todo o sistema financeiro do país, que teve expansão de 14% no mesmo período. O total de ativos do sistema cooperativo alcançou R$ 590 bilhões no ano passado, o que representa crescimento de 28,6% em relação a 2021.

FreePick



Relacionamento digital pode impulsionar os negócios

Uma das estratégias que vêm sendo adotadas pelas cooperativas para aumentar resultados é investir em soluções de relacionamento digital com os consumidores.

"Estamos em um cenário de alta demanda de relacionamento digital. Isso é um resultado direto dos avanços tecnológicos e do crescimento dos bancos digitais e cooperativas. As instituições financeiras estão buscando melhores resultados nos índices de satisfação dos clientes e também atrair novos consumidores. Tudo isso pode ser alcançado diretamente pelas plataformas de conversação digital, WhatsApp API e Facebook Messenger, por exemplo", destaca Rafael Souza, CEO da Ubots, empresa especializada em relacionamento digital.

Para atender seus cooperados com mais agilidade, as cooperativas passaram a atuar de maneira efetiva nos canais de atendimento digital, principalmente o WhatsApp - aplicativo de mensagens mais popular no Brasil, com mais 169 milhões de usuários, de acordo com o levantamento realizado pela We Are Social e Meltwater. Essa atuação tem sido realizada com o importante auxílio de tecnologias de relacionamento digital, entre elas os chatbots – softwares que simulam a conversação humana por meio de inteligência artificial.

Visando suprir a grande demanda e o volume de mensagens geradas pelos usuários no app, o software tornou-se fundamental para as cooperativas e diversos outros segmentos, porque reduz custos operacionais e aumenta a satisfação dos cooperados, com agilidade e atendimento personalizado para cada cooperado.

"Uma ferramenta de automação no WhatsApp pode ser valiosa para as cooperativas, pois facilita o contato com o cooperado, filtra demandas antes de passar para o gerente e concentra tudo em um só lugar" explica Rafael Souza, CEO da Ubots, startup especializada em relacionamento digital.

Para um atendimento eficiente, é necessário que as cooperativas adotem estratégias de relacionamento digital de acordo com o perfil dos cooperados, visto que a tecnologia permite que cada conversa seja realizada de forma ágil, personalizada e humanizada.

"O perfil do consumidor está mudando, e não é diferente entre os cooperados. Estar presente no digital não é mais um simples diferencial para as cooperativas de crédito. Hoje em dia, é essencial. Uma estratégia de relacionamento digital no WhatsApp costuma suprir essa demanda, porque aproxima os cooperados de seus gerentes, além de aumentar muito a conversão", declara Rafael

A Ubots é especialista em soluções de relacionamento digital, por meio do uso de inteligência artificial. A startup utiliza uma plataforma própria desenhada para diversos cenários de atendimento, tanto para uso de agentes humanos, chatbots ou atendimento híbrido. Desde 2016 no mercado, recebeu importantes premiações, entre elas: Ranking Exame Negócios em Expansão 2022, Sebrae Like a Boss, ABComm, TOP1 Customer Service, TOP Raking Empreendedorismo Negro e Capital Empreendedor. Além disso, a Ubots já participou de programas de aceleração, como: Google for Startups, Scale Up Endeavor, BNDES Garagem, StartOut Brasil, WesterWelle Foundation e Cubo do Itaú.

BNDES anuncia mais R$ 5,1 bilhões em Programas Agropecuários do Plano Safra 2023/2024

Do total de recursos, serão destinados R$ 3,4 bilhões para a agricultura empresarial e R$ 1,7 bilhão para a agricultura familiar

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibilizará, nesta quarta-feira, 30, R$ 5,1 bilhões de recursos adicionais no âmbito dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGFs) do Plano Safra 2023-2024. Os recursos decorrem da decisão do Governo Federal de antecipar contratações que ocorreriam ao longo deste ano agrícola.

Desse total, R$ 3,4 bilhões serão destinados à agricultura empresarial com destaque para o programa Moderfrota, que terá R$ 1 bilhão para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. O montante de R$ 1,7 bilhão é referente à agricultura familiar por meio do Pronaf, que completa o apoio do Banco para custeio e investimento em suas mais diversas finalidades, como projetos de ampliação e modernização da produção, aquisição de máquinas e equipamentos, dentre outras.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destaca o esforço do Banco para apoiar o fomento à agricultura de precisão. "É a maior participação do BNDES na história do Plano Safra, tanto para a agricultura comercial quanto para a agricultura familiar. No primeiro semestre, o Banco aumentou em 54% o desembolso para o agro, quando comparamos com o mesmo período do ano passado. Todo esse esforço vem acompanhado de um aprimoramento de gestão, em que o BNDES monitora em tempo real as propriedades rurais para que os empréstimos não sejam destinados a áreas de desmatamento irregular", explica.

O BNDES é um grande apoiador do setor agropecuário e seus recursos chegam aos produtores rurais e suas cooperativas principalmente por meio de agentes financeiros parceiros. No Plano Safra 2023/24, já foram protocolados mais de R$ 11,5 bilhões via instituições parceiras, dentre agências de fomento, bancos de montadoras, cooperativas de crédito, bancos cooperativos, bancos privados e bancos públicos. Esse modelo de operação permite uma distribuição descentralizada de recursos por todo o país, facilita o desenvolvimento da política pública de apoio à agropecuária e já alcançou aproximadamente 57,5 mil produtores rurais e suas cooperativas desde 1° de julho de 2023.

AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO

O BNDES disponibiliza, no Plano Safra 2023/24, o maior orçamento de sua história. São R$ 38,4 bilhões, aumento de 53% em relação ao Plano Safra anterior, sendo R$ 26,4 bilhões em recursos com juros equalizados dos PAGFs e mais R$ 12 bilhões de recursos do Banco, por meio do BNDES Crédito Rural, que garante perenidade na oferta de recursos ao setor.

Como aproveitar a variação do dólar para as festas do final do ano

Reta final do ano aquece mercado do turismo internacional e é fundamental para quem pretende economizar nas viagens

Nos últimos meses, o dólar tem sido objeto de atenção devido às suas flutuações significativas em relação ao real. Essa volatilidade tem impactado diversos setores econômicos e a vida de muitas pessoas, especialmente aqueles que pretendem viajar ao exterior. No momento atual, essa variação pode ser favorável para o turista brasileiro, por isso é tão importante se planejar, principalmente aqueles que pretendem viajar no final do ano.

Para saber o porquê agora é o momento ideal para se planejar, é preciso entender mais sobre a variação de moedas. Afinal, você sabe o motivo dela ocorrer? Mesmo que possa parecer distante de nossa realidade, a variação cambial tem um impacto direto sobre todas as compras que fazemos em nosso dia a dia e fora do país. A variação cambial é a oscilação de valor entre moedas, por exemplo, real e dólar. Assim, essa variação pode ser motivada por diversos fatores como, oferta e demanda de moeda estrangeira ou por variações relevantes da inflação entre a moeda brasileira e a americana. Cada país utiliza um regime cambial próprio. No Brasil, o regime adotado é o câmbio flutuante, que permite a oscilação do valor, sendo o Banco Central o responsável por monitorar o mercado e realizar intervenções para garantir o seu bom funcionamento.

APROVEITANDO A FLUTUAÇÃO

A compra do dólar em momentos de desvalorização pode ser vista como uma forma de proteger o valor do dinheiro durante a viagem. Dessa forma, o turista evita possíveis perdas financeiras caso a moeda americana volte a se valorizar no futuro já que as flutuações cambiais podem ser imprevisíveis e influenciadas por uma série de fatores externos. Em média, o dólar caiu 6,93% frente ao real nos primeiros seis meses desse ano, no entanto considerando o contexto atual, há maiores chances de correção do que uma queda brusca no valor da moeda.

Para ajudar os turistas a se planejarem e aproveitarem essa flutuação, a Western Union (NYSE: WU), líder mundial em serviços de pagamentos e transferências de dinheiro, preparou dicas para quem pensa em viajar e precisa comprar o dólar.

"A nossa recomendação é que cliente sempre faça a compra da moeda aos poucos, levando em consideração a atual cotação e a variação. Para quem tem dúvidas, é interessante consultar um especialista nas lojas da Western Union, para que possa aconselhar a melhor forma para fazer a compra. É importante ressaltar que não é recomendável a compra da moeda na iminência da viagem, a estratégia do chamado câmbio médio (fazer a aquisição da moeda estrangeira mês a mês) é fundamental para quem busca as melhores cotações, e assim economizar dinheiro", afirma Ricardo Amaral, presidente da Western Union no Brasil

Para o executivo, além de aproveitar essa variação, o turista também deve diversificar a forma de levar esse dinheiro para o exterior. "Uma das opções mais tradicionais é a compra de moeda estrangeria em espécie. Levar uma quantidade de dinheiro em 'cash' é essencial para gastos imediatos na chegada ao destino, e para emergências. Além disso, é possível também utilizar as remessas internacionais para receber dinheiro no exterior ou para carregar a sua conta global, seja em dólares ou em outra moeda, como o euro. No entanto, vale lembrar que os serviços possuem taxas e impostos diferentes", completa.

Para facilitar a compra da moeda dentro do planejamento financeiro do turista, o cliente Western Union pode realizar a compra diretamente em uma de nossas lojas. São mais de 90 espalhadas pelas principais capitais do Brasil. Outra alternativa é utilizar o app ou site da Western Union para realizar uma transferência online direto para a sua conta global, com pagamento via Pix, antes ou durante a viagem ao exterior.

Líder em serviços globais de pagamento e remessas internacionais, a Western Union conecta consumidores, empresas, instituições financeiras e governos por meio de uma das redes de maior alcance do mundo, acessando bilhões de contas bancárias, carteiras e cartões digitais e uma rede global substancial de varejo, em mais de 200 países e territórios e com aproximadamente 130 moedas. No Brasil, a empresa opera 1.400 pontos de varejo, sendo 83 lojas próprias, e oferece uma ampla gama de serviços, incluindo transferência de dinheiro, serviços digitas, câmbio de moedas e seguro de viagem. Para saber mais, visite westernunion.com ou faça o download do App Western Union.

Cálculos apontam aumento de até 96% em carga tributária após Reforma

Texto aprovado na Câmara, apesar de encerrar a guerra fiscal, traz insegurança jurídica e mantém complexidade do sistema

Em tramitação no Senado Federal, o texto da Reforma Tributária (Proposta de Emenda à Constituição — PEC 45/2019) trará complexidade significativa às empresas, principalmente as do setor de serviços — responsável por mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e por cerca de 60% dos empregos formais. Na perspectiva da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o principal dilema da proposta, que está perto da aprovação definitiva pelo Congresso, é o que dela mais se temia: o aumento considerável da carga tributária.

Com base em informações da Pesquisa Anual de Serviços (PAS), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a assessoria técnica da Federação calculou os impactos da PEC sobre o setor de serviços, considerando as seguintes premissas: empresa com receita mensal de R$ 400 mil enquadrada no regime de lucro presumido e alíquota-padrão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de 27%, seguindo as estimativas do Ministério da Fazenda.

Nesse cenário, a carga tributária passaria de 19,03%, pela regra vigente, para 26,53%, após a aprovação do texto [tabela 1]. Trata-se de um aumento de 7,5 pontos porcentuais (p.p), ou de 39,41%. Para estimar os valores que a empresa geraria de crédito, foram considerados os pesos das variáveis "custo da mercadoria vendida", "consumo intermediário" e "gastos com pessoal" sobre a receita operacional líquida.

TABELA 1

SIMULAÇÃO DE EMPRESA DO SETOR DE SERVIÇOS COM RECEITA MENSAL DE R$ 400 MIL ENQUADRADA NO LUCRO PRESUMIDO E ALÍQUOTA-PADRÃO DO IBS E DA CBS

Lucro Presumido - Atual	
Receita Bruta	R$ 400.000,00
Lucro Presumido	R$ 128.000,00
IRPJ	R$ 19.200,00
IRPJ - Alíquota Adicional	R$ 10.800,00
CSLL	R$ 11.520,00
PIS	R$ 2.600,00
Cofins	R$ 12.000,00
ISS	R$ 20.000,00
Carga Final	19,03%
Receita Operacional Líquida	R$ 265.400,00
Custo da Mercadoria Vendida	R$ 6.880,12
Consumo Intermediário	R$ 152.840,86
Gastos com Pessoal	R$ 108.122,11

Pós - Reforma Tributária	
Receita Bruta	R$ 400.000
Lucro Presumido	R$ 128.000
IRPJ	R$ 19.200
IRPJ - Alíquota Adicional	R$ 10.800
CSLL	R$ 11.520
CBS IBS - 27%	R$ 108.000
Crédito Sobre o CBS IBS	R$ 43.397,35
CBS IBS Final	R$ 64.602
Carga Final	26,53%
Receita Operacional Líquida	R$ 292.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	R$ 6.880,12
Consumo Intermediário	R$ 152.840,86
Gastos com Pessoal	R$ 108.122,11

Fonte: FecomercioSP

Os cálculos da Entidade mostram que a situação é ainda mais grave para os segmentos cuja folha de pagamento tem um grande peso sobre as despesas. É o caso dos serviços profissionais, administrativos e complementares, nos quais se enquadram empresas de auditoria e consultoria, por exemplo [tabela 2]. Caso a Reforma Tributária seja aprovada da maneira em está, a carga delas sofrerá um aumento de 59,6%, em um cenário conservador em que a empresa conseguiria obter créditos de parte das suas despesas.

TABELA 2

SIMULAÇÃO DE EMPRESA DO SETOR DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS, ADMINISTRATIVOS E COMPLEMENTARES COM RECEITA MENSAL DE R$ 400 MIL ENQUADRADA NO LUCRO PRESUMIDO E ALÍQUOTA-PADRÃO DO IBS E DA CBS

Lucro Presumido - Atual		Pós - Reforma Tributária	
Receita Bruta	R$ 400.000,00	Receita Bruta	R$ 400.000
Lucro Presumido	R$ 128.000,00	Lucro Presumido	R$ 128.000
IRPJ	R$ 19.200,00	IRPJ	R$ 19.200
IRPJ - Alíquota Adicional	R$ 10.800,00	IRPJ - Alíquota Adicional	R$ 10.800,00
CSLL	R$ 11.520,00	CSLL	R$ 11.520,00
PIS	R$ 2.600,00	CBS IBS - 27%	R$ 108.000
Cofins	R$ 12.000,00	Crédito Sobre o CBS ES	R$ 28.051,10
ISS	R$ 20.000,00	CBS IBS Final	R$ 79.949
Carga Final	19,03%	Carga Final	30,37%
Receita Operacional Líquida	R$ 265.400,00	Receita Operacional Líquida	R$ 220.051,10
Custo da Mercadoria Vendida	R$ 2.171,52	Custo da Mercadoria Vendida	R$ 2.171,52
Consumo Intermediário	R$ 101.721,44	Consumo Intermediário	R$ 101.721,44
Gastos com Pessoal	R$ 118.114,40	Gastos com Pessoal	R$ 118.114,40

Fonte: FecomercioSP

Como os gastos com pessoal representam quase 40% da receita operacional líquida dos negócios desse segmento — e não sendo possível o "creditamento", assim como a dificuldade da obtenção de crédito concernente aos demais gastos —, é possível afirmar que haverá um aumento de aproximadamente 96,4% da carga tributária [tabela 3].

TABELA 3

SIMULAÇÃO DE EMPRESA DO SETOR DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS, ADMINISTRATIVOS E COMPLEMENTARES COM RECEITA MENSAL DE R$ 400 MIL E ALÍQUOTA-PADRÃO DO IBS E DA CBS SEM CREDITAMENTO

Lucro Presumido - Atual		Pós - Reforma Tributária	
Receita Bruta	R$ 400.000,00	Receita Bruta	R$ 400.000
Lucro Presumido	R$ 128.000,00	Lucro Presumido	R$ 128.000
IRPJ	R$ 19.200,00	IRPJ	R$ 19.200
IRPJ - Alíquota Adicional	R$ 10.800,00	IRPJ - Alíquota Adicional	R$ 10.800,00
CSLL	R$ 11.520,00	CSLL	R$ 11.520,00
PIS	R$ 2.600,00	CBS IBS - 27%	R$ 108.000
Cofins	R$ 12.000,00	Crédito Sobre o CBS ES	
ISS	R$ 20.000,00	CBS IBS Final	R$ 108.000
Carga Final	19,03%	Carga Final	37,38%
Receita Operacional Líquida	R$ 265.400,00	Receita Operacional Líquida	R$ 292.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	R$ 2.171,52	Custo da Mercadoria Vendida	R$ 2.171,52
Consumo Intermediário	R$ 101.721,44	Consumo Intermediário	R$ 101.721,44
Gastos com Pessoal	R$ 118.114,40	Gastos com Pessoal	R$ 118.114,40

Fonte: FecomercioSP

Esses números apontam que a Reforma Tributária em curso foi desenhada mais com base nos ganhos de determinados setores em detrimento de outros do que em uma redução universal da carga de impostos. Dito em outras palavras, o texto aprovado na Câmara dos Deputados prevê um aumento da carga tributária para o setor mais importante da economia nacional para beneficiar outros setores econômicos. Contudo, a Reforma Tributária almejada por todos é aquela que beneficiaria a sociedade brasileira de maneira geral.

Vale ressaltar que, após a aprovação da PEC, segundo divulgado pelo governo, o próximo passo é aprovar a tributação na distribuição de dividendos, ou seja, novo aumento da carga tributária. Além disso, se a ideia era construir uma nova legislação tributária menos complexa e burocrática, o projeto atual não cumprirá o seu objetivo. Isso acontece porque o IVA, modelo que possibilita o "creditamento" de tributos pagos em etapas anteriores da cadeia produtiva, manterá uma sequência complexa de débitos e créditos — sem contar a necessidade do erário em ter uma estrutura de obrigações fiscais que, longe de se manter enxuta, precisará se tornar ainda maior. As empresas terão de rever todo o planejamento tributário.

A FecomercioSP alerta que, embora o texto tenha sido aprovado em dois turnos na Câmara, elementos relevan-

tes desse novo sistema ainda não foram definidos, como alíquotas, fundo de compensação e transições de origem e destino, além de efeitos gerais. Adicionalmente, a Reforma Tributária exigirá novas interpretações e aplicação da nova legislação, que certamente gerará divergências entre contribuintes e Fisco e, por consequência, aumentará o número de disputas administrativas e judiciais.

A PEC 45/2019 traz alguns pontos positivos, como o fim do chamado "efeito cascata", em que um tributo incide sobre outro, e do cálculo "por dentro", quando o tributo integra a própria base de cálculo, além de propiciar o fim da guerra fiscal entre Estados e municípios, já que o tributo passará a ser cobrado no destino, e não na origem. Entretanto, esses avanços na legislação não podem ocorrer em conjunto com aumento de carga.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Os desafios da Reforma Tributária

A manutenção da carga atual de tributos sobre o consumo é um dos principais desafios da Reforma Tributária, principalmente considerando sua proporção com o PIB do país. O que foi apresentado até agora pelo Governo Federal sinaliza uma alíquota bastante elevada em comparação com a que é aplicada em outros países que adotam um modelo semelhante ao proposto, especialmente para os prestadores de serviços do Brasil. Com base em dados de mercado e da nota técnica apresentada pelo Ministério da Fazenda, a KPMG listou os seguintes desafios e ofensores potenciais para a manutenção da carga tributária, considerando-se a estimativa para as alíquotas-padrão:

1-Lei Complementar: pendências relevantes que poderão impactar alíquotas-padrão foram atribuídas à lei complementar, como fato gerador do imposto seletivo, itens da cesta básica, e termos dos regimes diferenciados.

2- Padrões internacionais versus estrutura brasileira: apesar da semelhança do percentual de arrecadação sobre o PIB, há exemplos de países sem independência nas definições tributárias, com matrizes econômicas diferentes da brasileira.

3- Distorções no Hiato: o hiato futuro do Brasil será significativamente menor, baseado nos fatores de simplificação da legislação, e de cobrança do imposto no momento da liquidação financeira. Falhar nessas variáveis

pode impactar o hiato futuro.

4- Risco de retorno da guerra fiscal: a autonomia na Nota Técnica para definição de alíquotas, após o período de transição, pode colocar em risco o retorno da guerra fiscal, e a pluralidade atual de alíquotas.

5- Impacto parcial do Imposto Seletivo: por ser um tema infraconstitucional, não há clara definição da abrangência do imposto seletivo e foram considerados apenas bebidas e fumo no impacto do valor da alíquota.

6- Falta de clareza do impacto dos serviços: o estudo demonstra apenas o comparativo da nova tributação aplicada aos bens, sem esclarecer o impacto sobre o setor de serviços, o qual representou 58% do PIB brasileiro em 2022.

7- Fragilidade da base de dados: os dados são de 2018 tanto para o PIB brasileiro e a maioria dos regimes especiais de tributos sobre consumo não estão evidenciados nos documentos fiscais.

8- Comparativo de carga: o resultado demonstra uma redução de 34,4% para no máximo 27% de carga tributária. Contudo, se não houver alteração de preço dos produtos, a equação pode apresentar um resultado diferente.

"A consolidação de valores recolhidos aos cofres públicos foi um dos pilares da reforma, aspecto extremamente importante para a aprovação da PEC 45 no Congresso Nacional. Ainda assim, o Brasil é um dos países que possui uma das maiores cargas tributárias sobre o consumo, oscilando entre 17% e 21%. As empresas potencialmente impactadas precisam neste momento analisar cenários para mitigar riscos. Além disso, infelizmente ainda persistem elevados índices de sonegação fiscal", afirma Maria Isabel Ferreira, sócia-líder de Tributos Indiretos da KPMG no Brasil.

A KPMG destaca ainda que, considerando alíquotas-padrão estimadas entre 20,73% e 27%, as alíquotas de referências serão alvos móveis, impactadas por variáveis demonstradas e avaliadas anualmente durante a transição, só atingindo o valor definitivo em 2033. Após essa data, todas as competências terão autonomias para definição, por lei, de sua alíquota padrão.

"Ainda que a Nota Técnica estipule que deverá ser observada a manutenção carga atual, e que alíquotas só serão efetivamente conhecidas ao longo da transição para o novo sistema, ela também deixa claro que qualquer inclusão de setores nos regimes favorecidos, ou aumento dos benefícios atuais, aumentará automaticamente as alíquotas de referência", complementa Ana Palma, sócia-diretora de Tributos Indiretos da KPMG no Brasil.

Lares brasileiros: 69% terminaram 2022 endividados

No primeiro semestre de 2023, 73% precisaram adaptar padrões de compra mensalmente para conseguir pagar as despesas

O mais novo relatório anual sobre os gastos domiciliares dos brasileiros Domestic View, da Kantar, líder em dados, insights e consultoria, mostra que 69% dos lares do País fecharam o ano de 2022 endividados. Segundo dados do primeiro trimestre deste ano, 73% dos brasileiros precisam adaptar padrões de compra mensalmente. Para 33% o salário mal cobre as despesas do mês.

A cesta de bens de consumo massivo (FMCG), composta por alimentos, bebidas, artigos de limpeza do lar e itens de higiene e cuidados pessoais, ocupou o maior share de gastos do brasileiro: 54%. Os artigos de limpeza, por sua vez, foram os que mais impactaram a renda da população em 2022, com 15% mais gastos médios do que em 2021.

Todas as camadas sociais vêm necessitando gerenciar gastos de alguma maneira. Na classe AB houve um salto de 9,8% em endividamento em um ano. O cenário econômico se mostra mais desafiador entre os jovens. Nos lares com pessoas até 29 anos, a taxa dos que se sentem mais pressionados e com dificuldade para pagar as despesas fixas é de 37%, enquanto nos lares 50+ esse índice cai para 29%.

Além disso, todas as regiões brasileiras analisadas apresentaram taxa de endividamento maior do que em 2021. Na média brasileira, a relação renda x gasto foi de - 21% em 2022, com renda de R$ 1.614 e gasto de R$ 2.042. A Grande São Paulo apresentou a relação mais negativa, com -31%, e o Sul do país foi a região com menor endividamento, de -6%.

Para este ano, com 800 mil famílias incluídas no Bolsa Família, reajuste no valor do salário mínimo, desemprego em queda, número de trabalhadores informais caindo 8% e previsão de inflação menor, o cenário pode ser diferente.

PETS

O desembolso dos lares com animais de estimação segue em alta, mas com movimentações diferentes em cada classe social.

A classe C, por exemplo, aumentou as despesas com alimentação para pets em detrimento de compra de animais domésticos, acessórios e artigos de higiene. Já a Classe DE gastou mais com despesas veterinárias, acessórios e artigos de higiene e diminuiu gastos com alimento e compra de animais domésticos.

INTERNET, STREAMING E TV PAGA

Os gastos dos brasileiros com internet e Streaming de Vídeo continuam crescendo, enquanto a contratação de TV Paga vem registrando queda desde 2019.

O desembolso com TV por assinatura saiu de 23% em 2021 para 17% no ano passado, para que sobrasse orçamento para o gasto com acesso à internet. Os gastos com streaming de vídeo cresceram 23% entre 2021 e 2022.

Os dados acima fazem parte do estudo DomesticView, realizado com 4.915 domicílios brasileiros, que representam mais de 58 milhões de lares, entre outubro e novembro 2022.

A Kantar é líder global em dados, insights e consultoria. Atuamos em mais de 90 mercados e somos a empresa que mais entende como as pessoas pensam, sentem, compram, compartilham, escolhem e veem. Ao combinar nossa experiência sobre o conhecimento humano com tecnologias avançadas, ajudamos nossos clientes a entender as pessoas e inspirar crescimento.

Brasileiros morando no exterior: cresce em 194 mil os novos casos e alcança novo recorde

Há também aumento de 13% na procura por serviços de tradução juramentada

Os dados mais recentes divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores apontam um crescimento de 194 mil novos brasileiros morando no exterior, totalizando 4,59 milhões em 2022. É o maior número desde 2009, quando a comunidade do Brasil era representada por 3,18 milhões de cidadãos residentes em países estrangeiros.

Este cenário de crescimento também foi notado pelo GetNinjas, maior aplicativo de serviços do Brasil, que registrou um aumento de 13% na busca por serviços de tradução juramentada em julho deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para Rogério da Globum Traduções, profissional que presta serviços de tradução juramentada na plataforma do GetNinjas, o crescimento da procura por brasileiros em viver fora do País acontece, principalmente, por fatores como busca por oportunidades mais interessantes de carreira, segurança e melhor qualidade de vida. "Percebemos que nos últimos 10 anos a procura por este serviço aumentou tanto que todos os dias há pedidos no segmento, seja no ramo de tradução jurídica, saúde, atividades escolares e viagens", afirma.

Já Lucas Arruda, Diretor Financeiro do GetNinjas, comenta que a demanda por tradução juramentada tende a aumentar para atender as necessidades de um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. "A procura costuma envolver desde situações mais simples, como, migração e internacionalização, até processos judiciais. Este serviço abrange uma variedade de situações e beneficia milhares de brasileiros que buscam por essa assistência", conclui.

COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

Ainda segundo o estudo do Ministério das relações exteriores, atualmente, a maioria dos brasileiros está na América do Norte

com 45,19%, seguida por Europa (32,42%), América do Sul (14,06%), Ásia (4,83%) e Oriente Médio (1,29%).

Já os locais que mais recebem a imigração de brasileiros são, respectivamente, Estados Unidos com 1,9 milhão, Portugal (360 mil), Paraguai (254 mil), Reino Unido (220 mil) e Japão (206 mil).

COMO ENCONTRAR PROFISSIONAIS DE CONSULTORIA

No GetNinjas, é possível encontrar mais de 500 tipos de serviços, entre eles: tradução juramentada, pesquisa no geral, despachante, e muito mais. Os serviços são oferecidos por mais de 5 milhões de profissionais cadastrados na plataforma. Para mais informações sobre a contratação de serviços, baixe o aplicativo "GetNinjas: Clientes", disponível nas versões Android e IOS, e faça seu cadastro. Em seguida, é só escolher o tipo de serviço que deseja, e contar mais detalhes sobre a solicitação. Ao concluir o pedido, é possível acompanhar o status da solicitação em tempo real enquanto aguarda o contato de até quatro profissionais para realizar a negociação e escolher qual deles pode atender melhor a demanda.

Disponível nas plataformas digitais - Android, iOS e web, o GetNinjas é um aplicativo de serviços que conecta profissionais a potenciais clientes em todo o Brasil, listado no Novo Mercado da B3 (NINJ3). Em 2022, a companhia foi listada no ranking 1000 Maiores Empresas do Brasil pela IstoÉ Dinheiro e venceu o Prêmio Consumidor Moderno, no segmento Serviços de Tecnologia. Além disso, foi listada no ranking inédito Negócios em Expansão da revista Exame e reeleita Top10 em Economia Colaborativa pelo iBest 2022. Em 2021, a empresa foi listada pela Exame Maiores e Melhores 2021 no Setor de Tecnologia, venceu o Prêmio Reclame AQUI na categoria Classificados - Serviços Gerais por dois anos consecutivos (2021/2022) e foi eleita Top3 do iBest 2021. Possui mais de 500 tipos de serviços disponíveis em todo o território brasileiro, que são realizados por 5 milhões de profissionais cadastrados em diversas áreas, como reformas, assistência técnica, moda e beleza, serviços domésticos, aulas e eventos, que atendem de forma presencial e remota. O GetNinjas foi fundado em 2011 por Eduardo L'Hotellier, que atua como CEO – à frente das operações.

Comprar imóveis nos Estados Unidos é mais fácil do que o brasileiro imagina

Esse tipo de negócio é crescente; o investidor diversifica a carteira e dolariza o patrimônio em busca de segurança

Adquirir um imóvel no exterior faz parte da "lista dos sonhos" de muitos brasileiros e os Estados Unidos estão entre os destinos preferidos para investir no mercado imobiliário internacional. Além de diversificar os investimentos em uma das moedas mais fortes do mundo, ao dolarizar o patrimônio é possível obter boa rentabilidade no médio e longo prazo, mesmo com os juros ainda em alta por lá.

Adquirir um imóvel no exterior não envolve grandes segredos. O mercado oferece múltiplas modalidades de financiamento, desde corretoras especializadas até plataformas digitais que possibilitam a compra de um bem nos Estados Unidos, mesmo morando no Brasil.

De acordo com a National Association of Realtors (que reúne corretores de imóveis de várias regiões), é crescente o interesse dos estrangeiros no mercado imobiliário. Os brasileiros respondem por 3% das transações, o que faz com que seja o quinto maior grupo, com base nas informações de 2022. Um ano antes, o percentual brasileiro era de 1%.

Dados mais recentes apontam que os brasileiros compraram 3,2 mil imóveis, com valor médio de US$ 500 mil. O campeão é a Flórida (em especial a região sul), com 55% dos negócios.

Bem posicionados no ranking de compradores estrangeiros na Flórida, os brasileiros normalmente compram os imóveis mais caros. A média é de US$ 460,7 mil, o que corresponde a aproximadamente R$ 2,4 milhões. Do total, 46% dos contratos são financiados – a maioria de casas.

Outro levantamento que demonstra a vontade de expandir horizontes é da FB Capital, especializada em intermediações de operações de câmbio, que aponta que os recursos destinados a este fim chegaram a US$ 60 milhões no primeiro semestre de 2023, alta de 30% em comparação a igual período de 2022.

O mercado oferece algumas opções que possibilitam ampliar o leque financeiro e facilitar a compra de imóveis no exterior. A Bricksave, por exemplo, é uma plataforma que fornece acesso direto a imóveis selecionados. Segundo Sofia Gancedo, cofundadora e COO da Bricksave, a compra de imóveis combina renda com aluguel com tempo de valorização do ativo.

Ela explica que a empresa "oferece ao brasileiro a possibilidade de comprar propriedades residenciais em cidades como Miami, Chicago, Detroit ou Viena, no conceito turn-key (chave na mão), sem custos administrativos adicionais ou necessidade de deslocamento até o local. Sofia lembra que o brasileiro sempre teve a sensação de que imóveis representam segurança. "E, na hora de dolarizar o patrimônio, é natural priorizar o mercado imobiliário", destaca.

Outra modalidade disponível é a Foreign National Loan, que tem o objetivo de fazer financiamentos para estrangeiros. O interessado precisa dar uma entrada, normalmente de 25% do valor total, e oferecer garantias de que tem capacidade financeira para arcar com as prestações, num prazo que varia entre 15 e 30 anos. A taxa de juros é de aproximadamente 6,79% e a avaliação do imóvel não pode ultrapassar US$ 1 milhão.

ALGUMAS DICAS DOS ESPECIALISTAS:

- *O mercado imobiliário nos Estados Unidos é diferente do Brasil. As leis são rigorosas, transparentes, e não há possibilidade de se conseguir "vantagem fiscal". É comum pedirem duas parcelas do financiamento, como uma espécie de cheque caução. O pagamento em espécie não é permitido, para evitar a lavagem de dinheiro.*
- *Comprar e alugar por temporada é um dos objetivos de muitos que compram um imóvel em Orlando, na Flórida, um dos destinos preferidos dos brasileiros. Quando não estão no local, é possível ganhar dinheiro com o bem. As leis de Orlando permitem a locação por temporada. No entanto, diversas outras cidades estadunidenses oferecem boas oportunidades de compra. Para acertar na escolha, recomenda-se buscar profissionais especializados que acompanham o mercado local para identificar as melhores oportunidades em determinado momento.*
- *A "animação" na hora de comprar o imóvel não pode ser maior do que o planejamento. É preciso fazer as contas e checar se o valor da entrada cabe no bolso e quanto será necessário financiar, além de consultar o crédito pré-aprovado. Isso tudo pode ajudar na escolha de regiões e tipos de imóveis.*
- *Uma dúvida comum: quem compra um imóvel nos Estados Unidos não leva junto o Greencard.*

42% dos Municípios mineiros fecham o primeiro semestre com as contas no vermelho

O cenário fiscal em todo o país é de alerta para a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Com aumento de despesas e diminuição de receitas, gestores locais, das cinco Regiões do Brasil, relatam dificuldades para fechar as contas. Em nível nacional, 51% das prefeituras brasileiras estão no vermelho. Em Minas Gerais, 309 Municípios de 736 que enviaram dados ao Siconfi encerraram o primeiro semestre de 2023 com déficit, o que representa 42%. Em 2022, no mesmo período, eram 21 (3% dos respondentes).

Isso significa que o percentual de comprometimento da receita está alto. Em Minas Gerais, a cada R$ 100 arrecadados nos pequenos Municípios, R$ 85 foram destinados a pagamento de pessoal e custeio da máquina pública. "Estamos em diálogo com as autoridades em Brasília e já alertamos. Muitos não veem o que está acontecendo na ponta, mas o problema é grave. Isso é também resultado de despesas criadas no Congresso e pelo governo federal sem previsão de receitas, como os pisos nacionais, caindo toda a demanda no colo dos Municípios", avalia o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Entre as despesas que oneram os cofres das prefeituras mineiras estão, por exemplo, recomposições salariais de servidores municipais, o impacto de reajuste do piso do magistério, que, se concedido como foi imposto pela União, soma R$ 2,2 bilhões, e o atraso no pagamento de emendas parlamentares. A redução em emendas de custeio – do primeiro semestre de 2022 para o mesmo período de 2023 – é de quase 69%, passando de R$ 1 bilhão para R$ 307,4 milhões. No total de emendas, a queda foi de R$ 1,3 bilhão para R$ 589,3 milhões para o Estado. A cota-parte do ICMS, afetada pela LC 194/2022, recuou 6,9%.

Enquanto as despesas de custeio tiveram aumento de 16,2%, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresenta mais decêndios menores do que o mesmo período de 2022. No primeiro decêndio de julho, por exemplo, houve uma queda brusca de 34,49% no repasse. Em agosto, a queda foi de 23,56%, explicada por uma redução na arrecadação de Imposto de Renda e um lote maior de restituição por parte da Receita Federal.

Além disso, os gestores de Minas Gerais enfrentam o represamento de 110,5 milhões de procedimentos ambulatoriais e 413,9 mil procedimentos hospitalares durante a pandemia, sendo necessários R$ 1,9 bilhão para equacionar a demanda; 200 programas federais com defasagens que chegam a 100%; 308 obras paradas e abandonadas por falta de recursos da União; e obras concluídas com mais de R$ 909,4 milhões em recursos próprios sem repasse do governo federal.

PROPOSTAS

Para reverter a sobrecarga de serviços que recai sobre os Entes locais sem a correta alocação de recursos, a CNM atua por medidas que possam distribuir de forma mais efetiva as receitas do país. Uma delas é o aumento de 1,5% no FPM de março, que tramita na PEC 25/2022, e, se aprovada, representará R$ 1,5 bilhão. Há ainda a redução da alíquota patronal do INSS para 8% em Municípios de até 156 mil habitantes (PL 334/2023), a recomposição do ICMS (PLP 94/2023), com R$ 845,8 milhões aos cofres municipais, e o fim do voto de qualidade do Carf (PL 2384/2023), com potencial de injetar R$ 4,1 bilhões no FPM, entre outros.

Investimentos e projetos do Governo Federal em Minas superam R$ 180 bi em 2023

Recursos estão conectados ao Novo PAC, Bolsa Família, Mais Médicos, Brasil Sorridente, merenda escolar, Bolsa Atleta e Lei Paulo Gustavo

Infraestrutura, habitação, saúde, educação, cultura, esporte, assistência social e agropecuária. Os investimentos e projeções de aportes em Minas Gerais já definidos pelo Governo Federal superam os R$ 180 bilhões.

São recursos projetados para obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), aplicados no Bolsa Família, na qualidade da merenda escolar, no reforço ao Mais Médicos, na retomada e ampliação do Brasil Sorridente, em repasses para a atenção primária à saúde e hospitais filantrópicos, além de transferências voltadas para a cultura e ao patrocínio de atletas nascidos no estado.

INFRAESTRUTURA

Novo PAC: serão investidos R$ 171,9 bilhões em obras e serviços no estado, com destaque para:

» Concessão/duplicação da BR-381 de Governador Valadares a Belo Horizonte
» Concessões das BR-153, BR-262 e BR-040
» Construção da BR-367 (Salto da Divisa – Almenara)
» Construção da BR-135 (Manga – Itacarambi)
» Moradias do Programa Minha Casa Minha Vida

SAUDE

Mais Médicos: Entre janeiro e julho, foram alocados mais 192 médicos no estado, chegando a 1.244 em Minas Gerais. Até o fim de 2023, haverá um adicional de 648, chegando a 1.892 profissionais que podem atender até 6,5 milhões de pessoas.

Unidades Básicas de Saúde: no primeiro semestre, entraram em funcionamento 61 UBS. O total chega a 5.453 no estado.

Atenção Primária à Saúde: no primeiro semestre, 129 equipes começaram a atuar, chegando a 6,1 mil equipes de saúde da família e 237 de atenção básica no estado.

Brasil Sorridente: no primeiro semestre, 279 novas equipes começaram a atuar, chegando a 3.781 equipes em Minas.

Hospitais Filantrópicos: no primeiro semestre, R$ 240 milhões foram liberados para o estado, em apoio a 321 entidades filantrópicas de saúde, em 140 municípios.

CULTURA

Até julho, foram repassados R$ 249 milhões para apoio a projetos culturais no estado, em 142 municípios.

MERENDA ESCOLAR

Um repasse de R$ 284,7 milhões até o fim de julho ajudou a melhorar a qualidade da merenda escolar para 3,7 milhões de alunos em 13 mil escolas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

ESPORTES

O programa de patrocínio direto a esportistas chega a 568 atletas nascidos no estado, com apoio de R$ 11,2 milhões. Trinta desses atletas são integrantes da categoria Pódio, a principal do programa, com repasses mensais que variam de R$ 5 mil a R$ 15 mil.

BOLSA FAMÍLIA

Minas Gerais tem 1.625.594 beneficiários do Bolsa Família recebendo, em agosto, o valor médio de R$ 675,09. As famílias estão presentes em todos os 853 municípios do estado e serão contempladas a partir de um investimento de mais de R$ 1 bilhão do Governo Federal.

A capital Belo Horizonte é a cidade mineira com maior número de contemplados em Minas. São 132,9 mil famílias, a partir de um investimento de R$ 88,5 milhões e repasse médio de R$ 665,9. Outros quatro municípios do estado reúnem mais de 30 mil beneficiários: Contagem (44.671), Betim (40.142), Uberlândia (30.453) e Ribeirão das Neves (30.358).

AUXÍLIO GÁS

Em Minas Gerais, são 488,9 mil famílias contempladas em agosto a partir de um investimento de R$ 52,8 milhões.

PLANO SAFRA

Desde janeiro de 2023, 57,5 mil operações de crédito foram realizadas, num valor total de R$ 1,6 bilhão.

EMPREGO

No primeiro semestre, havia 4,6 milhões de empregos formais registrados no estado, um acréscimo de 144 mil postos de trabalho em relação ao mesmo período de 2022.

Fonte: Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Empregos gerados neste ano: cerca de 70% estão nas micro e pequenas empresas

Levantamento foi realizado a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No acumulado, foram quase 710 mil novos postos de trabalho no segmento

As micro e pequenas empresas continuam mantendo o fôlego e sustentando o saldo positivo de empregos no país. Levantamento feito pelo Sebrae, a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mostra que, este ano, as MPE já criaram quase 710 mil vagas de trabalho, o que corresponde a aproximadamente 70% do total de empregos formais gerados no período (pouco mais de 1 milhão de vagas). O quadro é semelhante ao que já havia sido registrado nos primeiros semestres de 2021 e 2022.

O presidente do Sebrae, Décio Lima, ressalta que a criação de empregos no país poderia ser ainda melhor, caso os pequenos negócios tivessem uma participação maior nas compras públicas. "Ampliar a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais – que hoje é de 30% - é uma das bandeiras do governo do presidente Lula. Este pode ser um poderoso instrumento para impulsionar ainda mais os pequenos negócios", comenta. "Entretanto, mesmo enfrentando uma taxa de juros absurda e que inibe o investimento, as micro e pequenas empresas deram, mais uma vez, uma contribuição inestimável à manutenção do emprego no país", acrescenta Décio Lima.

Entre janeiro e junho deste ano, os pequenos negócios do setor de Serviços geraram mais de 394 mil contratações, seguidos pelas empresas de construção (147 mil), Indústria da Transformação (72 mil) e Comércio (60 mil).

Em todos os segmentos, as micro e pequenas empresas apresentaram saldo positivo no mês de junho de 2023, já entre as Médias e Grandes Empresas, houve o registro de saldos negativos no Comércio (-5.275) e Construção (-2.544). Os destaques entre as MGE ficaram com as empresas de Serviços (18.302), Agropecuária (5.812) e Indústria da Transformação (2.055).

JUNHO

No mês passado, o Brasil teve um saldo positivo de 157 mil novas vagas, onde as micro e pequenas empresas representaram 72% do total (113 mil). Já as médias e grandes tiveram uma participação de 13% no total de vagas (19 mil vagas). Em comparação ao mês anterior (maio), foram gerados quase 5 mil empregos a mais, nas micro e pequena empresas. Já em comparação a junho de 2022, as vagas das micro e pequenas empresas representam 9 pontos percentuais a mais no geral, passando de 63% para 72% do total.

Números do Caged

- *No 1º semestre de 2023, o Brasil acumulou de 1,02 milhão de postos de trabalhos formais criados.*
- *As MPE foram responsáveis por 709 mil (quase 70%) das novas contratações.*
- *As micro e pequenas do setor de Serviços criaram 394 mil novos empregos no acumulado de 2023.*
- *Em junho deste ano, as MPE geraram 113 mil empregos.*

Por que aplicar em fundos de investimentos?

João Matos
Professor do curso de ciências econômicas da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio (FPMR) e está disponível para entrevista.

Baseado na ideia de que a união faz a força, os fundos de investimento podem ser uma opção para quem almeja fazer aplicações mais rentáveis do que alternativas ultraconservadoras como a poupança. Eles foram criados para atender diversos perfis de investidores que não desejam ou não podem gerir individualmente aplicações financeiras. Mas também há opções mais complexas, destinadas a um grupo de investidores já habituado às nuances do mercado financeiro e, portanto, mais aptos a correr riscos.

Não são poucos os brasileiros que já perceberam as vantagens de aplicar em um fundo de investimentos, entre elas, a gestão profissional da carteira e a possibilidade de diversificar os investimentos mesmo para quem tem pouco capital.

No país, os fundos somam um patrimônio de quase 6,2 trilhões (equivalente a 60% do PIB anual do Brasil), segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Há diferentes categorias de fundos que buscam atender os diversos perfis de investidores. Praticamente, a metade do patrimônio dos fundos está alocada na modalidade de renda fixa que é formada por carteiras que têm pelo menos 80% do patrimônio aplicados em ativos vinculados à variação da taxa de juros ou de índices de preço. Em geral, são títulos públicos federais, debêntures emitidas por empresas, CDBs (certificados de depósito bancário) e outros papéis que representam um empréstimo dos investidores ao governo, às empresas ou aos bancos. Em troca desses empréstimos, eles recebem juros.

Uma outra categoria relevante de fundos de investimento é a da previdência, que representa cerca da quarta parte do volume de patrimônio. Esses produtos do mercado financeiro, entretanto, não devem ser confundidos com aposentadoria no seu estrito senso. Isto porque as aposentadorias como a do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) ou Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) são modalidades de benefício definido. Já os fundos de previdência, quase em sua totalidade de contribuição, são definidos por benefícios que dependerão, naturalmente, do volume das contribuições e do sucesso das aplicações realizadas pelo fundo.

Além de ser uma interessante alternativa para os investidores, os fundos de investimento também são uma importante fonte de financiamento para obras e projetos de longo prazo, tocados pelo governo ou pela iniciativa privada. Com isso, acabam por desempenhar um relevante papel no desenvolvimento do país.

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio é uma instituição de ensino confessional presbiteriana, filantrópica, que se dedica às ciências sociais aplicadas. A instituição é comprometida com a formação de profissionais competentes e com a produção, disseminação e aplicação do conhecimento, inserida na sociedade para atender suas necessidades e anseios, e de acordo com princípios cristãos.

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio é uma instituição de ensino confessional presbiteriana, filantrópica, que se dedica às ciências sociais aplicadas. A instituição é comprometida com a formação de profissionais competentes e com a produção, disseminação e aplicação do conhecimento, inserida na sociedade para atender suas necessidades e anseios, e de acordo com princípios cristãos.

FIESP abre inscrições para 3ª turma de mentoria para mulheres

Programa Elas na Indústria é gratuito e já atendeu mais de 150 profissionais

A Fiesp está com inscrições abertas para a terceira turma do seu programa de mentoria para mulheres. O Elas na Indústria é gratuito, voltado para as profissionais que estão em cargos de pré-liderança e liderança, e tem como objetivo ampliar a participação feminina no setor industrial. As inscrições para o processo seletivo se encerram em 31 de agosto.

Com sessões 100% online, o programa atende profissionais de todo o país e de diferentes áreas. Só na segunda turma, 116 mulheres foram atendidas no programa, entre elas, engenheiras, compradoras, responsáveis técnicas, analistas sêniores, coordenadoras, supervisoras, gerentes e empresárias. Dessas, 86 são do estado de São Paulo e 30 de outros estados. No total, o Elas na Indústria já atendeu mais de 150 profissionais.

Para Livia Biancardi, mentoranda da segunda turma do Elas na Indústria, a mentoria recebida a ajudou a virar a chave do trabalho operacional para a gestão. "Aprendi a confiar mais em mim e na minha equipe, e sinto que essa confiança que tanto busquei, está fazendo eu me posicionar melhor diante dos problemas", relatou. Já Sandra Bergami, que é empresária e também mentoranda da segunda turma, entende que foi essencial ter alguém para abrir horizontes, apresentando a ela novas ferramentas de trabalho para alavancar vendas via redes sociais. "É importante ter alguém para nos mostrar de fora aquilo que não conseguimos enxergar trabalhando sozinhos", diz Sandra.

As mentoras do programa são profissionais referência nas suas áreas de atuação e selecionadas pelo Conselho Superior Feminino da Fiesp, por meio de processo seletivo. A jornada de conhecimento terá início em 4 de setembro e pode durar até três meses. Para realizar a inscrição no processo seletivo, as interessadas em receber a mentoria devem preencher o formulário disponível no site da Fiesp.

PRÉ-REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO:

- ***Mulheres colaboradoras de empresas industriais que estejam em cargos de gestão ou em posições que precedem a liderança;***
- ***Mulheres que estejam a frente de negócios industriais.***

Redução da taxa de juros: "Podemos comemorar o pênalti marcado, mas não o gol, ainda"

Em Comunicado, Copom afirmou que pretende seguir cortando os juros em meio ponto nas próximas reuniões; para mentora, a estimativa mostra que estamos no caminho, mas a economia como um todo ainda não melhorou

"Podemos comemorar o penâlti marcado, mas não dizer que fizemos o gol, ainda", exemplifica a mentora financeira Silvia Machado sobre a redução da taxa Selic e as sinalizações sobre uma possível queda nos juros até o final de 2023.

A analogia da mentora é referente às recentes decisões e comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, em reduzir em 0,5% a Taxa Selic nas próximas reuniões e da aprovação da diminuição de 13,75% para 13,25%. "Estamos caminhando, mas a economia ainda não está melhor. O mercado tem sentido uma melhora consistente na situação financeira como um todo, mas não podemos deixar de lembrar que não é só reduzir gradativamente a taxa de juros que fará com que a economia se reerga. Afinal, são muitos indicadores para serem observados", comenta.

Silvia Machado reforça que a taxa de juros ainda está aquém do que deveria. "Se um consumidor adquirir um empréstimo de R$ 10 mil, vai pagar somente de juros R$ 1.132,50. Não é sinal de muita melhora pagar 13,25% de juros ao ano, principalmente se pensarmos que em 2021 mantínhamos os juros em 2%".

"Apesar disso, não deixa de ser um progresso. Fundamental reforçar ainda a autonomia e independência do Banco Central que segue regras e acompanha todos os indicadores

econômicos – inflação, desemprego e crescimento do país. Afinal, não adianta as empresas garantirem dinheiro para ampliar suas estruturas ou produtos se não houver o consumo", argumenta.

O Relatório Focus, divulgado na semana passada, reduziu a estimativa para a Taxa Selic até o final de 2023. Agora, a projeção é de que a taxa termine o ano em 11,75%. E para 2024, a projeção do mercado é que o juro básico fique em torno de 9% ao ano.

Como a taxa Selic reflete no cotidiano? A mentora Silvia Machado explica que há reações de duas formas: Na primeira delas, positivamente. "Na hora que reduz a taxa básica de juros, diminui também os juros de empréstimos, cartão de créditos e cheque especial", diz.

A taxa Selic é utilizada para controlar a inflação. "Quando se eleva a taxa de juros básica do país, a ideia é diminuir o consumo. Você vai ao banco fazer um financiamento para comprar um carro, na hora que vê que o custo aumentou, adia esse plano. Então para o consumidor é melhor a redução da taxa de juros. As empresas precisam de empréstimos, pessoas utilizam o crédito como forma de aquisição de produtos, utilizam cartão de crédito e cheque especial", explica Silvia.

Em contrapartida, para o investidor reduz a rentabilidade dos produtos de investimentos de renda fixa. "Tesouro Selic vai pagar menos. Papéis de renda fixa atrelados ao IPCA vão pagar menos. O CDB vai ser também influenciado por isso", afirma.

"Portanto, tem o lado bom, principalmente para o consumidor de crédito, que são empresas, são as pessoas físicas e, essa é uma maneira de ampliar o consumo e mostra que a inflação começa a ficar controlada", comenta a mentora em finanças.

Vantagens do Pix Parcelado para o consumidor

Pix Parcelado: popular entre a nova geração e para aqueles que não possuem cartão de crédito, a novidade possibilita que consumidores parcelem suas compras sem a necessidade de um cartão de crédito

Criado como um novo método de pagamento para acompanhar os movimentos do mercado, o pix parcelado é a inovação do setor financeiro que tem atendido às necessidades dos consumidores e atuado como aliado dos varejistas. O método de pagamento permite que o consumidor dívida o valor das suas compras sem a necessidade do uso do cartão de crédito, já que possibilita o parcelamento por meio da do PIX.

Além de possibilitar uma experiência fluida para o consumidor e otimizar o tempo na jornada de compra, o Pix Parcelado também democratiza o acesso a pagamentos a prazo Um a cada três brasileiros não possui cartão de crédito e, dentro do grupo que possui, grande parte têm um limite de cartão de crédito abaixo do seu poder de compra - a média de limite de cartão de crédito do brasileiro é R$ 1400. Segundo dados da consultoria GMattos, as compras não aprovadas por falta de limite no cartão passam de 100 bilhões de reais por ano - dessa forma, o Pix Parcelado pode ser uma ferramenta importante para garantir que esse valor não se perca.

Essa modalidade de pagamento também tem se tornado bastante popular entre a geração Z e Millennial. Segundo pesquisa realizada pela agência de crédito TransUnion, mais de 70% declaram não gostar de usar cartão de crédito, sendo o principal motivo o medo de cair na armadilha dos juros rotativos caso não consigam fazer um dos pagamentos.

"A Pagaleve traz uma nova solução que atende exatamente às necessidades dessas pessoas. Com isso, democratizamos o acesso ao parcelamento, uma vez que, com o pix parcelado, damos possibilidade de compra para esses três públicos

comentados" Estamos aqui para oferecer ao consumidor facilidade financeira e ao lojista, uma forma de aumentar a sua taxa de conversão e ticket médio", aponta Henrique Weaver, CEO da Pagaleve.

Abaixo, estão listadas 5 vantagens do Pix Parcelado para o consumidor, separadas pela Pagaleve, empresa líder em Pix Parcelado no Brasil:

1- CONTROLE FINANCEIRO

O Pix Parcelado permite que os consumidores tenham acesso àquela compra que querem muito, sem perder o controle financeiro e sem precisar se preocupar com juros.

2- DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À PRODUTOS E SERVIÇOS

Com essa forma de pagamento inovadora, os consumidores têm um novo método para parcelar suas compras, o que contribui para impulsionar a economia, além de tornar mais acessível a aquisição de produtos e serviços com valores mais elevados. "Um consumidor que poderia levar somente um item pagando à vista, passa a poder levar 2 ou mais já que agora pode parcelar sem cartão", exemplifica Weaver.

3- AUSÊNCIA DE JUROS

Um dos principais motivos pelos quais os consumidores preferem o Pix Parcelado é a ausência de juros, o que representa uma economia significativa em comparação com outras formas de pagamento, como cartões de crédito, que divulgou a taxa de juros rotativos de até 411,5% ao ano, maior patamar desde agosto de 2017, segundo dados do Banco Central.

4- PRESERVAÇÃO DO LIMITE DO CARTÃO DE CRÉDITO

Para os consumidores que já estão acostumados a usar o cartão de crédito, o Pix Parcelado pode ser uma forma de pagamento para evitar o uso total do limite do cartão nas compras.

5- AUMENTO DE MEIOS DE PAGAMENTO E DIMINUIÇÃO DO ABANDONO DE PEDIDOS

Pesquisa realizada pelo Octadesk indica que 31% dos consumidores já desistiram de finalizar uma compra online porque não podiam pagar da maneira desejada. A facilidade do parcelamento Pix contribui para a diminuição dessas desistências, tornando a jornada de compra do consumidor mais eficiente e otimizada, o que, por sua vez, fideliza os clientes. Fundada em 2021, a Pagaleve é uma fintech que oferece o meio de pagamento Pix Parcelado em 4x quinzenais sem juros por meio de uma plataforma altamente tecnológica. Entre os benefícios oferecidos aos varejistas estão: aumento da taxa de conversão, aumento do ticket médio e recebimento do valor da venda no dia seguinte. Para os consumidores, o Pix Parcelado possibilita o parcelamento quinzenal sem cartão de crédito, sem juros e com uma aprovação em menos de cinco segundos.

Novo PAC: "Para não repetir erros do passado, programa precisa ter mecanismos de controle aprimorados", dizem economistas

Economistas e deputados da oposição avaliam o lançamento do novo PAC. O programa terá investimentos de R$ 1,7 trilhão que devem ser executados além do tempo do mandato do presidente Lula. Especialistas avaliam que investimentos da iniciativa privada podem ser superestimados e ponderam o fato de governo não dizer de onde sairão os recursos da União

Depois de sucessivos adiamentos e muito esforço para surgir como um programa de sucesso, o novo PAC nasceu, mas o futuro é duvidoso.

O programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que ganhou fama no segundo mandato do presidente Lula e na gestão de Dilma Rousseff está de volta — mais forte e caro do que antes, quando também foi alvo de muitas críticas. Os valores assustam até na hora de colocar no papel: um trilhão, seiscentos e oitenta bilhões de reais. A origem do montante é variada: parte deve vir da União, de empresas estatais e financiamentos. E outra parte tem origem em investimentos do setor privado. Esta, no modelo de Parcerias Público-Privadas, as PPPs.

"Para mim, parece muito mais jogada de marketing do que qualquer outra coisa" afirma José Márcio de Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos.

"Essa é mais uma proposta do governo de aumentar gastos sem dizer de onde vêm os recursos. Desde o início deste governo tivemos vários anúncios como aumento de gastos, como: aumento do salário mínimo, aumento de salário de funcionário público, aumento do Bolsa Família, sem que nós tivéssemos qualquer expectativa de onde vêm as receitas necessárias para financiar esse aumento de gastos." avalia o economista.

OPOSIÇÃO REAGE

Para o deputado federal Alberto Fraga (PL-DF), "o PAC número 1 parece que executou 9% do que foi prometido, o PAC número 2 executou 26%, esse PAC número 3, de trilhões, tá na cara que não vai conseguir entregar nem 20%. Então é mais uma propaganda enganosa do governo PT, que apresenta esses programas para enganar a população pobre. Mais um fisco, não vai ser executado. É só para inglês ver."

Dentro do anúncio feito pelo presidente Lula no lançamento do Programa, estão previstos R$ 612 bilhões de investimentos com origem no setor privado. Mas o economista Márcio Camargo enxerga a origem desse dinheiro como contraditória, uma vez que "todos os atos deste atual governo não vão na direção de incentivar investimentos de empresas privadas."

E critica: "Pelo contrário, a tentativa de reestatizar a Eletrobras é claramente contra os investimentos privados. A ideia de aumentar a carga tributária para conseguir financiar gastos também é contra os investimentos privados. Ou seja, é difícil saber como o governo vai conseguir fazer com que os investimentos privados cubram a parte desses gastos."

ONDE O DINHEIRO SERÁ INVESTIDO?

O PAC deve investir R$ 1,68 trilhão em 9 eixos:

Transporte eficiente e sustentável – duplicação de rodovias, novas concessões rodoferroviárias, arrendamentos portuários, obras em aeroportos e derrocamento de hidrovias;

Infraestrutura social inclusiva – centros de artes e de cultura, obras de patrimônio histórico, espaços esportivos, centros comunitários;

Cidades sustentáveis – Minha Casa, Minha Vida, financiamento habitacional, urbanização de favelas, obras de mobilidade urbana, sistemas de esgoto;

Água para todos – abastecimento de água, adutoras e barragens, cisternas, recuperação de bacias hidrográficas;

Inclusão digital e conectividade – conexão em escolas e unidades de saúde, expansão do 4G e 5G, infovias, centros de serviços postais, TV digital;

Transição e segurança energética – projetos da Petrobras, investimentos em geração de energia, linhas de transmissão, Luz para Todos e combustíveis de baixo carbono;

Inovação para a indústria da defesa – pesquisa, desenvolvimento e aquisição de equipamentos para Exército, Marinha e Aeronáutica;

Educação, ciência e tecnologia – retomada de obras de creches e escolas, escolas em tempo integral, expansão de institutos federais, universidades e hospitais universitários;

Saúde – unidades básicas de saúde, centros odontológicos móveis, maternidades, policlínicas, laboratórios de saúde, telesaúde.

INVESTIMENTOS NO DISTRITO FEDERAL

A previsão de recursos estimada para o Distrito Federal, até 2026, é de R$ 47,8 bilhões. Nesta segunda-feira (14) o governador Ibaneis Rocha (MDB) anunciou o destino de R$ 2,2 bilhões em obras de mobilidade. Três delas já foram anunciadas e incluem construção de vias expressas para ônibus, duplicação de rodovia e expansão do metrô.

"São recursos fundamentais para que a gente possa continuar investindo no Distrito Federal, principalmente na questão da mobilidade, que afeta outras áreas, traz desenvolvimento para as cidades e conforto para as famílias." comemora o governador.

O programa tem a coordenação da Casa Civil, liderada pelo Ministro Rui Costa, e é encarado pelo presidente Lula como prioridade do governo. No lançamento, na última sexta-feira (11), no Rio de Janeiro, o chefe do executivo disse que ali estava começando, de verdade, seu terceiro governo.

Apesar de todos os 27 governadores terem sido convidados para a cerimônia de lançamento, 7 deles — da oposição — não compareceram. Entre eles, Ibaneis Rocha (MDB), governador do DF e Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais. Apesar da ausência, o presidente Lula pretende desarmar as resistências de governadores da oposição e viajar para lançar os projetos "em cada estado, ao lado dos governadores e prefeitos".

PACS ANTERIORES

O que o presidente Lula mostra — com o lançamento dessa nova versão do PAC — é a expectativa de "viralizar" o programa, como aconteceu nas duas primeiras edições: em 2007 no segundo mandato do petista e em 2011 com a então presidente Dilma Rousseff.

No PAC 1, de 2007, foram anunciados investimentos de R$ 503,9 bilhões em obras e programas como transporte, saneamento, habitação e energia para tentar resolver os maiores problemas de infraestrutura do país.

De início, como a natureza no próprio nome indica, o programa fomentou a economia e fez crescer o emprego no Brasil, mas com tantos investimentos, acabou aumentando a dívida pública, subindo juros e causando recessão nos anos de 2015/2016. Além disso, diversas obras nunca foram concluídas e algumas delas foram alvo de denúncias de desvios de dinheiro público e superfaturamento.

Mas o economista e doutor em Ciências Políticas pela UNICAMP Felipe Queiroz vê com bons olhos o programa e o momento em que ele foi lançado. "Esse pacote chega em boa hora, sobretudo quando observamos a necessidade do país retomar o protagonismo internacional, para isso é necessário, sim, investimento em áreas estratégicas e infraestrutura."

Mas avalia o que é preciso ser feito para evitar novos erros e superar os gargalos das gestões anteriores. –

Fonte: Lívia Braz – Brasil 61

Valor Bruto da Produção Agropecuária de 2023 é atualizado em R$ 1,135 trilhão

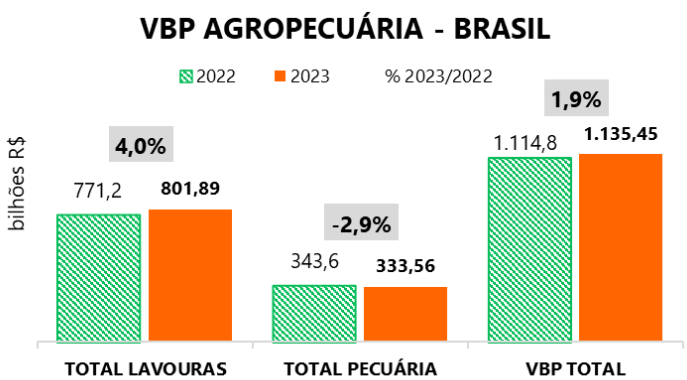
As lavouras lideram o crescimento com aumento de 4%, impulsionadas pelo recorde da safra de grãos e ganhos de produtividade

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) deste ano, com base nas informações de julho, é de R$ 1,135 trilhão, alta de 1,9% em relação ao ano de 2022. As lavouras cresceram 4% e a pecuária reduziu seu crescimento em 2,9%. O faturamento das lavouras é de R$ 801,9 bilhões e o da pecuária foi de R$ 333,6 bilhões.

Os produtos que apresentam melhor desempenho neste ano são mandioca (42,9%), laranja (27,2%), banana (16,8%), tomate (15,9%), cacau (13,8%), cana-de-açúcar (11,6%), amendoim (10,6%), feijão (10,4%), arroz (9,3%), uva (7,5%), soja (2,5%) e milho (1,4%).

Esse grupo de produtos beneficia-se de preços favoráveis e, em vários casos, quantidades produzidas mais elevadas.

No levantamento da Conab, a projeção é de safra recorde de 320 milhões de toneladas previstas para a temporada 2022/2023 que sustenta essa posição. O resultado se deve ao aumento da produtividade de 11,8% e à expansão de área da ordem de 5% em relação ao ano passado. Esse crescimento de área de grãos passou de 74,6 milhões de hectares de área plantada, em 2022, para 78,2 milhões de hectares, em 2023.



Fonte: : CGPOP/DAEP/SPA/MAPA

Na pecuária, os aumentos do VBP ocorrem na carne suína, leite e ovos.

O efeito de preços mais baixos tem repercutido no decréscimo do VBP de alguns produtos, como algodão, café, mamona e trigo.

Os cinco produtos classificados com o maior VBP são soja, milho, cana-de-açúcar, café e algodão, que respondem por 81,6% do VBP das lavouras.

Ao longo destes últimos 18 meses, observou-se que o VBP tem crescido a taxas relativamente menores. Pode-se atribuir esse decréscimo do crescimento real do VBP aos preços de milho e soja que têm apresentado tendência de redução.

Elisão e evasão fiscal: a diferença entre planejamento tributário e sonegação

Advogada explica as duas práticas e reforça como uma pode ajudar as empresas a pagar menos impostos

O Brasil é o segundo país que mais cobra impostos de empresas, segundo pesquisa recente feita pela Cupom Valido, envolvendo 111 países e com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Já outro estudo, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), aponta que em 2023 os brasileiros precisam trabalhar cento e quarenta e sete dias por ano (ou quatro meses e 27 dias) apenas para pagar impostos.

Em uma realidade como essa, não é de se estranhar que todos busquem formas de pagar menos tributos, aderindo a práticas como elisão e evasão fiscal. Apesar de serem palavras parecidas, há grandes diferenças e elas vão além da grafia: uma delas usa vias legítimas, a outra, não.

"Na elisão fiscal, há diminuição lícita dos valores tributários devidos, pois o contribuinte evita a relação jurídica geradora da obrigação tributária, enquanto, na evasão fiscal, o contribuinte atua de forma a ocultar o fato gerador para omitir-se ao pagamento da obrigação tributária devida", detalha a advogada tributarista Maria Carolina Soares, da RMS Advogados.

Em outras palavras, a elisão fiscal pode ser entendida como planejamento tributário e a evasão fiscal pode ser caracterizada por uma fraude, simulação e/ou sonegação fiscal.

No sentido de planejamento, a advogada ressalta que dependendo da operação da empresa, a elisão fiscal pode simplificar determinadas obrigações acessórias, que são os deveres exigidos pela administração tributária para fiscalizar o pagamento dos impostos. "O que pode demandar mais dos especialistas tributários é a identificação, dentro da operação do contribuinte, das diminuições lícitas a serem aplicadas", comenta.

PERMISSÃO E PUNIÇÃO

Outro ponto importante que diferencia os dois caminhos é a forma como o governo avalia cada um deles. A elisão fiscal é uma prática lícita e sem entraves por parte do governo, parlamentares e magistrados. E ainda que haja uma diminuição da carga tributária, não causa prejuízo aos cofres públicos.

"A legislação regulamenta as formas de incidência dos tributos em vigor, e os benefícios tributários existem como uma maneira de fomentar determinados ramos da economia do país, sendo uma forma de incentivo àquelas operações", pondera Maria Carolina.

Já a evasão é classificada como um crime contra a ordem econômica do país e tem fiscalização, por meio da Lei Complementar 104/2001. A advogada pontua que o texto alterou o Código Tributário Nacional, em seu artigo 116, parágrafo único, com a instrumentalização de meios de fiscalização tributária a fim de desconsiderar atos ou negócios jurídicos relativos a um planejamento tributário com o objetivo de "dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação".

"A Receita Federal está cada vez mais tecnológica, a fim de cruzar informações de transações realizadas entre os contribuintes para evitar que estas práticas ocorram, tornando-se ainda mais eficiente nesse campo", reforça.

Enquanto a fiscalização avança, outra forma de combater a evasão

fiscal deve vir da reforma tributária, apesar de, na avaliação da especialista, ainda ser incerta aos contribuintes, pois deixa a observação de alíquotas entre outros dados necessários para apuração dos impostos a cargo de Leis Complementares a serem instituídas.

"A simplificação dos impostos evitaria maiores evasões fiscais. E a elisão sempre será bem vinda, principalmente nos primeiros atos dos contribuintes dentro da reforma tributária, justamente para evitar o recolhimento de impostos indevidos com base na legislação e para dirimir as incertezas", diz.

Há 11 anos no mercado, a RMS Advogados é especialista em Direito Tributário e Societário. Com escritórios em Joinville, São Paulo e Miami, a equipe atende pequenas e médias empresas que buscam organizar a gestão da área de tributos e recuperar crédito, além de fazer defesas jurídicas e administrativas. Já no segmento de Direito Societário a RMS presta serviços que vão desde a revisão de contratos com clientes, fornecedores e funcionários à gestão de patrimônio, entre outros. Fundada pelos sócios Leonardo Roesler e Bernardo Marchesini, o time da RMS é formado por advogados com expertise para atender empresas de forma personalizada e orientá-las com ética e responsabilidade.

Prévia do PIB indica o fortalecimento da economia nos próximos trimestre

Para o presidente do Sebrae, papel dos pequenos negócios será estratégico para a geração de empregos e combate à desigualdade

O Banco Central divulgou no dia 14 de agosto que o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado como uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB) do país, registrou uma alta de 0,43% no segundo trimestre deste ano. Esse resultado mostra que apesar do recuo de 2% registrado em maio, a economia brasileira conseguiu fechar o período com um saldo positivo.

O IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção atual do Banco Central para a atividade doméstica em 2023 é de crescimento de 2%, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de junho. Já a equipe econômica projeta expansão de 2,5%.

Para o presidente do Sebrae, Décio Lima, o indicador permite uma avaliação otimista. "O país, em curto período, dá sinal de recuperação. Mas esses números mostram que as medidas do governo têm sido acertadas e vão possibilitar um desenvolvimento mais vigoroso nos próximos trimestres", comenta. Segundo Décio, o anúncio do novo PAC, a sinalização de uma trajetória de taxa de juros descendente e a discussão em torno do arcabouço fiscal no Congresso, entre outras ações, permitem prever uma economia mais fortalecida.

Nesse contexto, destaca o presidente do Sebrae, o papel das micro e pequenas empresas será fundamental. "Elas já estão respondendo por 7 em cada 10 empregos formais gerados este ano. Na medida em que o PAC abrir mais espaço para a participação dessas empresas nas compras públicas governamentais, o protagonismo das MPE será ainda maior. Elas são capazes de gerar ainda mais emprego e contribuir com o enfrentamento às desigualdades", avalia.

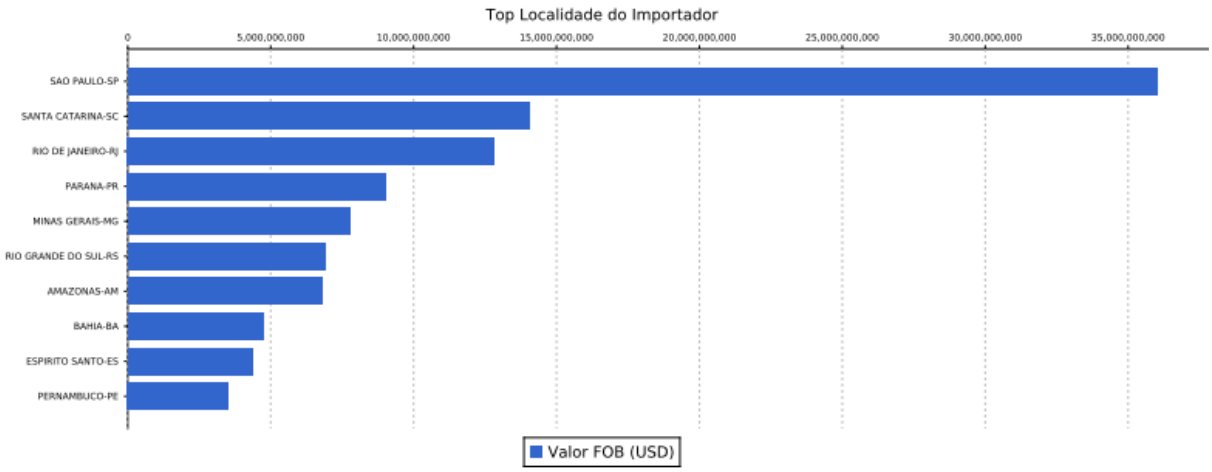
Estado de São Paulo lidera importações brasileiras

Levantamento trouxe dados sobre as importações de todos os estados brasileiros realizadas primeiro semestre de 2023, comparando-as com o volume movimentado no mesmo período do ano passado

O Estado de São Paulo foi o responsável pelo maior volume de importações no Brasil nos primeiros seis meses de 2023. É o que aponta o relatório do Grupo Descartes System, líder global na união de negócios intensivos em logística no comércio, por meio de seu serviço Descartes DatamyneTM - provedor da maior base de dados de trade pesquisável do mundo, cobrindo o comércio global de 230 mercados em cinco continentes. O documento trouxe dados sobre as importações de todos os estados brasileiros realizadas no período, comparando-as com o volume movimentado no primeiro semestre do ano passado (conforme imagem abaixo).

O estado mais rico do país importou 29,87% do total de mercadorias trazidas para o Brasil, o que corresponde a R$ 36 bilhões; já em 2022, o volume foi de 29,22%, com movimentação de R$ 37,9 bilhões. "Há alguns anos, São Paulo aparece como primeiro colocado no ranking das nas importações. Ele é um dos principais estados que importa produtos manufaturados, mas também se destaca na importação de produtos básicos", afirma Helen Abdu, Gerente Comercial de Datamyne na América Latina.

Em segundo lugar, aparece Santa Catarina, respondendo por 11,65% das importações brasileiras, o que equivale a R$ 14 bilhões. No ano passado, este índice era de 10,39%, o equivalente a R$ 13,4 bilhões. Segundo Helen, a principal razão da



sua posição são os incentivos fiscais. "Santa Catarina oferece incentivos vantajosos e benefícios fiscais interessantes para empresários de todos os portes. Eles buscam se instalar nas cidades da região para usufruir das concessões fiscais, que certamente fazem diferença na importação e nos negócios", comenta a executiva da Descartes.

O Rio de Janeiro ocupa a terceira posição, de acordo com o levantamento. Nos primeiros seis meses deste ano, o estado respondeu por 10,65% do total de importações no Brasil, atingindo cerca de R$ 12,8 bilhões. No ano anterior, o número foi de 9,7%, o que significou R$ 12,5 bilhões. Helen reforça que o Rio de Janeiro, nos últimos anos, tem se alternado com Santa Catarina na segunda e terceira colocação, por possuir excelente potencial a ser explorado pelo comércio exterior brasileiro.

Em quarto lugar no ranking das importações, está o Paraná, que respondeu por 7,5% do total de importações, correspondendo a um montante de R$ 9,03 bilhões; no ano passado, o índice foi de 8,2% e o equivalente a R$ 10,7 bilhões. A executiva da Descartes lembra que, assim como Santa Catarina, as facilidades fiscais são os principais fatores para a utilização do estado como importador.

Na quinta posição, está Minas Gerais, que importou 6,4%, o equivalente a R$ 7,7 bilhões, sendo que, em 2022, importou 6,3% - o equivalente a R$ 8,2 bilhões. No primeiro semestre de 2023, o Rio Grande do Sul figurou em sexto lugar, respondendo por 5,7% do volume e por montante de R$ 6,8 bilhões. No ano passado, o sexto lugar foi ocupado pelo Amazonas, com 5,5% do total, e montante de R$ 7,1 bilhões. "Os dois estados se alternaram no ranking, já que o Amazonas está posicionado no sétimo lugar do ranking de 2023, com 5,63% do total importado e R$ 6,7 bilhões", explica Helen. Em 2022, o Rio Grande do Sul era o sétimo colocado, com 4,94% e R$ 6,4 bilhões de movimentação.

Por fim, o relatório aponta ainda a importância dos demais estados no ranking dos seis primeiros meses de 2023. Eles são, nesta ordem: Bahia (3,9%), Espírito Santo (3,6%), Pernambuco (2,9%), Goiás (2,06%), Maranhão (2%), Ceará (1,36%), Distrito Federal (1,34%), Mato Grosso do Sul (1,31%), Mato Grosso (1,17%), Pará (0,93%), Paraíba (0,39%), Amapá (0,35%), Rondônia (0,34%) e Alagoas (0,28%).

Helen salienta que as importações desempenham papel crucial no crescimento econômico do Brasil, assim como em qualquer país com uma economia globalizada. "Elas fazem parte das estratégias que permitem ao país ter acesso a bens e serviços que não são produzidos localmente ou que não são suficientemente supridos pela produção interna, promovendo a diversificação da economia. Essa diversificação é importante para reduzir a dependência de setores específicos, tornando o país menos vulnerável a flutuações no mercado internacional", finaliza a executiva da Descartes.

O Grupo Descartes Systems é líder global no fornecimento de soluções sob demanda de software como serviço, focadas na melhoria da produtividade, desempenho e segurança de negócios de logística intensiva. Os clientes usam nossas soluções modulares de software como serviço para rotear, agendar, rastrear e medir os recursos de entrega; planejar, alocar e executar remessas; avaliar, auditar e pagar faturas de transporte; acessar dados comerciais globais; arquivar documentos aduaneiros e de segurança para importação e exportação; e concluir vários outros processos de logística participando da maior comunidade de logística multimodal colaborativa do mundo. A sede fica em Waterloo, Ontário, Canadá e temos escritórios e parceiros em todo o mundo.

CNT e NTU detalham, pela primeira vez, o perfil das empresas do transporte rodoviário e urbano de passageiros no Brasil

O levantamento inédito, feito com empresários do segmento, traz dados atuais e expõe os desafios e a crise enfrentada por esse setor, que perdura há décadas

O transporte rodoviário coletivo urbano é o principal responsável pelo deslocamento de passageiros no país. O setor conta com 1.577 empresas de ônibus urbanos em operação no Brasil e, aproximadamente, 107 mil ônibus. O segmento é responsável também pela geração de cerca de 315 mil empregos diretos. Mas, apesar da relevância, enfrenta uma forte crise iniciada há quase três décadas.

Para retratar tanto a dimensão e a essencialidade do serviço prestado quanto os desafios que o atingem, a Confederação Nacional do Transporte lança, nesta terça-feira (08/08), a Pesquisa CNT Perfil Empresarial 2023 - Transporte Rodoviário Urbano de Passageiros. O estudo inédito – que contou com o apoio da NTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos) – detalha de forma minuciosa as características das empresas em aspectos como frota, operação, mão de obra e investimentos. Traz também as questões relacionadas às gestões ambientais e de riscos e formas de pagamento, bem como os impasses relacionados à política tarifária vigente. A visão das empresas e os principais desafios do setor fecham o escopo da sondagem.

As informações foram fornecidas por empresários do segmento no primeiro semestre deste ano, com a realidade do transporte rodoviário urbano de passageiros de todas as regiões do Brasil.

Os resultados revelam que as empresas de grande porte, ou seja, com mais de cem funcionários, são maioria no segmento, e representam 82,2% do total. Também são majoritárias as que têm mais de 20 anos de atuação no mercado, 84,5%. A origem familiar do negócio é a motivação para operar no ramo para pouco mais da metade das empresas (59,8%).

Cerca de 2/3 da amostra (69,0%) atua exclusivamente no segmento rodoviário urbano de passageiros. Outros 19% dos entrevistados pela CNT atuam em outra modalidade e passaram, posteriormente, a trabalhar com o transporte rodoviário urbano de passageiros.

Entre os desafios apontados, a questão do custeio da atividade ganha destaque: 36,2% das empresas têm a tarifa paga pelo usuário como a principal remuneração, e 51,1% carecem de qualquer subsídio público. Chama atenção também a questão da violência, que tem afetado a maioria das operadoras do setor: 59,2% foram vítimas de assalto e 40,2% sofreram ato de depredação no último ano, sendo que uma em cada cinco (20,1%) tiveram veículos incendiados no período.

Os dados contribuem para dar visibilidade à importância do transporte rodoviário urbano de passageiros. Servem também para auxiliar os transportadores nas tomadas de decisão e nos seus planejamentos de longo prazo, bem como a definição de suas estratégias comerciais.

Para governos locais, a pesquisa ajuda a definir a priorização de investimentos no setor e, consequentemente, a alocação de esforços. Os dados apresentados também podem apoiar na elaboração de planos e políticas de mobilidade urbana que atendam as reais necessidades da sociedade e do setor, impactando-os de forma assertiva.

Prefácio comemora 30 anos de atuação no mercado da comunicação

No dia 4 de agosto, as sócias-diretoras da Prefácio Comunicação, Ana Luiza Purri e Celuta Utsch, comemoraram os 30 anos da empresa no mercado da comunicação corporativa. A celebração, realizada ao pôr do sol no rooftop do P7 Criativo, no centro da capital mineira, contou com a participação de colaboradores, clientes e parceiros. Premiada e reconhecida nacionalmente por trabalhos de Comunicação Integrada, a Prefácio já colaborou com mais de 400 clientes no Brasil e no exterior. A agência foi criada em meio à formação do mercado de comunicação corporativa no Brasil, cujo faturamento ultrapassou os R$ 4.8 bilhões em 2022, 31,4% a mais do que o ano anterior. A Prefácio está entre as principais agências do país, segundo dados do Anuário da Comunicação Corporativa 2023.

Na primeira imagem, as sócias-diretoras da Prefácio durante a celebração de aniversário. Na segunda foto, a equipe Prefácio reunida para comemorar os 30 anos da empresa

Jeep® Compass supera a marca de 400 mil unidades vendidas no Brasil

O Jeep Compass produzido no Brasil superou, no início de agosto, a importante marca de 400 mil unidades vendidas no país
No acumulado de 2023, o Compass segue líder absoluto entre os SUVs médios, com 42,8% de participação no C-SUV e se mantém entre os TOP 10 mais vendidos do ano no mercado geral
Modelo foi lançado em 2016, ganhou uma nova geração em 2021 e é o líder de vendas entre os SUVs Médios nos últimos 6 anos

O Jeep® Compass é um grande sucesso. O modelo produzido no Polo Automotivo Stellantis de Goiana (PE) chegou ao mercado em 2016 e logo assumiu um papel de protagonismo no mercado brasileiro, ganhando também uma nova geração em 2021. E isso se reflete em suas vendas, que acabam de alcançar mais uma marca impressionante no início de agosto: 400 mil unidades comercializadas no país desde o seu lançamento!

Líder absoluto entre os SUVs médios no país, o Jeep Compass tem um excelente desempenho em ambientes urbanos, off-road e também nas vendas. O Compass também é o SUV médio mais premiados do país, com diversas conquistas durante a sua trajetória, além de se destacar também em comparativos da imprensa especializada.

Em 2023, o Jeep Compass segue com sua liderança na categoria dos SUVs médios, com mais de 35 mil unidades comercializadas e 42,8% de participação na categoria no acumulado do ano. Posição essa que o Jeep Compass já mantém há 6 anos, como o SUV médio preferido do mercado brasileiro e também é presença constante entre os TOP 10 modelos mais vendidos, considerando o mercado total.

O Compass reflete todo o DNA da Jeep com muita tecnologia, design, sofisticação e uma performance que se destaca. O modelo foi pioneiro ao introduzir diversos itens de segurança e tecnológicos à sua categoria, como o sistema de frenagem de emergência com detecção de pedestres, ciclistas e motociclistas; Serviços Conectados Nativos; 7 airbags, entre outros itens que o tornaram rapidamente uma referência no segmento.

Com 5 versões no mercado brasileiro (Sport, Longitude, Limited, Série S e Trailhawk), 3 tipos de motorizações e 2 tipos de sistema de tração, o Jeep Compass tem uma opção para atender a todos os perfis de consumidores no país. Ele é oferecido em versões turboflex, turbodiesel e híbrida plug-in. Sinônimo de capacidade off-road, o modelo conta com versões 4x4 que garantem ótimas experiências nos desafios mais extremos enfrentados pelos clientes, além do Traction Control+ nas versões 4x2. Fabricado no Brasil, no Polo Automotivo Goiana (PE), o modelo também é um sucesso nos demais países da América Latina para onde é exportado.

Michel Teló é o novo embaixador da Quartzolit

Grande nome da música brasileira estreia a nova campanha da marca

A Quartzolit, empresa do Grupo Saint-Gobain e líder nacional na produção de argamassas e rejuntes, anuncia a parceria com o cantor sertanejo Michel Teló, que assume o posto de embaixador da marca pelos próximos anos.

"Buscávamos alguém que representasse o povo brasileiro e que fosse capaz de se comunicar com todos os nossos públicos, pedreiros, lojistas e consumidor final", explica Vinícius Araújo, Diretor de Marketing da Saint-Gobain Produtos Para Construção. "Acreditamos que essa parceria seja um match perfeito, já que o Michel Teló e a Quartzolit compartilham muitos valores. Com seu carisma, tradição, credibilidade e humildade, temos certeza de que a marca será muito bem representada pelo Michel", completa Vinícius.

O início da parceria marca um momento importante para a companhia, que busca resgatar as campanhas memoráveis que a marca realizou nos anos 90 e 2000, estrelados pelo saudoso Rolando Boldrin.

O PONTAPÉ INICIAL

A estreia da parceria Quartzolit e Michel Teló já tem data marcada para acontecer: o cantor estrelará a partir do dia 17 de agosto uma campanha reforçando a tradição e o sucesso da Quartzolit, marca escolhida como favorita dos brasileiros há mais de 85 anos, com a mensagem "sucesso que atravessa gerações".

A campanha, desenvolvida pela Innova AATB, conta com uma série de filmes e materiais produzidos exclusivamente para o novo conceito, além de contar com um jingle gravado pelo Teló com a temática da campanha levando o público para os anos 30 no ritmo de um dos seus hits, "Aí Se Eu Te pego". A estreia do astro como embaixador acontecerá nos principais canais de mídia, como Tv, rádio, canais digitais, revistas, pontos de venda e out of home.

O conceito é um reforço da tradição e pioneirismo de uma das marcas mais conhecidas da construção no Brasil. "Procuramos destacar em toda a campanha o quanto a Quartzolit faz parte da vida dos brasileiros há muitos anos, passando de gerações em gerações para os seus diversos públicos, como pedreiros, lojistas e consumidores finais", destaca Camilo Leles, Gerente de Comunicação e Marketing Digital.

"Eu fiquei feliz demais com o convite de virar embaixador da marca Quartzolit, a marca é sinônimo de valores que são essenciais para mim, além de toda história que ela representa no país. É muito legal poder fazer parte e contar um pouco dessa história de sucesso que atravessa gerações", afirma Michel Teló.

Com mais de 25 anos de carreira, Michel Teló tem uma longa trajetória de sucesso como artista e musicista, é responsável por hits como "Ai se eu te pego, "Humilde residência" e "Fugidinha", que contabilizam mais de 1 bilhão de visualizações no seu canal no Youtube. O cantor é o técnico mais vitorioso do programa The Voice Brasil, da Rede Globo, com sete títulos. Teló foi o apresentador da série "Bem Sertanejo", no programa Fantástico, da Rede Globo.

A Quartzolit é líder mundial na produção de argamassas industrializadas e oferece uma variedade de soluções com a mais avançada tecnologia em suas formulações para atender às exigências técnicas do mercado. Fabricante de argamassas, rejuntes, impermeabilizantes, limpadores, adesivos e selantes, pisos, lixa, tintas, entre outros produtos, a empresa que é referência no mercado pela excelência e qualidade em materiais para construção, iniciou suas atividades na França em 1904, e atualmente, além de estar presente em todo o continente da Europa, também atua na Ásia e América do Sul.

Líder global em construção leve e sustentável, a Saint-Gobain projeta, fábrica e distribui materiais e serviços para os mercados de construção e indústria. Suas soluções integradas para a reforma, construção leve e descarbonização da construção e da indústria, são desenvolvidas por meio de um processo de inovação contínua e promovem sustentabilidade e performance. O compromisso do Grupo é guiado pelo seu propósito, "MAKING THE WORLD A BETTER HOME".

- *€44.2 bilhões em vendas em 2021,*
- *Mais de 167 mil colaboradores, localizados em 76 países,*
- *Compromisso de alcançar a Neutralidade de Carbono até 2050*
- *No Brasil: 59 fábricas, 52 centros de distribuição, 3 mineradoras, 78 lojas, 6 escritórios e 1 centro de pesquisa e desenvolvimento.*

A divisão Saint-Gobain Produtos Para Construção no Brasil reúne em seu portfólio cinco marcas – Quartzolit, Brasilit, Placo, Isover e Ecophon – que fornecem soluções completas para todas as necessidades construtivas, da fundação ao telhado, com a missão de seguir inovando e oferecendo produtos completos e integrados em um dos mercados de maior relevância do país.

Porto tem resultado histórico com aumento de 437% de lucro líquido no 2º trimestre e ultrapassa a barreira de R$ 1 bi de lucro no primeiro semestre

As receitas das verticais Porto Seguro, Porto Saúde e Porto Bank tiveram crescimentos expressivos no trimestre de 14%, 32,2% e 9,1%, respectivamente, com acréscimo de 500 mil novos contratos no último ano, totalizando 12,7 milhões de clientes

Porto é vencedora na Categoria Liderança em Seguros do 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais 2023, Os resultados do último trimestre divulgados pela empresa nesta quinta-feira (10/08) mostram que seu ecossistema, além de registrar números significativos, também aponta crescimento das receitas em todas as suas verticais de negócios: Porto Seguro, Porto Saúde e Porto Bank. Entre maio e junho de 2023, a companhia apresentou lucro líquido de R$ 705,6 milhões, um aumento de 437% comparado com o mesmo trimestre do ano passado. Além disso, foi ultrapassada a marca de R$1 bilhão no acumulado dos primeiros seis meses do ano. Foram resultados históricos para ambos períodos.

A receita total da Porto apresentou um aumento de 17,6% no segundo trimestre (vs. 2T22), atingindo a marca de R$ 7.576,5 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio da companhia também obteve resultados expressivos, alcançando 25,8% no trimestre e incremento de 20,2 pontos percentuais em comparação com o mesmo período do ano anterior (2T22) e 19,0% no semestre, elevação de 12,5 p.p. quando comparado ao primeiro semestre de 2022. Contudo, excluídos os efeitos dos ativos

intangíveis, o ROAE ajustado foi de 27,8% no 2T23 e de 20,5% no 1S23.

A Porto teve expansão robusta na ampliação de base de clientes, que aumentou em aproximadamente 500 mil em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 12,7 milhões de consumidores e um total de 20,4 milhões de negócios.

Outro destaque foi o índice de eficiência operacional recorrente, que leva em consideração a soma das Despesas Administrativas em relação a Receita Total, que melhorou 1,3 p.p (vs. 2T22), decorrente dos ganhos de produtividade observados no período. O retorno sobre as aplicações financeiras (ex-previdência) geridas pela tesouraria da Porto foi de R$ 339,2 milhões no 2T23, o que representa uma rentabilidade equivalente a 100% do CDI. Os resultados do trimestre foram explicados pela variação das carteiras de ações que compensaram o carrego dos títulos atrelados à inflação. Em relação ao mesmo período do ano passado, o resultado financeiro aumentou 161,8%, atingindo R$ 330,9 milhões.

Na Porto Seguro, vertical que responde pelos produtos de seguros da companhia, as receitas do trimestre cresceram 14,0% (vs. 2T22), impulsionadas pela expansão em duplo dígito dos principais produtos. No Auto, os prêmios emitidos aumentaram 11,5% no trimestre (vs. 2T22), explicado pelo incremento de 100 mil carros na frota (vs. 2T22), decorrente do aumento das vendas, e pelas adequações na precificação. Os seguros Patrimoniais avançaram 20,5% (vs. 2T22), com destaque para o Empresarial, Residencial e seguros para Celulares. O seguro de Vida apresentou um crescimento de 25,9% (vs. 2T22). Já o Índice Combinado da vertical Porto Seguro melhorou significativamente, atingindo 85,1% (-14,4 p.p. vs. 2T22), explicado principalmente pela redução na sinistralidade do Auto.

A Porto Saúde registrou alta de 32,2% (vs. 2T22) nas receitas, alavancada pela continuidade de uma expansão significativa do seguro Saúde em prêmios (+34,6% vs. 2T22) e em vidas (+16,7% vs. 2T22), ultrapassando 460 mil vidas seguradas no período. A sinistralidade do Seguro Saúde foi de 84,2% no 2T23, um aumento de 5,5 p.p. em comparação ao 1T23, em razão de uma retomada do comportamento pré-pandemia. A Companhia tem atuado com foco em tecnologias para redução de fraudes. Estima-se que essas iniciativas geraram um impacto recorrente entre 1,0 e 1,5 p.p. de redução no sinistro.

Os resultados da Porto Bank, vertical de negócios financeiros, seguem com as mesmas tendências de progresso. As receitas totais ultrapassaram R$ 1,1 bilhão, aumento de 9,1% em relação ao 2T22, com crescimento de mais de 260 mil negócios na vertical (vs. 2T22). Em Consórcio, destaque para a expansão de 22,2% nas receitas. No segmento de consórcio de veículos, as vendas aumentaram 85,4% no período. Já no imobiliário, esse incremento foi de 63%.

Já a inadimplência das Operações de Crédito acima de 90 dias ficou estável em comparação ao trimestre anterior e permaneceu 0,6 p.p. abaixo da média de mercado. A vertical manteve o rigor nas políticas de concessão, privilegiando o crédito para clientes que possuem relacionamento com a Companhia, e implantou novos instrumentos de cobrança que elevaram a recuperação de clientes devedores. O foco na gestão de risco e a melhor qualidade da carteira de crédito continuam sendo pilares do crescimento sustentável.

No segmento de Serviços, o avanço nas parcerias estratégicas contribuiu para um aumento de 20,2% nas receitas (vs. 2T22) e a uma expansão significativa na quantidade de usuários no modelo B2B nos últimos 12 meses (+41,0% vs. 2T22), em linha com a estratégia da companhia de gerar valor através da ampliação da oferta de serviços para novos públicos e segmentos.

Cabe destacar ainda que a Porto segue obtendo reconhecimentos importantes nos últimos meses: a companhia foi eleita a 2ª marca mais forte do país pela Brand Finance. Também venceu o prêmio Exame Melhores do ESG na categoria Serviços Financeiros.

PRINCIPAIS DESTAQUES (2T23 EM COMPARAÇÃO COM 2T22):

- ***Receita Total: R$ 7.576,5 milhões (+17,6%)***
- ***Receita Porto Seguro: R$ 5.056,1 milhões (+14,0%)***
- ***Receita Porto Bank: R$ 1.115,8 milhão (+9,1%)***
- ***Receita Porto Saúde: R$ 1.069,7 milhão (+32,2%)***
- ***Receita Serviços: R$ 134,8 milhões (+20,2%)***
- ***Lucro Líquido: R$ 705,6 milhões (+437,0%)***

A Porto é mais que uma seguradora, é um ecossistema de soluções de serviços de proteção com tecnologia embarcada, para melhorar e facilitar a experiência do cliente. Com mais de 75 anos de mercado, a companhia possui três verticais de negócios: Porto Seguro, Porto Saúde e Porto Bank. Além de 12,7 milhões de clientes únicos, 13 mil funcionários, 13 mil prestadores de serviço e 34 mil corretores parceiros, a empresa conta ainda com 55 sucursais e escritórios regionais em todo o Brasil. Ao todo, 27 empresas fazem parte do universo Porto Seguro – entre elas: Azul Seguros, Itaú Seguros de Auto e Residência e Porto Seguro Uruguay. Em 2022, a Companhia apresentou R$ 28 bilhões de receita e lucro líquido de R$ 1,13 bilhão. O momento é de aceleração do crescimento e expansão de novas frentes de negócio para lançar cada vez mais produtos inovadores e ser cada vez mais um porto seguro para as pessoas e seus sonhos.

ABRAS apresenta ao governo proposta para simplificar e potencializar Programa de Alimentação do Trabalhador

A Associação Brasileira de Supermercados apresentou aos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Trabalho, Luiz Marinho, uma proposta para simplificar o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) por meio da eliminação de intermediários privados na gestão dos vales alimentação e refeição. Tal iniciativa deve gerar uma economia de R$ 5 bilhões para os empregadores e estabelecimentos comerciais filiados ao programa, que hoje gastam esse valor em taxas para administradoras privadas de cartões. Com isso, será possível a ampliação do valor do benefício concedidos aos 22 milhões de trabalhadores contemplados atualmente com o PAT em todo o país.

Para tanto, a ABRAS defende que seja utilizado para o pagamento dos benefícios a base de dados já existente do eSocial, por meio da Caixa Econômica Federal. A conexão direta do pagamento do benefício PAT identificada no eSocial, vinculada a uma conta salário da Caixa, coloca o benefício à disposição do beneficiário, para utilização específica do benefício nos estabelecimentos comerciais afiliados ao PAT como bares, restaurantes e supermercados, que podem ser conectados eletronicamente à base de dados da Caixa.

Isso vai garantir todas as exigências e princípios fundamentais do programa, assegurando controle de origem e destinação do benefício, além de um acompanhamento efetivo da Receita Federal e do Banco Central sobre os R$ 150 bilhões movimentados anualmente pelo PAT e que hoje circulam por operadoras de vales alimentação e refeição sem passar pelo sistema bancário.

Atualmente, as operadoras que atuam no mercado dos vouchers de alimentação e refeição cobram taxas das empresas empregadoras e dos estabelecimentos, além de lucrar com o floating, isto é, aplicando os depósitos à vista feitos pelas empresas empregadoras para as operadoras durante a utilização do benefício pelos beneficiários, além do prazo de cerca de 30 dias para repassar para os estabelecimentos comerciais o valor pago via voucher. Nestes períodos as empresas operadoras de voucher têm ainda altos rendimentos sobre os valores depositados a favor dos beneficiários.

Com a proposta de transferir os valores do benefício diretamente para a Caixa Econômica, os custos com as tarifas das empresas empregadoras e estabelecimentos afiliados seriam eliminados e o banco poderia utilizar o floating exclusivo do período de utilização do saldo pelos beneficiários para remunerar seus custos operacionais com a gestão dos benefícios, uma vez que o reembolso aos estabelecimentos afiliados deverá ser pago em dois dias, eliminando o floating de prazo de reembolso. O resultado é uma redução substancial dos custos do PAT, permitindo assim a ampliação do volume de benefícios ofertados pelas empresas empregadoras aos trabalhadores, redução dos preços da alimentação e refeição ofertados pelos estabelecimentos afiliados, e ampliando e reforçando a finalidade do PAT. Além disso, o benefício passa a ser aceito em qualquer estabelecimento afiliado ao PAT, desvinculando-se da obrigatoriedade de aceitação nos estabelecimento vinculados a contratos com as bandeiras operadoras de vouchers de alimentação e refeição, como atualmente.

Os participantes poderiam se utilizar de todos os meios de pagamentos disponíveis como aplicativos, PIX ou cartão de débito, para utilizar os recursos do programa. O PAT é um programa social do Governo Federal do Brasil e não de 4 operadoras privadas que concentram 90% do mercado de voucher alimentação e refeição no país, baseada na tese institucional de que só através do arranjo fechado (closedloop) é possível assegurar a destinação específica dos benefícios subsidiados e destinados para alimentação e refeição dos trabalhadores.

Ciente de sua responsabilidade social para com os 28 milhões de consumidores diários que dependem dos supermercados em todo o país, a ABRAS entende que essa alternativa ao modelo atual pode contribuir para a melhoria da qualidade nutricional da alimentação do trabalhador brasileira. A entidade conta com a sensibilidade do Governo Federal para avaliar a proposta que pode representar a consolidação do maior programa de alimentação da população brasileira, protagonizado por 3 nobres e eficazes iniciativas: o Bolsa Família, a Cesta Básica Nacional de Isenta, e o PAT eSocial.

A ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados está à inteira disposição do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Fazenda do Brasil para colaborar com a implantação do PAT eSocial.

A Associação Brasileira de Supermercados é responsável por representar todo o setor supermercadista no país, que conta com mais de 94 mil lojas, distribuídas em todo o território nacional nos diferentes formatos de canal como supermercados, hipermercados, lojas de vizinhança, lojas de conveniência, atacarejos e contêiners em condomínios, com faturamento de R$ 695,7 bilhões em 2022. Ao todo, o setor movimenta 7,03% do PIB nacional, gerando renda para 3,2 milhões de pessoas que colaboram, de forma direta e indireta, com um ecossistema que atende 28 milhões de consumidores por dia. Nessa permanente jornada, a entidade conta com a integração de 27 associações estaduais de supermercados para mobilizar os empresários e fazer chegar aos supermercados conhecimento e informações vitais para a sua gestão e progresso.

CNA e Faemg levam ao Mapa demandas do setor lácteo

Reunião foi realizada em Brasília; ministro disse que vai atuar em prol dos produtores

Deputado Diego Andrade, vice-presidente do Sistema Faemg Senar, Renato Laguardia, ministro Carlos Fávaro e o assessor da CNA, Guilherme Dias

O Sistema CNA e o Sistema Faemg Senar participaram, nesta quinta-feira (10), de reunião com o ministro da Agricultura e Pecuária (Mapa), Carlos Fávaro, para tratar do impacto para o setor lácteo brasileiro com o aumento expressivo das importações de leite em pó.

Na reunião, estiveram presentes o vice-presidente de Finanças da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Renato Laguardia, o assessor técnico da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Guilherme Dias, e o deputado federal Diego Andrade (PSD/MG), que solicitou a audiência.

Os participantes mostraram ao ministro que esse aumento na importação de leite em pó traz impactos negativos na competitividade e afeta todos os produtores rurais, principalmente porque alguns países aplicam subsídios diretos à produção, o que traz distorções ao mercado e torna a concorrência desleal com os produtores do Brasil.

De janeiro a julho deste ano, o Brasil importou 161 mil toneladas de lácteos, alta de 158% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Comex Stat. Conforme acompanhamento da CNA, o volume total equivale a 1,2 bilhão de litros de leite que deixaram de ser captados no Brasil, aumento de 268% ante 2022 e consolidando assim o maior volume da história para o período.

De acordo com os participantes, o ministério se comprometeu a adotar medidas já nas próximas semanas. “O ministro disse que atuará de maneira consistente para rever a situação das importações e em prol de nossos produtores”, disse Renato Laguardia após a reunião.

Posicionamento semelhante foi feito pelo deputado Diego Andrade. "O ministro prometeu que vai apurar as denúncias e intensificar a fiscalização, o que é muito importante para que a gente possa avançar com a produção de leite em Minas e no Brasil”, disse o deputado.

**Com informações de Ascom Faemg, em Belo Horizonte*

Produtores foram a Brasília contra a importação de leite

Objetivo foi alertar o governo federal e toda a sociedade sobre os graves problemas que a cadeia de lácteos vem enfrentando no Brasil

Com o objetivo de frear a importação de leite, produtores de todo país foram a Brasília no dia 16 de agosto para o Encontro Nacional de Produtores de Leite. A reunião foi realizada na Câmara dos Deputados. O objetivo foi alertar o governo federal e toda a sociedade sobre os graves problemas que a cadeia de lácteos vem enfrentando no Brasil.

Dados do Agrostat/MAPA indicam que no primeiro semestre deste ano, o Brasil importou o equivalente a mais de 1 bilhão de litros de leite. O volume do produto estrangeiro que chega ao Brasil neste período supera em quase 300% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento da disponibilidade da matéria-prima, a custos inferiores ao produto nacional, tem pressionado toda a cadeia.

Como exemplo, para o leite entregue em julho a ser pago em agosto deste ano, o Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado de Minas Gerais (Conseleite-MG) aponta uma queda de 3,1% no preço pago ao produtor. O cenário, de acordo com o vice-presidente de Finanças do Sistema Faemg Senar, Renato Laguardia, pode resultar no esvaziamento total da cadeia de lácteos em Minas e no Brasil.

"É altamente prejudicial aos produtores de leite, porque está entrando leite importado com alíquota zero, principalmente do Mercosul e que não sabemos de fato qual a origem desse leite, se é só de países do Mercosul ou se outros países estão fazendo algum tipo de dumping com Argentina e Uruguai", detalhou Laguardia.

A cobrança zerada sobre o leite importado gera uma pressão interna sobre os produtores de leite brasileiros que estão perdendo receita e renda, segundo o vice-presidente do Sistema Faemg Senar. "É uma importação predatória porque acaba abaixando muito o preço do leite para o produtor que está parando seu trabalho, passando para outras atividades da agropecuária ou até mesmo vendendo suas propriedades e desestabilizando toda uma cadeia que hoje está presente em quase todos os municípios do estado. Minas Gerais hoje é o maior produtor de leite do país, e é quem mais vai sentir os impactos dessa crise", lamentou Renato.

Para ele, o governo federal deve rever as alíquotas de importação aplicadas nas negociações envolvendo os lácteos, além da realização de um pente-fino na origem do leite que tem sido comprado junto ao Mercosul. "Hoje, as importações já correspondem a 10% ou mais da nossa produção total, anteriormente era 2%, 3%. Houve um aumento considerável com uma enxurrada de leite estrangeiro no Brasil. Precisamos travar essas importações", concluiu Laguardia.

Em Minas, o Sistema Faemg Senar tem atuado arduamente junto a outros órgãos para buscar soluções contra o problema. O assunto é tratado junto ao Governo de Minas, e nas reuniões do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado de Minas Gerais (Conseleite-MG) e da Comissão Técnica da Pecuária de Leite da Faemg.

"O produtor brasileiro tem uma imposição de regras, custos e exigências legais para produzir leite. Tanto nos aspectos técnico e ambiental, quanto nos aspectos econômico e sanitário. O nosso questionamento é se os produtores de outros países têm essas mesmas características e exigências que o produtor brasileiro tem. É uma concorrência desleal, desequilibrada", lamenta Jônadan Ma, presidente da Comissão Técnica da Pecuária de Leite da Faemg.

ENCONTRO

O Encontro Nacional de Produtores de Leite é liderado pela Frente Parlamentar de Apoio ao Produtor de Leite, junto à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil, Abraleite e mais 15 entidades de classe. A audiência será realizada no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

Grupo Patrimar acumula R$ 1 bi em Receita Líquida nos últimos 12 meses

Lucro líquido, carteira de recebíveis e vendas contratadas atuais são outros destaques dos resultados operacionais no 2T23 e 6M23

O Grupo Patrimar – construtora e incorporadora mineira que atua nas classes alta, média e econômica em Belo Horizonte (BH), no Rio de Janeiro (RJ) e no interior de São Paulo (SP) – segue crescendo e conquistando bons resultados no ano do sexagenário da empresa. De acordo com os Resultados Operacionais e Financeiros da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2023 (2T23) e dos primeiros seis meses de 2023 (6M23), divulgados dia 09/08 após o fechamento do mercado, indicadores como receita líquida, vendas contratadas, lucro líquido e carteira de recebíveis são os destaques.

"Mais uma vez, conquistamos bons resultados na Companhia com projeções positivas. Esses indicadores aparecem no ano em que o Grupo completa 60 anos de história, o que me deixa ainda mais feliz e entusiasmado para os próximos anos", afirma Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

O dado de maior relevância no período é a receita líquida da Companhia alcançada nos últimos 12 meses. O Grupo, composto pelas marcas Patrimar e Novolar, conquistou R$ 1 bi nesse período, alcançando um CAGR – também conhecido como taxa de crescimento anual composta – acima de 50% ao ano desde 2021.

Outro resultado muito positivo da divulgação é o da carteira de recebíveis que, com R$ 1,6 bilhão, alcançou o maior valor na história da Companhia. "Ao todo, somando caixa e TVM, o Grupo Patrimar tem hoje R$ 2 bi em ativos para ser usado de acordo com as necessidades operacionais e as estratégias de expansão para o futuro", destaca Felipe Enck Gonçalves, diretor executivo de Finanças e Relação com Investidores do Grupo Patrimar, sobre a atual capacidade de investimento da Companhia.

O Lucro Líquido, registrou R$ 18 MM, um aumento de 50% no 2T23 quando comparado ao mesmo período do último ano (2T22), e R$ 35 MM nos 6M23, um crescimento de 58% em relação aos seis primeiros meses de 2022 (6M22).

As margens brutas do Grupo vêm crescendo nas vendas realizadas no trimestre, assim como o volume de vendas contratadas. Para confirmar, somente em julho, o Grupo confirmou vendas líquidas contatadas acima de R$ 150 milhões. Além disso, o ROE do Grupo Patrimar, que é o retorno sobre o capital próprio investido, também vem aumentando período a período. "Esses dados em conjunto demonstram o compromisso com a alocação eficiente dos recursos investidos em nossa empresa, possibilitando perspectivas ainda melhores para o futuro. Ainda vem muita coisa boa por aí!", conclui Alex Veiga.

Em 2023, o Grupo Patrimar completa 60 anos de história. A Companhia, que atua na construção, incorporação e comercialização de imóveis, começou sua trajetória em Minas Gerais e hoje também está no interior de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, o Grupo trabalha com empreendimentos voltados para as classes econômica e média com a Construtora Novolar e alta renda com a marca Patrimar Engenharia. Com foco constante em inovação e tecnologia, a empresa busca aliar eficiência com sustentabilidade e segurança nos projetos e processos corporativos.

Vale destacar que em 2022, a Companhia se afirmou como forte referência no segmento, sendo uma das 10 maiores empresas de construção imobiliária do Brasil, de acordo com o Ranking Nacional de 2022 da Revista O Empreiteiro, além das conquistas do primeiro lugar na categoria Sustentabilidade Financeira e 375º lugar no ranking da Revista Isto É Dinheiro das maiores empresas do Brasil. Também é vencedora em duas categorias do "Oscar" da construção civil, o Prêmio Master Imobiliário 2022, com os empreendimentos Oceana Golf, no Rio de Janeiro, e La Réserve, em Belo Horizonte. Já em 2023, a Companhia já conquistou o selo Great Place To Work – de excelente lugar para se trabalhar – certificado pela consultoria global GPTW, além do Prêmio da Produtividade na categoria replicabilidade – com um sistema de sustentabilidade que melhora a produtividade da obra e reduz os custos com impressões – e do Selo Edge – certificação preliminar internacional de sustentabilidade – para o empreendimento Oceana Golf, no RJ.

Google for Startups anuncia empresas participantes de programa de aceleração

80% dos negócios selecionados para o Google for Startups Accelerator contam com mulheres em cargos executivos e de liderança e 40% com fundadores negros

Dez startups foram selecionadas para a 12ª edição do Google for Startups Accelerator. O programa ajuda as empresas a enfrentarem seus principais desafios tecnológicos com Inteligência Artificial e uso da nuvem, com foco em ferramentas de tecnologia e programação do Google. Das selecionadas para o programa, 80% contam com mulheres em cargos executivos e de liderança e 40% foram fundadas por pessoas negras. Além disso, duas delas já passaram por outras iniciativas do Google for Startups.

Ao todo, mais de 100 startups já passaram pelo Accelerator, incluindo empresas que se firmaram como referências no mercado brasileiro, como Loggi, Nubank, idwall e Carbonext.

"O ecossistema de inovação evoluiu com celeridade. Hoje, é comum encontrar startups com produtos e soluções consolidadas, e que estão em busca de solucionar desafios técnicos da melhor forma. No entanto, apesar dessa expansão, ponteiros sociais como o de gênero e raça pouco mexeram no setor. Por isso, nos mantemos fiéis ao nosso propósito de promover internamente a diversidade, igualdade e equidade, algo que reverbera de forma positiva no todo", diz André Barrence, diretor do Google for Startups na América Latina.

A percepção de que o ecossistema de inovação é pouco receptivo à diversidade é confirmada pelas startups entrevistadas para o Panorama de Talentos em Tecnologia, estudo divulgado pelo Google for Startups em maio deste ano. Entre as empresas entrevistadas, 51% concordam que existem grandes barreiras para mulheres no mercado de tecnologia e 49% acreditam que esses desafios também existem para pessoas negras.

AS SELECIONADAS

Closecare: *startup que automatiza a gestão de documentos médicos para a área de departamento pessoal;*

Deep: *startup que identifica e mensura o impacto social e ambiental das atividades de empresas e organizações;*

HartB: *startup de Inteligência Artificial especializada em Big Data, análise e cruzamento de dados;*

Huna: *healthtech que através da Inteligência Artificial apoia na detecção precoce de doenças crônicas;*

Inicie: *edutech focada em promover uma melhor educação, empregando tecnologia na metodologia;*

Linkana: *plataforma de gestão de fornecedores compartilhada para empresas na América Latina;*

Money Money Invest: *fintech de crédito cujo objetivo é acelerar pequenos e médios negócios por meio do crédito digital;*

Noh: *carteira digital compartilhada para casais, amigos e famílias usarem seu dinheiro juntos;*

Quaddro: *plataforma que integra ferramentas digitais que auxiliam na gestão de negócios;*

Stattus4: *startup que emprega Inteligência Artificial para detectar precocemente vazamentos e inconsistências do consumo de água, visando a economia.*

Reafirmando o compromisso do Google for Startups com as empresas que já passaram por outros programas da instituição e que hoje integram a rede de startups, duas das startups selecionadas para a atual edição do Accelerator já passaram por outras iniciativas: a HartB, investida pelo Black Founders Fund, e a Linkana, participante do programa de Residência.

GOOGLE FOR STARTUPS ACCELERATOR

O Accelerator oferece, ao longo de três meses, mentorias, suporte e ferramentas para o aprimoramento do uso de Cloud, Machine Learning, Ads e diversas outras tecnologias. Os selecionados ainda têm direito a sessões personalizadas e individuais, créditos em produtos Google e acesso à rede de startups que já passaram pelas iniciativas do Google for Startups. As startups que desejam fazer parte do programa podem registrar o seu interesse para as futuras turmas aqui.

Ele é uma das ações do Google for Startups que, com diversas frentes no Brasil, já apoiou mais de 350 startups. Algumas das iniciativas que a instituição realiza, além do Accelerator, são o Growth Academy, Black Founders Fund e Cloud Academy

AeC é Líder em Operação de Customer Service

Case sobre a transformação do operador em protagonista do atendimento conquistou o troféu do Prêmio Cliente SA

A AeC, maior empresa de contact center brasileira, recebeu o troféu de bronze na categoria Líder em Operação de Customer Service, do Prêmio Cliente SA 2023. A conquista veio em função de um projeto inovador que deu mais autonomia aos profissionais da companhia destacados para atender a Stellantis, uma das maiores montadoras de automóveis do mundo.

Com o 'Projeto Empower: AeC transforma a operação em protagonista do atendimento da Stellantis', a empresa de contact center iniciou um piloto de treinamento com os colaboradores da operação. O objetivo era os empoderar, dar autonomia e capacitar aqueles que estavam entrando no mundo o trabalho pela primeira vez, grande parte desse público. Essa estratégia trouxe senso de pertencimento a equipe. Como resultado, o índice de satisfação final dos clientes atendidos aumentou de 50 para 89 pontos, em menos de um ano.

Criado em 2013, o Prêmio Cliente SA é realizado anualmente e tem como objetivo destacar as melhores práticas do mercado brasileiro e identificar empresas líderes na qualidade do serviço oferecido ao cliente.

Além do Cliente SA, a AeC recebeu inúmeros prêmios em 2023, como por exemplo o reconhecimento como a melhor empresa no setor brasileiro de Serviços de Terceirização de Experiência do Cliente pela Frost & Sullivan. Pelo oitavo ano consecutivo, a AeC foi campeã na categoria Serviços do Anuário Época Negócios 360. Além disso, a companhia chegou ao recorde de oito troféus em uma só noite no Prêmio Smart Customer 2023 e ganhou o prêmio de excelência em Serviços ao Cliente da Consumidor Moderno.

A AeC é apontada como a líder brasileira na entrega de soluções de experiência do cliente e gestão de processos terceirizados. Servindo as principais marcas do mercado nacional, conquistou, nos dois últimos anos, a posição de Empresa do Ano de BPO pela conceituada Frost and Sullivan. Líder também nas práticas de ESG, a AeC foi reconhecida, pelo oitavo ano consecutivo, como campeã na categoria Serviços do Anuário Época Negócios 360°. Em 2023, recebeu ainda sete troféus no Prêmio Smart Customer 2023, além de ser consagrada com a premiação especial de FORNECEDOR SMART 2023. Com um olhar inovador, o seu diferencial está no modo como integra o cuidado com as pessoas e aplica tecnologia de ponta em seus processos, como inteligência artificial, robotic process automation, serviços em nuvem e ferramentas de analytics e segurança. Atualmente, a AeC conta com mais de 45 mil colaboradores em 18 unidades distribuídas por sete estados do país. É certificada pelo instituto Great Place to Work como uma das melhores empresas do país para se trabalhar.

Cooperativismo ganha força no Brasil

Setor, que tem mais de 20,5 milhões de cooperados, é responsável pela geração de mais de 524 mil empregos diretos no país

Ao longo dos anos, o cooperativismo tem ganhado força e aumentado a sua representatividade no Brasil. O número de cooperados ultrapassou a marca de 20 milhões em 2022 ante 18,8 milhões registrados em 2021. A maior parte deles foi constatada no ramo de crédito (75%), seguido por consumo e infraestrutura. Já o faturamento do setor chegou a R$ 624 bilhões no ano passado. Os dados constam no AnuárioCoop – Dados do Cooperativismo Brasileiro, divulgado recentemente pelo Sistema OCB.

Um fato que tem chamado atenção é o aumento da participação feminina no cooperativismo. Somente no ano passado, o percentual de mulheres associadas chegou a 41% do total dos mais de 20 milhões de cooperados. Elas estão mais presentes nos ramos: consumo, crédito, saúde e trabalho, produção de bens e serviços.

A geração de empregos também foi destaque do setor em 2022, atingindo um número de mais de 524 mil empregos diretos, conforme o levantamento. O ramo agropecuário foi o que mais empregou (48%), seguido do ramo saúde (26%).

Houve aumento também do número de mulheres no comando das cooperativas. No ano passado, por exemplo, elas representaram 22% do total de dirigentes no setor. Entre elas está Carolina Ramos, diretora-superintendente da Unicred Central Multirregional. "Apesar da presença dos homens ser predominante no mercado financeiro, observamos que nós, mulheres, estamos conquistando espaço e fazendo valer o espírito cooperativista. Em nossa Central quase 60% dos colaboradores são mulheres e prezamos muito pela diversidade", ressalta.

Sobre a trajetória do cooperativismo, Carolina Ramos diz que houve avanços significativos, mas que o crescimento ainda é tímido se comparado a outros países. "Na Alemanha, o sistema de cooperativismo é maduro e 35% da população usufrui dos serviços de cooperativa de crédito. No Brasil esse percentual é de 8%. Nós temos um grande potencial e muito o que crescer, mas a população ainda precisa conhecer mais dos diversos benefícios que o cooperativismo oferece. É necessário quebrar paradigmas para prosperar", enfatiza.

A diretora lembra que, se por um lado os bancos têm fechado as agências e reduzido o número de funcionários, por outro, as cooperativas têm ampliado a participação, tanto digital quanto presencial. "Nossos cooperados não abrem mão de um atendimento exclusivo e consultivo dos nossos gerentes e assessores de negócios, pois conseguimos avaliar cada necessidade e oferecer a solução certa para cada um deles. Nosso propósito é fazer com que todos os cooperados sejam ganhadores".

De acordo com Carolina Ramos, nas instituições financeiras são os acionistas majoritários que definem os rumos e se beneficiam dos lucros, já nas cooperativas todos os cooperados participam dos rumos delas, através das assembleias. Ela ressalta que, em 2022, as sobras - resultados das cooperativas – cresceram de forma substancial na Unicred, atingindo um patamar record. Parte desses recursos é reinvestido na cooperativa, em programa de educação financeira e na sustentabilidade do negócio para que possa progredir. As sobras acabam voltando, de alguma forma, para o cooperado e, muitas das vezes, retornam diretamente para sua conta capital ou corrente", explica.

Atualmente, o sistema Unicred está presente em 23 estados, mais o Distrito Federal. Ao todo são 283 mil cooperados, 30 cooperativas singulares e 354 pontos de atendimentos em todo o Brasil. São quatro Centrais cooperativas e uma Confederação. A Unicred trabalha com todas as soluções de instituições financeiras por meio da oferta de cartão de crédito, capitalização, consórcio, crédito imobiliário, seguros, entre outros produtos.

Por fim, a diretora antecipa que o sistema Unicred tem planejamento estratégico e audacioso de expansão. A Unicred, assim como todo o sistema cooperativista, está passando por um momento de franca expansão. "Nos últimos cinco anos, estávamos em dez estados e hoje estamos em 23, além do Distrito Federal". Ela acrescenta que a meta da OCB é que o cooperativismo gere R$ 1 trilhão em forma de renda, inovação e oportunidade até 2027.

Andrade Gutierrez recebe prêmio Destaque em Inovação e Tecnologia por parceria com a startup Mentor Construção

Solução permite acessar informações em tempo real sobre o desempenho da obra e aumenta produtividade de encarregados de campo

A construtora Andrade Gutierrez, em parceria com a startup Mentor Construção, conquistou o Prêmio Destaque em Inovação e Tecnologia. A premiação, que está em sua 18º edição, reconhece novas soluções tecnológicas na área de engenharia de infraestrutura das comunicações. O prêmio é oferecido pela Associação Brasileira das Empresas e Profissionais de Engenharia das Comunicações e Infraestrutura (Aberimest Brasil), e foi entregue na noite de ontem (28), em São Paulo.

O prêmio consagra o trabalho conjunto da AG com a Mentor Construção, participante do 3º ciclo do Vetor AG, programa de inovação aberta da construtora. Juntos, os dois desenvolveram uma ferramenta de geração de KPIs em tempo real, capaz de centralizar todo o processo de planejamento e produção da obra em uma única plataforma digital, disponível tanto na web quanto no mobile.

A conquista reflete o intenso trabalho dos últimos anos em proporcionar praticidade e agilidade aos encarregados de campo. Para André Medina, gerente de Inovação da AG, trata-se de mais uma etapa do desenvolvimento da Engenharia 4.0 que está revolucionando o setor.

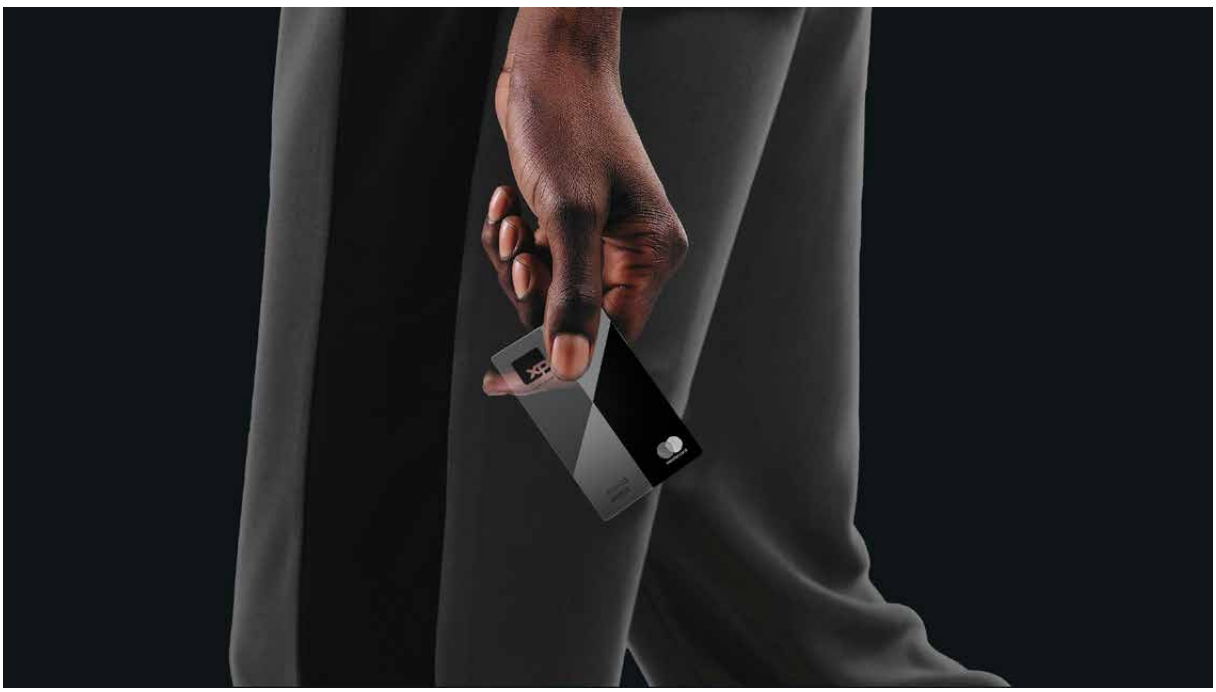
"Estamos muito contentes com os resultados obtidos e já iniciamos a expansão da solução para todas as obras da AG, tornando-se uma solução padrão da companhia. Queremos progredir nossa atuação em canteiro de obras, e essa tecnologia nos permitiu um alto ganho em produtividade", conclui Medina.

Com mais de 74 anos de história, a Andrade Gutierrez já executou mais de mil projetos no Brasil e no mundo nos mercados de Energia, Óleo e Gás, Infraestrutura e Mineração, e se consolida como uma das maiores empresas de Engenharia de alta performance, nacional e internacionalmente.

O Vetor AG é o primeiro programa de inovação aberta do setor de engenharia e construção. Além de participar no desenvolvimento de projetos inovadores internos da Andrade Gutierrez, o Vetor AG é o ponto de conexão da AG com as soluções inovadoras do mercado. No 5º ciclo de inovação aberta do programa, mais de 220 empresas nacionais e internacionais se inscreveram para participar.

XP lança conta e cartão de débito globais premium em parceria com a Mastercard

Produto complementa o portfólio internacional da XP, que já tem a oferta de investimentos, e poderá ser usado em mais de 210 países para transações de débito, remessas de câmbio 24 horas e saques

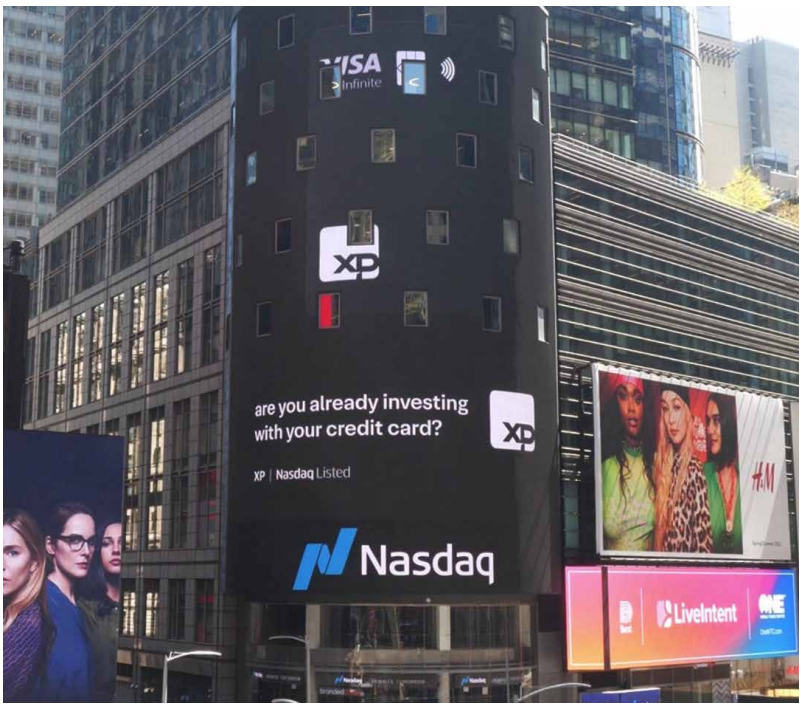


A XP, considerada a maior plataforma de investimentos do país, anuncia o lançamento da conta global XP, a qual contará com cartão de débito. O produto nasce em parceria com a Mastercard e tem como objetivo complementar a oferta do portfólio internacional da instituição, que já conta com a oferta de investimentos. O cartão de débito atende à necessidade dos brasileiros que viajam ou fazem compras no exterior. O saldo da conta é dolarizado, mas esse cartão pode ser usado em mais de 210 países para transações de débito, envio de remessas de câmbio 24 horas e saques.

Com o lançamento oficial durante a Expert XP 2023, o maior festival de investimentos do mundo, o cartão global será disponibilizado gradualmente para a base de clientes que já possui investimentos na conta de investimentos internacional.

A liberação do cartão de débito deve ser feita diretamente no app da XP, assim como a ativação da conta global. O cartão oferecerá integração junto às principais carteiras digitais (wallets) e há também a opção de formato físico – a emissão do cartão será gratuita para quem já possuir investimentos no exterior na plataforma internacional. Outro benefício é que o produto não terá mensalidade ou taxa de manutenção. O lançamento do cartão de débito amplia ainda mais o portfólio de produtos offshore da XP, que já conta com opções de investimentos em renda fixa, renda variável, e fundos. A partir de agora, os clientes terão acesso também aos serviços de banco digital no exterior, seja para viagens ou compras online.

"A nossa oferta de produtos e serviços buscar atender às necessidades dos nossos clientes, que primam pela qualidade e por diferenciais em relação ao que é oferecido por outros players de mercado. O cartão de débito internacional será integrado a todo nosso ecossistema XP, trazendo a proposta de "one stop shop", com todos os serviços dentro de um mesmo app. Isso reforça ainda mais a nossa estratégia de participar da vida do cliente em todos os momentos", afirma José Berenguer, CEO do Banco XP.



Os números da ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) mostram o mercado offshore reaquecido: Uso de cartões no exterior aumentou 36% no primeiro semestre de 2023. Os gastos dos brasileiros com cartões fora do país ultrapassaram US$ 5,9 bilhões no mesmo período.

"Com a robusta retomada do turismo, o timing para o cartão de débito internacional não poderia ser melhor. Há uma necessidade latente do cliente de usar o dinheiro lá fora. O nosso cartão vai simplificar muito a vida financeira de quem está comprando ou investindo no exterior", diz Marta Pinheiro, diretora de banking services da XP Inc.

"Esta colaboração com a XP, uma das maiores instituições financeiras do Brasil, nos consolida como referência no desenvolvimento de Contas Globais para nossos parceiros emissores, que passam a contar com uma oferta adicional de produto em moeda internacional", explica Marcio Soares, vice-presidente sênior de Parcerias Digitais e Fintechs da Mastercard. "O Mastercard Débito pode ser usado para compras em milhões de estabelecimentos em mais de 210 países, proporcionando praticidade, agilidade e segurança", finaliza Marcio.

No envio da remessa de câmbio para a conta global XP, incide IOF de 1,1%, menor do que a taxa de 5,38% do cartão de crédito, e pode ser feito a qualquer dia e hora. Além disso, o saldo aportado na conta internacional tem cobertura de até U$S 250 mil pelo FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation), agência federal dos Estados Unidos que garante os depósitos bancários. O cartão de débito é emitido pelo Community Federal Savings Bank.

CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE DÉBITO GLOBAL MASTERCARD:

- *Conta em dólar*
- *Integrado à conta de investimentos internacional*
- *Cartão digital e físico*
- *Débito (rede credenciada Mastercard) e saques*
- *Abrangência global, cartão aceito em mais de 210 países*
- *Câmbio 24/7*
- *IOF à alíquota de 1,1%, ao invés de 5,38% do cartão brasileiro*
- *Integração com as principais wallets*
- *Sem mensalidade ou taxa de manutenção*

CONTA DE INVESTIMENTOS INTERNACIONAL

Lançada em maio de 2022, a conta de investimentos internacional está disponível para uma base de mais de 1 milhão de clientes com patrimônio acima de R$ 10 mil na plataforma. Além disso, oferece acesso a mais de 10 mil ativos listados na Nasdaq e NYSE, mais de 30 títulos de dívida corporativa em dólar (bonds), além de títulos públicos norte-americanos (Treasury Notes ou T-notes) com investimento mínimo de US$ 5 mil, um dos mais baixos praticados no mercado. Recentemente, foram disponibilizados mais de 100 fundos de investimentos na plataforma offshore, democratizando o acesso dos investidores a diversas estratégias globais e a veículos de alguns dos gestores mais renomados do mundo.

A XP Inc. é a maior plataforma de investimentos do Brasil, dona das marcas XP, Rico, Clear, XP Educação, InfoMoney, entre outras. A XP Inc. tem 4 milhões de clientes ativos e mais de R$ 1 trilhão de ativos sob custódia. A companhia, que há 22 anos vem transformando o mercado financeiro brasileiro para melhorar a vida das pessoas, hoje tem linhas de negócios diversificadas que incluem Renda Variável, Renda Fixa, Fundos, Previdência, Internacional, Produtos Estruturados, COE, Seguros, Conta Corrente, Cartão de Crédito, Institucional, Grandes Empresas, Banco de Investimento, entre outros. A XP Inc. foi pioneira no mercado com sua rede de agentes autônomos, que hoje é a maior do país com mais de 14 mil profissionais atuando em todo o Brasil.

Alvoar Lácteos investe R$ 25 milhões em unidade de produção de leite condensado no complexo industrial de Morada Nova, no Ceará

Unidade irá produzir toda a linha de leite condensado das marcas Betânia e Camponesa

A Alvoar Lácteos dá continuidade ao seu plano de investimentos no Nordeste para este ano e inaugura, nesta sexta-feira, 25 de agosto, uma unidade de produção de leite condensado no seu complexo fabril de Morada Nova, no sertão cearense. A unidade recebeu investimentos de R$ 25 milhões, tem capacidade de processamento de 180 mil litros de leite por dia e irá produzir toda a linha de leite condensado das marcas Betânia e Camponesa.

Complexo industrial da Alvoar Lácteos em Morada Nova (CE)

Com a ampliação, o complexo industrial de Morada Nova passa a processar, diariamente, 1,6 milhões de litros de leite por dia. A fábrica, uma das mais completas do Brasil, já produzia toda a linha de lácteos da marca Betânia e passou a produzir a linha de leites UHT, leite em pó e creme de leite da marca Camponesa em junho deste ano. Com a ampliação, passa a produzir também os leites condensados integral e semidesnatado da Camponesa, além do leite condensado semidesnatado Betânia.

"Com a nova unidade de produção exclusiva de leite condensado e o aumento na capacidade de processamento de leite em Morada Nova, a Alvoar Lácteos possibilita o desenvolvimento da cadeia de produtores de leite, promovendo investimento em tecnologias para aumento de produtividade no campo e o incentivo para entrada de novos produtores", afirma Bruno Girão, CEO da Alvoar. "O Nordeste corresponde a 75% dos clientes da Alvoar. A cada 50 litros de leite captado pela Alvoar, um emprego é gerado na Região. Pretendemos continuar investindo e contribuindo ativamente para o desenvolvimento do Nordeste", complementa.

A cesta de lácteos do Nordeste movimentou R$ 12,4 bilhões apenas em 2022, de acordo com Nielsen Retail Index, e as marcas da Alvoar Lácteos estão entre as mais vendidas nas categorias leite UHT, iogurtes, leite em pó, creme de leite e leite condensado. Com a nova unidade, a Alvoar pretende consolidar o posicionamento das marcas no mercado nordestino.

A unidade de produção de leite condensado reafirma o compromisso da Alvoar Lácteos de garantir a compra integral de todo o leite produzido pelos produtores parceiros no Nordeste, oferecendo uma solução sustentável para o excedente da produção de leite nos períodos de supersafra, garantindo equilíbrio entre produção e demanda e possibilitando o desenvolvimento e crescimento dos produtores de leite parceiros. A Alvoar Lácteos movimenta no Nordeste uma cadeia 100% local, com mais de 3.500 produtores, fomentando a economia na Região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de todo o ecossistema leiteiro no semiárido nordestino.

A Alvoar Lácteos é a quinta maior empresa de laticínios do Brasil e reúne marcas líderes em seus segmentos: a Betânia, a Camponesa e a Caramelos Embaré. O grupo atua com um portfólio forte e diversificado de 220 produtos vendidos em mais de 100 mil pontos de venda no Brasil e em mais de 40 países. A Alvoar Lácteos conta um time de cerca de 4 mil colaboradores diretos, 6.500 famílias de produtores e 12 cooperativas, abastecendo nove fábricas e 19 centros de distribuição.

Investimentos em transportes precisam se transformar em serviços para atender as demandas da população brasileira

Os investimentos na área de transporte devem se transformar em serviços de infraesturutra para atender as demandas por deslocamentos da população, o que vai proporcionar um dia a dia com mais qualidade para as pessoas. Para isso, é necessário planejamento, integração entre os modais, governança, financiabilidade, monitoramento e engenharia. Essa avaliação foi apresentada pelos especialistas do 9º Fórum de Infraestrutura Grandes Construções, promovido Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (Sobratema), no dia 24 de agosto, e que teve como tema central "Modais de Transporte: Novos Caminhos".

"Quando as pessoas pensam em transporte, elas querem sair de um lugar e chegar em outro com as melhores condições, conforto, segurança e um preço adequado. Daí a importância de se preocupar com os resultados dos investimentos. Esses recursos também vão trazer demandas a curto prazo em novos serviços, enquanto os efeitos de longo prazo são a potencialização de outras atividades econômicas e o aumento de produtividade dos trabalhadores pela melhor qualidade de vida", explicou Rafael Martins de Souza, pesquisador da Fundação Getulio Vargas, que trouxe um panorama da infraestrutura no país.

Na avaliação de Adalberto Febeliano, vice-presidente de Operações Aéreas da Modern Logistics, a governança é fundamental para uma boa administração do transporte público. "É preciso pensar no desenvolvimento global da infraestrutura de transportes no país, o que significa o governo federal sentar com o poder estadual para definir as prioridades e trazer soluções e resultados", afirmou. A seu ver, seria importante ter uma autoridade metropolina unificada para um transporte público eficiente, planejando a malha de maneira integrada. Ele ainda contextualizou o setor aeroportuário nacional, enfatizando seu potencial de crescimento para os próximos anos.

Acrescentando a análise de Fabeliano, Danniel Zveiter, presidente da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor), salientou que a governança começa desde a contratação. "Quando se contrata bem, há a sinalização de uma boa administração de contrato; que é importante para se ter um aprimoramento constante e para evitar situações de desequilíbrios econômico-financeiros", ponderou. Afirmou ainda que outro foco da governança está na execução das obras, além de a necessidade de se ter um olhar a financiabilidade dos projetos de infraestrutura. Em sua apresentação, tratou do cenário do modal rodoviário e sobre uma proposta da entidade para um novo modelo de concessões para operação de manutenção em rodovias.

Debatedores Rafael Martins de Souza (FGV), Adalberto Febeliano (Modern Logistics), José Alberto Pereira Ribeiro (Brasinfra), moderador Vagner Barbosa, Vicente Abate (Abifer) e Danniel Zveiter (Aneor)

Vicente Abate, presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer), concordou com Zveiter sobre a financiabilidade dos projetos, pois o setor de infraestrutura tem períodos com maior número de projetos e outros momentos com menor movimentação de obras. Mas, lembrou que existem diversos mecanismos de financiamentos públicos e privados. "A previsibilidade também é importante nos contextos de planejamento, execução e investimentos. Além disso, precisamos cobrar do governo para que o que foi prometido seja cumprido e, ao mesmo tempo, chamar a atenção da iniciativa privada para as oportunidades do setor", frisou. Abate traçou ainda um cenário do setor ferroviário brasileiro e ressaltou a força das associações setoriais para ajudar o desenvolvimento da infraestrutura.

Nesse contexto, José Alberto Pereira Ribeiro, presidente da Associação Brasileira dos Sindicatos e Associações de Classe de Infraestrutura (Brasinfra), ressaltou o entrosamento entre todos os modais de transporte e das regulações, que se modernizaram ao longo do tempo, salientando o papel da Brasinfra ao reunir os players desses segmentos. Ele comentou sobre como a inovação é empolgante porque ajuda a ganhar tempo e a reduzir custos e preços. "Podemos aliar essa integração entre setores, com inovação e experiências passadas", pontuou. Fez ainda uma avaliação sobre o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que na área de transporte eficiente sustentável terá recursos de R$ 349 bilhões, em relação aos dois programas anteriores. "Temos uma realidade diferente, com novos parâmetros e regulamentações, além da intermodalidade que é relevante atualmente. Mas, podemos usar a modelagem que foi bem sucedida à época e deletar o que não funcionou", disse.

O Fórum de Infraestrutura Grandes Construções ainda tratou de mão de obra e da capacitação de profissionais no setor, do uso de hidrogênio verde e os biocombustíveis, de compliance e agenda ESG. Mediado por Vagner Barbosa, teve a saudação do engenheiro Afonso Mamede, presidente da Sobratema, seguida pela mensagem de Rolf Pickert, presidente da Messe Muenchen do Brasil, e contou com o patrocínio da VRental.

VLI amplia Programa Novo Trilho em Belo Horizonte-MG

A iniciativa estimula o descarte consciente de resíduos sólidos, protege o meio ambiente e promove a geração de renda

No dia 26 de agosto, o Programa Novo Trilho da VLI – companhia de soluções logísticas que opera terminais, ferrovias e portos –, criado com o objetivo de estimular atitudes mais sustentáveis, por meio da destinação adequada de resíduos sólidos, foiampliado em Belo Horizonte. Pelo projeto, a promoção da reciclagem protege o meio ambiente e incrementa a renda de muitas famílias que reciclam.

A capital mineira que ganhou, em setembro de 2021, a primeira unidade do projeto no Bairro Nova Cintra, na Região Oeste, agora conta com o Novo Trilho na Escola Municipal Padre Henrique Brandão, localizada na Rua Crispim Jaques, 987, Bairro Vista Alegre, também na Região Oeste da capital. O evento ocorrerá das 8h às 9h e contará com distribuição de pipoca e algodão doce.

Na Padre Henrique Brandão haverá uma máquina para descarte dos resíduos sólidos (latas de alumínio e garrafas pet), com capacidade para armazenar até 200 quilos de recicláveis. Quando esse limite for atingido, o coletor será automaticamente avisado. A escola abrirá conta no Wastebank – Banco de Resíduos, parceiro do programa, e todos os resíduos coletados serão revertidos em produtos e serviços em prol da comunidade escolar.

Segundo a gerente de Responsabilidade Social da companhia, Maria Clara Fernandes, o resíduo descartado retornará em benefícios para as escolas. "O Novo Trilho é um reforço dos pilares da sustentabilidade e do valor compartilhado, que são prioritários para a VLI", destaca.

HISTÓRICO

Após a inauguração do Novo Trilho, em setembro de 2021, na capital mineira, foi a vez de Cariacica, no Espírito Santo, receber o programa, em novembro de 2022. Já no último mês de maio, o programa foi estendido para oito instituições de ensino e duas creches a cidade de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Todas localizadas nas proximidades da área de atuação da companhia.

Nos últimos dias 15 e 16, respectivamente, Imperatriz e Porto Franco, no Maranhão, passaram a contar com o Novo Trilho. Além desta ampliação em BH, ainda neste ano de 2023 o Novo Trilho também chegará a outras oito cidades, sendo sete em Minas Gerais: Contagem e Santa Luzia, na RMBH; Divinópolis e Itaúna, no Centro-Oeste mineiro; Uberaba e Uberlândia, no Triângulo Mineiro; e Patrocínio, no Alto Paranaíba. O outro município é Ribeirão Preto, em São Paulo.

BALANÇO

Durante o ano de 2022, mais de 25 toneladas de material, entre garrafas PET e latas de alumínio, foram destinadas à reciclagem na unidade de Belo Horizonte, gerando mais de R$ 17 mil em monetização para a comunidade e mais de R$100 mil para o ecossistema da reciclagem. Em Cariacica, as garrafas PET e as latinhas de alumínio coletadas possibilitaram a neutralização da emissão de 329 kg de CO_2, o equivalente a 86 litros de gasolina ou a 936 km percorridos.

A VLI investiu mais de R$ 200 mil no projeto em 2022 e impactou mais de 20 mil pessoas nas duas comunidades em que ele foi implantado. Para 2023, a expansão do programa gerará um impacto positivo para mais de 200 mil pessoas.

A VLI engloba as ferrovias Norte Sul (FNS) e Centro-Atlântica (FCA), além de terminais intermodais, que unem o carregamento e o descarregamento de produtos ao transporte ferroviário, e terminais portuários situados em eixos estratégicos da costa brasileira, tais como em Santos (SP), São Luís (MA) e Vitória (ES). Por três anos consecutivos presente no ranking 100 Open Corps – que reconhece o estímulo à inovação aberta –, a VLI transporta as riquezas do Brasil por rotas que passam pelas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Expansão do mercado de Delivery impulsiona crescimento da indústria de Restaurantes em Minas Gerais

Houve um significativo aumento na abertura de novas empresas em todas as regiões de Minas Gerais, totalizando 7.824 empreendimentos, o que corresponde a um crescimento de 9,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior

A crescente expansão do mercado de serviços de delivery está tendo um impacto profundamente positivo na indústria de restaurantes em Minas Gerais. Uma pesquisa conduzida pelo Instituto Foodservice Brasil (IFB) prevê um crescimento de aproximadamente 7,5% no setor durante o ano de 2023.

O estado de Minas Gerais demonstrou um aumento notável na abertura de novas empresas, com 7.824 empresas abertas no mês de julho, em todas as regiões de Minas. Esse número representa um avanço de 9,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com dados fornecidos pela Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg). Destaca-se que Belo Horizonte lidera como a cidade com a maior quantidade de novos empreendimentos no estado.

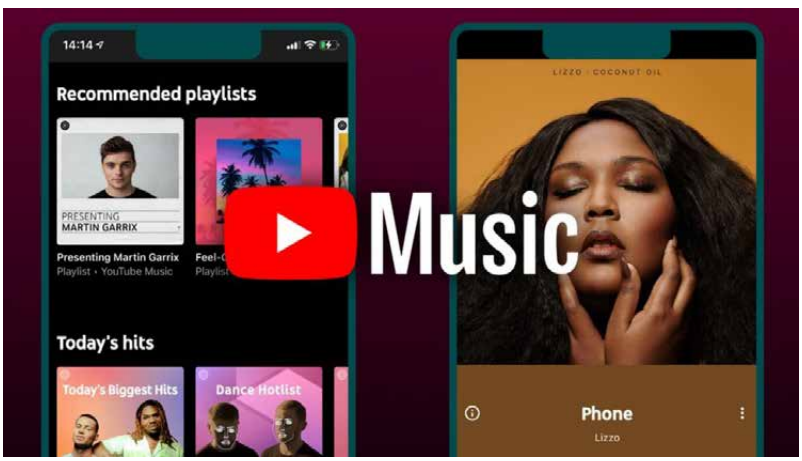
A abertura de novas empresas é respaldada por medidas que visam a redução da burocracia e a criação de um ambiente empreendedor mais favorável. Esses fatores são fundamentais para promover o crescimento econômico de Minas Gerais, cuja contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional atinge 9,1%. Essa contribuição reflete a relevância do Estado para a economia do país, sendo que sua estrutura do PIB é composta por 8,4% de agropecuária, 31,9% de indústria e 59,7% de serviços.

No âmbito dos serviços, muitas empresas do setor alimentício, restaurantes e empreendedores têm aproveitado a expansão do mercado de delivery para criar e ampliar seus negócios. Emergem, então, as cozinhas especializadas em atender centros gastronômicos com foco em delivery. Esses estabelecimentos oferecem cardápios variados e serviços de entrega rápida, alinhando-se à crescente tendência do mercado.

Abrir um negócio no setor gastronômico com foco em delivery e operar dentro do modelo de hub de cozinhas tem sido uma opção estratégica para muitos gestores. Esse formato proporciona alta eficiência e velocidade, além de integração tecnológica avançada para simplificar processos. Isso permite que os empreendedores concentrem seus esforços na preparação de alimentos e no crescimento de seus restaurantes.

YouTube anuncia princípios musicais de Inteligência Artificial (IA) e lança Incubadora de IA do YouTube Music com artistas, compositores e produtores da Universal Music Group

No dia 21 de agosto o YouTube publicou o primeiro conjunto de princípios musicais de Inteligência Artificial (IA) e revelou a Incubadora de IA do YouTube Music, começando com artistas, compositores e produtores do Universal Music Group. Os três princípios musicais fundamentais da IA do YouTube estão enraizados em seu compromisso de colaborar com a indústria da música ao lado de inovação ousada e responsável.



O CEO do YouTube, Neal Mohan, compartilhou no Blog do YouTube os princípios musicais de IA da plataforma e sua visão de como a estrutura aumentará a expressão criativa e, ao mesmo tempo, protegerá a integridade artística na plataforma. Os princípios incluem:

Princípio Nº 1: a IA está aqui e vamos adotá-la com responsabilidade junto com nossos parceiros musicais. À medida que a Inteligência Artificial generativa revela novas formas ambiciosas de criatividade, o YouTube e nossos parceiros na indústria da música concordam em desenvolver nossa longa história colaborativa e abraçar com responsabilidade esse campo de rápido avanço. Nosso objetivo é fazer parceria com a indústria da música para capacitar a criatividade de uma forma que aprimore nossa busca conjunta por inovação responsável.

Princípio Nº 2: a IA está inaugurando uma nova era de expressão criativa, mas deve incluir proteções apropriadas e abrir oportunidades para parceiros musicais que decidirem participar. Continuamos nosso forte histórico de proteção ao trabalho criativo dos artistas no YouTube. Fizemos grandes investimentos ao longo dos anos nos sistemas que ajudam a equilibrar os interesses dos detentores de direitos autorais com os da comunidade criativa do YouTube.

Princípio Nº 3: Desenvolvemos políticas de conteúdo e uma área de Confiança e Segurança que são líderes no setor. Vamos ampliar sua escala para enfrentar os desafios da IA. Passamos anos investindo em políticas e equipes de confiança e segurança que ajudam a proteger a comunidade do YouTube e também estamos aplicando essas salvaguardas ao conteúdo gerado por IA. Os sistemas generativos de IA podem ampliar os desafios atuais, como abuso de marcas registradas e direitos autorais, desinformação, spam e muito mais. Mas a IA também pode ser usada para identificar esse tipo de conteúdo, e continuaremos a investir na tecnologia baseada em IA que nos ajuda a proteger nossa comunidade de espectadores, criadores, artistas e compositores, desde o Content ID até políticas e detecção e sistemas de fiscalização que mantêm nossa plataforma segura nos bastidores. E nos comprometemos a escalar ainda mais esse trabalho.

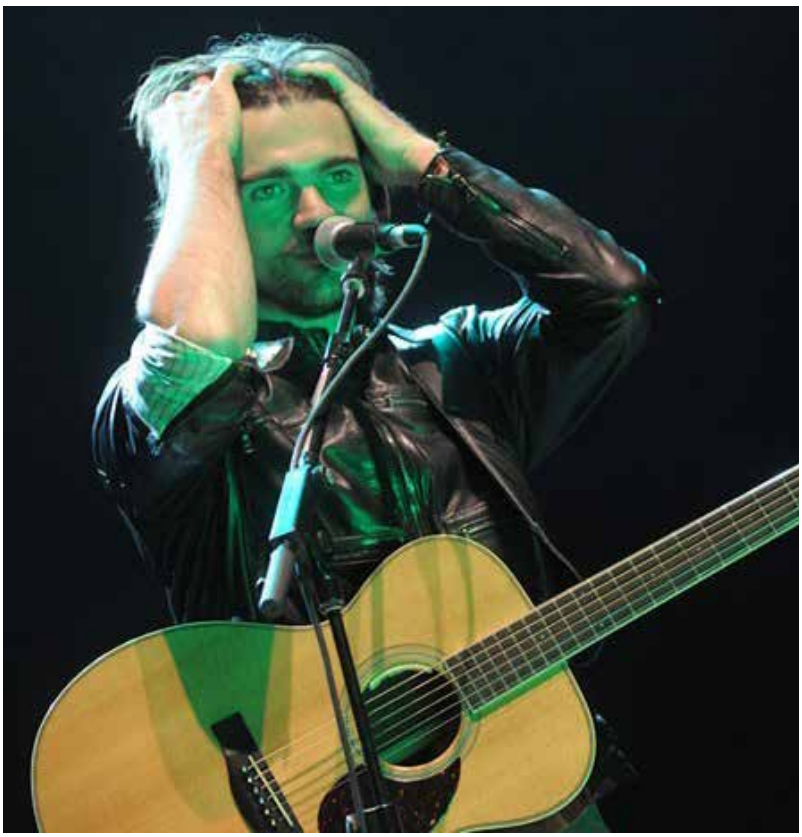
Em outro post no nosso blog global, o Presidente e CEO do Universal Music Group, Sir Lucian Grainge - que ajudou a moldar os princípios - compartilhou sua visão de uma abordagem centrada no artista para IA generativa e como a parceria com o YouTube posicionaria melhor a indústria da música para o sucesso à medida que essa tecnologia continua a se desenvolver. Trechos da postagem do blog incluem:

"Nosso desafio e oportunidade como indústria é estabelecer ferramentas, incentivos e recompensas eficazes – bem como regras do jogo – que nos permitam limitar o potencial negativo da IA enquanto promovemos seu promissor lado positivo. Se encontrarmos o equilíbrio certo, acredito que a IA ampliará a imaginação humana e enriquecerá a criatividade musical de novas maneiras extraordinárias."

"Nossa fé duradoura na criatividade humana é a base da colaboração do Universal Music Group com o YouTube no futuro da IA. O ponto central de nossa visão coletiva é tomar medidas para construir um ecossistema seguro, responsável e lucrativo de música e vídeo - onde artistas e compositores tenham a capacidade de manter sua integridade criativa, seu poder de escolha e serem compensados de forma justa."

"Hoje, nossa parceria é construída sobre essa base com um compromisso compartilhado de liderar com responsabilidade, conforme descrito nos princípios de IA do YouTube, onde a Inteligência Artificial é construída para capacitar a criatividade humana, e não o contrário. A IA nunca substituirá a criatividade humana porque sempre faltará a centelha essencial que leva os artistas mais talentosos a fazer seu melhor trabalho, que é a intenção. De Mozart aos Beatles e Taylor Swift, a genialidade nunca é aleatória."

O anúncio de hoje também apresentou o AI Music Incubator do YouTube, um programa que reunirá alguns dos artistas, compositores e produtores mais inovadores da atualidade para ajudar a informar a abordagem do YouTube à IA generativa na música. A incubadora começará com uma coorte de criativos de gêneros do Universal Music Group, que inclui Anitta,Björn Ulvaeus,d4vd, Don Was, Juanes, Louis Bell, Max Richter, Rodney Jerkins, Rosanne Cash, Ryan Tedder, Yo Gotti, e a Propriedade de Frank Sinatra, entre outros.


Segundo Junes, a música é fundamental para a experiência humana

Ações de Björn Ulvaeus: "Embora alguns possam achar minha decisão controversa, entrei para este grupo com a mente aberta e puramente por curiosidade sobre como um modelo de IA funciona e do que ele pode ser capaz em um processo criativo. Acredito que quanto mais eu entender, mais bem equipado estarei para defender e ajudar a proteger os direitos de meus colegas criadores humanos."

Juanes compartilha: "A música é fundamental para a experiência humana – cultural e pessoalmente. Para os artistas, nossa música faz parte de quem somos. Dado o papel da música, os artistas devem desempenhar um papel central para ajudar a moldar o futuro dessa tecnologia. Estou ansioso para trabalhar com o Google e o YouTube como parte deste influente grupo de artistas UMG para garantir que a IA se desenvolva de forma responsável como uma ferramenta para capacitar artistas e que seja usada com respeito e ética de maneiras que amplifiquem a expressão musical humana por gerações. vir."

Max Richter compartilha: "Como toda nova tecnologia, a IA traz consigo oportunidades, mas também traz desafios profundos para a comunidade criativa. O mundo da tecnologia e o ecossistema de distribuição de música estão evoluindo rapidamente para abraçar essa tecnologia transformadora e, a menos que os artistas façam parte desse processo, não há como garantir que nossos interesses sejam levados em consideração. Temos que estar nessa conversa, ou nossas vozes não serão ouvidas. Portanto, estou muito feliz por fazer parte da "incubadora de artistas" que me permitirá defender os interesses da comunidade criativa nas aplicações de IA para música e distribuição de música."

Mineração 4.0 e redução de riscos em operações complexas são objetivos das mineradoras brasileiras

Nesse contexto de transformação digital para modernização das operações, as plataformas de segurança física unificadas e abertas são opções estratégicas pois ajudam a reduzir múltiplos riscos e a melhor gestão operacional

As mineradoras têm operações complexas com instalações em ambientes remotos, recursos de segurança e de saúde limitados e infraestruturas diversificadas espalhadas em diferentes locais. Além disso, precisam cumprir regulamentações rigorosas em termos socioambientais, de segurança e de saúde, bem como atender às exigências de investidores, cada vez mais atentos a critérios ESG.

Suas instalações distantes de polos urbanos são mais vulneráveis a roubos, vandalismo e invasões. As operações, por sua vez, necessitam de rápida e efetiva resposta a emergências, como acidentes de trabalho, colapsos de minas, vazamentos de gases e explosões, eventos climáticos desafiadores, entre outros. "Os riscos são múltiplos, assim como a quantidade de variáveis a serem controladas, tanto para a proteção de pessoas, do meio ambiente, de ativos e propriedades; quanto para as operações em si, cujo custo de parada ou de manutenções não programadas é muito elevado", afirma Andréa Mansano, gerente de desenvolvimento de Negócios da Genetec para a América Latina.

Alguns exemplos de riscos nestes ambientes são: utilização de explosivos; manutenções de subestações de energia; circulação de caminhões fora de estrada (com visibilidade restrita); vazamento de gases; deslizamentos etc. Somado a tudo isso, é muito comum encontrar grande número de sistemas de monitoramento que trabalham de forma isolada, sem padronização e com integrações frágeis, que dependem de atualizações constantes para boa comunicação (procedimentos feitos com dificuldade e muito tempo de dedicação das equipes de TI).

A executiva da Genetec alerta ainda que há a necessidade de gestão de dados sensíveis, pois as mineradoras acumulam quantidade significativa de dados, incluindo informações de reservas minerais, planos operacionais, dados financeiros e pessoais de funcionários. "Esses dados são estratégicos e precisam ser protegidos contra vazamentos, roubos de propriedade intelectual e violações de privacidade", ressalta Andréa.

Esta demanda somada à transformação digital com maior integração entre as infraestruturas de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia de Operações (TO), torna a cibersegurança fundamental para as mineradoras, que dependem de ativos (equipamentos e maquinários) caros e essenciais para suas operações e que, além dos softwares e hardwares de TI, apresentam fragilidades que podem ser explorados por hacker em ciberataques.

"Operações tão complexas e de alta periculosidade exigem monitoramento remoto e unificado para a rápida identificação de vulnerabilidades ou problemas de segurança. Nas áreas de maior risco, quanto menos profissionais forem necessários para que atividades sejam executadas, maior a segurança de pessoas, tornando as operações remotas (procedimentos monitorados à distância por câmeras e sensores) uma estratégia importante.

A tecnologia auxilia na digitalização de procedimentos operacionais padrões (POPs). É possível, por exemplo, cruzar dados de credenciais, porte de EPIs reconhecido por imagem de vídeo e treinamentos atualizados para acesso a determinados locais, impedindo que profissionais que não atendam a essas condições consigam acessá-los. Em situações de gestão de incidentes, que somam muito estresse e pressão aos responsáveis de segurança ou das operações, é possível que esses operadores sejam guiados passo a passo em cada um dos procedimentos necessários para a resolução mais rápida e segura da ocorrência.

A Mineração 4.0, motivada pela transformação digital, é uma tendência cada vez mais presentes e está muito

relacionada ao uso de plataformas proativas, inteligentes, unificadas e com rastreabilidade para ampla consciência situacional de todas as operações e pessoas envolvidas.

SOLUÇÕES UNIFICADAS TRAZEM BENEFÍCIOS PARA SEGURANÇA E IMPORTANTES INSIGHTS OPERACIONAIS

Diante de um cenário de alta complexidade, como o de mineração, é essencial que as empresas possam contar com soluções de segurança unificadas e abertas, como o Security Center. A plataforma da Genetec permite a adoção de novas tecnologias e equipamentos (controles de acesso; câmeras de vídeo; radares; dispositivos contra incêndios; sensores de aproximação, de temperatura, de tremores de terra; alarme, entre muitos outros) para assegurar a proteção de todas as unidades operacionais, com monitoramento e controle remoto unificado em um única central de segurança. Há clientes, por exemplo, que controlam sites localizados em distintos países a partir de uma única central.

Quanto maior a unificação de múltiplas variáveis de segurança e de operações, menores são os riscos e maior é a capacidade de reação rápida a incidentes. Outros benefícios relacionam-se à infraestrutura de tecnologia mais eficiente e padronizada, menores custos com treinamentos de múltiplas plataformas e redução de tempo em tratativa com os respectivos fornecedores.

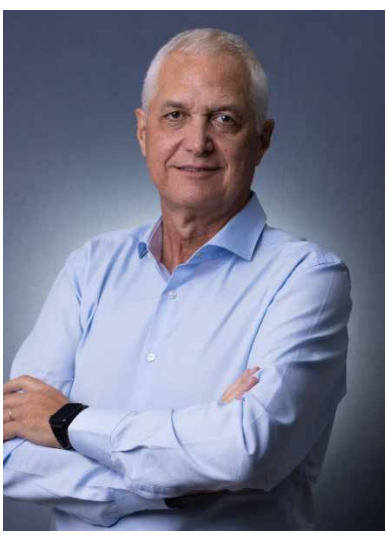
Segundo Andréa, o Genetec Security Center é uma ferramenta de mineração 4.0, pois previne paradas operacionais não planejadas, por meio de câmeras e sensores estratégicos na linha de produção, controlando sua boa operação. Caso algo saia dos critérios recomendados alarmes são disparados e correções podem ser realizadas antes que consequências mais graves e custosas aconteçam. Para dar alguns exemplos, a partir desses dispositivos, é possível prevenir sobrecarregas em esteiras ou moinhos, garantir a alocação correta de pilhas de minérios em caminhões, ou tornar atividades totalmente remotas em ambientes insalubres.

A Genetec Inc. é uma empresa global de tecnologia que vem transformando o setor de segurança física há mais de 25 anos. Hoje, a empresa desenvolve soluções projetadas para melhorar a segurança, a inteligência e as operações de empresas, governos e comunidades em que vivemos. Seu principal produto, o Security Center, é uma plataforma de arquitetura aberta que unifica vigilância por vídeo baseada em IP, controle de acesso, reconhecimento automático de placas de veículos (ALPR), comunicações e análises. Fundada em 1997 e sediada em Montreal, Canadá, a Genetec atende seus clientes por meio de uma extensa rede de parceiros de canal e consultores certificados em mais de 159 países.

Usiminas obteve lucro de R$ 287 milhões no segundo trimestre

A Usiminas apresentou no dia 28 de julho os resultados econômicos financeiros da empresa relativos ao 2º trimestre de 2023. No período, o lucro líquido da empresa alcançou R$ 287 milhões, contra R$ 544 milhões do trimestre anterior. A queda foi provocada pelo enfraquecimento da demanda e a reforma do Alto-Forno 3, o que ocasionou a elevação do custo de produção.

De abril a junho, a empresa contabilizou um Ebitda Ajustado de R$ 366 milhões, inferior ao apurado durante o primeiro trimestre, que ficou em R$ 783 milhões. Relativamente à Margem Ebitda Ajustado esta também contabilizou redução de 5%, ante os 11% dos primeiros três meses do ano. "A queda das margens reflete a condição produtiva atual da Usiminas, que está realizando uma grande reforma no seu maior equipamento, o Alto-Forno 3, após 23 anos de operação. Neste momento, estamos trabalhando no desenvolvimento do plano estratégico da Usiminas, com foco na melhoria da performance operacional, e esperamos ver os resultados no próximo ano", comentou o CEO da Usiminas, Marcelo Chara.


Marcelo Chara – presidente/CEO da Usiminas

Cabe mencionar que o Conselho de Administração da Usiminas aprovou, no dia 4 de julho último, a indicação de Marcelo Chara para CEO da empresa. Presidente da Ternium Brasil desde setembro de 2017, Chara foi Vice-presidente Industrial da Usiminas entre 2012 e 2014. A eleição é consequência do novo acordo de acionistas, assinado após a Ternium comprar parte das ações da Nippon Steel na Usiminas. Com a saída de Marcelo Chara para a Usiminas, o atual Vice-presidente Industrial Titus Schaar foi escolhido para assumir a presidência da Ternium Brasil, acumulando com a Vice-presidência Industrial.

A reunião do Conselho de Administração também aprovou a indicação do Vice-presidente da Ternium Brasil Pedro Teixeira para o cargo de conselheiro da Usiminas.

Stellantis tem nova estrutura de serviços financeiros no Brasil

Na nova organização, o Banco PSA e o Banco Fidis passam a ser denominados Stellantis Financiamentos e Banco Stellantis, respectivamente
Cada marca da Stellantis terá sua própria estrutura de atendimento e oferta de serviços financeiros no varejo, com foco na oferta de produtos exclusivos e no atendimento e satisfação do consumidor final
Os concessionários das marcas da Stellantis terão uma única e exclusiva estrutura de atendimento com serviços financeiros personalizados para apoiar em seus negócios

A Stellantis está reestruturando seus serviços financeiros no Brasil, em linha com nova estrutura global em implantação. A nova organização, consolidada na Stellantis Serviços Financeiros, se apoia em dois braços operacionais - a Stellantis Financiamentos e o Banco Stellantis, que, respectivamente, se dedicarão às atividades de varejo e atacado.

A mudança em curso abrange tanto as operações de financiamento ao consumidor final para aquisição de veículos das diversas marcas da Stellantis e demais serviços financeiros de varejo, quanto as operações de financiamento e demais serviços financeiros demandados pelas redes de concessionários e clientes corporate. "Essa nova estrutura permitirá maior alinhamento com as estratégias das marcas, proporcionando sinergias entre atacado e varejo, além de agilidade e simplificação das operações, sempre com foco na crescente satisfação dos clientes e da rede" afirma Dominique Signora, responsável pela Stellantis Financial Services para América do Sul.

Na prática, o Banco PSA passará a ser denominado Stellantis Financiamentos e, até o final deste ano, assumirá as atividades de varejo para os clientes finais de todas as marcas da Stellantis no Brasil, tanto para as operações de financiamento, quanto para as operações de seguros e consórcio. A partir da presente data, a Stellantis Financiamentos é responsável pelas operações de varejo das marcas Fiat, Peugeot e Citroën. Para a marca Fiat, a Stellantis Financiamentos contará com os motores de crédito e apoio operacional do Santander Brasil e com a sua vasta experiência no segmento automotivo. As marcas Jeep, Ram, Chrysler e Dodge serão inseridas dentro da nova estrutura a partir de 1° de novembro deste ano.

O Banco Fidis, por sua vez, até o final deste ano, passará a ser provedor das atividades de financiamento aos concessionários de todas as marcas da Stellantis e, desde já, será responsável pelas operações de financiamentos dos clientes corporate, tais como clientes frotistas, bem como continuará oferecendo soluções para fornecedores e cartões de crédito, entre outras operações estruturadas, para todas as marcas da Stellantis, sob a nova denominação Banco Stellantis.

"A nova configuração acelera o desenvolvimento das atividades comerciais das marcas que compõem a Stellantis, reforçando o suporte financeiro aos concessionários e consumidores. Além disso, a nova estrutura é mais um passo da Stellantis na direção de se tornar uma companhia tecnológica de mobilidade, preparada para atender todas as necessidades de seus clientes, e está em linha com o plano estratégico global Dare Forward 2030", destaca Antonio Filosa, presidente da Stellantis para América do Sul.

Para assegurar um atendimento uniforme em toda a jornada dos consumidores com as marcas, a estrutura de varejo de Serviços Financeiros reposicionará suas atividades de acordo com as marcas com que atua. Dentro do cronograma estabelecido pela empresa em alinhamento com a estratégia de foco e excelência no atendimento ao cliente, a Fiat lança os seus serviços financeiros com identidade própria, além de produtos e experiência exclusiva aos seus clientes dentro desta nova estrutura. A partir desta data, com a estruturação da Stellantis Serviços Financeiros, as unidades de negócios que atendem a Fiat no varejo passam a ser denominadas Fiat Financiamentos, Fiat Consórcio e Fiat Seguros. A implantação da Stellantis Serviços Financeiros e de seus braços operacionais é um processo que deve estar totalmente concluído ainda este ano.

JBS movimenta 2,1% do PIB e contribui para a geração de 2,7% do emprego no país, mostra Fipe

Números constam de levantamento inédito sobre cadeias produtivas ligadas à Companhia, uma das maiores empresas de alimentos do mundo

A JBS e as cadeias produtivas ligadas a ela no Brasil movimentaram, em 2021, o equivalente a 2,10% do PIB (Produto Interno Bruto) e contribuíram para a geração de 2,73% dos empregos do país. As informações constam de levantamento inédito produzido pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) via Nereus (Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo) sobre a mensuração da importância socioeconômica das atividades relacionadas à Companhia.

Para chegar a esses números, calculados no biênio 2020-2021, os pesquisadores consideraram o efeito inicial (a partir das próprias unidades), o efeito direto (relacionamento com fornecedores diretos de insumos), o efeito indireto (impactos ao longo de toda a cadeia de suprimentos) e o efeito renda (indução da atividade econômica). A JBS conta com unidades de produção em mais de 130 municípios, o que contribui para a geração de riqueza no interior do país, analisa o estudo, coordenado por Eduardo Amaral Haddad e Carlos Roberto Azzoni e que se estendeu por todo o ano de 2022. A equipe conta ainda com os pesquisadores Ademir Rocha, André Squarize Chagas, Fernando Salgueiro Perobelli, Inácio Fernandes de Araújo, Leonardo Merlini e Pedro Acioly.

O trabalho concluiu que o benefício das atividades da JBS se estende a cidades vizinhas, pelo efeito nos empregos e salários. "A JBS induz ganhos de produtividade nos municípios em que está e leva ao crescimento da atividade econômica em todas as regiões em que atua", complementa o estudo.

Por meio de informações públicas e privadas, foi possível chegar ao tamanho

da cadeia de produção de todas as atividades ligadas à Companhia e determinar a importância de cada grupo de atividades por meio da análise de modelagem de insumo-produto, técnica que procura mapear a economia como uma série de setores interligados. Entraram no cálculo produção, capital, consumo das famílias, exportações, insumos, trabalho e terra, entre outros fatores. Foram analisados 67 setores e 127 produtos.

"Para nós, que como empresa completamos 70 anos agora em 2023, esse estudo é de extrema importância, pela evidência que ele apresenta de como a indústria de alimentos é positiva para o país. Gera muitos empregos diretos e indiretos, além de ter uma cadeia longa de fornecedores e clientes, estimulando uma grande porção da economia", afirma Gilberto Tomazoni, CEO Global da JBS.

COMO OS POSTOS DE TRABALHO SE MULTIPLICAM

A JBS conta com 145 mil colaboradores em suas unidades, centros de distribuição e escritórios. Mas o número de vagas ligadas às cadeias de produção ligadas à Companhia vai muito além: somou 2,9 milhões de pessoas, segundo a pesquisa da Fipe. Um exemplo do impacto de uma unidade produtiva da JBS sobre geração de empregos vem de Barra do Garças (MT). Para cada 100 empregos ali, são criados outros 597 nos fornecedores de insumos, 227 no estado e 370 no restante do Brasil.

No chamado efeito indireto, os impactos ao longo de toda a cadeia de suprimentos, são gerados mais 1.175 postos de trabalho, 319 em Mato Grosso e 856 nos outros estados do país. Na próxima etapa, o efeito renda, de indução da atividade econômica, mais 451 vagas, 83 em Mato Grosso e mais 368 no país. Ao todo, 2.323 empregos a partir de 100 vagas em Barra.

A JBS é uma das maiores empresas de alimentos do mundo. Com uma plataforma diversificada por tipos de produtos (aves, suínos, bovinos e ovinos, além de plant-based), a Companhia conta com mais de 260 mil colaboradores, em unidades de produção e escritórios em todos os continentes, em países como Brasil, EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália, China, entre outros. No Brasil, a JBS é uma das maiores empregadoras do país, com 145 mil colaboradores. No mundo todo, a JBS oferece um amplo portfólio de marcas reconhecidas pela excelência e inovação: Friboi, Seara, Swift, Pilgrim's Pride, Moy Park, Primo, Just Bare, entre muitas outras, que chegam todos os dias às mesas de consumidores em 190 países. A empresa investe em negócios correlacionados, como couros, biodiesel, colágeno, higiene pessoal e limpeza, envoltórios naturais, soluções em gestão de resíduos sólidos, reciclagem e transportes, com foco na economia circular. A JBS conduz suas operações priorizando a alta qualidade e a segurança dos alimentos e adota as melhores práticas de sustentabilidade e bem-estar animal em toda sua cadeia de valor, com o propósito de alimentar pessoas ao redor do mundo de maneira cada vez mais sustentável.

PicPay inaugura unidade de negócios dedicada a investimentos

Companhia passa a disponibilizar CDBs de terceiros, LCIs e LCAs; objetivo é lançar fundos ainda em agosto para ampliar diversificação do portfólio

Como pontapé inicial da unidade de negócios dedicada a investimentos, o PicPay acaba de aumentar a oferta de aplicações disponíveis no app com novos produtos de renda fixa: CDBs (Certificados de Depósito Bancário), LCIs e LCAs (Letra de Crédito Imobiliário e do Agronegócio) emitidos por terceiros, pré e pós-fixados.

Os papéis são emitidos por instituições como Banco Original, BTG, BMG, Pine, Fibra e ABC. É possível investir a partir de R$ 100, com retorno de até 117% do CDI. Já as LCIs e LCAs oferecem rentabilidade líquida — já que têm isenção de Imposto de Renda — de até 10,8% ao ano. Os produtos também contam com a garantia do FGC para valores até R$ 250 mil.

Neste momento, as novas aplicações estão disponíveis para uma base inicial de clientes e serão liberadas a todos gradualmente. Os usuários que desejarem podem se inscrever para receber notificações. Ainda em agosto, fundos de investimentos também serão adicionados ao app PicPay.

ECOSSISTEMA CADA VEZ MAIS COMPLETO

O crescimento da prateleira de investimento faz parte da estratégia do PicPay de se tornar a principal conta do brasileiro. Para isso, a companhia criou uma unidade de negócios voltada ao tema.

"Colocamos toda a estrutura da business unit de pé em tempo recorde, em cerca de quatro meses, com toda a tecnologia criada do zero", conta Bruno Guarnieri, vice-presidente de e-commerce e investimentos da companhia. "Essa frente será estratégica para complementar o ecossistema financeiro do app e contribuir para nos consolidarmos com um portfólio completo, que vai ser ampliado até o fim do ano."

Na visão de Patricia Whitaker, executiva que lidera a unidade de investimentos, a companhia tem dois diferenciais principais. "O PicPay tem uma grande escala, com mais de 33 milhões de clientes ativos, e a vantagem de ser a única fintech de peso com produtos alternativos, como P2P Lending — a possibilidade de investir emprestar dinheiro para empresas pelo app —, com opções que o cliente não encontra facilmente no mercado", afirma.

O P2P Lending para empresas, que funciona de forma semelhante a uma debênture, permite que os clientes invistam em empresas de baixíssimo risco, como JBS e J&F Investimentos, com retorno bruto a partir de 16% ao ano. Junto às novas aplicações, o produto permite que o usuário diversifique sua carteira e complementa a gama de opções que já estava disponível no app, como o melhor rendimento em conta do mercado, de 102% do CDI, Cofrinhos, CDBs próprios e exchange de criptomoedas.

"Ampliar as opções de investimentos também é uma excelente oportunidade para conquistar novos usuários e aumentar nossa proposta de valor inclusive para rendas mais altas", conclui Whitaker.

Dicas para as empresas realizarem uma transformação digital eficiente

Pesquisa revela maturidade das empresas e a adaptação ao universo digital

A maturidade digital nas empresas é um indicador importante para medir o quão bem elas estão adaptadas ao mundo digital. Ela representa o nível de integração e aproveitamento das tecnologias digitais em todos os aspectos do negócio.

Uma empresa com alta maturidade digital utiliza tecnologias de forma estratégica, tem processos digitalizados, colaboração online eficiente e uma cultura de inovação. Além disso, compreende a importância da coleta e análise de dados para tomada de decisões embasadas.

A Ploomes, maior empresa de CRM da América Latina, em parceria com a Opinion Box, produziu uma pesquisa detalhada sobre a maturidade digital nas empresas B2B. Foram entrevistados 603 profissionais da área empresarial de todo o Brasil. Entre as questões levantadas pela pesquisa, está a evolução da digitalização nas empresas desde a pandemia. Sobre isso, 68% dos respondentes afirmaram que a empresa se tornou mais digital, enquanto 26% dizem que não se tornou nem mais, nem menos digital, e 6% afirmam que se tornou menos digital.

Para ajudar as empresas a realizarem a transformação digital de forma eficiente, Matheus Pagani CEO da Ploomes, dá 7 dicas::

Avaliação e diagnóstico: avalie a situação atual da empresa em termos de tecnologia, processos, cultura e competências digitais. Identifique as áreas que precisam ser aprimoradas e os objetivos que deseja alcançar com a transformação digital.

Definição e estratégia: defina uma estratégia clara e abrangente para a transformação digital. Estabeleça metas específicas, prioridades e um cronograma realista para implementação.

Engajamento da liderança: a liderança deve estar comprometida e engajada no processo de transformação digital. Ela deve comunicar a visão, alinhar a equipe e fornecer recursos necessários para o sucesso da implementação.

Capacitação e desenvolvimento de habilidades: promova a capacitação e o desenvolvimento das habilidades digitais dos colaboradores. Ofereça treinamentos, workshops e incentivos para que todos estejam preparados para lidar com as mudanças e aproveitar as oportunidades digitais.

Adoção de tecnologias adequadas: avalie e adote as tecnologias mais adequadas às necessidades da empresa. Isso pode incluir ferramentas de análise de dados, automação de processos, inteligência artificial e outras soluções digitais relevantes para o setor.

Redesenhe os processos: identifique os processos que podem ser otimizados e redesenhados com o uso de tecnologias digitais. Busque a automação de tarefas repetitivas, a integração de sistemas e a digitalização de documentos e fluxos de trabalho.

Fomento à cultura digital: crie uma cultura de inovação, colaboração e aprendizado contínuo. Promova o compartilhamento de conhecimento, a experimentação de ideias e o uso de dados para embasar decisões.

Inteligência Artificial vai facilitar de forma inédita exercício da advocacia

A novidade será lançada em todo país pela AASP – Associação dos Advogados, revolucionando o sistema de intimações, que chegará ao advogado já com sugestão de conteúdos relacionados

Mais do que realizar e lançar produtos, é preciso manter-se à frente e olhar em direção ao futuro, inovar. Essa é a premissa da AASP – Associação de Advogados, que completa oito décadas de atuação em 2023 com um lançamento inédito: uso da Inteligência Artificial (IA) para potencializar e facilitar o exercício da advocacia de todo o Brasil.

A inovação vai funcionar no processo de intimações, um serviço prestado pela AASP que já é uma referência no país. Este trabalho já é informatizado e distribuído no formato digital para cerca 75 mil pessoas do corpo associativo no país, mas, a partir de agora, ficará ainda mais eficiente e dinâmico com a implantação de recursos de IA.

Funcionará assim: junto com cada intimação recebida, associadas e associados serão impactados por conteúdos relacionados que vão tornar os próximos passos da atuação profissional mais rápidos e práticos. Serão sugestões de jurisprudência, doutrina e cursos relacionados ao tema da decisão.

"O sistema da AASP incorpora, assim, a habilidade de aprender com dados históricos para informar suas decisões. Dentro desse subgênero de Inteligência Artificial Limitada, há a capacidade de armazenar, processar e recuperar informações, o que eleva a complexidade dos comportamentos propensos a tomadas de decisões bem fundamentadas", explica Helton Germano, Gerente de Tecnologia da AASP.

Um exemplo concreto desse conceito é encontrado nas recomendações de streaming, em que a plataforma utiliza memórias limitadas para sugerir vídeos com base nas preferências previamente manifestadas pelo usuário.

Com aprendizado inteligente, a nova funcionalidade será aprimorada a cada minuto, com o uso da plataforma por milhares de associados. Para a AASP, o desenvolvimento ocorrerá rapidamente, por conta da força do associativismo. Esse é outro papel fundamental da Associação para advocacia nacional: reunir insights da advocacia a cada novo lançamento, de maneira única e rápida.

O QUE MUDA DAQUI PRA FRENTE?

Hoje, uma equipe especializada faz a leitura de 119 diários. As informações coletadas são organizadas e atualizadas no sistema, além de serem conferidas, em último nível, por nossos agentes, que garantem mínimo de falha, reduzindo quase a zero envios de homônimos e outros erros. O envio é feito por e-mail, no app e no site da entidade. Para se ter uma ideia, só no primeiro semestre de 2023, a AASP tratou mais de 50 milhões de publicações.

A partir de agora, associadas e associados não só terão acesso às suas intimações como também receberão a jurisprudência e cursos AASP relativos ao processo. Além disso, o sistema também oferecerá a doutrina por meio de indicações de revistas e outros meios informativos publicados pela instituição.

"Esse tipo de recurso dentro da advocacia é algo totalmente inovador. Agora, os advogados poderão baixar, copiar e avaliar as informações indicadas pela IA. Aliás, a avaliação é um ponto de suma importância, porque, por meio do clique nas opções "like / dislike", o usuário ajudará a calibrar a eficiência da Inteligência Artificial Limitada. Hoje, sua capacidade de assertividade pela amostragem é de 60%, ou seja, quanto mais usado for, maior sua chance de entregar a jurisprudência e a doutrina dentro de melhores parâmetros", comenta Eduardo Mange, presidente da AASP.

Fundada há 80 anos, a AASP – Associação dos Advogados está presente em todo o Brasil e tem a missão de potencializar e facilitar o exercício da advocacia. A entidade é experiente, visionária e está, cada vez mais, disruptiva. Sua trajetória e conquistas são o combustível para ir ainda mais longe, proporcionando aos seus milhares de associados (aproximadamente 75 mil) inúmeros cursos sobre temas jurídicos relevantes e serviços de excelência, que incluem: intimações on-line, pesquisa por termos nos Diários Oficiais, emissão e renovação de certificado digital, revistas e boletins periódicos, clipping diário de notícias, plataforma de assinaturas digitais, além de disponibilizar um avançado sistema de pesquisa de jurisprudência e um programa de gestão de processos.

AutoZone chega a Minas Gerais e inaugura esta semana 100ª loja no Brasil em BH

A AutoZone, rede de lojas líder no mercado automotivo mundial, inaugura no dia 24 de agosto, sua centésima loja no país, em Belo Horizonte, dando sequência ao plano de expansão e consolidação da marca americana no Brasil. A empresa, que tem registrado forte crescimento de vendas no país, atinge o marco de loja 100 abrindo um novo mercado de vendas: Minas Gerais. A nova unidade conta com 450 metros quadrados de área de vendas, 31 vagas para clientes e capacidade de estoque para armazenar mais de 60 mil itens.

Na nova loja mineira, o público poderá contar com um catálogo de mais de 60 mil itens entre peças e acessórios, disponíveis para carros e motos, além de serviços gratuitos diferenciados como scanner de motor, teste, recarga e troca de bateria, troca de palheta, dentre outros. "Abrir a 100 loja em BH reforça o quanto acreditamos no mercado mineiro, onde já contamos com lojas em Araxá, Patos de Minas, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Uberlândia, Uberaba e Divinópolis. Ao longo de 2024, inauguraremos mais três lojas em Belo Horizonte e outras em diversas cidades de Minas Gerais" afirma Maurício Brás, presidente da AutoZone do Brasil.

A rede, que é líder de vendas no segmento e conta com mais de 7 mil lojas espalhadas pelo mundo, atualmente tem presença em 6 Estados do país, contando com mais de 1.100 colaboradores no Brasil. Para otimizar ainda mais a logística e acompanhar a expansão acelerada da marca, a AutoZone adquiriu um terreno com 50 mil metros quadrados, em Paulínia, São Paulo, para a construção do seu segundo Centro de Distribuição. A expectativa é que sejam gerados mais de 100 empregos diretos, e a previsão para abertura é em 2024.

O objetivo principal da empresa é transformar a jornada do cliente no mercado de autopeças, em um ambiente especialmente projetado para levar uma experiência de compra diferenciada, contando com excelência na apresentação visual, limpeza, organização, layout dos produtos e atendimento, com colaboradores prontos para solucionar dúvidas técnicas dos clientes.

De acordo com Mauricio Bráz, presidente da AutoZone Brasil, a meta é concluir 2023 com 101 lojas inauguradas, seguindo para o próximo ano com ritmo acelerado de crescimento no Brasil. "No último ano, a AutoZone registrou crescimento robusto no país, incentivando ainda mais nossa expansão. O cliente tem aceitado muito bem nossa proposta de valor e a expectativa para os próximos anos é acelerar o número de lojas no Brasil, especialmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste", completa o executivo.

BYD comemora 2,3 milhões de módulos fotovoltaicos produzidos no Brasil

Única no país a atingir esse marco, empresa celebra na Intersolar South America 2023 e recebe prêmio como pioneira no mercado solar brasileiro

A BYD Energy do Brasil, líder nacional na produção de módulos fotovoltaicos, participou da Intersolar South America 2023, maior evento solar da América Latina, que aconteceu de 29 a 31 de agosto, no Expo Center Norte, em São Paulo. Além do lançamento do novo módulo, Harpia N-Type TopCon bifacial double glass de 555W-575W, e da exposição de produtos da marca, a empresa celebrou no dia 29 o marco de 2.300.000 módulos fotovoltaicos produzidos no país.

A fabricação nacional levou a empresa a ser a única no Brasil a atingir o número. Na mesma noite, a marca também recebeu uma homenagem e foi premiada pela organização da Intersolar South America 2023 como uma das empresas pioneiras a investir no mercado solar brasileiro.

Projetados pela área de Pesquisa e Desenvolvimento da empresa no Brasil, em Campinas (SP), os módulos da BYD garantem eficiência energética e grande economia no investimento e custo de manutenção.

"Hoje celebramos a incrível marca de 2.3 milhões de módulos fotovoltaicos produzidos nacionalmente. Essa conquista representa a missão e a expertise na BYD. Somos a maior fabricante nacional e esse marco é um sinal claro de que estamos no caminho certo, rumo a um futuro mais sustentável e eficiente", comentou Tyler Li, presidente da BYD Brasil, durante a celebração na Intersolar South America 2023.

Os visitantes do evento podem conhecer os módulos fotovoltaicos da marca disponíveis no mercado brasileiro: MLK 540W, Harpia Single Glass e Harpia Double Glass, além dos modelos BIPV e APV. Em seu estande, a empresa expõe ainda sua linha completa de inversores de alta qualidade e segurança, incluindo modelos on e off-grid, híbridos – monofásicos e trifásicos –, além de soluções de armazenamento de energia e carregadores automotivos da marca (Wallbox de 7,4kW, carregador rápido e estação de recarga).

Tyler Li, presidente da BYD Brasil, celebrando marco de 2.300.000módulos fotovoltaicos produzidos no Brasil

OUTRAS NOVIDADES

Um grande atrativo da empresa no evento é uma superfície formada por módulos BIPV (Building Integrated Photovoltaics), solução da marca desenvolvida para a perfeita integração junto a projetos da construção civil e arquitetônica. Os módulos BIPV permitem customização em diferentes cores para uma composição harmonizada em fachadas de casas e prédios.

A BYD Energy conta também em seu estande com um carport solar, cobertura desenvolvida com a aplicação de módulos fotovoltaicos para servir como telhado em áreas de estacionamento e ainda gerar energia. Abrigado nesse espaço está o BYD Song Plus DM-i, modelo SUV híbrido plug-in inteligente, que traz a inédita tecnologia super híbrida DM-i. É um dos modelos mais vendidos pela marca no globo terrestre.

A BYD chegou ao Brasil em 2015, quando inaugurou sua primeira fábrica de montagem de chassis de ônibus 100% elétricos em Campinas (SP). Em 2017, abriu uma segunda fábrica, também em Campinas, para a produção de módulos fotovoltaicos. Para abastecer a frota de ônibus elétricos, a empresa iniciou, em 2020, a operação de sua terceira fábrica no Brasil, no Polo Industrial de Manaus (PIM), dedicada à produção de baterias de fosfato de ferro-lítio (LiFePO4). A empresa também é responsável por um projeto de SkyRail na cidade de São Paulo, com a Linha 17 - Ouro. Além disso, a BYD comercializa no Brasil sistemas de armazenamento de energia, inversores, empilhadeiras, caminhões, furgões e automóveis, todos elétricos e com baixa emissão de poluentes. Mais recentemente, devido à pandemia da Covid-19, a empresa também está vendendo máscaras descartáveis no país. Em abril de 2021, a BYD Brasil passou a integrar o Pacto Global, da Nações Unidas (ONU). Em novembro de 2021, deu o primeiro passo para o início da comercialização de automóveis de passeio no país e hoje já conta com cinco modelos lançados e uma rede consolidada de concessionárias em operação. Em abril de 2022, a BYD Energy inaugurou novas instalações e uma completa linha de módulos fotovoltaicos no mercado brasileiro. Em 2023, foi eleita pela revista americana Times como uma das 100 empresas mais influentes do mundo.

Lúcio de Souza Assumpção: uma justa homenagem especial ao grande empresário mineiro

O presidente José Anchieta da Silva honrou-me com a incumbência de falar em nome da ACMinas nesta reunião em homenagem ao nosso ex--presidente Lucio Assunção.

Nosso querido Lucio está ora aqui representado pelos fortes esteios de sua família, D. Marisa, Eduardo, Roberto, Marina e Juliana.

A ACMinas, nos seus 122 anos de história, sempre foi protagonista da evolução e do desenvolvimento econômico e social do nosso Estado de Minas.

Por isso, entendo que o sentido deste gesto vai além da homenagem ao ex-presidente da ACMinas, para se constituir em uma grande reverência ao grande cidadão mineiro que foi o Lúcio, merecedor de figurar em qualquer galeria das personalidades importantes de nosso Estado.

Nascido em Belo Horizonte-MG em 1930, ano de grande ebulição política de nossa sociedade, Lúcio viveu sua infância e juventude em Belo Horizonte, período em que Minas detinha uma grande importância no contexto da Federação Brasileira.

Depois de frequentar os melhores colégios da cidade, ingressou na Escola de Engenharia e, ainda no período de estágio, já transpunha as fronteiras do Estado e do Brasil, ao estagiar nos Estados Unidos, em1953.

Já revelava, nesta época, um dos traços marcantes de sua personalidade, a inquietação daqueles que vocacionados a construir, ampliar o conhecimento e aplicá-lo objetivamente no contexto social.

Foi assim que o jovem engenheiro ofereceu suas habilidades e conhecimento à sociedade, seja na iniciativa privada, junto à Líder Aviação, na Belgo Mineira, seja em órgãos e empresas estatais, como na Cemig, na Usiminas, Fiat en a Secretaria da Fazenda.

A visão objetiva dos assuntos e grande habilidade na sua condução, o fez também presidente da ABDE - Associação dos Bancos de Desenvolvimento, que congregava todos os congêneres de outros estados.

Como testemunha, o nosso vice-presidente Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, à época presidente do BDMG, o modelo por ele sugerido foi adotado na fusão dos quatro bancos que o Estado de Minas controlava: Minascaixa, Crédito Real, BEMGE e Agrimisa. Sua ideia básica foi aplicada nacionalmente.

O trabalho desenvolvido no setor público foi sempre reconhecido e elogiado.

Suas convicções éticas e morais não permitiam a confusão entre público e privado, não havendo jamais a mais leve restrição à sua conduta. Uma história constituída completamente sem mácula!

O espírito empreendedor e a dedicação ao trabalho permitiu que, também, ele desenvolvesse empreendimentos privados de grande significado para nossa cidade.

Muitos de nós, ao passarmos pela Cidade Nova, Bairro Castelo, ou no Village Terrasse, talvez não saibamos que o loteamento destas áreas foi resultado do seu espírito empreendedor.

O Lúcio, que já exercia funções de destaque na ACMinas, passou a presidi-la em 25 de janeiro de 1988.

No seu discurso de posse já demonstrava as suas preocupações com o empresariado mineiro, sobretudo em relação aos micro e pequenos empresários, e já criticava o excesso de burocracia na gestão dos negócios. A interferência frequente do Estado inibia a liberdade de empreender.

Recomendava, enfaticamente, maior austeridade nos gastos públicos.

Ciente da importância de se reverenciar o passado, uma das primeiras ações na presidência da ACMinas foi instituir a medalha do Mérito JK, estabelecendo critérios seletivos na escolha dos homenageados.

A primeira medalha foi entregue a D. Sara Kubitscheck.

Marcou logo seus estilos peculiares nas reuniões semanais. Os assuntos mais relevantes eram discutidos de maneira aberta e democrática.

As reuniões, como até hoje o são, eram conduzidas com absoluta formalidade e respeito.

Ao abordar assuntos que refletiam sua posição pessoal ou que mereciam atenção especial, abandonava sua cadeira de presidente da entidade e usava o púlpito para fazer suas colocações

Dava muita importância à liturgia do cargo, diferença gritante com o que vemos hoje nas reuniões de colegiados oficiais do País, onde são frequentes as atitudes de desrespeito às pessoas e instituições.

O Lúcio, de outro lado, sempre demonstrou preocupação com a institucionalidade e cidadania, lançando uma campanha pelo "voto cidadão", recomendações oportunas naquele início de processo de redemocratização.

Logo no primeiro ano de sua gestão, os fatos políticos, sobretudo as discussões na Assembleia Constituinte, ensejaram a aplicação prática de suas qualidades de liderança e objetividade.

Estava em discussão, na Assembleia Nacional Constituinte, a criação de novos estados da Federação. Foi neste contexto que surgiram os Estados de Tocantins e Mato Grosso do Norte.

Uma das emendas em análise, de autoria do deputado Chico Humberto, previa a criação do Estado do Triângulo, dividindo o território de Minas.

O texto já tinha sido aprovado em comissões e o próximo e último passo era a decisão final do plenário da Constituinte.

O tempo era pouco e as reações precisavam ser rápidas e efetivas.

O governador do Estado era Newton Cardoso, que substituía Hélio Garcia.

Na ofensiva ao projeto de dividir Minas, o governo do Estado encomendou, então, uma campanha publicitária para reforçar as ações políticas.

A reação deveria ser da sociedade para evitar que as influencias partidárias enfraquecessem o propósito de manter a unidade de Minas.

A tradição e respeitabilidade da ACMinas e a credibilidade do Lúcio permitiram que a entidade assumisse a liderança da condução da campanha.

Merece destaque a atitude do governo de delegar a condução da campanha à sociedade civil, mesmo bancando todos os seus custos.

A articulação do Lúcio foi tornada pública em reunião semanal da diretoria pelo então diretor Lindolfo Paoliello.

Como era do estilo prático do Lúcio, sem formalidades ou burocracias, o Lindolfo passou a coordenar operacionalmente a campanha.

Lúcio Benquerer e eu, membros da executiva, passamos a atuar na condução operacional da campanha.

Para aderir ao conceito de MOVIMENTO CÍVICO PELA UNIDADE DE MINAS, Lindolfo buscou agregar, além dos empresários, diversas outras entidades e expoentes da sociedade mineira (AML, OAB e do meio cultural).

Enquanto isso, Lúcio articulava com o governo e entidades empresariais congêneres (FIEMG, CDL e várias outras).

Os intelectuais do Estado aderiram prontamente à campanha, sendo um deles o escritor Oswaldo França Júnior, que com seu estilo aguerrido e passional, tornou-se um guerreiro da causa.

A poucos dias da votação decisiva, Oswaldo França, que era conterrâneo e amigo do Zé Aparecido, então governador do Distrito Federal, viabilizou uma visita noturna ao Palácio de Águas Claras.

Ele, Lindolfo e eu ficamos até bem tarde da noite acompanhando o Zé Aparecido articular um almoço para congregar todos os políticos, ex-governadores e ministros mineiros.

O evento foi realizado e, por influência do Castelinho, tornou-se assunto de primeira página de um jornal de prestígio na época (JB).

O Segundo fato que vou mencionar, deixa muito claro o pragmatismo, bom senso e flexibilidade do Lúcio.

No dia da votação decisiva nos dividimos para visitar as lideranças dos partidos, àquela época um número reduzido.

Sugeri ao Lúcio visitar também a liderança do PT.

Encontramo-nos com o líder do PT, Plinio de Arruda Sampaio, que disse que iria entrar em contato com o Diretório Regional, que era dirigido pelo vereador Carlão. E que após isso, reuniria a bancada na hora do almoço.

Voltamos lá e obtivemos a resposta positiva: Ele encaminharia a votação favoravelmente.

Na parte da tarde ocorreu a votação. Os líderes Plínio de Arruda Sampaio, Afonso Arinos de Mello Franco e Roberto Brant fizeram belos discursos de encaminhamento.

O resultado da votação foi favorável, mas por apenas 30 votos de diferença. 161 a 131, com 21 abstenções.

A posição favorável do PT contribuiu significativamente para a nossa vitória.

Estes episódios confirmaram aspectos já conhecidos da personalidade do Lúcio: pragmatismo, prudência e humildade.

Não houve comemoração ostensiva do resultado alcançado.

Se batalhamos pela união, tínhamos que respeitar os nossos coestaduanos do Triângulo Mineiro.

Toda esta movimentação ocorreu no mesmo ano em ele encarou um desafio muito especial: cuidar do inventário do lendário Antônio Luciano Pereira, famoso aqui em Minas, não só pelos mais de dois mil imóveis no centro e bairros da capital, usinas de açúcar e um grande número de fazendas, mas também pelo grande número de possíveis filhos que buscavam o reconhecimento da sua paternidade.

Entre os reconhecidos e os que estavam em investigação, parece-me que foram cerca de 23.

Lúcio comentou um dia, que fazia reuniões conjuntas com 13 advogados, criando um ambiente de solução e acomodação de interesses.

Em poucos anos todo o processo foi decidido, demonstrando mais uma vez, sua habilidade negocial, tendo como lastro, a sua grande credibilidade pessoal.

Até se aposentar, Lúcio era convidado e convocado a atuar nas, hoje em voga, "mediações de conflito".

Estes recortes das atividades do Lúcio não esgotam a justa avaliação do seu perfil.

Há que se falar do Lúcio amigo, do Lúcio família, do desportista, do "cara de bem com a vida."

O "bambu", forma carinhosa pela qual era chamado pelos seus amigos próximos, casou-se com D. Marisa nos idos de1957.

Um amor forte e profundo sustentou essa linda relação, por 65 anos.

O carinho de seus filhos, todos aqui presentes são o melhor testemunho dos fortes laços de amor e respeito nas relações familiares.

Mesmo nas épocas de maior agitação, o petequeiro, o velejador o entusiasta do mergulho sabia conciliar as atividades.

As carteirinhas de mergulho, que todos os filhos possuem indicam a harmonia e integração familiar.

Nossa homenagem é feita a este cidadão completo e admirável, com quem tivemos o privilégio de conviver.

Que Deus, que seguramente já o acolheu, arranje logo uma outra encrenca pro Lúcio resolver.

É isso.

Discurso proferido pelo empresário Paulo Sérgio Ribeiro da Silveira – presidente do Grupo Tora Transportes, durante plenária da ACMinas-Associação Comercial de Minas – ocorrida no dia 8 de agosto, em homenagem a seu ex-presidente Lúcio Assumpção.

Direcional se destaca novamente em ranking de investidores na América Latina

CEO, CFO, diretor de Relacionamento com Investidores e equipe de RI, além do Conselho de Administração, são reconhecidos entre os melhores na tradicional pesquisa Institutional Investor

A Direcional Engenharia ocupa, mais uma vez, lugar de destaque entre as melhores da América Latina no ranking da Institutional Investor. A publicação internacional, com mais de 50 anos de atuação no mercado financeiro e de capitais, desenvolve anualmente sua tradicional pesquisa com analistas e gestores de investimento de centenas de empresas de serviços financeiros na América Latina. A Direcional se destaca como um das mais premiadas dentre todas as companhias com valor de mercado até 2 bilhões de dólares. Conquista uma das três primeiras posições em várias categorias.

Para Henrique Paim, CFO da Direcional, "esse relevante reconhecimento mostra uma característica especial do nosso trabalho, que é a força conjunta do nosso time e uma visão estratégica e articulada. Do Conselho de Administração ao RI, estamos todos conectados em várias frentes de atuação e empenhados em entregar o melhor em termos de gestão e práticas no relacionamento com investidores".

Na edição deste ano, foram ouvidos 437 profissionais tanto do chamado buy-side, os agentes que compram e investem na empresa, como fundos de investimento, e 163 do sell-side, os profissionais que avaliam e recomendam investimentos, grupo formado por bancos, analistas, agentes e corretores.

No ranking 2023, recém-divulgado, o CEO da Direcional, Ricardo Ribeiro, foi eleito o melhor executivo do setor imobiliário pela perspectiva dos profissionais do sell-side. Entre os critérios de escolha estão credibilidade, liderança, conhecimento de mercado, comunicação e consistência nas práticas de relacionamento com investidores.

No conjunto, o Conselho de Administração da Direcional foi eleito o melhor da categoria pelo sell-side. O CFO Henrique Paim alcançou a segunda posição como Melhor CFO da América Latina no imobiliário nas três classificações (sell-side, buy-side, overall, que é a combinação dos dois primeiros). O diretor de Relações com Investidores Paulo Sousa foi apontado como o segundo Melhor Profissional de RI pelo sell-side.

A companhia ainda aparece em segundo lugar, entre o mesmo público, e no terceiro lugar geral nas categorias Melhor Time e o Melhor Programa de RI. Na categoria ESG, a empresa ficou em segundo lugar também pelo sell-side.

A Direcional Engenharia é uma das maiores incorporadoras e construtoras do Brasil, com foco no desenvolvimento de empreendimentos populares e de médio padrão e atuação em diversas regiões do território Nacional. Ao longo de seus 42 anos de fundação, superou a marca de 180 mil unidades entregues e incorporadas. Protagonista do setor no país, faz uso intensivo de tecnologia digital em seus diversos processos e foi uma das pioneiras ao introduzir a possibilidade de compra de imóveis residenciais de forma 100% online. Na engenharia, utiliza métodos construtivos que garantem escala, produtividade e ganhos ambientais com redução de 85% no volume de resíduos em obras em comparação ao método tradicional de alvenaria estrutural. A companhia está listada na bolsa de valores B3 e possui a mais qualificada classificação de risco S&P Global para o Brasil, rating brAAA desde 2021, reafirmado em abril de 2023.

Prejudicar as compras parceladas no cartão de crédito é prejudicar lojistas, consumidores e a economia

A Abranet é contrária à proposta dos grandes bancos de encarecer e limitar as compras parceladas no cartão de crédito

Os grandes bancos já tentaram, no passado, acabar com as compras parceladas, também conhecidas como Parcelado sem Juros (PSJ). Com a reação de comerciantes (principalmente os menores) e de consumidores, o assunto foi abandonado – mas ressurge de tempos em tempos. E para não falar em acabar com o PSJ, a estratégia agora é mais inteligente: a ideia é encarecer e limitar o PSJ, cobrando mais taxas quanto mais parcelado for o pagamento e diminuindo a quantidade de parcelas disponíveis para o consumidor. Na prática, significa reduzir e com o tempo acabar com o PSJ.

Como representante de empresas que atendem os pequenos lojistas e consumidores, a Associação Brasileira de Internet (Abranet) manifesta sua veemente contrariedade ao projeto de encarecer o pagamento parcelado sem juros, que na prática vai desaquecer ainda mais a economia. A entidade defende a livre concorrência e repudia a tentativa de extinção, taxação ou alteração da forma de pagamento.

A Abranet considera que, além de fazer parte da cultura de consumo, o parcelamento sem juros é fruto da livre concorrência, e vê com preocupação a movimentação dos bancos, divulgada pela imprensa nacional, de criar regras para encarecer e dificultar o parcelamento sem juros no cartão de crédito.

"Milhões de brasileiros que fazem compras parceladas serão prejudicados. E muitos lojistas dependem de vender parcelado para manterem seus negócios. Metade de todas as vendas em cartão de crédito em 2022 foram parceladas. Foram R$ 1 trilhão em compras parceladas, e isto equivale a 10% do PIB brasileiro. Ao contrário dos argumentos de quem defende o fim do parcelado sem juros, ele viabiliza a estabilidade financeira do cidadão em suas compras diárias de produtos ou serviços, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico sustentável", explica Carol Conway, presidente da Abranet. Segundo dados do Datafolha, 75% da população fez uso do crédito parcelado sem juros em 2022.

A Associação afirma que limitar o número de parcelas ou criar taxas para desestimular o parcelamento afeta diretamente a população, comércio e serviços da base da pirâmide, de menor renda. Dados divulgados do Banco Central indicam que, em 2022, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) foi movimentado por essa forma de pagamento, totalizando 1 trilhão de reais. O varejo perderia cerca de 190 bilhões de reais em vendas sem o crédito parcelado, aponta estudo da LCA Consultores.

"O objetivo dos grandes bancos é limitar o parcelado sem juros para substituí-lo pelo parcelado com juros. O parcelado sem juros é uma conquista do consumidor, uma ferramenta que apoia o consumo e hoje é essencial para o desenvolvimento do comércio, competição e da economia", finaliza Conway.

Shell Recharge realiza 13 mil recargas em 1 ano e mira liderança no mercado de eletromobilidade

Responsável pela implementação do programa no Brasil, a marca Raízen Power acaba de inaugurar quatro novas estações de recarga rápida no estado de São Paulo

O Programa de Eletromobilidade Shell Recharge, implementado pela Raízen Power no Brasil, Argentina e Paraguai, completou um ano no País e atingiu a marca de 13 mil recargas realizadas com energia 100% limpa, renovável e certificada (I-REC) nos primeiros 12 meses de atividades. Pioneira no mercado de carregamento elétrico de alta potência, a companhia segue investindo na expansão de infraestrutura e na oferta de soluções de recarga para a jornada dos clientes de veículos elétricos.

Desde a inauguração da primeira estação de recarga no Brasil, em junho de 2022, o programa Shell Recharge instalou diversos pontos de recarga em rodovias e locais estratégicos nas regiões Sul e Sudeste. Somente nas últimas semanas, foram inauguradas quatro novas estações da rede na capital e interior paulista, todas com 50 kW de potência e conectores do tipo CCS2 e CHAdeMO. Elas estão localizadas em postos Shell de São Paulo (nos bairros Vila Olímpia e Pinheiros), na cidade de São José dos Campos e em Ribeirão Preto.

"Temos um plano robusto de expansão e estamos mapeando cada vez mais oportunidades para acelerar o desenvolvimento da mobilidade elétrica no Brasil e na América Latina. Somente nesse primeiro ano, 250 toneladas de CO2 deixaram de ser emitidos na atmosfera pela utilização de veículos elétricos. Sabemos que estamos na direção certa e, em conjunto com pessoas e instituições que acreditam nesse mesmo propósito, iremos liderar este mercado e a transição energética global em busca de um mundo mais sustentável", afirma Rafael Rebello, Diretor de Eletromobilidade da Raízen Power.

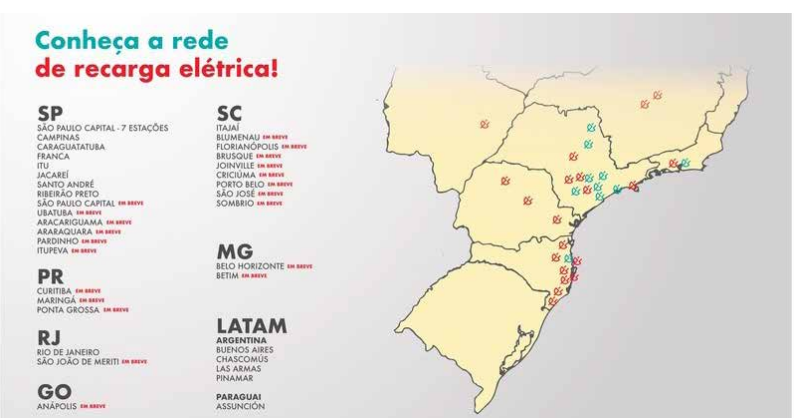
O programa global Shell Recharge conta com mais de 120 mil carregadores em todo o mundo e a meta da rede é chegar a 500 mil carregadores até 2025. "Queremos oferecer uma experiência diferenciada de carregamento e que atenda o consumidor em toda sua jornada de recarga: no destino final, durante o seu deslocamento e em casa", completa o executivo.

PARCERIAS

A Raízen Power, unidade de negócio dedicada às soluções de energia elétrica renovável da Raízen, também segue investindo na infraestrutura de recarga elétrica por meio de parcerias. Recentemente, a marca anunciou um acordo com as montadoras Audi e Porsche para a instalação de 20 novas estações de 150 kW próximas às principais rodovias com maior fluxo de veículos elétricos e se associou à Zarp Localiza para aumentar a frota de veículos elétricos utilizados por motoristas da Uber em São Paulo.

Já no mês passado, foi anunciada a parceria com o a Rede Angeloni para a implementação de 14 estações Shell Recharge em postos e supermercados nos estados do Paraná e Santa Catarina até o final de 2023.

LOCALIZAÇÕES PREVISTAS PARA A REDE:



JBS já acolhe 6,8 mil imigrantes em sua força de trabalho

Com sistema de integração desenvolvido para garantir a inclusão de quem acaba de chegar ao Brasil, Companhia tem 4% do quadro de colaboradores formado por outras nacionalidades

Uma das maiores empresas de alimentos do mundo, a JBS acaba de ultrapassar a marca de 6,8 mil imigrantes atuando em seus escritórios e unidades produtivas no Brasil. Com isso, a Companhia passa a contar com 4% de sua força de trabalho formada por pessoas de outras nacionalidades. A JBS é hoje uma das maiores empregadoras do país: são mais de 145 mil colaboradores espalhados nos mais de 130 municípios em que a empresa está presente.

Para Fernando Meller, diretor-executivo de Gente e Gestão da JBS, a Companhia considera que seu sucesso se baseia nas habilidades coletivas e nas experiências de seus colaboradores, razão pela qual valoriza e estimula a diversidade de origens, idiomas e culturas de suas equipes. "Isso não se restringe ao Brasil, essa é uma política que aplicamos em todos os países em que estamos. Em outros locais, também temos quadros de trabalho diversificados, com a presença de imigrantes. Acreditamos que, ao somar conhecimentos de várias procedências, ampliamos a excelência do que entregamos aos nossos clientes".

O executivo comenta, ainda, que esse estímulo à construção de um quadro de equipes com diversidade foi um dos motivos que levaram a empresa a participar do Projeto Acolhida, iniciativa do governo federal para apoiar imigrantes que chegam ao Brasil.

A JBS mantém um centro de recrutamento e seleção permanente em Boa Vista (RR), além de parceria com várias ONGs que ajudam, por exemplo, esses colaboradores a desenvolver as competências necessárias para o negócio da empresa. Também há cuidado com a adaptação das famílias dos novos contratados, viabilizando moradia e dando acesso ao ensino do idioma, quando há necessidade.

PROJETO DIFERENCIADO DE INTEGRAÇÃO

Com o objetivo de tornar o ambiente de trabalho inclusivo aos imigrantes que ingressam na empresa, a JBS desenvolveu um sistema de integração diferenciado em que os colaboradores têm acesso a informes da Companhia em vários idiomas e dialetos, incluindo informações sobre benefícios, instruções de segurança e materiais de treinamento.

Cada unidade da empresa oferece ainda acesso ao Language Lines, base com mais de 200 idiomas para comunicação clara nos postos de trabalho. Os profissionais de outros países têm acesso aos mesmos benefícios concedidos a todos os demais colaboradores.

Meller destaca que o sistema de integração desenvolvido pela JBS foi fundamental no Projeto Acolhida, pois os imigrantes precisaram realizar a integração sem que tivessem ainda o domínio da língua. "Nesse caso, além das iniciativas de apoio já oferecidas a todos os imigrantes que ingressam em nossos quadros, em razão da situação atípica que estavam vivendo, com a saída abrupta de seus países, implementamos também um projeto de 'apadrinhamento', em que colaboradores mais antigos auxiliam os novos na integração ao trabalho", destaca o executivo. "Contamos com diversos colaboradores que ingressaram pelo projeto Acolhida, reconstruíram suas vidas e estão seguindo carreira na JBS, inclusive indicando a empresa para outros imigrantes".

INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTO

O diretor-executivo de Gente e Gestão relata que a empresa conta

também com um projeto denominado "JBS Sem Fronteiras", que visa levar colaboradores do Brasil para trabalhar em operações da Companhia no exterior, possibilitando o intercâmbio de conhecimento e experiências em diferentes unidades no mundo. Na edição deste ano do programa foram abertas 1.500 oportunidades, em diversas funções nas áreas produtivas e administrativas, para atuação na JBS Austrália.

"O JBS Sem Fronteiras é um programa que, além de proporcionar aos nossos colaboradores a oportunidade de se desenvolver profissionalmente, é mais uma forma de fortalecer nossa cultura e estratégia de formar equipes com experiências e vivências diversas em todas as nossas unidades", pontua Meller.

A JBS, que hoje atende clientes em mais de 190 nações ao redor do mundo, conta globalmente com mais de 260 mil colaboradores, em unidades de produção e escritórios em todos os continentes, em países como Brasil, EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e China, entre outros.

A JBS é uma das maiores empresas de alimentos do mundo. Com uma plataforma diversificada por tipos de produtos (aves, suínos, bovinos e ovinos, além de plant-based), a Companhia conta com mais de 260 mil colaboradores, em unidades de produção e escritórios em todos os continentes, em países como Brasil, EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália, China, entre outros. No Brasil, a JBS é uma das maiores empregadoras do país, com 145 mil colaboradores. No mundo todo, a JBS oferece um amplo portfólio de marcas reconhecidas pela excelência e inovação: Seara, Swift, Pilgrim's Pride, Moy Park, Primo, Just Bare, entre muitas outras, que chegam todos os dias às mesas de consumidores em 190 países. A empresa investe em negócios correlacionados, como couros, biodiesel, colágeno, higiene pessoal e limpeza, envoltórios naturais, soluções em gestão de resíduos sólidos, reciclagem e transportes, com foco na economia circular. A JBS conduz suas operações priorizando a alta qualidade e a segurança dos alimentos e adota as melhores práticas de sustentabilidade e bem-estar animal em toda sua cadeia de valor, com o propósito de alimentar pessoas ao redor do mundo de maneira cada vez mais sustentável.

Conexão Brasil-Japão ganha tração com isenção de visto entre os dois países

Quickly Travel comemora o feito e aposta no incremento do turismo emissor e receptivo entre os dois países. Com a medida, brasileiros poderão participar, sem visto de entrada, de um dos maiores eventos dedicados à melhoria da qualidade de vida de cidades, a Expo 2025, em Osaka

A relação entre o Brasil e o Japão remonta ao início do século XX, quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao porto de Santos, em São Paulo, em 1908. Desde então, essa relação se fortaleceu, tornando o Brasil o lar da maior comunidade japonesa fora do Japão. A integração dos japoneses na sociedade brasileira é um símbolo vibrante de multiculturalismo e cooperação, tendo influenciado a gastronomia, a cultura e até a economia de ambas as nações.

"Diante de tanta conexão entre os dois países devemos festejar a política de isenção de visto entre Brasil e o Japão. É um marco importante, simbolizando confiança e cooperação. Essa medida facilita não apenas o turismo, mas também as oportunidades de negócios e intercâmbios culturais e educacionais", comenta Mami Fumioka, vice-presidente da Quickly Travel, uma das maiores agências de viagens especializadas no destino Japão, e braço brasileiro da gigante japonesa JTB.

"Em 2023, até o momento foram transportados pela Quickly Travel cerca de 2300 passageiros para o Japão, gerando um volume de vendas da ordem de 13 milhões de reais, valores que tendem a subir com a isenção de visto e política de reciprocidade", comenta a empresária.

Segundo a JNTO – Organização Nacional de Turismo Japonês o número estimado de viajantes internacionais para o Japão em maio de 2023 foi de 1.898.900, +1.191,4% comparado ao mesmo mês do ano anterior. Esse incremento, segundo a Organização, continuou a subir desde o relaxamento das medidas de fronteira para entrada no Japão em outubro de 2022.

Para os turistas brasileiros, o Japão é conhecido como o "Império do Sol" e oferece uma mistura única de tradição e modernidade. Os locais mais visitados incluem Tóquio, com suas paisagens urbanas futuristas; Kyoto, famosa por seus templos históricos; e Hakone, situada no Parque Nacional Fuji-Hakone-Izu, a oeste de Tóquio, uma cidade montanhosa conhecida por seus resorts de águas termais e pelas vistas do emblemático vulcão Monte Fuji. Dados da Quickly Travel dão conta de um período

médio de permanência dos visitantes brasileiros no Japão de aproximadamente 16 dias.

"A facilidade de viagens entre esses dois países não apenas fortaleceu o turismo, mas também promoveu investimentos mútuos e parcerias em diversos setores, como tecnologia, agricultura, infraestrutura e cultura", comenta Mami Fumioka.

Já para os visitantes japoneses, o Brasil é um destino exótico, rico em cultura, música e belezas naturais. Destinos populares incluem o Rio de Janeiro, com sua icônica estátua do Cristo Redentor; a Amazônia, com sua biodiversidade única; e São Paulo, um centro cosmopolita de negócios e cultura. A permanência média dos turistas japoneses no Brasil também varia de uma a duas semanas.

"A reciprocidade de não exigência de visto entre Brasil e Japão é mais do que uma conveniência; é uma expressão da amizade duradoura e da profunda conexão entre essas duas nações. Essa relação, construída ao longo de mais de um século, continua a florescer, reforçando laços culturais e econômicos e celebrando a diversidade e a colaboração global. Em um mundo cada vez mais interconectado, essa parceria serve como um modelo inspirador para a cooperação internacional", acrescenta Sergio Masaki, CEO da Quickly Travel.

EXPO 2025

Segundo os organizadores, a Expo 2025 almeja ser um espaço onde 8 bilhões de pessoas de todo o mundo não apenas vejam as exposições, mas co-criem a futura sociedade. Antes mesmo do início da Expo, será lançada uma plataforma online para compartilhamento de desafios e soluções vindas do mundo inteiro.

A proposta é ser um espaço de compartilhamento de conhecimento do mundo, reunindo pessoas para criar novas ideias, tendo em vista ajudar a resolver problemas globais enfrentados pela humanidade, usando-se tecnologia de ponta.

Para tanto, em outubro de 2020, a Associação Japonesa para a Exposição Mundial de 2025 iniciou o programa "TEAM EXPO 2025", uma iniciativa destinada a criar juntos a sociedade futura ideal, com diversos participantes assumindo a liderança. O objetivo deste programa é a realização do tema da Expo 2025 Osaka, Kansai, Japão, "Projetando a Sociedade do Futuro para Nossas Vidas" e a contribuição para a realização dos ODS na abertura da Expo.

Os objetivos principais miram contribuir para o cumprimento das metas de Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista que em 2025 o mundo estará a apenas 5 anos de 2030, ano que a ONU estabeleceu como limite para tal finalidade.

A Quickly Travel está presente no mercado desde 1998, quando foi fundada, em São Paulo, por Sérgio Masaki e Mami Fumioka, em uma sociedade composta por experts na área de turismo, a Quickly Travel é uma agência de viagens destinada tanto para o público corporativo quanto para o consumidor final.

A junção com o grupo japonês, lavrada há exatos 7 anos, no dia 1 de setembro de 2014, não só unificou o espírito de servir da Quickly à paixão em atender e superar expectativas da JTB, mas trouxe uma base sólida de intercâmbios multiculturais e experiências globais para cada um dos setores da empresa brasileira. A Quickly Travel também tem o privilégio de fazer parte da Virtuoso, a maior rede de turismo de luxo do mundo.

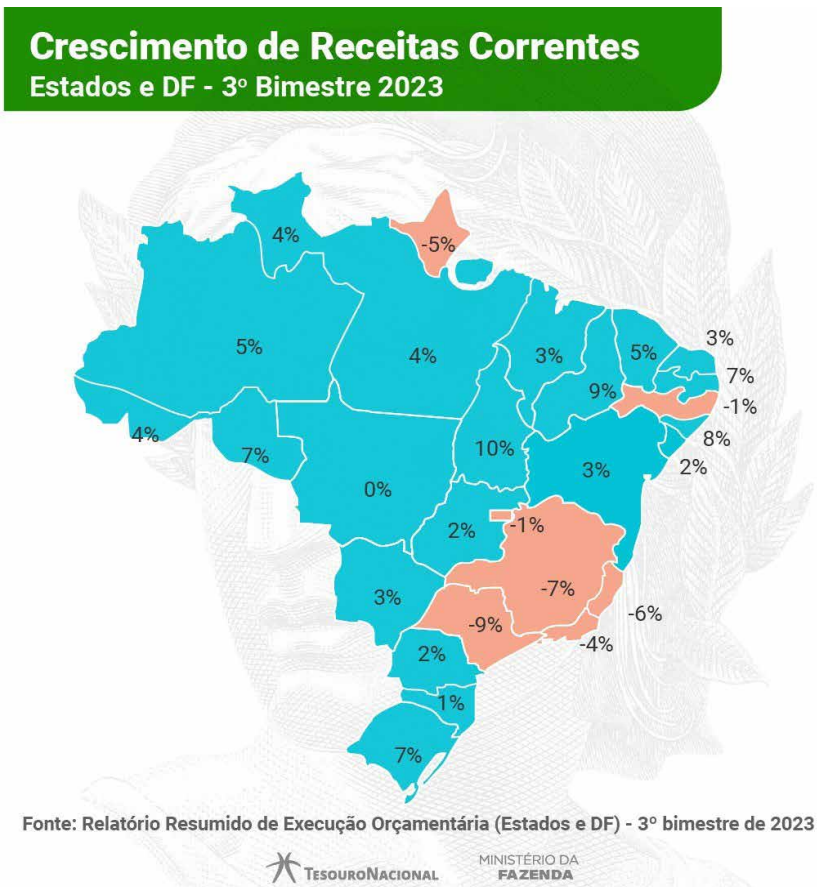
Arrecadação Fiscal: Minas Gerais teve a 2ª maior queda do país no 1º semestre de 2023

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente/Editor Geral de MercadoComum

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), divulgado pelo Tesouro Nacional consolidando os dados dos três primeiros bimestres do ano, mostrou que Minas teve a segunda maior queda de arrecadação no país, de 7% nas receitas correntes. Enquanto no primeiro semestre de 2022 Minas arrecadou R$ 55,9 bilhões, o valor reduziu-se para R$ 51,7 neste ano. Por outro lado, as despesas também caíram, em 11%, mas, segundo o próprio Estado, foi apenas uma "redução contábil".

A explicação para a queda na arrecadação está na diminuição na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, energia e comunicações. O impacto nas contas só não foi maior porque o governo obteve uma liminar que garantiu adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e adiou os pagamentos da dívida de Minas com a União.

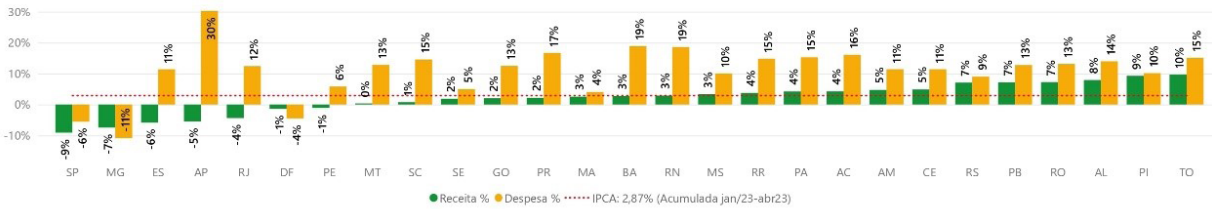
"Um desequilíbrio das contas traz consequências de que o Estado tenha dificuldades de honrar suas despesas, como pagar funcionário público, faltar verba para saúde, educação. A gente já viu Minas chegar ao ponto de ter que parcelar salário de servidores, hoje isso está sob controle", avaliou o economista da ACMinas Paulo Casaca.



A situação, segundo o secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Barbosa, é temporária, e o governo tem encontrado caminhos. "Por enquanto (o desequilíbrio) não está prejudicando as políticas públicas, mas sempre necessitamos acompanhar e antecipar futuros problemas", afirmou. Minas perdeu menos só que São Paulo (-9%).

O secretário destaca que homologar o RRF dará uma solução definitiva à questão. "Fizemos a adesão através da liminar, mas é necessário a homologação (na Assembleia). Para se ter uma ideia, sem o regime teríamos que pagar uma dívida de R$ 11,5 bilhões em um ano. É impossível", destacou.

Crescimento das Receitas e Despesas Correntes
Receitas correntes realizadas e despesas liquidadas até o 3º bimestre (janeiro a junho) de 2023 em relação ao mesmo período de 2022.
Dados em: %
Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional



UF	Receita Corrente Total - 2023	Receita Corrente Total - 2022	Receita %	Despesa Corrente Total - 2023	Despesa Corrente Total - 2022	Despesa %
AC	4,58 Bi	4,39 Bi	4%	3,61 Bi	3,11 Bi	16%
AL	7,80 Bi	7,23 Bi	8%	6,28 Bi	5,51 Bi	14%
AM	11,93 Bi	11,40 Bi	5%	10,95 Bi	9,83 Bi	11%
AP	4,21 Bi	4,45 Bi	-5%	3,14 Bi	2,41 Bi	30%
BA	28,86 Bi	28,09 Bi	3%	23,95 Bi	20,15 Bi	19%
CE	17,28 Bi	16,48 Bi	5%	14,39 Bi	12,92 Bi	11%
DF	16,88 Bi	17,12 Bi	-1%	13,33 Bi	13,96 Bi	-4%
ES	11,23 Bi	11,93 Bi	-6%	8,33 Bi	7,48 Bi	11%
GO	19,68 Bi	19,29 Bi	2%	17,28 Bi	15,35 Bi	13%
MA	11,97 Bi	11,67 Bi	3%	9,62 Bi	9,25 Bi	4%
MG	51,79 Bi	55,97 Bi	-7%	41,76 Bi	46,86 Bi	-11%
MS	11,05 Bi	10,69 Bi	3%	8,92 Bi	8,11 Bi	10%
MT	17,04 Bi	16,98 Bi	0%	11,85 Bi	10,50 Bi	13%
PA	19,33 Bi	18,55 Bi	4%	16,00 Bi	13,88 Bi	15%

UF	Receita Corrente Total - 2023	Receita Corrente Total - 2022	Receita %	Despesa Corrente Total - 2023	Despesa Corrente Total - 2022	Despesa %
PB	8,96 Bi	8,36 Bi	7%	6,82 Bi	6,05 Bi	13%
PE	20,21 Bi	20,44 Bi	-1%	17,09 Bi	16,15 Bi	6%
PI	8,93 Bi	8,17 Bi	9%	6,99 Bi	6,34 Bi	10%
PR	32,19 Bi	31,50 Bi	2%	23,96 Bi	20,53 Bi	17%
RJ	48,27 Bi	50,48 Bi	-4%	43,16 Bi	38,40 Bi	12%
RN	8,92 Bi	8,67 Bi	3%	8,04 Bi	6,78 Bi	19%
RO	6,85 Bi	6,39 Bi	7%	4,93 Bi	4,36 Bi	13%
RR	3,60 Bi	3,47 Bi	4%	2,87 Bi	2,50 Bi	15%
RS	37,19 Bi	34,73 Bi	7%	33,02 Bi	30,28 Bi	9%
SC	21,56 Bi	21,39 Bi	1%	17,95 Bi	15,67 Bi	15%
SE	6,72 Bi	6,59 Bi	2%	5,55 Bi	5,28 Bi	5%
SP	124,78 Bi	137,30 Bi	-9%	97,46 Bi	103,19 Bi	-6%
TO	7,48 Bi	6,81 Bi	10%	6,03 Bi	5,24 Bi	15%
Total	**569,29 Bi**	**578,55 Bi**		**463,28 Bi**	**440,09 Bi**	

Secretaria do Tesouro Nacional - RREO em Foco: Estados + DF

Tocantins, Piauí e Alagoas apresentam maior crescimento da receita corrente até o 3º bimestre de 2023

Por outro lado, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo foram os Estados que mais tiveram redução nas suas receitas no período

Os Estados de Tocantins (10%), do Piauí (9%) e do Alagoas (8%) apresentaram os maiores crescimentos, em termos percentuais, de suas receitas correntes até o 3º bimestre de 2023 na comparação com o mesmo período de 2022, enquanto São Paulo (-9%), Minas Gerais (-7%) e Espírito Santo (-6%) tiveram as maiores reduções desse indicador no período. Os dados estão no Relatório Resumido de Execução Orçamentária em Foco dos Estados + DF do 3º bimestre de 2023, publicado nesta segunda-feira (21/08) pelo Tesouro Nacional.

Quando considerada a despesa liquidada, os Estados que apresentaram maior crescimento no período analisado foram Amapá (30%), Bahia (19%), Rio Grande do Norte (19%). Já os entes que mais reduziram esse indicador no período foram Minas Gerais (-11%), São Paulo (-6%) e Distrito Federal (-4%).

As despesas de pessoal tiveram a maior participação na composição das despesas corrente em relação à receita total em todos os Estados, com destaque para Rio Grande do Norte (74%), Rio Grande do Sul (69%) e Rio de Janeiro (60%). O segundo maior

grupo de gasto dos entes foi em despesa de custeio, com os maiores níveis verificados no Amazonas (36%), no Distrito Federal (34%) e Maranhão (32%).

DESPESAS POR FUNÇÃO

Uma novidade desse ano do RREO em Foco Estados + DF é a apresentação das despesas liquidadas dos Estados por função, que revela quanto os entes gastam em suas áreas de atuação, como educação, saúde, transporte etc.

De acordo com esse indicador, os maiores gastos em relação ao total em Educação foram realizados pelos Estados do Paraná (24%), Acre (23%) e Paraíba (23%). Os menores índices nesse tipo de despesa, por sua vez, foram observados no Rio de Janeiro (9%), no Espírito Santo (11%), em Alagoas (12%) e em Pernambuco (12%).

Até o segundo bimestre de 2023, os maiores percentuais gastos na função Saúde foram verificados no Tocantins (22%), em Roraima (21%) e no Amapá (21%), enquanto os menores foram registrados no Mato Grosso do Sul (9%), no Paraná (10%) e em São Paulo (10%).

Além das funções Saúde e Educação, o relatório traz ainda detalhamento dos gastos nas funções Judiciária, Segurança Pública, Previdência Social, Transporte, Administração e outras despesas.

POUPANÇA CORRENTE E INVESTIMENTOS

Nos três primeiros bimestres do ano, os Estados que apresentaram o maior nível de poupança corrente em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) foram Mato Grosso (35%), Rondônia (31%) e Paraná (29%). Na outra ponta, os Estados que menos conseguiram acumular poupança corrente foram Amapá (9%), Rio de Janeiro (12%), Rio Grande do Norte (12%).

Já os Estados que apresentaram os maiores percentuais de investimentos em relação à Receita Total foram Bahia (14%), Espírito Santo (12%), Mato Grosso do Sul (10%) e Pará (10%), enquanto os menores índices foram observados no Amapá (1%), no Rio Grande do Norte (1%) e em Rondônia (1%).

RESTOS A PAGAR

Os Estados que liquidaram os maiores percentuais de Restos a Pagar (RAP) até o terceiro bimestre de 2023 em relação ao total de RP inscritos até o final de 2022 foram Pará (81%), Alagoas (78%) e Bahia (78%). Os menores índices de pagamento foram registrados pelos Estados do Amapá (10%), do Rio de Janeiro (29%) e de Roraima (32%). Um baixo percentual de RAP pago ao longo do ano é um indicativo de dificuldade em pagar despesas antigas.

O Relatório traz ainda a variação da Dívida Consolidada (DC) apurada até o 3º bimestre de 2023 em relação à Dívida Consolidada verificada em 31 de dezembro do ano anterior. No período analisado, Amazonas (12%) e Piauí (6%) foram os Estados que tiveram os maiores crescimentos neste indicador, enquanto o Mato Grosso (-21%) foi o Estado que mais reduziu a DC no período analisado.

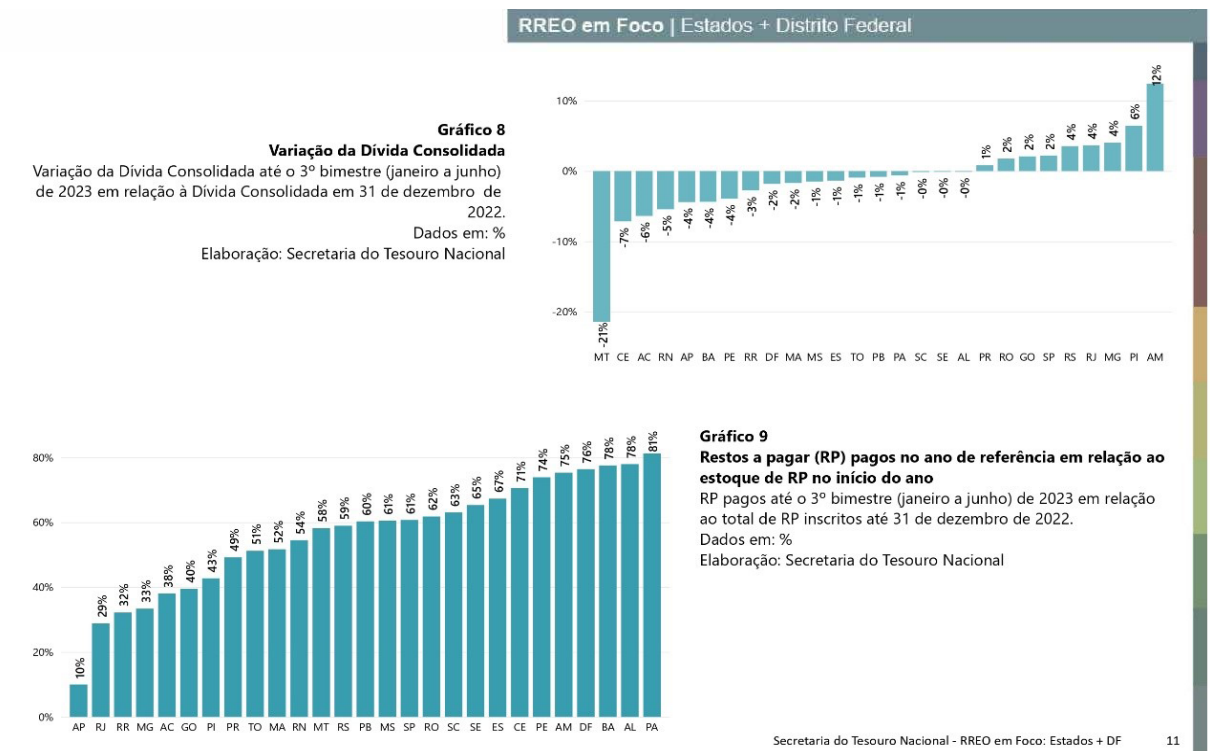


Gráfico 8
Variação da Dívida Consolidada
Variação da Dívida Consolidada até o 3º bimestre (janeiro a junho) de 2023 em relação à Dívida Consolidada em 31 de dezembro de 2022.
Dados em: %
Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

Gráfico 9
Restos a pagar (RP) pagos no ano de referência em relação ao estoque de RP no início do ano
RP pagos até o 3º bimestre (janeiro a junho) de 2023 em relação ao total de RP inscritos até 31 de dezembro de 2022.
Dados em: %
Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

CNM propõe emendas para aprimorar texto da Reforma Tributária

Entidade de Municípios defende mudanças no Senado em busca de ajustes na divisão do IBS, paridade representativa e mais autonomia local

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentou, durante a programação da Mobilização Municipalista, pontos da Reforma Tributária (PEC 45/2019) que precisam ser ajustados no texto que tramita no Senado Federal. A entidade sugere, por exemplo, emendas com ajustes da divisão da receita do futuro IBS, imposto que, pela proposta, englobará o ISS (municipal) e o ICMS (estadual). As demandas foram entregues ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e serão debatidas junto ao relator do texto, Eduardo Braga (MDB-AM), em reunião a ser agendada.

"Conseguimos a mudança da cobrança do imposto para o destino, que é onde de fato ocorre o consumo. Isso vai acabar com arrecadações extraordinárias em paraísos fiscais e beneficiará toda a população. Seguimos atuantes por princípios fundamentais, que é não ter perda para os Municípios e aumentar a autonomia local. Não há segurança ou garantia de nada ainda, precisamos nos unir e atuar para que a gente consiga aprovar uma reforma mais justa possível", avalia o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Entre os pontos sugeridos pela Confederação está a alteração na divisão da cota-parte dos Municípios no IBS. Atualmente, o texto estabelece 85% proporcional à população, 5% em partes iguais e 10% com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem. A CNM defende que sejam 60% repartidos proporcionalmente à população, 5% em partes iguais e 35% conforme lei estadual, sendo 10% de acordo com desempenho na educação.

Estimativas feitas com base em dados do Ipea apontam que apenas 128 Municípios teriam potencial de perda com a Reforma Tributária, o que foi solucionado com o seguro-receita que a entidade conquistou na Câmara. Quanto ao Fundo de Desenvolvimento Regional inserido na proposta, a entidade pleiteia que a União transfira 25% diretamente aos Municípios, sem intermédio dos Estados na cota municipal.

Para não prejudicar a receita dos Municípios, a CNM também destaca que é preciso retirar da PEC a possibilidade de governo estaduais destinarem parte da sua receita do IBS para fundo de combate à pobreza, como ocorre hoje com o ICMS, sem que essa parcela entre no cálculo da cota-parte de 25% dos Municípios. "Isso afeta diretamente a autonomia municipal, tal como isenções fiscais por outro Ente. Não podemos aceitar", alerta Ziulkoski. Outra emenda sugerida define que Estados terão de compartilhar com os Municípios 50% da arrecadação com novas contribuições a serem criadas, nos mesmos moldes da cota-parte do IBS.

TAMBÉM CONSTAM NAS EMENDAS QUE A ENTIDADE MUNICIPALISTA PROPÕE:

- *Inserção da participação paritária de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na gestão do Conselho Federativo;*
- *Deixar expressa a distribuição automática da arrecadação do IBS para os Municípios;*
- *Garantia aos Municípios da competência de fiscalizar, lançar e cobrar sem a interferência de outros Entes; e obter os mesmos avanços promovidos no ITCMD, a progressividade, para o ITBI.*

Doações e heranças pagarão mais imposto na reforma tributária

A PEC da Reforma Tributária tem gerado debates e controvérsias em todo o país. Um dos pontos mais controversos é em relação ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), que incide sobre heranças e doações, está prestes a sofrer mudanças significativas, caso aprovada definitivamente o projeto. A principal alteração é a incidência progressiva do imposto, onde quanto maior o valor da herança ou doação, mais alta será a alíquota.

"Atualmente, em muitos Estados, o ITCMD é cobrado sobre heranças e doações, mas de forma fixa, sem levar em consideração a magnitude do patrimônio transmitido. Por outro lado, em alguns Estados, como a Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e outros, há alíquotas que variam de 2% a 8%, a depender do valor do espólio. Com a reforma proposta, essa situação mudará, visando trazer maior justiça fiscal ao sistema tributário brasileiro", avalia o diretor tributário da Confirp Contabilidade, Welinton Mota.

Dentre outras mudanças previstas, destaca-se a cobrança do imposto no domicílio onde o falecido residia, alterando a destinação do recolhimento nos casos de inventário. Antes, o imposto era recolhido no local onde era processado o inventário, mas a proposta busca direcionar os recursos para o estado de residência do falecido, o que pode gerar impactos significativos na arrecadação de cada unidade federativa.

Também se projeta a inclusão de isenção do imposto sobre doações a instituições sem fins lucrativos, o que visa incentivar o apoio a causas sociais e filantrópicas por meio de doações.

A tributação progressiva sobre heranças e doações prevê maior incidência para aqueles que receberem maior valor. A ideia é desonerar as pessoas com valores menores a receber e aplicar uma alíquota mais elevada aos mais ricos, em busca de uma maior equidade na carga tributária.

A justificativa por trás da reforma é a busca por uma maior justiça fiscal, onde quem tem mais capacidade contributiva deverá pagar uma proporção maior de impostos. Com isso, espera-se reduzir as desigualdades e tornar o sistema tributário mais progressivo.

Vale destacar que a alíquota máxima do ITCMD é de 8%, mas muitos estados ainda não aplicam esse limite máximo. Em algumas unidades federativas, como São Paulo, a alíquota única atual é de 4%. No entanto, nos últimos anos, alguns estados vêm aumentando a carga tributária até o teto permitido, buscando maior arrecadação.

A proposta de reforma tributária ainda enfrenta debates intensos, onde diferentes setores da sociedade apresentam argumentos a favor e contra a medida. A expectativa é que, nos próximos meses, a discussão seja aprofundada e que a reforma seja votada pelo Senado e, se aprovada, entre em vigor com as devidas regulamentações dos estados para a aplicação das alíquotas progressivas.

BRASILEIRO PODE COMPRAR IMÓVEIS EM ORLANDO E FINANCIAR A PARTIR DE 25% DE ENTRADA

O aumento de investidores brasileiros na região de Orlando acontece desde 2008, por isso muitos bancos americanos se especializaram em linhas de créditos específicas para estrangeiros, especialmente para brasileiros. O corretor de imóveis Eduardo Pavone, que atua nos Estados Unidos há 12 anos, explica que o brasileiro pode comprar casa em Orlando financiando a partir de 25% de entrada, juros na faixa de 7% ao ano e o saldo sendo pago em 30 anos.

"Com os informativos de crédito do Brasil, imposto de renda, carta do contador falando da renda ou extratos bancários, é possível conseguir ter o financiamento aprovado aqui nos Estados Unidos para a compra da casa. Eles têm limite de valor mínimo financiável, ou seja, podemos dizer que uma casa de 300 mil dólares pode ser financiada com 25% de entrada", explica Pavone.

O corretor alerta que valores abaixo de 300 mil dólares não são todos os bancos que gostam de financiar, mas é que não existe limite máximo de financiamento e nem restrição de idade para financiar. Uma pessoa com 70, 80 anos ou mais pode ter o financiamento aprovado por 30 anos.

"Esses bancos, como são especializados em atender o nosso público brasileiro, eles entendem que é importante que o título do imóvel seja feito em nome de uma empresa aqui na Flórida, no qual sócios brasileiros tenham sido avaliados e aprovados pelo banco financiador. Assim protegendo e blindando o patrimônio do brasileiro que está dolarizada o seu investimento aqui em Orlando", diz o corretor.

O imóvel adquirido em Orlando pode ser utilizado de várias formas, tanto como residencial quanto para investimento de locação anual. Além disso, ainda é possível ser como investimento em casa de férias, que pode alugar por períodos curtos e usar com a sua família.

"Existem bancos que em que as taxas vão de 7% a 10% ao ano, que em um primeiro momento parece muito alto. Mas se voltarmos para o ano de 2013, 2014, o estrangeiro brasileiro comprava com juros de 5,8.%. Ficamos muito mal acostumados com o período da pandemia, em que os juros para o estrangeiro chegaram a bater 4,5%. Mas sabemos que esse cenário nunca vai voltar. Não existem motivos para deixar de realizar o sonho ou realizar o investimento globalizando o seu patrimônio, comprando um imóvel em Orlando. Lembrando que boa parte da despesa, tanto fixa quanto a d financiamento vai pode ser paga com a própria locação do imóvel. E se for um imóvel de temporada, ainda pode curtir junto com a família", afirma Pavone.

JK: Não se descobriu melhor combate à carestia do que produzir

O texto apresentado a seguir, de autoria do presidente Juscelino Jubitschek foi extraído do discurso proferido em 25 de outubro de 1956, no Automóvel Clube do Brasil do Rio de Janeiro, em homenagem à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria:

"E qual é o caso do Brasil? Em resumo, é que logremos tirar as consequências do nosso patrimônio, de nossa herança. Que o que vale não o valha apenas simbolicamente, mas de maneira tangível. O problema do Brasil, que envolve tudo o mais, é ativar a riqueza nacional.

Precisamos produzir e produzir em boas condições econômicas, para salvar o Brasil. Precisamos produzir e bem, para que os preços baixem. Não se descobriu até agora melhor combate à carestia do que produzir. A revolução necessária entre nós é do progresso e da expansão. O resto é loquela, é perda de substância, é maldade de impatriotas desajustados.

Convoco-vos para a tarefa de acompanhar e dirigir o crescimento desta nação. Convoco-vos para a revolução da prosperidade, para a reação contra a miséria, para o repúdio ao qualificativo de país subdesenvolvido, com que nos designam ainda. Não queremos ser país subdesenvolvido, não devemos aceitar esse rótulo. País que se desenvolve, isso sim".

Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros - 2023

Minas Gerais sobe duas posições e passa a ocupar o 6º lugar. São Paulo segue como estado mais competitivo do país; Maranhão apresentou o maior avanço, enquanto Acre, Amapá e Bahia caíram para as últimas posições

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira*

O CLP-Centro de Liderança Pública divulgou no dia 23 de agosto, os resultados do Ranking de Competitividade dos Estados 2023. Realizado em parceria técnica com a Tendências Consultoria e a startup Seall, o ranking está em sua décima segunda edição e traz a avaliação das 27 unidades federativas com base em 99 indicadores, distribuídos em dez pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos estados brasileiros. O evento de lançamento foi realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, com a presença de ministros, senadores, governadores, prefeitos, secretários, parceiros e outros servidores públicos, para refletir sobre os resultados desta edição.

O levantamento traz um diagnóstico completo dos estados a partir de dez pilares: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

O Ranking também avalia indicadores como desmatamento e recuperação de áreas degradadas, enquanto a temática social leva em conta indicadores como cobertura vacinal, obesidade e desnutrição infantil. O também incorpora nesta edição 13 novos indicadores essenciais na avaliação, como violência sexual, trabalho infantil e trabalho escravo.

"A cultura de tomada de decisão a partir de evidências pode tornar o setor público brasileiro muito mais eficiente. O ranking é uma ferramenta primordial quando falamos de efetividade de políticas públicas formuladas a partir de diagnóstico, indicadores consolidados e análise de desempenho. É uma iniciativa que leva o setor público a tomar, cada vez mais, as decisões com base em informações e, cada vez menos, em opiniões", destaca Tadeu Barros, diretor-presidente do CLP.

RESULTADOS

Assim como nas últimas nove edições, São Paulo segue na 1ª colocação. Do mesmo modo, Santa Catarina permanece na 2ª posição. O mesmo acontece com Paraná e Distrito Federal, que seguem na 3ª e 4ª colocações, respectivamente.

Os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste ocupam as primeiras posições do ranking, com os estados do Norte e Nordeste ocupando as posições mais baixas. O estado que melhor evoluiu em relação ao ano anterior foi o Maranhão, que saltou da penúltima para a 21ª colocação.

Já o estado de Goiás atingiu sua melhor posição da história, na sétima colocação. Outros três estados avançaram três posições em relação ao ano passado: Tocantins (15ª), Pará (20ª) e Piauí (22ª). Já o estado do Rio Grande do Sul repetiu a edição de 2018 e voltou ao top-5 do levantamento, na 5ª colocação. Outro estado que também igualou a sua melhor performance foi Minas Gerais, na 6ª posição, assim como nos levantamentos de 2017 e 2018.

O estado que mais perdeu posições foi a Bahia, que saiu da 17ª para a 24ª colocação em 2023. Por fim, o melhor estado das regiões Norte e Nordeste é o Ceará, na 12ª posição.

O DESEMPENHO DO RANKING DE COMPETITIVIDADE POR REGIÃO:

REGIÃO NORTE

Na comparação com o ano anterior, 5 dos 7 estados da Região Norte registraram crescimento em seus desempenhos no Ranking de Competitividade dos Estados 2023. São eles: Pará (+3), Tocantins (+3), Amazonas (+2), Amapá (+1) e Rondônia (+1). O Amazonas é o melhor colocado da região, na 14ª posição. Depois, aparecem Tocantins (15ª) e Rondônia (18ª).

REGIÃO NORDESTE

Neste ano, o estado mais bem posicionado no Nordeste foi o Ceará (12ª), que desbancou a Paraíba (13ª), ao ganhar uma posição no ranking. O Maranhão foi o estado que mais cresceu no levantamento, saltando da penúltima para a 21ª colocação. Por outro lado, a Bahia foi a que mais caiu (-7), ficando na 24ª colocação. Alagoas (16ª) e Rio Grande do Norte (23ª) perderam três posições cada, enquanto o Piauí (22ª) subiu duas e Sergipe (19) uma.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Os estados da Região Centro-Oeste ocupam o top-10 do Ranking Geral, como em 2021 e 2022. O estado de Goiás atingiu sua melhor colocação na história, na sétima posição. O Distrito Federal se manteve na quarta colocação, enquanto Mato Grosso (-3) e Mato Grosso do Sul (-2) caíram, na oitava e nona posições, respectivamente.

REGIÃO SUDESTE

A região Sudeste manteve o bom desempenho no ranking, com 3 dos seus 4 estados figurando entre os dez mais competitivos. Amém disso, nenhum deles perdeu colocações. O destaque foi para o estado de São Paulo, que permaneceu em 1º lugar. O estado do Rio de Janeiro permanece na 11ª colocação geral. O mesmo acontece com o Espírito Santo, na 8ª posição. Já Minas Gerais foi o único estado da região que avançou e chegou à sexta colocação, repetindo a melhor performance de 2017 e 2018.

REGIÃO SUL

A região Sul também não registrou queda nas posições. Pelo sexto ano consecutivo, Santa Catarina ocupa o 2º lugar do ranking geral. O Estado do Paraná permaneceu em 4º. Já o Rio Grande do Sul manteve a tendência de crescimento, subindo

Minas Gerais

Ganho de 2 posições no ranking geral, alcançando a 6ª posição

- ↑ 5 em Capital Humano (9ª colocação)
- ↑ 3 em Segurança Pública (8ª colocação)
- ↑ 2 em Potencial de Mercado (12ª colocação)
- ↑ 1 em Solidez Fiscal (25ª colocação)

MINAS GERAIS

COLOCAÇÃO GERAL NO BRASIL

6º

↑ 2 POSIÇÕES EM RELAÇÃO A 2022

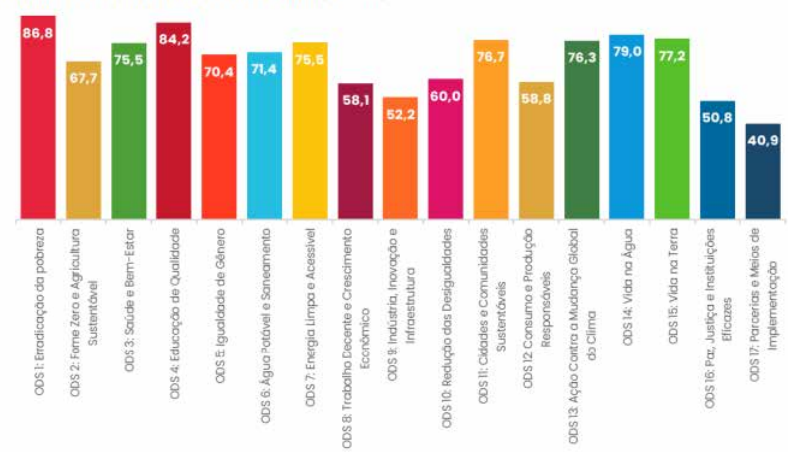
MINAS GERAIS

COLOCAÇÃO POR PILAR E INDICADORES

Brasil

PILAR	POSIÇÃO	DELTA	NOTA NORMALIZADA
EDUCAÇÃO	2ª	–	85.01
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	6º	–	79.39
INOVAÇÃO	7º	▲ 1	59.59
SEGURANÇA PÚBLICA	8º	▲ 3	57.62
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	8º	–	68.57
CAPITAL HUMANO	9º	▲ 5	73.35
EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA	10º	▲ 3	76.25
POTENCIAL DE MERCADO	12º	▲ 2	58.54
INFRAESTRUTURA	13º	–	44.6
SOLIDEZ FISCAL	25º	▲ 1	23.73

Gráfico 43 - Performance ODS de Minas Gerais



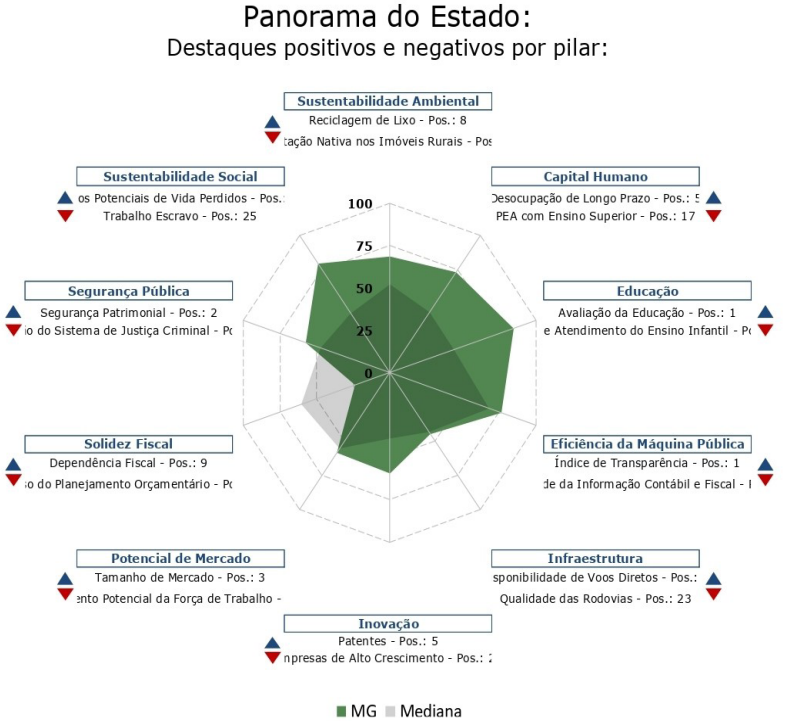
do 6º para o 5º lugar. Em 2021, o Rio Grande do Sul era 9º colocado.

O Ranking de Competitividade dos Estados é uma ferramenta já conhecida e de grande relevância, que visa apoiar os líderes públicos brasileiros nas tomadas de decisão, com foco na melhoria da gestão dos seus Estados.

Por meio da metodologia SEALL, o Ranking dos Estados ganhou uma expansão, com a incorporação de métricas de sustentabilidade. É a oportunidade de fomentar boas práticas para uma competição saudável rumo a justiça, equidade e desenvolvimento sustentável.

Os 99 indicadores adotados e avaliados no Ranking de Competitividade dos Estados foram utilizados como forma de mensuração de dois conjuntos de avaliação em sustentabilidade bem conhecidos e validadas no mercado: os critérios ESG (sigla em inglês que quer dizer ambiental, social e governança) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O Ranking de Competitividades dos Estados é realizado há 12 anos pelo CLP (Centro de Liderança Pública). Na edição 2023, as 27 unidades federativas foram avaliadas a partir de 99 indicadores, distribuídos em dez pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos estados brasileiros: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.



O CLP (Centro de Liderança Pública) é uma organização suprapartidária que busca engajar a sociedade e desenvolver líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil. Há 15 anos, defende um Estado Democrático de Direito eficiente no uso de seus recursos e constituído sobre princípios republicanos.

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais e da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento".

O futuro da economia global: previsões dos especialistas para o dólar e as moedas globais em 2023

Como as taxas de juros dos EUA, o crescente domínio econômico da Ásia e as mudanças no cenário de energia afetarão as finanças globais

O ano de 2023 é marcado por um ambiente econômico global cheio de incertezas e expectativas. Enquanto os especialistas analisam os sinais e tendências, surge a pergunta: qual será o futuro do dólar americano e das moedas mundiais ao longo deste período? A economia mundial está passando por uma série de desafios, desde a instabilidade geopolítica até as mudanças tecnológicas rápidas, que têm impacto direto nas flutuações cambiais. Identificar tendências de mercado ajuda os investidoresa obterem lucros maiores e atingirem seus objetivos financeiros com segurança.

Em 2023-2024, as tendências do mercado serão influenciadas por três fatores importantes: taxas de juros dos Estados Unidos, a crescente concorrência regional e o novo balanço energético.

"Em 2023, as expectativas em relação ao dólar americano e às moedas mundiais estão em alta, à medida que enfrentamos desafios e oportunidades. As flutuações cambiais têm sido influenciadas por fatores geopolíticos, avanços tecnológicos e a recuperação econômica pós-pandemia. É fundamental acompanhar de perto as tendências e previsões embasadas para orientar as decisões dos investidores e empresas ao redor do mundo.", disse Frida Mar, Embaixadora da OctaFX no México.

AS TAXAS DE JUROS DOS EUA SÃO UM TESTE DECISIVO PARA A ECONOMIA MUNDIAL

A economia americana afeta os mercados financeiros globais grandemente com o controle pelo Federal Reserve (Fed) do país. Quando a economia americana vai bem, o dólar enfraquece e os mercados de capitais globais se fortalecem. O Fed afeta a economia global, alterando a

taxa principal, o que leva a períodos de crescimento ou declínio chamados ciclos econômicos.

De acordo com o estudo "Landings, Soft and Hard: The Federal Reserve, 1965–2022" de Alan S. Blinder, um ciclo comum dura seis anos e consiste em três períodos:

- *período de aumentos das taxas de juros;*
- *período de queda das taxas;*
- *período de taxas estáveis.*

Agora, a economia americana está em um ciclo de aperto: em março de 2022, o Fed começou a aumentar agressivamente as taxas de juros — pela primeira vez desde a década de 1980. Isso pode resultar no crescimento global dos mercados de ações.

Os indicadores macroeconômicos apontam para a segunda opção como sendo a mais provável: em 2022, a inflação dos EUA atingiu uma máxima de 40 anos, e os analistas ainda veem os efeitos da pandemia e de um conflito armado na Ucrânia. O FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio concordam — a economia global pode muito bem chegar a uma recessão.

A futura decisão da taxa de juros do Fed afetará a economia global, incluindo a inflação, crescimento do PIB e dados de desemprego. Agora, pela primeira vez nos últimos 14 meses, o Fed interrompeu seus aumentos das taxas de juros. Se as taxas continuarem estáveis até setembro, será o fim do ciclo de aperto. Então, os investidores impulsionarão os mercados de capitais para novas máximas, tornando o dólar barato.

AS TENSÕES EUA-CHINA TORNAM OS MERCADOS DE CAPITAIS ASIÁTICOS MAIS ATRAENTES

A Ásia está se tornando a economia mais importante do mundo, deixando os EUA de lado. "Nos últimos 20 anos, os países asiáticos dobraram sua participação no PIB mundial, principalmente devido à China e à Índia, que entraram no top 5 global" conta Frida Mar, Embaixadora da OctaFX no México.

Os países asiáticos tendem a aumentar seu poder com uma maior integração nos fluxos de negociação, investimento, inovação e conhecimento. Especialistas acreditam que a Ásia determinará o próximo estágio da globalização. Ao mesmo tempo, o surgimento da Ásia como uma forte concorrente cria um conflito com a China de um lado e os EUA do outro.

Considerando que os mercados asiáticos estão além da fase de recessão, os investidores estão otimistas sobre seu mercado de ações. Além disso, devido ao surgimento de novos controles cambiais, o CNY e o INR tenderão a se fortalecer no longo prazo. Assim, o dólar americano é mais atraente para hedging no próximo trimestre, enquanto o CNY é mais atraente até o final do ano.

O GÁS NATURAL É O COMBUSTÍVEL QUE CONECTA O MUNDO

O estágio atual do ciclo econômico é caracterizado por uma menor demanda por petróleo e carvão. Outros recursos de energia podem se beneficiardo aumento da demanda em meio à formação de um novo balanço energético.

Como resultado do conflito ucraniano, a Rússia redirecionou seu petróleo e gás da Europa para os mercados asiáticos. Ao mesmo tempo, os EUA aumentaram acentuadamente suas exportações de gás natural liquefeito para a Europa. Essas mudanças no comércio global em 2022 levaram a uma extrema escassez de recursos de energia em diversas regiões. "Consequentemente, a sustentabilidade ambiental em energia tornou-se um fator secundário, enquanto a confiabilidade e a eficiência econômica voltaram a se tornar o centro das atenções" conta Frida Mar.

O mundo está passando por uma transição energética, com o gás natural substituindo sistematicamente o carvão e o petróleo. O carvão, com seu preço em queda, pode perder sua posição devido a razões ambientais, tecnológicas e econômicas. A longo prazo, o papel das energias renováveis e das fontes de energia nuclear pode aumentar, mas o gás é a única fonte de energia de equilíbrio que pode garantir a cobertura total da demanda. A sua crescente demanda pode contribuir para o aumento de preços no 2º semestre de 2023 e os anos seguintes.

"O ano de 2023 é decisivo para o mundo monetário e financeiro. A futura redução das taxas de juros do Fed apoiará a economia global e suavizará o efeito negativo da desconexão econômica entre a Ásia e os países desenvolvidos" diz a Embaixadora da OctaFX no México. "Os dois anos seguintes serão a era do dólar enfraquecido e da queda sistemática do petróleo, perdendo sua posição para o gás natural", compementa.

A OctaFX é uma corretora global que fornece serviços de trading on-line em todo o mundo desde 2011. Oferecemos acesso sem comissões aos mercados financeiros e uma variedade de serviços já utilizados por clientes de 180países com mais de 40 milhões de contas de negociação.

Com webinars educacionais gratuitos, artigos e ferramentas analíticas, ajudamos nossos clientes a atingir seus objetivos de investimento com base em informação de qualidade e confiança.

A OctaFX ganhou mais de 60 prêmios desde a sua fundação, incluindo o prêmio "Best Online Broker Global 2022" da World Business Outlook e o prêmio "Best Global Broker Ásia 2022" da International Business Magazine.

B3 chega a 6 milhões de pequenos investidores, mas ainda está longe de mercados desenvolvidos

Especialista em governança corporativa defende ação política para aprimorar organismos de fiscalização de abusos contra acionistas minoritários

Após um período de instabilidade no início do ano, a Bolsa brasileira voltou a animar os investidores. Com uma valorização acumulada de 11% entre janeiro e julho, o Ibovespa deve fechar o ano próximo dos 130 mil pontos, segundo pesquisa do Bank of America com gestores de fundos de investimentos.

O bom momento também atrai mais investidores para o mercado de capitais. Atualmente, já são 6 milhões de pessoas físicas com ações na B3 – há dez anos eram apenas 500 mil. Esses pequenos acionistas operam, em média, R$ 6,7 bilhões ao dia, o que representa 25% da movimentação total da Bolsa.

Esse contingente, no entanto, ainda é tímido em comparação a mercados mais desenvolvidos. Para Geraldo Affonso Ferreira, especialista em governança corporativa, o ambiente acionário brasileiro ainda carece de regras e organismos mais eficazes, que protejam os pequenos investidores de eventuais abusos cometidos por acionistas de maior porte.

"Temos de percorrer um longo caminho para incentivar outras milhões de pessoas a ingressar em nosso mercado de capitais. Nos Estados Unidos, por exemplo, 61% da população possui ações, seja nas bolsas ou em fundos, de acordo com pesquisa recente do Instituto Gallup", diz.

As diferenças também estão no número de empresas com capital aberto. Enquanto a B3 conta com 400 empresas listadas, a Bolsa de Nova York (NYSE) tem aproximadamente 2.800 companhias, negociando diariamente US$ 50 bilhões, e na Nasdaq, 3.300, girando U$ 150 bilhões por dia. Apesar de haver algumas empresas listadas nas duas bolsas simultaneamente, o número total ultrapassa 5 mil companhias.

Freepik

Gestores de investimentos no mercado de ações

Outro mercado de referência é o britânico, onde a London Stock Exchange tem quase 2.000 empresas listadas, movimentando mais de 5 bilhões de libras diariamente. Com uma população de 67 milhões de pessoas e 46 milhões de eleitores, o Reino Unido tem mais de 20% destes como investidores em sua bolsa.

Por fim, na Coreia do Sul, a Korean Exchange conta com mais de 2.300 empresas listadas e um movimento diário equivalente a US$ 10 bilhões, convertidos em Won, a moeda local. Com população de 52 milhões de pessoas, este país asiático tem um a cada quatro habitantes investindo em ações.

Geraldo Ferreira lembra que a regulação e o fortalecimento do mercado de capitais se tornaram prioridades na agenda política sul-coreana. "É fundamental que o mesmo movimento ocorra por aqui, se quisermos atrair cada vez mais pessoas físicas para investir na bolsa brasileira. O futuro do país passa por um mercado de capitais forte e um ambiente de investimentos estável é fundamental em uma democracia sólida. Portanto, a classe política também deve zelar pela proteção a esses milhões de investidores", defende.

O especialista em governança ressalta que este movimento não se refere a proteger contra investidores contra riscos de mercado, pois estes são inerentes à livre iniciativa. "O que se faz necessário são órgãos reguladores e fiscalizadores bem estruturados para evitar e coibir abusos contra os pequenos investidores, como vemos ocorrer ainda regularmente", salienta.

Ele aponta algumas iniciativas que já estão sendo tomadas neste sentido, como o Projeto de Lei 2925, que tramita no Congresso Nacional e altera dispositivos da Lei 6.404/1976, oferecendo maior proteção aos acionistas, em especial os minoritários. "É um avanço, articulado por agentes de mercado e políticos, que cumprem assim seu papel de zelar pelo desenvolvimento do país", avalia.

No entanto, segundo ele, os órgãos de controle do mercado de capitais – especialmente a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) – também precisam ser mais fortalecidos, em suas regras, corpo técnico e orçamento. "Isso é fundamental para que a bolsa de valores seja também aqui um potente motor do crescimento econômico, e para que este seja cada vez menos dependente do estado", conclui.

Brasil é a "terra dos advogados": há 1 advogado a cada 151 habitantes

Qualidade e elevada quantidade dos cursos jurídicos preocupa

O apelido "terra dos advogados" foi conquistado, na última década, após o Brasil alcançar primeira posição no ranking de países com maior número de advogados em relação ao número de habitantes, principalmente, pelo crescimento do número de cursos de Direito.

O Brasil é o país com a maior proporção de advogados por habitante do mundo. Ao todo cerca de 1,34 milhão de advogados exercem regularmente a profissão entre 203,1 milhões de pessoas (IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Proporcionalmente, há um advogado para 151 brasileiros residentes no país.

À frente do Brasil em números absolutos está a Índia, com pouco mais de 2 milhões de advogados. Entretanto, com uma população muito maior que a brasileira: 1,4 bilhão de indianos frente aos 203,1 milhões de brasileiros, o que resulta em aproximadamente 1 advogado para cada grupo de 700 habitantes. Os dados são da International Bar Association (IBA).

Nos Estados Unidos, os números mostram os mesmos 1,3 milhão de advogados, porém para uma população de 329,5 milhões de pessoas. As informações são respectivamente da American Bar Association (ABA) e da ONU e mostram uma proporção de 1 advogado para cada 253 habitantes.

Para ter uma ideia do alto número de advogados na população brasileira, basta comparar os dados com outras nações, a começar pela vizinha Argentina. Em uma população de 46,1 milhões de pessoas segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), existem 126 mil advogados – número informado pela Federación Argentina de Colegios de Abogados (FACA). Logo, uma proporção bem menor que a brasileira: 1 advogado para 365 pessoas.

A Europa tem vários cenários. Entre os 10 milhões de portugueses, por exemplo, apenas 16 mil são profissionais da advocacia: 1 advogado para cada 625 habitantes. O Reino Unido, por sua vez, tem 146 mil advogados atuantes numa população de 68,8 milhões de pessoas – 1 advogado para 471 habitantes.

No Brasil, segundo a OAB, 1,34 milhão de brasileiros exercem regulamente a advocacia como profissão.

Em 2008, o Brasil tinha um advogado para cada 322 habitantes. Eram 571,3 profissionais da advocacia entre 183,9 milhões de brasileiros.

Na época, o país ocupava a terceira posição no ranking mundial entre os países com o maior número de advogados em relação ao número de habitantes, atrás da Índia e dos Estados Unidos.

O número de advogados, hoje em dia, somente não é maior porque, em média, 45% dos 120 mil alunos que prestam o Exame da Ordem todos os anos, escolhem outras profissões ou ingressam em concursos públicos, de acordo com estudo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

ABERTURA DE CURSOS EXCESSIVA

Uma das razões para o enorme número de advogados no Brasil é a abertura indiscriminada de cursos de direito pelo país. Se o número de inscritos na OAB é surpreendentemente grande, aquele referente aos estudantes de direito é estarrecedor. Existem, hoje, no país, cerca de 1,8 mil cursos jurídicos no país e, atualmente, segundo dados do próprio órgão, são mais de 700 mil alunos matriculados.

Luta antiga e histórica da OAB, a qualificação do ensino de direito no país poderia ter avanços maiores se não fosse a autorização desenfreada

de cursos superiores na área jurídica pelo Ministério da Educação (MEC). A Ordem, por meio do Exame de Ordem Unificado (EOU), acaba funcionando como uma espécie de funil educacional, peneirando os alunos aptos a trabalhar na área. A maioria não consegue passar no exame, e a taxa de aprovação, desde que a prova foi unificada no país, não passa de 20% - uma exceção foi o 33° EOU, em 2021, quando a taxa foi de 31,4%.

O presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, entende que o caminho ainda é longo. "Precisamos avançar muito na formação de futuros advogadas e advogadas. A OAB tem o compromisso de lutar e contribuir com a modernização do ensino jurídico brasileiro, sem abrir mão de sua qualidade, eficiência e superioridade técnico-científica", afirma Simonetti.

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil apontam diversas razões para o sucesso desta formação profissional entre os brasileiros.

O primeiro é relacionado à tradição histórica. Isso porque a graduação na área jurídica foi uma das primeiras oferecidas no país.

"As profissões ligadas ao conhecimento jurídico sempre tiveram um apelo social importante. Ao lado de Medicina e Engenharia, Direito permitia àquelas e àqueles que se bacharelavam o exercício de profissões social e financeiramente mais valorizadas como advocacia", aponta Antonella Galindo, vice-diretora da Faculdade de Direito do Recife.

"Além disso, o que parece ter ocorrido de 1988 para cá, com a promulgação da Constituição, foi um prestígio ainda maior desse tipo de conhecimento. Com menos autoritarismo e arbítrio (comum em ditaduras) e maior necessidade de construção de argumentos e teses sólidas e convincentes na perspectiva de um Estado democrático de direito, profissionais jurídicos tiveram maior valorização", diz a professora.

Advogados por habitante

País	Advogado por habitante
Índia	1 a cada 700
Portugal	1 a cada 625
Reino Unido	1 a cada 471
Argentina	1 a cada 365
Estados Unidos	1 a cada 253
Brasil	1 a cada 164

Fonte: OAB

BBC

*Dados com base na estimativa da população brasileira de 212,3 milhões de habitantes

Claudinor Roberto Barbiero, presidente da comissão especial de ensino jurídico da OAB de São Paulo, também aponta a procura cada vez maior de brasileiros por concursos públicos.

"Em um país de muitas incertezas políticas e econômicas, é cada vez maior o número de brasileiros que buscam nos concursos públicos a tão sonhada estabilidade e, normalmente, os concursos públicos com melhor remuneração são da área jurídica."

Diferente de outros cursos de graduação, em que apenas a formação superior permite que o graduado exerça a profissão, no Direito, o estudante formado é apenas um bacharel que precisa ser aprovado em um concurso público ou no Exame da OAB para exercer as profissões jurídicas mais conhecidas.

"Quem cursa Direito, por exemplo, pode ser advogado, mas seguir outras funções ligadas à aplicação da lei, como de juiz, promotor do ministério público e alguns cargos da segurança pública, como o de delegado de polícia", explica Barbiero.

Também é apontada por especialistas, entre os motivos, a forte midiatização do Poder Judiciário, principalmente, após a Operação Lava Jato, que despertou o interesse dos brasileiros pelas profissões da área.

"Agora, o que temos visto muito nas instituições de ensino é um número crescente de brasileiros procurando o Direito como uma segunda formação superior. Hoje, por exemplo, temos muitos presidentes de grandes empresas que são formados na área jurídica", afirma Bruno Coimbra, assessor da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

BRASÍLIA É UNIDADE DA FEDERAÇÃO COM MAIS ADVOGADOS POR HABITANTE

São 1.749 profissionais da categoria a cada 100 mil habitantes; em todo o Brasil, há cerca de 1,34 milhão de advogados.

De acordo com matéria de Poder 360 publicada em 11 de agosto, no Brasil, há 1.354.418 profissionais da categoria, segundo dados da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). São 667 profissionais da categoria para cada 100 mil habitantes. O DF (Distrito Federal) é a UF (Unidade da Federação) com mais advogados proporcionalmente –são 1.749 para cada 100 mil habitantes.

O Rio de Janeiro é a 2ª UF com mais advogados proporcionalmente, com 965 a cada 100 mil habitantes. O Rio Grande do Sul vem em 3º lugar, com 882. São Paulo fica na 4ª posição, com 811. Já em números absolutos, a UF com o maior número é São Paulo

(360.044). Em 2º lugar fica o Rio de Janeiro (154.872). Na 3ª posição está Minas Gerais (136.657). A UF com o menor número de advogados no Brasil é Roraima (2.634).

Quanto ao gênero, do total de advogados no país, 694.775 são mulheres (51,3%) e 659.643 são homens (48,7%). Em São Paulo, 185.043 são mulheres e 175.001, homens. No Rio de Janeiro são 81.905 mulheres e 72.967 homens. Das 27 UFs brasileiras, só em 8 o número de homens advogados é maior que o de mulheres: Acre, Alagoas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

Quanto à faixa etária, 45,3% dos advogados do Brasil tem de 26 a 40 anos, o que representa 613.252 profissionais. Outros 36,9% têm de 41 a 59 anos (499.710). São 18,4% com 60 anos ou mais (249.177) e 5,2% até 25 anos (70.592). As mulheres são maioria entre os advogados nas faixas etárias de até 25 anos e de 26 a 40 anos. Já os homens são maioria acima de 41 anos.

Segundo dados de 2022 da OAB, o Brasil é o país com a maior proporção de advogados por habitante do mundo.

'QUANTIDADE NÃO SIGNIFICA QUALIDADE'

Com o aumento exponencial de cursos de Direito no país, a OAB criou um levantamento próprio para aferir sua qualidade.

O último, realizado em 2022, mostra que dos 1.896 cursos aptos a funcionar no território brasileiro, apenas 11% foram considerados como de boa qualidade.

"Infelizmente, é um número preocupante. Não tenho dúvida que, se outros ramos do conhecimento fizessem o mesmo levantamento sobre os cursos do Brasil, teríamos um diagnóstico parecido", diz Marco Aurélio de Lima Choy, presidente da Comissão Nacional do Exame de Ordem.

Para fazer a avaliação, a OAB leva em conta os resultados de aprovação dos alunos matriculados da instituição de ensino nos últimos Exames da Ordem e na prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Cruzando esses dados, é gerado um indicador de qualidade que varia de 0 a 10. Se a nota for de 7 para cima, o curso recebe o Selo OAB.

Apesar de a OAB fazer sua própria aferição, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), é o responsável no Brasil pela avaliação da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.

No entanto, gestores educacionais argumentam que o modelo está ultrapassado e necessita de uma reformulação, com o objetivo de melhor aferir a qualidade dos cursos oferecidos no país.

"Esse é um problema antigo que atinge todo o ensino superior, público e privado. Existe um sistema de avaliação executado pelo Inep, mas que é ultrapassado. Hoje, ele pouco avalia e poucas informações oferecem sobre a qualidade dos cursos", ressalta Rodrigo Capelato, diretor executivo da Semesp, que representa instituições de ensino superior do Brasil.

NÚMERO PODE CRESCER MAIS

Choy aponta que o Brasil pode ganhar ainda mais cursos de Direito nos próximos anos, porque está em discussão no Ministério da Educação a autorização para que instituições de ensino superior do país também ofereçam a formação na modalidade à distância, conhecida pela sigla EAD.

A OAB é contrária à autorização de novos cursos de Direito na modalidade à distância. "Nossa preocupação não é quantitativa, mas qualitativa", diz Choy.

"Se no Brasil, em média, apenas 20% dos candidatos passam na primeira fase da OAB, que é um exame sem concorrência e que o candidato necessita acertar no mínimo mais da metade da prova para ser aprovado, significa que primeiro precisamos melhorar os cursos presenciais que já oferecemos do que oferecer mais vagas".

Atualmente, o curso, que somente pode ser oferecido na modalidade presencial, concentra 750 mil matrículas.

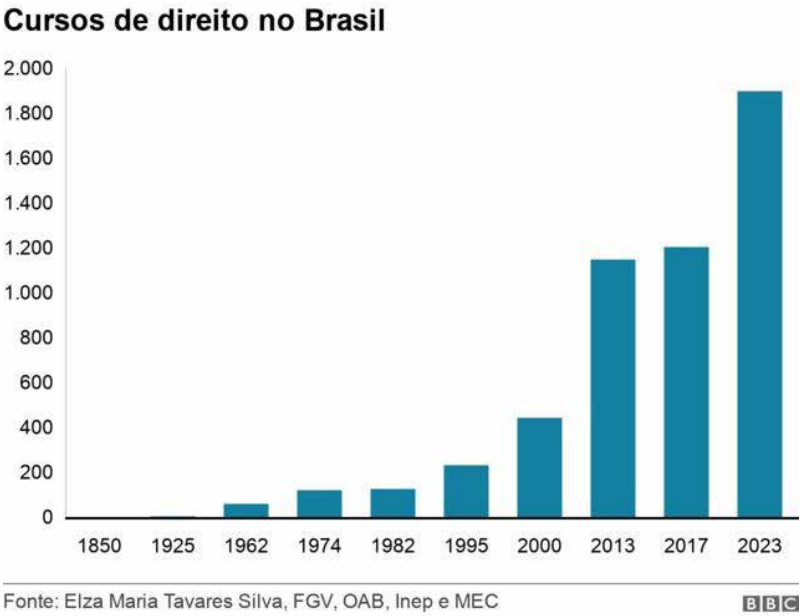
"Diferente da Medicina, o Direito é um curso mais fácil e de menor custo de ser implantado pelas instituições de ensino superior. Isso também ajuda a explicar esse aumento do número de cursos nos últimos anos", diz Capelato.

Por outro lado, entidades que representam instituições de ensino superior defendem a abertura de cursos de direito na modalidade à distância, desde que os métodos de avaliação de todos os cursos oferecidos no país sejam revistos.

"Por vezes, quando se crítica o EAD, esse julgamento normalmente se restringe à modalidade. Mas, na prática, o que precisamos discutir é a importância da fiscalização da qualidade dos cursos de graduação do país", afirma Coimbra.

Para Antonio Freitas, pró-reitor da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), a qualidade do ensino jurídico independe do curso ser na modalidade presencial ou com mediação tecnológica.

"Existem cursos bons e ruins, independente da modalidade. A mediação tecnológica, no Direito, ajudará os profissionais competentes e penalizará os profissionais medíocres. Ou seja, a tecnologia bem usada alavancará os cursos e os egressos", defende

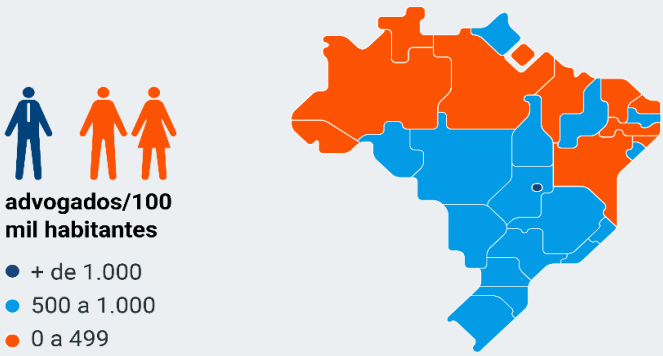


OAB - INSTITUCIONAL / QUADRO DA ADVOCACIA

SECCIONAL	Advogado(a)	Estagiário(a)	Suplementar	Consultor Estrangeiro	TOTAL
TOTAL	**1.342.192**	**13.309**	**63.871**	**233**	**1.419.372**
AC	3.860	38	463	0	4.361
AL	13.880	18	835	0	14.733
AM	13.950	16	1.246	0	15.212
AP	3.889	16	514	0	4.419
BA	56.793	426	3.181	0	60.400
CE	36.450	72	1.154	0	37.676
DF	48.585	371	5.556	3	54.512
ES	25.742	73	1.831	0	27.646
GO	50.249	302	4.237	0	54.788
MA	21.087	67	1.757	1	22.911
MG	135.362	3.338	4.480	0	143.180
MS	17.575	132	1.314	0	19.021
MT	23.478	1.003	1.720	0	26.201
PA	25.181	235	1.540	0	26.956
PB	20.327	83	726	1	21.136
PE	40.077	222	1.814	0	42.113
PI	16.668	58	713	0	17.439
PR	84.794	87	3.274	0	88.155
RJ	153.360	2.847	6.076	18	162.283
RN	15.329	70	880	0	16.279
RO	9.932	22	979	0	10.933
RR	2.593	24	360	2	2.977
RS	95.340	739	1.947	1	98.026
SC	48.561	82	4.316	1	52.959
SE	12.194	37	759	0	12.990
SP	358.392	2.873	11.116	206	372.381
TO	8.544	58	1.083	0	9.685

DISTRITO FEDERAL É A UF COM MAIS ADVOGADOS PROPORCIONALMENTE

capital tem 1.749 profissionais da categoria por 100 mil habitantes



	UF	advogados (milhares)	população (milhões)	advogados/100 mil habitantes
1	DF	49,3	2,8	1.749
2	RJ	154,9	16,1	965
3	RS	96,0	10,9	882
4	SP	360,0	44,4	811
5	PR	85,8	11,4	750
6	GO	50,7	7,1	718
7	ES	26,0	3,8	679
8	MG	136,7	20,5	665
9	MT	23,6	3,7	646
10	MS	17,8	2,8	645
11	SC	49,0	7,6	643
12	RO	10,1	1,6	638
13	TO	8,7	1,5	573
14	SE	12,4	2,2	562
15	AP	3,9	0,7	538
16	PB	20,6	4,0	519
17	PI	16,8	3,3	514
18	AC	3,9	0,8	470
19	RN	15,4	3,3	468
20	PE	40,8	9,1	450
21	AL	14,0	3,1	448
22	CE	37,0	8,8	421
23	RR	2,6	0,6	414
24	BA	57,3	14,1	405
25	AM	14,2	3,9	360
26	PA	25,6	8,1	315
27	MA	21,3	6,8	314
	Brasil	1.354,4	203,1	667

fontes: OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e dados de população do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

PODER 360

Freitas.

O QUE DIZ O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação disse, por meio de nota, que a oferta de cursos de educação superior, bem como o aumento de vagas para os já existentes, depende de autorização do órgão e seguem fluxos estabelecidos pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

"Os cursos de Direito dependem de manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para serem ofertados. Uma vez autorizados, os cursos continuam a ser monitorados periodicamente pelas autoridades educacionais, em especial com base em avaliações produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira", informou.

Segundo o MEC, caso o curso seja considerado como de desempenho insatisfatório, poderá ser celebrado um protocolo de compromisso para a superação das fragilidades detectadas e, caso haja denúncias de irregularidades e de não atendimento do protocolo de compromisso, é iniciado um processo de supervisão.

Sobre a oferta de cursos de Direito na modalidade à distância, a pasta ressaltou que instituiu iniciativas de diálogo com a sociedade civil sobre o tema.

"A Portaria MEC número 398, de 8 de março de 2023, instituiu Grupo de Trabalho para coletar subsídios para instruir a regulamentação da oferta dos cursos de direito, odontologia, enfermagem e psicologia, na modalidade de (EAD). Os encontros do GT estão na última rodada (ocorreram quatro encontros em cada área) e têm contado com a participação de representantes de outros órgãos públicos e de uma ampla gama de entidades representativas dessas formações de nível su-

perior e de associações dos setores público e privado de ensino superior."

DIREITO SE MANTÉM NO TOPO DO RANKING E SEGUE COMO TENDÊNCIA NO SEGUNDO SEMESTRE

Dentre as graduações mais buscadas para o financiamento estudantil privado no Brasil no primeiro semestre de 2023, Direito segue na liderança, representando 13,2% do total de mais de 650 mil estudantes que acessaram o Pravaler, principal plataforma de financiamento estudantil privado. O curso aparece também em primeiro lugar nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Norte, ficando em segundo apenas no Nordeste, onde Medicina ocupa a primeira posição. De janeiro até agora, a procura pelo financiamento estudantil da empresa aumentou 66% em relação ao ano passado.

O levantamento feito pela edfintech trouxe os cursos mais procurados desde o início de 2023 nas cinco regiões brasileiras e que devem seguir como tendência neste 2º semestre. No mesmo período de 2022, Direito também ocupava a liderança, mas Medicina, que antes estava em 8º lugar na lista, subiu para a 3ª posição. Outras formações da área da Saúde, como Enfermagem e Psicologia se mantêm entre as 10 mais pesquisadas por aqueles que almejam ingressar em instituições de ensino superior particulares. A análise foi feita a partir da base de dados da empresa, que provê acesso e soluções para o ecossistema de educação e detém 75% do market share do financiamento estudantil privado do Brasil.

Os brasileiros residentes no Sudeste foram os que mais buscaram pelo financiamento estudantil da plataforma, representando 54%. Logo depois, o Nordeste (20,9%), Sul (15,6%), Centro-Oeste (6,3%) e Norte (3,2%).

Para Beto Dantas, COO da companhia, a demanda está aquecida e a colaboração e parceria de todo ecossistema educacional é essencial para a retomada do ensino. "Os brasileiros querem estudar e muitos precisam de uma solução financeira para isso. Desse modo, encontram no Pravaler um recurso para ingressar no ensino superior e fazer de fato o curso que desejam. Em 22 anos de atuação, já contribuímos com o acesso à educação transformando mais de 300 mil vidas e não vamos parar por aí", afirma o executivo.

Devido ao aumento da demanda no período represado pela pandemia e o entendimento por parte dos estudantes que a graduação é o meio mais assertivo para vislumbrar um futuro melhor, a procura por alternativas para o ingresso segue em ascensão, de acordo com Celso Niskier, diretor presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). "Apenas 23% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior e mais de 80% deles pertencem às classes sociais menos favorecidas, principalmente C, D e E. Por outro lado, as instituições privadas de ensino superior são responsáveis por mais de 80% da oferta de vagas. Em razão disso, os estudantes precisam de apoio na busca de financiamento estudantil para investir em sua formação superior", explica Niskier.

Graças ao seu modelo de negócio, a companhia dedica-se a olhar sob duas perspectivas. Do lado do estudante, a empresa facilita o pagamento das mensalidades do curso, com os menores juros do mercado, considerando o financiamento no dobro do tempo. Já para as instituições parceiras, a companhia auxilia na manutenção do ticket médio e contribui com a redução da evasão, uma vez que ao escolher o curso que realmente deseja, com uma mensalidade que cabe no bolso, o risco de desistência do estudante é menor.

OS CURSOS MAIS PROCURADOS NA PLATAFORMA DO PRAVALER:

- ***Direito (13,2%)***
- ***Enfermagem (9,9%)***
- ***Medicina (9%)***
- ***Psicologia (8,7%)***
- ***Medicina Veterinária (5,7%)***
- ***Odontologia (5,5%)***
- ***Biomedicina (5,4%)***
- ***Fisioterapia (3,8%)***
- ***Administração (3,5%)***
- ***Farmácia (3,1%)***

Fontes: OAB, BBC News, Valor 360, JuriNews, Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Brasil vai assumir a presidência do G20 e do B20, braço empresarial do grupo

O Brasil vai assumir em 1º de dezembro deste ano a presidência rotativa do do G20, grupo que reúne as maiores economias do mundo, entre elas Estados Unidos, China e Japão. Na mesma data, o país passa a presidir o B20, braço empresarial do grupo.

Desde 2010, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) é a entidade que representa o setor produtivo brasileiro no B20. Por um ano, terá a missão de encabeçar os diálogos entre as empresas que compõem o setor privado das principais economias do mundo.

Presidente eleito da CNI, Ricardo Alban afirma que a participação em organismos de cooperação internacional pode ajudar o Brasil a se desenvolver economicamente. "Obviamente, os organismos internacionais, como o Cebrics [Conselho Empresarial do Brics], o B20, junto com o G20, são fundamentais para que a gente possa montar toda essa estrutura complementar para garantir o nosso desenvolvimento econômico sustentável."

Melhor ainda, ele diz, é liderar esses grupos, oportunidade que o setor produtivo brasileiro deve aproveitar. "Iremos para Nova Déli, onde terá reuniões do G20 e do B20 (das empresas privadas). Que tenhamos a oportunidade de poder traçar planos de ação e estratégias complementares e, com isso, garantir mais entregas, mais efetividade, mais oportunidades no mercado internacional e mitigar, principalmente, os grandes entraves que podemos ter para as nossas empresas", projeta.

Segundo a CNI, o B20 tem papel estratégico no crescimento da economia global. Todos os anos, o grupo trabalha em propostas a serem entregues antes do encontro anual do G20, de modo que haja tempo suficiente para a análise do material que auxilia os líderes internacionais.

A liderança do B20 é uma extensão da presidência que o Brasil também exercerá à frente do G20. O professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Alexandre Andrada afirma que passar um ano à frente da organização internacional pode ser útil, inclusive, para destravar acordos importantes. Segundo o economista, presidir a organização permite ao

Brasil determinar as agendas, marcar os encontros e colocar em pauta temas de interesse do país. A Índia ocupa a presidência rotativa do grupo até o dia 30 de novembro.

"Pode ser uma boa oportunidade para atrair investimentos para setores em que o Brasil é uma potência, que o Brasil tem uma grande expertise, que pode contribuir muito, como pode também ajudar a destravar acordos como o do Mercosul com a União Europeia, outros acordos industriais, tentando fortalecer setores em que o Brasil não é tão forte assim, que tem perdido força ao longo das últimas décadas. Tudo isso vai depender de como vai ser aproveitada essa presidência — e também tem que saber como estarão os ouvidos dos outros países em relação às demandas brasileiras", explica.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), compete ao país que preside o G20 convidar países não-membros do grupo para participarem dos trabalhos daquele ano, em capacidade própria ou como representantes de organizações regionais. O Brasil convidou, segundo o órgão, Paraguai e Uruguai para participarem do G20. Os países ocuparão as presidências pro tempore do Mercosul no primeiro e segundo semestres de 2024, respectivamente.

O G20 responde por cerca de 85% do PIB mundial, mais de 75% do comércio global e cerca de dois terços da população do mundo. Por isso, Alexandre Andrada pontua que o Brasil precisa saber aproveitar a presidência do grupo e entende que as principais pautas a serem defendidas pelo país serão reflexo dos discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Provavelmente o que o presidente Lula vai levar, vai tentar colocar como prioridade são essas questões de floresta, agricultura, povos indígenas, a questão da fome, da pobreza, das responsabilidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento nessas questões", acredita o economista.

A Cúpula do G20 em 2023 vai acontecer nos dias 9 e 10 de setembro na capital indiana, Nova Delhi.

Efetivação de acordos do Mercosul com União Europeia deve cobrir 31% das exportações mundiais de bens, aponta CNI

G20

Fundado em 1999, o Grupo dos 20 (G20) é o principal fórum de cooperação econômica internacional composto pelas principais economias desenvolvidas e em desenvolvimento do mundo. São 19 países — Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos — e a União Europeia.

Em 2010, foi criado o Business 20 (B20) — um mecanismo de diálogo oficial do G20 com a comunidade empresarial global. O Brasil é representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no âmbito do B20, que é um dos principais grupos do G20 e possui papel estratégico no crescimento econômico mundial. O B20 tem a missão de fornecer recomendações de relevância para a formulação de políticas sobre as prioridades de cada presidência.

PRESIDÊNCIA BRASILEIRA

O Brasil vai presidir o G20 do dia 1º de dezembro de 2023 a 30 de novembro de 2024. O presidente Lula editou o decreto 11.561/2023. O texto, publicado em junho, institui a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência Brasileira do G20, integrada por 39 órgãos da Administração Federal. O decreto atribui à secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE coordenar a trilha Depa Sehrs — que representa os líderes do G20.

Já a trilha financeira será coordenada pela secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Fazenda e envolve também o Banco Central. Estão previstas mais de cem reuniões durante a presidência brasileira. A Cúpula do G20 será realizada no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro de 2024. Em nota, o MRE destaca a importância da liderança do grupo para o Brasil.

"Dado o importante papel do G20 na discussão de temas centrais para a governança global, com a participação tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento, a presidência deste agrupamento representará oportunidade única para que o Brasil projete suas prioridades de política externa e suas políticas públicas internas nas áreas de atuação do grupo", ressalta o ministério.

BRICS

Entre os dias 22 e 24 de agosto, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — economias emergentes que formam o Brics — se reuniram em Joanesburgo, na África do Sul para discutir pautas importantes para os países. A principal delas foi a entrada de outras nações no bloco. A cúpula também deve ser um importante centro de discussão econômica entre governos e empresários. O grupo conta com a participação do setor privado por meio do Conselho Empresarial do Brics (Cebrics).

No Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ocupa a secretaria-executiva do mecanismo. De acordo com a CNI, o Cebrics tem uma estrutura com nove grupos de trabalho, que contam com mais de 90 representantes brasileiros e funcionam de forma consultiva para formular recomendações por temas.

Fonte: Felipe Moura Brasil 61

Brasil registra abertura de mais de 2 milhões de empresas no primeiro semestre de 2023

Levantamento mostrou que o número de CNPJs fechados foi quase 30% superior ao registrado no mesmo período de 2022

No primeiro semestre de 2023, o Brasil registrou a abertura de 2,1 milhões de empresas, número 2,3% superior ao mesmo período do ano anterior. Dessas, 2.080.040 são matrizes e 58.646 filiais. Isso é o que mostra um estudo realizado pela Cortex, referência em inteligência de vendas B2B na América Latina. Em relação às baixas, foram 1,1 milhão de empresas fechadas no primeiro semestre de 2023, número 29,9% maior que o mesmo período do ano anterior.

Das empresas abertas, 69% são microempreendedores individuais (MEI) e 84,7% se enquadram no Simples Nacional (regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

Os 10 segmentos que mais abriram empresas no primeiro semestre de 2023:

Serviços - 579.048 (27%)
Varejo - 509.780 (23,8%)
Logística - 222.392 (10,4%)
Alimentação - 170.726 (7,9%)
Indústria - 158.468 (7,4%)
Construção - 157.087 (7,3%)
Educação - 107.820 (5%)
Saúde - 82.062 (3,8%)
Comunicação - 44.165 (2,7%)
Agricultura - 33.302 (1,5%)

Em relação às regiões do Brasil, o Sudeste concentra a maior parte das empresas abertas, somando mais de um milhão de novos CNPJs. Já o Sul aparece em segundo lugar, com 404 mil novas empresas, seguido por Nordeste, com 340 mil; Centro-Oeste, com 203 mil; e Norte, com 107 mil.

As 10 cidades que mais abriram empresas no primeiro semestre de 2023:

São Paulo - 199.455 (9,3%)
Rio de Janeiro - 72.347 (3,3%)
Belo Horizonte - 41.380 (1,9%)
Brasília- 40.899 (1,9%)
Curitiba - 38.040 (1,7%)
Fortaleza - 30.564 (1,4%)
Salvador - 29.041 (1,3%)
Goiânia - 26.345 (1,2%)
Porto Alegre - 20.573 (0,96%)
Manaus - 19.072 (0,89%)

Entre as atividades econômicas mais procuradas pelos empreendedores, "Promoção de vendas" está em primeiro lugar. Na segunda posição, aparece "Comércio varejista de vestuário e acessórios", seguida por "Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo", "Cabeleireiro, manicure e pedicure" e "Obras de alvenaria".

NÚMEROS GERAIS

O país conta hoje com 23,9 milhões de empresas ativas. Dessas, 22,7 milhões são matrizes e 1,2 milhão são filiais. Quanto ao porte (calculado de acordo com o faturamento), 85,7% são microempresas, 12,3% são pequenas, 1,3% são médias e 0,7% são grandes.

A Cortex é referência em Inteligência de Vendas B2B na América Latina e a única empresa brasileira membro da Global Data Alliance. A plataforma utiliza Inteligência Artificial para cruzar dados de mais de 17 mil fontes e consolidar um conjunto inédito e mais preciso de informações sobre empresas. A partir destes dados exclusivos, seus modelos de Machine Learning são capazes de sugerir negócios com chances de vendas duas vezes maior e na metade do tempo. Além disso, a Cortex é a única plataforma no Brasil que possui uma base de empresas global, com dados de mais de 150 países.

Confiança dos consumidores avança pelo quarto mês consecutivo

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do FGV IBRE avançou pelo quarto mês consecutivo. Em agosto, a alta foi de 2,0 pontos para 96,8 pontos, o maior nível desde fevereiro de 2014 (97,0 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice subiu 2,9 pontos, a quinta alta consecutiva, para 94,6 pontos.

"Após acumular quatro meses de resultados positivos, a confiança do consumidor atinge o maior nível desde 2014, período imediatamente anterior ao início da recessão econômica daquele ano. O resultado de agosto foi influenciado principalmente pela melhora da percepção dos consumidores sobre a situação atual e de expectativas ligeiramente mais otimistas em relação aos próximos meses. Os resultados favoráveis refletem a continuidade de recuperação do quadro macroeconômico, a resiliência do mercado de trabalho e o início de programas voltados para a quitação de dívidas. A continuidade desse cenário pode levar a confiança do consumidor de volta à neutralidade dos 100 pontos nos próximos meses, algo que não ocorre desde o fim de 2013", afirma Anna Carolina Gouveia, economista do FGV IBRE.

Em agosto, a alta do ICC foi influenciada principalmente pela melhora da percepção em relação à situação atual. O Índice de Situação Atual (ISA) subiu 4,6 pontos, para 81,4 pontos, alcançando o maior nível desde janeiro de 2015 (81,6 pontos), enquanto o Índice de Expectativas (IE) manteve-se relativamente estável variando 0,2 ponto, para 107,6 pontos, após três altas consecutivas.

Nas avaliações sobre cenário atual, o indicador que mede a satisfação sobre a situação econômica local subiu 3,8 pontos para 90,9 pontos acumulando mais de 10 pontos em sua sétima alta consecutiva, e atingindo o maior nível desde agosto de 2014 (91,2 pts). O indicador que mede as avaliações sobre as finanças familiares registrou uma variação mais significativa: 5,3 pontos, para 72,3 pontos, após ficar relativamente estável no mês anterior. Apesar do baixo nível deste indicador, esta é a primeira vez que que este retorna ao patamar anterior ao da pandemia.

Entre os indicadores que avaliam as expectativas dos consumidores para os próximos meses, o indicador que mede o ímpeto de compras de bens duráveis subiu 6,3 pontos, para 98,6 pontos, atingindo o maior nível desde maio de 2014 (99,7 pts.) possivelmente influenciado pela perspectiva de melhora das finanças familias, cujo indicador cresceu 2,6 pontos, para 107,6 pontos, o maior nível desde janeiro de 2019 (108,7 pts.) Apenas o indicador que mede as expectativas sobre a situação econômica local recuou no mês, 8,2 pontos, para 115,7 pontos, em um movimento de calibragem do nível de otimismo após três meses de altas consecutivas.

Em agosto, foi observado o aumento disseminado da confiança nas faixas de renda, as quais registraram simultaneamente níveis acima de 90 pontos. Esse cenário não era visto desde fevereiro de 2019. O avanço é resultado da melhora difusa na percepção sobre a situação atual. Quanto às expectativas, apenas as famílias de menor poder aquisitivo (até R$ 2.100) indicaram redução do otimismo.

Mercado de apostas no Brasil deve movimentar R$ 115 bi em 2023

Estimativa considerou a evolução do setor em 2022 e dados dos primeiros trimestres deste ano

O mercado de apostas deve movimentar em 2023 mais de US$ 25 bilhões no Brasil, ou R$ 115 bilhões, de acordo com a estimativa realizada pela Gmattos Consultoria, que há mais de 20 anos identifica tendências no setor de meios de pagamento no país. Esse crescimento tem sido impulsionado pelo PIX.

A estimativa da consultoria para o volume movimentado em apostas neste ano foi feita com base no resultado desse setor no Brasil nos dois primeiros trimestres de 2023. No primeiro, a movimentação foi de US$ 2,7 bi, e no segundo, de US$ 5,3 bi. Os números são do Banco Central, que monitora o fluxo de remessas de capital das empresas que operam as apostas.

Projetando a velocidade de crescimento desse mercado no período e levando também em conta sua evolução desde o ano passado, a Gmattos chegou à estimativa de faturamento (total de depósitos) em apostas de R$ 115 bilhões até o final de 2023, considerando a movimentação total do ano.

A alta do segmento é embasada por vários fatores, segundo Gastão Mattos, cofundador e diretor-geral da Gmattos. "A receptividade favorável do público às apostas, associada ao massivo investimento publicitário e de patrocínios e o expressivo número de empresas atuantes e entrantes no Brasil, explicam o crescimento exponencial desse mercado no país".

ENCAIXE PERFEITO

Além disso, um meio de pagamento também em evolução no Brasil encontrou um "encaixe perfeito" nas operações das casas de apostas: o PIX. A Gmattos apurou que 100% dos principais players do segmento operam via PIX para recebimento dos depósitos.

"Ele é usado por sua natureza de pagamento instantâneo, viabilizando uma

aposta esportiva poucos minutos antes do evento, e com segurança para o recebedor, visto que não tem chargeback,", afirma Gastão Mattos. "E é prático, considerando que a maior parte dos depósitos apresenta valores inferiores a R$ 100, sem contar que tem elevada adesão da população, com 140 milhões de chaves únicas cadastradas."

A conectividade e a agilidade do modelo passam ainda pelos provedores de serviços de pagamentos (PSP) que, associados a bancos que operam câmbio, viabilizam a operação de recebimento via PIX e remessa de câmbio (dólares ou euros) para o destino-sede das casas de apostas, uma vez que 100% delas estão fora do país. "O segmento é uma oportunidade para toda a cadeia associada aos prestadores de serviços de pagamento multiplicar seus negócios", ressalta o diretor-geral da Gmattos.

INVESTIMENTOS EM PROPAGANDA

O apetite das casas de apostas pelo mercado brasileiro se reflete em seus investimentos maciços em publicidade. Segundo estudo do Meio & Mensagem/ Kantar Ibope Media, esses estabelecimentos tiveram 12 representantes entre os 300 maiores anunciantes no país em 2022, investindo juntos mais de R$ 1 bilhão em propaganda no Brasil. O mesmo estudo identificava apenas um anunciante do segmento entre os 300 maiores em 2018.

As casas de apostas veiculam suas marcas também nos materiais dos clubes de futebol. Dos 20 times da série A do Campeonato Brasileiro de 2023, 19 contam com algum tipo de patrocínio dessas empresas. Uma casa de apostas, inclusive, detém os naming rights da Copa do Brasil 2023.

No último dia 25 de julho, o Governo Federal publicou a Medida Provisória (MP) nº 1.182/2023 para regulamentar as apostas esportivas no país. O objetivo é estabelecer regras claras para esse mercado, suprindo uma lacuna de regulamentação observada desde a sua criação, em 2018.

A Gmattos Consultoria, criada em 2002 com o foco em marketing para a indústria de meios de pagamentos, especializou-se, a partir de 2004, no segmento de comércio eletrônico, quando seu fundador, Gastão Mattos, foi eleito presidente da Câmara Brasileira da Economia Digital (câmara-e net). Desde então, a consultoria já desenvolveu projetos para empresas como Cielo, Cinemark, Citibank, FirstData, IDid, PayPal, PaySafeCard, Philips, Redecard, Visa e VR, entre outras.

Desde janeiro de 2021, a Gmattos passou a realizar estudos bimensais sobre o setor de meios de pagamento (Estudo Gmattos de Pagamentos) nas principais lojas online brasileiras, consolidando dados que se tornaram referência para esse mercado. Em dezembro do mesmo ano, lançou o "Checkout Ótimo Gmattos" (COG), um serviço de consultoria cujo principal objetivo é assessorar lojas online de todos os segmentos na análise do fluxo do checkout, identificando oportunidades de aprimoramento das lojas e propondo ajustes para ganhos na conversão de vendas.

As espetaculares cavernas de Montalvânia

cantonius1@yahoo.com.br

Cesar Vanucci
Jornalista

Acervo pessoal de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

"Um registro quase indestrutível para a posteridade." - J.A.Fonseca, escritor

Retomo a série de artigos sobre enigmas de nosso planeta azul, com foco neste momento num local cá mesmo das nossas Minas Gerais. Antônio Lopo Montalvão foi um obstinado. Homem de ideias arejadas. Não esmoreceu, enquanto vivo, no esforço de colocar Montalvânia, cidade da qual foi fundador, num lugar de relevo no mapa arqueológico. E, por meio disso, atraindo as atenções para as potencialidades de pesquisa científica da região, inseriu o lugar na trilha dos grandes enigmas. Situada no Norte de Minas Gerais, a 18 quilômetros da divisa da Bahia e a 900 quilômetros de Belo Horizonte, Montalvânia oferece aos estudiosos de fenômenos insólitos um cenário precioso, material de investigação do melhor conteúdo.

Composto de um conjunto de cavernas, com deslumbrantes figurações rupestres, o sítio vem sendo objeto, de anos para cá, de intensas pesquisas por parte de grupos arqueológicos conceituados. Quem conhece as maravilhas estampadas nas paredes das grutas parte logo para comparar Montalvânia, em grandiosidade, como centro de estudos relativos à pré-história, a Val Del Mônica, na Itália; Tasilli, na África; e Lascaux, na França. Só que tem uma coisa: Montalvânia não é de toda aberta aos olhares do público. Não dispõe de infraestrutura mínima de serviços para comportar fluxos turísticos.

Produzi, à época do antigo CBH, uma série de reportagens sobre Montalvânia. Ouvi depoimentos de parentes do célebre Antônio Montalvão. Exibi um filme com espetaculares imagens captadas pelo economista Carlos Alberto

Teixeira de Oliveira, ex-secretário de Estado e ex-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas. Tendo desfrutado da convivência de Antônio Lopo Montalvão, ele ficou conhecendo muita coisa de suas arrojadas ações e ideias. Boa parte das imagens, a exemplo do que pode ser intuído de algumas cenas vistas nas grutas de Lagoa Santa, também em Minas Gerais, suscita interrogações intrigantes sobre o tipo de evento e de mensagem que os "artistas das cavernas" pretenderam realmente transmitir. Mentes imaginosas não encontram dificuldades em encaixar os registros, datados de milênios, na linha das especulações propostas por autores como Van Deniken, J.J.Benitez, Guy Tarade, entre outros. O que é apontado, por alguns, como um "deus" cultuado por civilização primitiva é interpretado, por outros, como o desenho de um astronauta com todos seus complexos apetrechos. Assim por diante.

Antônio Lopo Montalvão denominava o soberbo conjunto de cenas coloridas gravadas na rocha viva de "bíblia de pedra". Na opinião do escritor mineiro J.A.Fonseca, autor de uma série de livros com foco nos assim denominados temas transcendentes, "os desenhos rupestres sugerem mensagens de importantes acontecimentos de um passado longínquo, não registradas pela história humana." O mesmo autor, num trabalho divulgado pela revista eletrônica "Via Fanzine", editada pelo atuante jornalista e pesquisador de casos insólitos Pepe Chaves, assinala que foi tomado de pasmo, sentindo-se "garroteado intelectualmente, diante dos símbolos gravados, em grande profusão, na rocha", ao visitar, nos idos de 1992, as cavernas, com "suas elevações calcárias", de Montalvânia. Explica o porquê dessas sensações: é que se encontra ali concentrada "uma grande quantidade de imagens, em aparente "confusão", algumas apresentando caracteres humanos, outras zoomorfas, símbolos e formas desconhecidos, como se alguém quisesse guardar um grande mistério, uma história de dor ou de grande apreensão, ou mesmo um manancial de conhecimentos que havia sido perdido, para que os homens de uma época futura pudessem resgatá-los, mesmo que em parte." Fonseca resume as impressões colhidas nas numerosas cavernas numa frase: "marcas espetaculares em pedra bruta, como um registro quase indestrutível para a posteridade."

Acervo pessoal de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Acervo pessoal de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Lítio: uma oportunidade para o desenvolvimento e o crescimento regional

Manuel Fernandes
Sócio líder de energia e recursos naturais da KPMG na América do Sul

O lítio é frequentemente chamado de o novo "ouro branco", especialmente porque o mineral é um recurso primordial para impulsionar a adoção dos veículos elétricos como norma e, portanto, como meio para acelerar a transição energética e combater os efeitos das mudanças climáticas. Devido ao seu potencial eletroquímico, mais de 70% da produção atual de lítio em nível global são destinadas à fabricação de baterias recarregáveis de alta densidade, que são utilizadas em veículos elétricos e explicam a maior parte do aumento exponencial observado na produção desse mineral nos últimos anos.

Atualmente, com uma produção global nove vezes maior do que a registrada no início do século, atingindo 130 mil toneladas em 2022, apenas quatro países respondem por 84% da produção: Austrália, Argentina, Brasil e Chile e detêm cerca de 80% das reservas. Chile e Argentina (juntamente com Bolívia) compõem o chamado "triângulo do lítio", um espaço geográfico no qual se concentra a maior parte das reservas totais de lítio em escala mundial, e de onde se extrai a maior parte do mineral destinado aos produtores ativos de baterias e veículos elétricos. No Brasil, o governo vem incentivando maiores investimentos para o aumento das operações nos complexos norte e sul do projeto de minério de lítio de rocha dura na Grota do Cirilo, no Vale do Jequitinhonha, localizado no estado de Minas Gerais.

Os importantes depósitos de lítio existentes na região e uma situação econômica estável não constituem condições suficientes para extrair e desenvolver de maneira eficiente a indústria de lítio. Uma regulamentação adequada é necessária para proporcionar um bom ambiente de negócios, estabelecer as bases para que as empresas possam trabalhar com previsibilidade, que não iniba o setor privado com obstáculos administrativos e custos elevados, mas, ao mesmo tempo, proteja a soberania dos países sobre

esse mineral e lhes permita se beneficiar dessa riqueza para o seu próprio desenvolvimento. Caso contrário, os investimentos privados, que são muito necessários para a mineração regional, que historicamente depende desses recursos, podem ser adiados ou simplesmente suprimidos.

Atualmente, apenas a Bolívia e o Chile têm regulamentações orientadas para a exploração do lítio na América do Sul. No primeiro, o conjunto de normas regulatórias que afetam o lítio são a Constituição do país, que estabelece que os recursos minerais naturais, incluindo o lítio, são estratégicos, e a lei nº 928/2017 que criou a empresa pública nacional Yacimientos de Litio Bolivianos. No Chile, a regulamentação está no decreto lei nº 2.886 e, em 1982 e 1983, por meio das leis nº 18.097 e nº 18.248, e o lítio foi instituído como não passível de concessão, tanto para exploração quanto para beneficiamento, exceto nos casos anteriores à emissão do Regulamento nº 2886.

Os demais países dispõem somente de um conjunto de normas de caráter geral. No caso da Argentina, a norma de aplicação geral é o Código de Mineração, de 1886, que foi atualizado em 1995, e o lítio está sujeito aos mesmos dispositivos e benefícios das demais atividades de mineração, estabelecidos tanto no Regime Tributário Geral quanto na Lei de Investimentos em Mineração, bem como no decreto regulamentar nº 2686/93 e nas regulamentações da autoridade reguladora.

No Brasil, a exploração de lítio é regida pelo Código de Mineração de 1967 e pelo Decreto nº 9.406, de 2018. Recentemente, foram emitidas duas novas regulamentações para a promoção dessa atividade: a resolução 2/2021 que estabelece que o lítio é um mineral estratégico em virtude de sua aplicação em alta tecnologia; e decreto nº 11.120, de 5 de julho de 2022, que flexibiliza as exportações de lítio e busca promover a abertura e a dinamização desse mercado, tendo o potencial de viabilizar mais de 15 bilhões de reais em investimentos na produção do minério até 2030.

Com grandes depósitos do mineral e uma região especial, em que as reservas mais importantes do mundo estão localizadas, a América do Sul tem uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. Paralelamente, deve-se prestar atenção especial ao desenvolvimento das fases de industrialização ou fabricação na cadeia de valor do lítio, visto que, atualmente, a região não tem a capacidade de oferecer ao mercado os produtos derivados desse mineral. E é aí que está o futuro. Ou seja, a região não só deve se tornar uma fonte importante do mineral, mas impulsionar o desenvolvimento de uma indústria que o utilize como insumo para a produção de bens de consumo intermediários e finais.

Hidrogênio verde pode posicionar Brasil como potência energética nos próximos anos

"A idade da pedra não acabou por falta de pedra. A idade do petróleo irá acabar muito antes que o mundo fique sem petróleo". Foi com essa frase impactante - de autoria do Sheik Ahmed Zaki Yamani, ministro do Petróleo da Arábia Saudita entre 1962 e 1986 -, que o gerente de Engenharia de Processos da Reunion Engenharia, Murilo Borges, iniciou sua apresentação "Hidrogênio Verde – Perspectivas e Possibilidades", no dia 17 de agosto, durante o Seminário STAB Industrial na 29ª Fenasucro & Agrocana, em Sertãozinho/SP.

"Uma coisa não precisa acabar para começarmos a desenvolver outra. Se o mercado está pedindo soluções sustentáveis, é para lá que nós vamos", indicou.

O tema tem ganhado cada vez mais destaque no Brasil, especialmente nos últimos dois anos. No início deste mês, inclusive, o governo do Estado de São Paulo reforçou seu compromisso de estar na vanguarda da transição energética e do desenvolvimento de novas tecnologias de energia verde com o lançamento da primeira estação de abastecimento de hidrogênio renovável a partir do etanol do mundo. A iniciativa é uma parceria da USP com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e empresas privadas do segmento.

"Nesse processo de descarbonização que estamos passando, o hidrogênio verde se apresenta como uma alternativa energética bastante viável", pontuou Murilo.

POR QUE O BRASIL ESTÁ NO CENTRO DESSA TENDÊNCIA?

Um estudo realizado em 2020, projetando quanto seria o custo de produção de hidrogênio em 2030, colocou o país no topo do ranking com o menor custo. Borges explicou que existem diferentes formas de produzir o hidrogênio. Uma delas é pela eletrólise da água. Mas, para isso, é preciso muita água e eletricidade.

No setor sucroenergético, as principais formas de produção de hidrogênio verde são pela reforma do metano, biometano, do etanol e do bagaço da cana-de-açúcar. A versatilidade se faz presente, ainda, na aplicação desse vetor energético. Majoritariamente empregado nas próprias usinas, atualmente, o hidrogênio verde tem um enorme potencial de mercado a ser desenvolvido, como no ramo automotivo, por exemplo. Outra vantagem, no caso do etanol, é a questão da distribuição nos postos de combustíveis.

"Esse é um caminho sem volta, que trará benefícios a todos os envolvidos, inclusive o consumidor final. A demanda só tende a aumentar nos próximos anos", enfatizou. O desafio, agora, segundo Borges, é alinhar o desenvolvimento tecnológico com a viabilidade econômica, além de encontrar métodos seguros de armazenamento e de transporte.

ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO

O Brasil também é líder mundial em produção de etanol de segunda geração, o E2G. O biocombustível é produzido a partir do bagaço da cana-de-açúcar. Ou seja, com uma matéria-prima de baixo impacto ambiental, já que é feito com os resíduos da fabricação do etanol comum e do açúcar. É o combustível com a menor pegada de carbono do mundo quando comparado à gasolina.

Durante a 2ª edição do Visão Agro Talk, o diretor corporativo de Renováveis da Raízen, Luciano Zamberlan, palestrou sobre o tema "Desafios e Oportunidades na Produção do E2G". A fabricação desse biocombustível tem tecnologia proprietária da companhia e o executivo anunciou a construção de 20 plantas de E2G acopladas aos seus bioparques até 2030. A expansão terá um investimento total de R$ 24 bilhões, sendo R$ 1,2 bilhão por planta.

De acordo com Zamberlan, o objetivo da empresa é produzir mais etanol sem precisar plantar mais cana-de-açúcar e, ainda, reduzir a pegada de carbono. Afinal, o E2G é produzido com o reaproveitamento de recursos, minimizando desperdícios e impactos ambientais.

"É uma alternativa segura, rentável e replicável. Assumimos o desafio de produzir o E2G nos últimos 10 anos e, até hoje, teve uma evolução bastante expressiva. Com as 20 plantas teremos a capacidade de produzir 1,6 bilhão de litros de etanol de segunda geração", destacou Zamberlan.

A Fenasucro & Agrocana (Feira Internacional da Bioenergia) realizará sua 29ª edição entre os dias 15 e 18 de agosto de 2023, no Centro de Eventos Zanini, em Sertãozinho (SP). O evento, realizado pelo CEISE Br e promovido e organizado pela RX Brasil, é o único evento do mundo exclusivamente voltado à toda cadeia de produção bioenergética. Reúne, anualmente, milhares de profissionais de usinas, indústrias de alimentos e bebidas, papel e celulose, transporte e logística e distribuidoras e comercializadoras de energia do Brasil e de mais 42 países do mundo.

Minas Gerais tem crescimento na produção de grãos estimada em 11,3%, com ganhos de produtividade

A estimativa para a produção de grãos na safra 2022/23 é 17,4% maior que a do ciclo passado. Os dados estão no 11º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado nesta primeira quinzena de agosto pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A projeção é de um incremento de 47,4 milhões de toneladas neste ciclo, integrando 320,1 milhões de toneladas colhidas.

O resultado é reflexo da combinação dos ganhos de área e de produtividade das lavouras. Enquanto a área apresenta uma alta de 5% em relação à safra 2021/22, chegando a 78,3 milhões de hectares, a produtividade média registra uma elevação de 11,8%, saindo de 3.656 quilos por hectare para 4.086 kg/ha.

"Esse valor de 320,1 milhões de toneladas se deve, principalmente, ao avanço da colheita do milho segunda safra, que vem apresentando produtividades superiores às inicialmente previstas, aliado ao melhor desempenho das culturas ainda em campo. Portanto, reforça o recorde da safra brasileira de grãos", explica o presidente da Conab, Edegar Pretto.

Esse valor de 320,1 milhões de toneladas se deve, principalmente, ao avanço da colheita do milho segunda safra, que vem apresentando produtividades superiores às inicialmente previstas, aliado ao melhor desempenho das culturas ainda em campo. Portanto, reforça o recorde da safra brasileira de grãos. (Edegar Pretto, Presidente da Conab).

MINAS GERAIS — Na região Sudeste, o estado de Minas Gerais tem estimativa de crescimento da produção, saltando de 16,8 milhões para 18,7 milhões de toneladas — um incremento de 11,3% em relação à safra anterior.

Destaque para a safra de girassol. Os mineiros aumentaram a área (em hectares) dedicada à lavoura de 1,9 mil para 10,9 mil. A Conab estimou um aumento de 7% na produtividade, o que projeta um salto de 3 mil para 18,6 mil toneladas do produto (+520%).

Minas Gerais também ampliou a área plantada com amendoim em 130,9% e estima um aumento de produtividade de 80,2%. A produção do grão deve saltar de 13,5 mil para 56,1 mil toneladas (+315,6%) na safra atual.

O Levantamento da Safra de Grãos da Conab registrou que a produção na região Sudeste, como um todo, tem estimativa de crescimento, saltando de 26,8 milhões para 30,1 milhões — um incremento de 12,1% em relação à safra anterior.

DESENVOLVIMENTO DAS LAVOURAS

A colheita do milho segunda safra segue avançando e ultrapassa 64,3% da área plantada, como indica o Progresso de Safra publicado pela estatal nesta semana. Se confirmado, o volume estimado para a segunda safra de milho ultrapassa as 100 milhões de toneladas, a maior produção já registrada na série histórica.

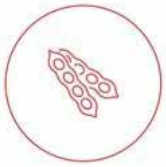
No Brasil, a produção de grãos é estimada em 320,1 milhões de toneladas, com ganhos de área e produtividade. Dados estão no 11º Levantamento da Safra de Grãos da Conab, divulgado em agosto.

Para a terceira safra, embora existam registros de pontos de estiagem em Alagoas e no nordeste da Bahia, as chuvas regulares de modo geral favorecem o bom desenvolvimento das lavouras. Com o bom desempenho, a colheita total do cereal está projetada em aproximadamente 130 milhões de

MILHO

ÁREA	PRODUTIVIDADE	PRODUÇÃO
22.196 mil ha	5.855 kg/ha	129.961,6 mil t
+2,9%	+11,7%	+14,9%

SUPRIMENTO	DEMANDA
ESTOQUE INICIAL 8.095,9 mil t	CONSUMO INTERNO 79.433 mil t
PRODUÇÃO 129.961,6 mil t	EXPORTAÇÕES 50.000 mil t
IMPORTAÇÕES 1.900 mil t	
139.957,5 mil t	129.433,1 mil t



SOJA

ÁREA	PRODUTIVIDADE	PRODUÇÃO
44.072,9 mil ha	3.508 kg/ha	154.603,4 mil t
+6,2%	+15,9%	+23,1%

SUPRIMENTO	DEMANDA
ESTOQUE INICIAL 4.739,6 mil t	CONSUMO INTERNO 56.734,1 mil t
PRODUÇÃO 154.603,4 mil t	EXPORTAÇÕES 95.640 mil t
IMPORTAÇÕES 200 mil t	
159.543 mil t	152.374,1 mil t

toneladas, 16,8 milhões de toneladas a mais do que na temporada passada.

Para o algodão, a Conab prevê uma produção de 7,4 milhões para o produto em caroço, o equivalente a 3 milhões de toneladas de pluma. A colheita, iniciada em junho, fechou em julho com cerca de 30%, um atraso em relação à safra anterior, quando no mesmo período atingia 49,3%. As condições climáticas vêm favorecendo as lavouras, que apresentam um bom desenvolvimento.

Produtos da safra de verão, soja e arroz têm produção estimada em 154,6 milhões de toneladas e 10,03 milhões de toneladas, respectivamente. No caso da oleaginosa, destaques para o Mato Grosso, maior produtor do grão no país, com 45,6 milhões de toneladas, e para a Bahia, estado com a com a maior produtividade com 4.020 kg/ha, resultado do bom pacote tecnológico e condições climáticas extremamente favoráveis. Para o arroz, mesmo com o clima mais favorável, a redução observada na produção se deve ao plantio de uma área 8,5% inferior.

MERCADO EXTERNO

Neste levantamento, a Conab mantém a projeção de exportações recordes não só para soja em grãos, mas também para farelo e óleo. Para o produto em grão é esperado que sejam embarcadas aproximadamente 95,64 milhões de toneladas, 17 milhões a mais que em 2022. As estimativas também apontam que 21,83 milhões de farelo e 2,60 de óleo tenham como destino o mercado internacional. Diante deste cenário, os estoques finais da oleaginosa devem ficar em torno de 7,17 milhões de toneladas.

Estimativa recorde também para as exportações de milho. Com a demanda externa pelo cereal brasileiro aquecida, a projeção é que 50 milhões de toneladas sairão do país. Confirmado o resultado, o volume exportado pelos agricultores brasileiros na safra 2022/23 será maior que as exportações realizadas pelos Estados Unidos. Ainda assim, a produção recorde do grão permite que haja uma recuperação de 30% nos estoques ao fim do atual ano safra, sendo estimados em 10,5 milhões de toneladas.

Com mais de 70% da safra de algodão comercializada, é esperada que as vendas da pluma ao mercado externo cheguem a 1,7 milhão de toneladas. Em julho deste ano, as exportações do produto atingiram 72,6 mil toneladas, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Esse volume só é inferior a 2020, quando foram exportadas 77,3 mil toneladas. Para o estoque final da atual safra, a expectativa da Conab é ficar em torno de 1,95 milhão de toneladas, crescimento de 49,4% em relação à temporada anterior.

Formas diferentes para o brasileiro investir em dólar

Investir em dólares é uma decisão financeira que requer cuidado e compreensão do mercado de câmbio. Isso porque as taxas de câmbio entre diferentes moedas estão em constante flutuação devido a uma série de fatores econômicos, políticos e sociais - e, afinal, ninguém quer perder dinheiro. Por isso, o conhecimento desses fatores é essencial para entender as tendências e prever possíveis movimentos nas taxas de câmbio.

Conforme explica a especialista Marina Prieto, professora de Contabilidade da ESEG - Faculdade do Grupo Etapa, o dólar americano (US$) é uma das moedas mais utilizadas e negociadas no mundo, o que leva muitos investidores a vê-la como uma reserva de valor e uma forma de proteger seu patrimônio contra flutuações econômicas e políticas. Mas, apesar disso, investir em moedas estrangeiras sempre carrega riscos cambiais.

"Compreender as diferentes variáveis econômicas, como taxas de juros, inflação, balança comercial e políticas monetárias, é essencial para avaliar o valor de uma moeda e como ela pode se comportar no futuro", afirma a professora da ESEG.

Marina elencou cinco formas diferentes de investir em dólares, reforçando se tratar de uma atividade complexa que envolve riscos e recompensas, além de demandar estudo. Confira as dicas da especialista:

1 - MERCADO DE CÂMBIO (FOREX)

Forex é a abreviação de "foreign exchange" (câmbio estrangeiro) e refere-se ao mercado global onde as moedas são negociadas umas pelas outras. É o maior e mais líquido mercado financeiro do mundo, onde instituições financeiras, empresas, investidores individuais e até mesmo governos compram e vendem diferentes moedas em uma tentativa de lucrar com as flutuações nas taxas de câmbio.

O Forex envolve a compra e a venda direta da moeda. Segundo ela, isso é mais comum ser feito por meio de corretoras on-line. "No entanto, o mercado Forex é altamente volátil

e requer conhecimento significativo para negociar com sucesso", esclarece Marina.

2 - FUNDOS CAMBIAIS

São fundos mútuos ou ETFs (Exchange Traded Funds) que acompanham o desempenho do dólar em relação a outras moedas. Esses fundos permitem que se invista indiretamente em dólar, sem a necessidade de negociar diretamente no mercado Forex.

"Investir em fundos cambiais pode oferecer uma forma de diversificação além dos ativos tradicionais, como ações e títulos. Isso pode ajudar a reduzir o risco da carteira, pois as moedas frequentemente se comportam de maneira diferente dos outros ativos", revela a professora.

Ela lembra que os fundos cambiais podem ser usados para proteger uma carteira contra riscos cambiais. Por exemplo, um investidor que possui ativos denominados em uma moeda estrangeira pode investir em um fundo cambial que rastreie a moeda em que os ativos estão denominados. "Isso ajuda a compensar possíveis perdas devido a variações cambiais", analisa a especialista.

3 - TÍTULOS DO TESOURO DOS EUA

Conhecidos como Treasuries, são emitidos pelo governo americano e são considerados investimentos seguros. Eles podem ser adquiridos por investidores estrangeiros e oferecem uma forma de investir em dólar com um grau de segurança.

Os Títulos do Tesouro são considerados um dos investimentos mais seguros disponíveis no mercado. Isso ocorre porque são emitidos pelo governo dos EUA, que é considerado altamente solvente. O risco de inadimplência é geralmente considerado extremamente baixo. Além disso, os pagamentos de juros dos Títulos do

Tesouro são geralmente fixos e previsíveis. "Isso é atraente para investidores que buscam fluxos de caixa estáveis e consistentes", explica Marina.

4 - AÇÕES DE EMPRESAS AMERICANAS

Investir em empresas dos Estados Unidos também pode ser uma maneira indireta de se expor ao dólar, já que o desempenho dessas empresas está relacionado à economia dos EUA.

Muitas das principais empresas de tecnologia do mundo, como Apple, Microsoft, Amazon, Google (Alphabet) e Facebook, estão sediadas nos EUA. Investir nessas empresas pode permitir que os investidores participem de inovações tecnológicas e tendências de mercado, de acordo com a especialista da ESEG.

5 - COMMODITIES

Investir em commodities envolve a compra e venda de matérias-primas físicas, como metais, energia, alimentos e produtos agrícolas. As commodities desempenham um papel importante nas economias globais e são negociadas em mercados especializados. Algumas, como o petróleo, são negociadas em dólar. "Portanto, investir em commodities também pode estar relacionado ao desempenho do dólar", indica a professora.

Para finalizar, ela lembra que, antes de investir em dólar ou qualquer outro ativo, é fundamental fazer uma análise cuidadosa da situação financeira, dos objetivos de investimento e da tolerância ao risco. Além disso, Marina lembra que considerar a diversificação da carteira é importante para reduzir o risco. "Minha recomendação é buscar aconselhamento financeiro de um profissional qualificado antes de tomar decisões de investimento significativas", reforça a especialista da ESEG.

A ESEG faz parte do Grupo Etapa, instituição com mais de 50 anos de experiência em educação, e conta com diferenciais como grade curricular inovadora, apoio individualizado ao aluno, corpo docente atuante no mercado, laboratórios tecnológicos, parcerias internacionais e centro de desenvolvimento de carreira. Atualmente, além do ensino forte, a Faculdade oferece cursos de Graduação em Administração, Direito, Economia, Engenharia de Computação e Engenharia de Produção, além de cursos de Pós-graduação com especializações e MBA e Cursos de Crescimento Profissional On-line.

Tendências sustentáveis do mercado apontam para plantação de floresta comercial como negócio do futuro

Incentivos financeiros e políticas públicas são indicadores de q ue empresas terão que aderir a chamada "economia verde"

Incentivos financeiros voltados à chamada "economia verde" aliados a políticas públicas que buscam a promoção da sustentabilidade, e ao destaque que a Environmental, Social and Governance (ESG) - Ambiental, Social e Governança, traduzido para o português - vem ganhando no mundo dos negócios são alguns dos iniciadores do que se espera das empresas nos anos a seguir. A plantação de florestas comerciais pode ser considerada o "futuro do mercado", que une sustentabilidade e valorização do meio ambiente.

"Economia verde" é um conceito que busca reduzir os riscos ambientais e aliar o desenvolvimento sustentável ao crescimento econômico. O modelo reúne um conjunto de práticas que visa a melhoria dos indicadores sociais e pode ser interpretado como uma solução para os problemas ambientais que já são enfrentados pelo mundo todo. Outro termo popular no meio dos negócios é o ESG, uma espécie de métrica que envolve boas práticas dentro de uma empresa. Neste contexto, impactos ambientais, respeito aos direitos humanos e emissões de carbono são levados em conta.

Estima-se que mais de 20 mil campos de futebol são desmatados ao ano na mata atlântica. Além de extinguir o habitat natural de diversas espécies de animais que moram no local, o desmatamento desenfreado lança 9,6 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera. O resultado é o aumento do efeito estufa, um fenômeno natural, mas que pode ser perigoso, quando em excesso, e tem o aquecimento global como uma de suas consequências.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o aumento do fenômeno pode provocar a propagação de doenças e pandemias, escassez de alimentos, desertificação de áreas férteis, inundação de ilhas e cidades costeiras, entre outros prejuízos, que afetam não só o meio ambiente em si, mas também os seres humanos. Diante da iminência desses problemas se tornarem ainda mais presentes no cotidiano, uma série de medidas são anunciadas em todo o mundo para conter o avanço do aquecimento global, e ao mesmo tempo, garantir a geração de renda, lucro e emprego. Um reflexo disso, é a preocupação ambiental ter sido incorpo-

rada na proposta da reforma tributária brasileira. Mecanismos foram incluídos para estimular a economia verde e produtos mais sustentáveis. Além disso, de acordo com o texto, produtos prejudiciais ao meio ambiente serão taxados com o chamado "IPVA ecológico".

A tecnologia de Captura e Estocagem de Carbono (CCS, em inglês) é outro exemplo da preocupação mundial com as boas práticas ambientais. O projeto tecnológico está ainda em fase inicial, e tem como objetivo retirar o dióxido de carbono produzido em processos industriais e armazená-lo no fundo da terra, em formações geológicas. O transporte da substância seria feito por meio de tubulações.

De acordo com Higino Aquino, diretor do Instituto Brasileiro de Florestas (IBF), empresa especializada no plantio comercial da espécie Mogno Africano, a prática é uma alternativa sustentável para a produção de madeira nobre, que atende a demanda mercadológica, e ao mesmo tempo, alivia a pressão das florestas nativas.

O Polo Florestal de Mogno Africano está localizado na cidade de Pompéu, no estado de Minas Gerais, uma região estratégica, que possui 16% de sua extensão coberta por florestas, sendo que 4.400 hectares são de áreas próprias e de clientes da empresa. O Mogno Africano é considerado uma madeira nobre, dura e de alta qualidade. Por esses motivos, suas aplicações envolvem a área da construção civil, ornamentação de luxo, construção naval, e outros setores, que conferem a ele um alto valor agregado.

"É importante levar essas tendências de mercado e comportamento em conta na hora de escolher um investimento financeiro. O Polo Florestal de Mogno Africano é uma solução que proporciona retorno acima de R$ 1,5 milhão por hectare", explicou Higino. Além de viabilizar o lucro, a administração da floresta comercial feita pelo Instituto visa democratizar o investimento entre aqueles que não têm conhecimento prévio sobre o plantio e gestão florestal, porque toda a cadeia de produção fica sob responsabilidade da empresa. O especialista ressalta que o perfil dos investidores é variado, "pessoas físicas e empresas investem no setor, eles não precisam ter conhecimento sobre propriedades rurais".

COMO INVESTIR?

O investimento começa com a aquisição de lotes a partir de 7,2 hectares, seguindo a legislação para desmembramentos de áreas rurais que permite ao investidor adquirir terras com valores acessíveis, bem localizadas e pré-avaliadas com todos os requisitos de aptidão para o cultivo do Mogno Africano.

A terra é transferida para o nome do investidor com matrícula individualizada, tornando-o dono da terra e da floresta.

Em seguida começa a fase de implantação e manutenção que envolve a correção e preparo do solo, produção das mudas e o plantio. O corte raso é realizado após os 17 anos, e ao longo desse tempo, o IBF fica responsável pelo gerenciamento de todos os processos necessários para assegurar o pleno desenvolvimento do Mogno Africano.

O investidor pode acompanhar todo o investimento no Polo Florestal por meio de um aplicativo. Ao final desse ciclo de cuidados, a madeira pode ser vendida, com auxílio do IBF, que avalia e viabiliza possibilidades de comercialização.

CONDOMÍNIOS PODEM VEDAR USO DE IMÓVEL PARA AIRBNB, APESAR DA FALTA DE CONSENSO

O Airbnb, aplicativo de hospedagens em residências, é uma plataforma que faz sucesso no Brasil. Em 2018, segundo dados da própria startup, eram mais de 3,8 milhões de usuários – número que significou um crescimento de 71% em relação ao ano anterior. Aparentemente sem estatísticas divulgadas mais recentes, não há indício de que a quantidade de usuários da plataforma decaiu.

O aplicativo também é alvo de polêmicas. No ano passado, um recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu que os condomínios podem vedar o uso de suas dependências para hospedagem. Para parte dos ministros que julgaram o R.E. 1.819.075, a conclusão é exatamente esta: a de que o Airbnb não é um aplicativo de locação de imóveis, mas de hospedagem, semelhante ao serviço oferecido pelos hotéis.

"É neste ponto que entra o principal problema", afirma Pedro Xavier, diretor da Administradora CASA, administradora de condomínios e imóveis. "O Código Civil não permite que o dono do imóvel dê outra destinação que não seja a da edificação. Ou seja, se o condomínio é residencial, não poderia ser usado como local de hospedagem, nos moldes do que faz a rede hoteleira", explica.

Essa orientação faz parte do Art. 1.336 do Código Civil, que enumera os deveres dos condôminos. Outro aspecto que pesa contra o aplicativo está na mesma lei. O inciso IV veda o uso do imóvel de maneira que prejudique o sossego, a salubridade e a segurança dos outros usuários, e exige a preservação dos bons costumes no local. "Isso afeta diretamente o uso do aplicativo, porque o proprietário não tem o poder de prever como será o comportamento de cada hóspede durante sua estadia", analisa o diretor.

Ainda assim, não há um consenso em relação ao aplicativo. O STJ proferiu uma decisão que permite que o condomínio proíba o uso do Airbnb e de aplicativos similares, mas que leva em conta outras sentenças favoráveis

ao direito de propriedade do dono do imóvel, o que lhe asseguraria o poder de usar o local para fins econômicos por meio do Airbnb. O impasse resultou numa brecha para que cada condomínio decida sobre aceitar ou não.

"O que fica claro é que agora depende da convenção do condomínio e do regimento interno. Se o condomínio quiser autorizar a utilização dos apartamentos para hospedagem, deve-se modificar a convenção do condomínio, de modo que seja uma atividade permitida. Além disso, é recomendável estabelecer as regras de funcionamento de modo a preservar a segurança e sossego dos demais condôminos", sugere Pedro Xavier.

Ele complementa que é válido orientar o hóspede sobre as regras do condomínio e fiscalizar, dentro do possível, seu comportamento nas dependências. "Os demais moradores, que usam o espaço como suas dependências fixas, não podem, em hipótese alguma, ter seus direitos violados. E, diante de qualquer ocorrência, o proprietário deve saber que a responsabilidade pode recair sobre ele", conclui o diretor da administradora.

EMPRESAS EM DÉBITO COM A UNIÃO DEVEM REGULARIZAR DÍVIDAS PARA SE MANTER NO SIMPLES

Mais de 1,2 milhão de pequenos negócios foram notificados. Descubra se você é um deles

Cerca de R$ 57 bilhões podem ser arrecadados com a quitação de dívidas de mais de 1,2 milhão de micro e pequenas empresas junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Notificadas pelo governo federal, esses empreendimentos devem regularizar sua situação fiscal para não serem desenquadrados do Simples Nacional.

"Estar com o CNPJ regular é condição para que a empresa continue

enquadrada no Simples Nacional, regime facilitado que reúne oito impostos em uma guia única e que, em alguns casos, representa redução na carga tributária", explica a analista de Políticas Públicas do Sebrae Lillian Callafange. "Quem está com os impostos em dia pode participar de compras públicas, tem mais facilidade em acessar crédito e evita execuções fiscais", completa a analista do Sebrae.

SUA EMPRESA ESTÁ EM DÍVIDA COM A UNIÃO? VEJA AS ORIENTAÇÕES DO SEBRAE PARA O SEU NEGÓCIO.

Em primeiro lugar, o pequeno negócio deve conferir o montante da sua dívida e como regularizá-la. Se o débito for com a Receita Federal, é possível negociar no próprio Portal do Simples Nacional; mas se estiver inscrito em Dívida Ativa da União, a regularização deve ser realizada junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio do Portal Regularize.

Os termos de exclusão e os relatórios de pendências dos contribuintes foram disponibilizados no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN). Também é possível ter acesso à essas informações no Portal e-CAC.

A empresa que não se regularizar pode ser desenquadrada do Simples Nacional a partir de 1º de janeiro de 2024. A regularização pode ser pelo pagamento integral ou parcelamento do débito, que deve ocorrer no prazo de 30 dias contados do momento da primeira leitura do termo de exclusão.

Se a dívida ainda estiver com a Receita Federal, o parcelamento poderá ser feito em até 60 meses, com o valor mínimo de R$ 300 a parcela. Já no Portal Regularize, ligado à PGFN, é possível parcelar a dívida em até 145 meses, com parcelas mínimas de R$ 25 para Microempreendedores Individuais (MEI) e R$ 100 para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

É importante que o contribuinte consulte com frequência os canais oficiais de comunicação dos órgãos fazendários com a sua empresa. Quem possui dificuldade nesse acesso, pode pedir apoio a um profissional capacitado, como o contador.

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Milhões de trabalhadores aguardam a retomada do Julgamento da ADI 5090/2014, sobre a Revisão do Fundo de Garantia

É aguardado que a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, coloque em pauta o julgamento

No último dia 27 de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento da ação que discute o índice de correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O ministro Nunes Marques pediu vista do processo, para ter mais tempo para analisar o caso. O pedido de vista tem a duração de 90 dias corridos, como houve o recesso de 15 dias, deveria ser pautado a partir do dia 9 de agosto, mas ainda não se há notícias sobre a votação. A decisão final do STF é aguardada por milhões de trabalhadores, que já estão perdendo a esperanças em pôr fim às suas perdas no Fundo de Garantia.

Em julho, o presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador, Mario Avelino encaminhou um Memorial com um estudo sobre o assunto a cada ministro do STF, uma tabela sobre a diferença dos rendimentos da TR para o INPC. O especialista tem ido frequentemente a Brasília para sensibilizar os ministros.

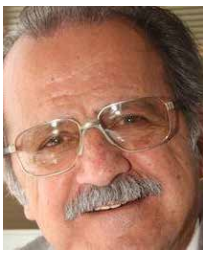
No dia 20 de abril, o Ministro Luís Roberto Barroso propôs que a Taxa de Juros Anuais do Fundo de Garantia seja a mesma da Caderneta de Poupança, hoje 6,17%, mais que o dobro dos 3% atuais, o que melhora o rendimento do Fundo, diminuindo as perdas causadas pela TR, mas infelizmente, mantém a TR como índice de Atualização Monetária, permitindo que o Banco Central continue aplicando redutores e confiscando o rendimento do trabalhador em seu Fundo de Garantia.

Com o objetivo de que a decisão final do Supremo Tribunal Federal seja a mais justa e imparcial para os trabalhadores, para os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, para as prefeituras que tem o Fundo de Garantia como uma fonte mais barata para obras de saneamento básico e infraestrutura urbana e para a economia brasileira, Mario Avelino apresentou algumas sugestões e informações.

- *Que a TR seja declarada inconstitucional, assim como foi em 2013 para os precatórios e em 2020 para as ações trabalhistas;*

- *Que haja a modulação, para que pelo menos os trabalhadores que entraram com uma ação até o dia 20/4/2023, recuperem suas perdas;*

- *Que caso o voto do Ministro Luís Roberto Barroso seja o vencedor, que os trabalhadores que entraram com uma ação na justiça para recuperar as perdas do confisco da TR e ao mesmo tempo acabar com o confisco que continua, e para quem não tem a gratuidade de justiça (renda até três salários mínimos), não sejam punidos com a condenação de ter que pagar as custas dos advogados da Caixa Econômica Federal e a taxa de sucumbência sobre os valores perdidos, como ocorreu em 2018 com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).*



O curto e o longo prazo

Paulo R. Haddad
Economista, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda

O estilo de condução das políticas públicas para resolver os nossos problemas socioeconômicos e socioambientais tem sido, desde 2014, o que se denomina de ajustes incrementais. Segundo esse estilo de governar, mesmo sem uma visão do futuro, sempre que os formuladores das políticas públicas encontram um hiato ou um descompasso entre uma realidade observada e uma situação ideal, adotam, em seguida, medidas de comando e controle ou de mecanismos de mercado para preencher esse hiato. Ao se fechar um hiato, contudo, sempre se abrem outros; ao se resolver um problema, criam-se outros, e então esses passam, num momento seguinte, a serem percebidos politicamente como problemas e são realizadas novas tentativas com o objetivo de fechar os hiatos entre as situações ideais e a realidade.

Segundo Kenneth Boulding, esse estilo pragmático de governar, com foco no curto prazo e em ações casuísticas, pode ramificar-se quase indefinidamente, e há muitas situações em que se torna razoavelmente bem-sucedido como padrão de resolver problemas e mobilizar os potenciais de desenvolvimento de um país ou de uma região. E os gestores públicos se sentem gratificados com sua habilidade e pragmatismo quando vão vencendo as batalhas do dia a dia, em uma sequência interminável de novos problemas. Enfrentam uma avalanche de problemas, mas a cada dia bastam os seus cuidados. Como diriam os franceses "à chaque jour suffit sa peine".

A situação muda totalmente de figura quando a exaustão de um ciclo de prosperidade ocorre e a economia

perde sua dinâmica de crescimento. O crescimento econômico não é um subproduto cronológico de um ajuste qualquer. Num contexto em que prevalecem, simultaneamente, uma crise social e uma crise ambiental, surgem problemas de grande dimensão, complexidade e transversalidade que podem não ser percebidos e muito menos resolvidos por nenhum protagonista ou instituição isoladamente, que se encontram, muitas vezes, autocentrados nos seus interesses específicos de curto prazo ou imediatistas.

Emerge, pois, a necessidade complementar de um novo e indispensável estilo de governar baseado num enfoque de perspectiva ou de visão de futuro, através do processo de planejamento de longo prazo, no qual as ações programáticas sejam de natureza reestruturantes e não incrementais; vocacionadas para grandes mudanças e transformações econômicas, político–institucionais; inovadoras no sentido de buscar alternativas para a solução dos problemas estruturais. Esse novo estilo aparece nas experiências históricas de desenvolvimento de muitos países, com a denominação de Grande Transformação.

Karl Polanyi, que analisou a Grande Transformação do capitalismo nos EE.UU. e na Suécia, a partir da crise de 1929, concluiu que: "A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Esse papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo de mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo campo para qualquer intervenção".

A administração econômica do Governo Federal vinha trabalhando com o modelo de austeridade fiscal expansionista, o qual parte do esforço de equilíbrio das contas consolidadas do setor público e se apoia nas reformas da previdência, do sistema tributário e do próprio Estado. Espera criar um ambiente de expectativas favoráveis

e de incertezas mitigadas que poderiam induzir a retomada do crescimento econômico. Embora seja indispensável que se realize a consistência macroeconômica de nossa economia a fim de que se elimine de vez o fantasma da inflação e se reverta a percepção de que o País caminha para a insolvência financeira, há ações programáticas fundamentais para que a nova década dos anos 2020 não se perca também em uma sequência interminável de ajustes de curto prazo.

O Brasil precisa voltar a crescer de forma sustentada e sustentável. E também de forma acelerada para cobrir as dívidas e os déficits socioeconômicos e socioambientais acumulados no passado. A nossa história mostra que os problemas sociais e econômicos podem ser melhor resolvidos quando o País está crescendo significativamente e não apenas através de espasmos ocasionais.

À medida que a economia cresce, dependendo do modelo de desenvolvimento adotado, é relativamente mais fácil utilizar o excedente econômico em expansão para financiar adequadamente as oportunidades de investimentos, gerando emprego de qualidade e renda. Torna-se mais fácil, também, ampliar e consolidar as transferências de renda das políticas sociais compensatórias para os pobres e os miseráveis, assim como as transferências fiscais para as áreas economicamente deprimidas. Mas, principalmente, que se concebam e implementem mudanças estruturais segundo os compromissos do País com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Não se pode esperar que essas transformações venham a ocorrer de ajuste em ajuste no curto prazo.

O papel do tempo na análise dos problemas econômicos sempre foi uma questão controversa. Em 1923, Keynes, procurava estabelecer uma noção clara do que seria o curto prazo. Para ele, no curto prazo, há um passado que já transcorreu e trouxe, para o presente, a acumulação de um estoque de capital físico (fábricas, áreas agricultáveis, infraestrutura econômica e social), um dado perfil de distribuição de renda e de riqueza, uma força de trabalho com diferentes qualificações, os fundamentos das instituições políticas e sociais e certo grau de degradação do capital natural, etc. Trouxe também, no caso brasileiro, problemas acumulados da crise social e da crise ambiental.

Políticas econômicas de curto prazo devem ser operadas dentro das restrições impostas por um tempo histórico e irreversível. Entretanto, uma sequência quase interminável de políticas de estabilização como vem ocorrendo nos últimos anos pode impactar, através de efeitos inesperados, a distribuição funcional e pessoal da renda nacional, a estrutura e a qualidade da oferta de serviços públicos tradicionais, os níveis de riscos e de incertezas dos investimentos diretamente produtivos, etc. Ou seja, de ajuste em ajuste, o que se pensava ser tão somente políticas explícitas de curto prazo vai se tornando, silenciosamente, políticas implícitas de médio e de longo prazo. Parafraseando Keynes, de curto em curto prazo, no longo prazo estaremos todos mortos.

Como diz o poeta Mário Quintana: "O passado é lição para refletir. Não para repetir". E a nossa lição é colocar em marcha um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, cujas ações programáticas possam vingar em um ambiente macroeconômico de ajustes fiscais e financeiros, rigorosos e recorrentes. O que torna necessário resgatar as experiências de planejamento de longo prazo. Segundo Peter Drucker, o planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com o futuro das decisões presentes.

Políticas de curto prazo de estabilização monetária devem se articular e se integrar com políticas de desenvolvimento sustentável. Os conceitos de curto e de longo prazo são construções analíticas devidas a Alfred Marshall, em 1890. Não são prazos referenciados ao tempo-calendário, nem políticas econômicas a serem implementadas sequencialmente. Estabilizar não é pré-condição necessária e suficiente para desenvolver, como ilustra a experiência de planejamento de Campos-Bulhões em 1965. À época, elaborou-se um programa de estabilização (o PAEG), simultaneamente com um programa de reformas político-institucional de médio prazo e um plano decenal de desenvolvimento, gerando o ciclo de expansão do "milagre econômico".

Ocorre, porém, que o tempo da política é mais acelerado, menos flexível e menos tolerante. Uma população altamente mobilizada pelas práticas recentes de ação coletiva, que vivenciou pelo menos uma década de intensa mobilidade e de progresso social com melhorias inquestionáveis na distribuição de renda, não está disposta a se conformar com o seu empobrecimento e com sua decadência econômica e social. Particularmente quando assistiu à concentração da riqueza financeira induzida pelas medidas da austeridade socialmente assimétricas e o avanço das práticas inusitadas de corrupção sobre os recursos públicos.

Como, no Brasil, a maioria dos planos e políticas públicas elaboradas pelos governos não chega a ser implementada, não basta concebê-los adequadamente, com rigor técnico e participação dos que serão impactados pelos seus custos e benefícios, mas é fundamental também que tenham uma gestão eficiente e eficaz. Uma gestão que acompanhe os valores do milênio segundo Ítalo Calvino, leveza, rapidez, exaustão, visibilidade, multiplicidade e consistência.

Não se pode esperar que, de curto em curto prazo, as atuais políticas econômicas nos levarão ao tempo do desenvolvimento. Como diz Alice no País das Maravilhas: "Dizem que o tempo resolve tudo. A questão é: Quanto tempo?".

A dor da gente não sai no jornal

Roberto Brant
Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social

Um dos poetas mais celebrados do século XX, T. S. Eliot, disse num verso que "o gênero humano não suporta tanta realidade". Ele escreveu isto em 1943, numa Europa que estava sendo devastada pela guerra, ainda sem a esperança de vencer. Suas palavras descrevem perfeitamente as disposições do homem de hoje, especialmente na chamada cultura ocidental, a nossa cultura, queiramos ou não.

Eu relembro esses versos para melhor entender um aspecto para mim intrigante do debate político que se observa neste momento no Brasil, tal como mediado pelos meios de comunicação, em especial a televisão. Nesses tempos de vida menos presencial, quem se sente menos à vontade com as esquisitices das redes sociais acaba recorrendo com mais frequência aos canais informativos de televisão, para tomar conhecimento da vida pública e dos movimentos da política. Infelizmente, por mais tempo que dedicamos a este mister menos conhecemos do Brasil real e mais somos apresentados a um país de fantasia. Na televisão a política é cada vez mais uma das muitas formas de entretenimento.

Por mais otimistas que sejamos é impossível não reconhecer que o Brasil é um lugar muito problemático. Há mais de 40 anos somos um país de crescimento baixo e muito irregular. Além disto, somos um dos países mais desiguais de todo o mundo e esta desigualdade não tem se atenuado com o passar do tempo. As políticas públicas compensatórias têm evitado catástrofes humanitárias, mas ter 140 milhões de brasileiros, numa população pouco acima de 200 milhões, sobrevivendo exclusivamente de transferências de renda do Governo, é um sinal contundente que somos uma sociedade que fracassou.

Todo este tempo sem crescer trouxe grandes sequelas. Nossa infraestrutura está sendo consumida pelo tempo e pelo uso e não há investimentos para refazê-la ou restaurá-la. A nossa indústria está encolhendo. Os sistemas de saúde e educação estão sempre subfinanciados e quase toda a população depende deles. O transporte público nas grandes cidades não é ruim, é uma maldade. As favelas estão engolindo as cidades e faltam habitação decente e saneamento. Quem vê o noticiário político, no entanto, não toma conhecimento de nada disto, o que nos faz lembrar de outros versos, agora de um poeta nosso, o Chico Buarque: "a dor da gente não sai no jornal".

Nas televisões, uma parte do tempo se gasta em frívolos debates sobre mudanças ministeriais, num governo que mal começou, pois apenas na semana passada foi aprovado o chamado arcabouço fiscal, sem o qual o governo apenas funciona, mas não governa de fato. Num conjunto de 37 ministérios especula-se sobre a criação de mais alguns. Há novos ministros escolhidos, de cujos currículos pouco se sabe. Seus ministérios serão escolhidos depois. Certamente são homens polivalentes. Em outra boa parte do tempo as televisões cuidam das agruras do ex-Presidente e seu entorno, por causa de joias, presentes e outras travessuras. É preciso manter acesos os antagonismos, pois é só disto que é feita a política. Os problemas reais do país podem ser deixados para depois, sempre haverá tempo para isto.

Enquanto isto, o Presidente, enfadado desses problemas, ocupa o resto do tempo dos noticiários com suas aventuras internacionais, preocupado que está em jogar o peso geopolítico do Brasil na criação de uma nova ordem internacional policêntrica, ao lado da China, da Rússia, e agora também do Irã e da Arábia Saudita, em contraposição ao poder colonialista dos países ocidentais. Quer tentar também a criação de uma nova moeda de reserva internacional, para libertar o mundo da dominação do dólar. O mundo vive a feliz convergência de um líder sem problemas para resolver em seu país e um mundo carente de soluções redentoras. Tudo isto oferece às televisões um bom estoque de coisas prazerosas.

Enquanto os brasileiros estiverem distraídos com esses enredos ficcionais vamos viver em paz, embora sufocados sob o peso cada vez maior dos problemas que escolhemos ignorar. A grande dúvida é saber se na vida real, como nas ficções de baixa qualidade, o final será também feliz.

Arrecadação com IPVA perde só para ICMS entre os tributos estaduais e soma montante de R$ 65,56 bilhões em 2022

Média nacional de arrecadação de IPVA por habitante no Brasil foi de R$ 322,86; São Paulo liderou valor mais alto, alcançando R$ 519,31

Em um novo estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), foram analisados dados relacionados à arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em relação à frota de veículos em circulação e à população do Brasil. O levantamento visa apresentar de maneira proporcional a arrecadação do IPVA, considerando a complexidade das variáveis envolvidas.

O IPVA, um dos tributos estaduais mais relevantes, fica em segundo lugar na arrecadação para o Estado, e perde na colocação apenas do ICMS. Em 2022, o recolhimento total do IPVA atingiu o montante de R$ 65,56 bilhões. Na análise estadual, notavelmente, São Paulo registrou a maior quantia, enquanto Roraima apresentou a menor.

De acordo como levantamento, a frota de veículos em circulação no Brasil totalizou 115.116.532 unidades em dezembro de 2022. Os estados com os maiores grupos de veículos foram de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Quando se trata de proporção de veículos em circulação por habitante, Santa Catarina se destaca, com a maior proporção de 0,79, seguido pelo Paraná (0,75) e São Paulo (0,73). Por outro lado, o Estado do Amazonas apresenta a menor proporção, com 0,27, seguido por Maranhão e Pará, com 0,30 e 0,31, respectivamente.

Em relação à arrecadação de IPVA por habitante, São Paulo é líder com o valor mais alto, alcançando R$ 519,31, seguido pelo Distrito Federal (R$ 513,41), Paraná (R$ 449,17) e Rio Grande do Sul (R$ 428,33). Por outro lado, Maranhão, Pará, Amazonas, Acre e Piauí são os estados com os menores valores arrecadados por habitante respectivamente.

A média nacional de arrecadação de IPVA por habitante no Brasil é de R$ 322,86. O estudo também revela um aumento significativo na arrecadação de IPVA, sendo de 24,14% entre 2021 e 2022, passando de R$ 52,81 bilhões para R$ 65,56 bilhões, o que representa um crescimento real notável, ficando 18,35% acima da inflação no período.

CONTEXTO E IMPLICAÇÕES

O estudo chama atenção para as diferenças nas alíquotas e valores do IPVA em diferentes estados, o que pode resultar em migração de contribuintes para localidades com tributação mais favorável. Além disso, é destacado o aumento acentuado na arrecadação de IPVA, possivelmente influenciado pelo aumento dos preços dos veículos durante o período da pandemia de Covid-19.

De acordo com o presidente executivo do IBPT, João Eloi Olenike, essa diferenciação de tratamento ao tributo, que ocorre entre vários estados, pode, em menor escala, ser tratada como uma 'guerra fiscal'. “Essa ação pode ser intencional ou não, porém

pode ser algo para atrair mais contribuintes de IPVA", explica.

O estudo também traz à tona as variações nas alíquotas do IPVA em diferentes estados. Por exemplo, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais - possuem as alíquotas mais altas, enquanto estados como Acre, Espírito Santo, Santa Catarina e Tocantins carregam as menores frações, de 2%.

Abaixo, segue a tabela que serviu de base para a idealização e concretização do resultado do estudo:

ESTADOS	ARREC. IPVA	FROTA VEIC CIRCULANTE	POPULAÇÃO	VEIC. P/HAB.	R$ IPVA por HAB	R$ IPVA X VEIC. FROTA
ACRE	116.074	334.377	830.026	0,40	R$ 139,84	R$ 347,14
ALAGOAS	509.848	1.034.187	3.127.511	0,33	R$ 163,02	R$ 492,99
AMAPA	115.900	232.691	733.508	0,32	R$ 158,01	R$ 498,09
AMAZONAS	477.718	1.069.794	3.941.175	0,27	R$ 121,21	R$ 446,55
BAHIA	1.964.932	4.887.673	14.136.417	0,35	R$ 139,00	R$ 402,02
CEARÁ	1.481.545	3.625.994	8.791.688	0,41	R$ 168,52	R$ 408,59
DISTRITO FEDERAL	1.446.305	2.021.627	2.817.068	0,72	R$ 513,41	R$ 715,42
ESPÍRITO SANTO	943.428	2.248.960	3.833.486	0,59	R$ 246,10	R$ 419,50
GOIAS	2.463.615	4.542.235	7.055.228	0,64	R$ 349,19	R$ 542,38
MARANHAO	681.497	2.031.236	6.775.152	0,30	R$ 100,59	R$ 335,51
MATO GROSSO	1.238.994	2.568.240	3.658.813	0,70	R$ 338,63	R$ 482,43
MATO GROSSO DO SUL	933.002	1.824.708	2.756.700	0,66	R$ 338,45	R$ 511,32
MINAS GERAIS	7.741.300	13.028.883	20.538.718	0,63	R$ 376,91	R$ 594,16
PARA	941.728	2.478.988	8.116.132	0,31	R$ 116,03	R$ 379,88
PARAÍBA	601.800	1.523.167	3.974.495	0,38	R$ 151,42	R$ 395,10
PARANÁ	5.139.972	8.575.905	11.443.208	0,75	R$ 449,17	R$ 599,35
PERNAMBUCO	1.890.993	3.439.164	9.058.155	0,38	R$ 208,76	R$ 549,84
PIAUÍ	481.549	1.385.426	3.269.200	0,42	R$ 147,30	R$ 347,58
RONDONIA	505.154	1.154.287	1.581.016	0,73	R$ 319,51	R$ 437,63
RIO DE JANEIRO	3.697.163	7.475.503	16.054.524	0,47	R$ 230,29	R$ 494,57
RIO GRANDE DO NORTE	499.618	1.495.094	3.302.406	0,45	R$ 151,29	R$ 334,17
RIO GRANDE DO SUL	4.660.396	7.869.630	10.880.506	0,72	R$ 428,33	R$ 592,20
RORAIMA	98.370	263.345	636.303	0,41	R$ 154,60	R$ 373,54
SANTA CATARINA	3.081.722	5.974.106	7.609.601	0,79	R$ 404,98	R$ 515,85
SERGIPE	373.719	907.388	2.209.558	0,41	R$ 169,14	R$ 411,86
SÃO PAULO	23.068.161	32.293.191	44.420.459	0,73	R$ 519,31	R$ 714,34
TOCANTINS	405.435	830.733	1.511.459	0,55	R$ 268,24	R$ 488,04
TOTAL BRASIL	65.559.938	115.116.532	203.062.512	0,57	R$ 322,86	R$ 569,51

FONTES DE PESQUISA

ARREC. SEFAZ ESTADOS - CONFAZ

FROTA: SENATRAN - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

POPULAÇÃO - IBGE

COMPARAÇÃO DE DADOS COM O ESTUDO DE 2021

O primeiro destaque comparativo é no aumento de arrecadação de IPVA. Em 2021 eram quase R$ 53 bilhões de recolhimento, mas o número saltou para R$ 65,56 bilhões na comparação com 2022 (um acrescimento de 24,14%). Analisando os dois anos, o Estado de São Paulo ainda lidera na arrecadação com este imposto e na maior frota de veículos, mas em contraponto, a o Acre que era o menor contribuinte deixou a sua posição para Roraima neste último levantamento.

A arrecadação do IPVA por habitante também passou por uma troca de posição, sendo o maior valor, de R$ 415,36, que dava a liderança ao Distrito Federal, seguido pelo Estado de São Paulo com R$ 397,78, em 2021. O ranking se inverteu, já que agora o dado coloca São Paulo como líder com seus R$ 519,31 e o Distrito Federal com R$ 513,40, em segunda colocação.

Outra informação em destaque é a comparação da média nacional de arrecadação por habitante. Em 2021 no Brasil houve a cobrança de R$ 247,58 de IPVA por indivíduo, já em 2022 o tributo por brasileiro subiu para R$ 322,86.

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) foi fundado em 1992, com o objetivo inicial de congregar estudiosos das ciências jurídica, contábil, social e econômica para debater sobre temas relacionados ao planejamento tributário. Desde sua fundação, o IBPT se dedica ao estudo do complexo sistema tributário no país, sendo reconhecido pela adoção de uma linguagem clara e precisa à sociedade sobre a realidade tributária brasileira. O IBPT também lançou bases e fundamentos para viabilizar a lógica da transparência fiscal, promovendo conscientização tributária.

Pioneiro na criação de estratégias de mercado para empresas e entidades setoriais a partir da análise de dados fiscais, públicos e abertos, o IBPT mantém investimentos contínuos em tecnologia e na capacitação de sua equipe para viabilizar pesquisas, estudos e serviços, possuindo o maior banco de dados privado com informações tributárias e empresariais.

O cenário externo para o segundo semestre é menos favorável para as exportações

O saldo da balança comercial foi de US$ 8,9 bilhões em julho, um aumento de US$ 3,5 bilhões em relação a igual período de 2022. No acumulado do ano até julho, o superávit foi de US$ 53,6 bilhões, superior em US$ 13,9 bilhões ao do acumulado do mesmo período em 2022. O resultado do acumulado de julho de 2023 foi o maior na série histórica iniciada em 1998. O Relatório Focus do Banco Central de 21 de agosto projeta um saldo comercial de US$ 71,70 bilhões, um aumento de US$ 4,14 bilhões, se comparado com a estimativa de quatro semanas anteriores.

A melhora no valor do superávit está associada ao aumento do volume exportado e ao recuo no volume importado, pois os preços caíram para os dois fluxos. O volume exportado cresceu 13,3% e o importado caiu 5,3%, na comparação interanual do mês de julho entre 2022 e 2023; e os preços recuaram 14,7% (exportações) e 13,6% (importações), levando a uma queda, em valor, de 3,1% para as exportações e 18,2% nas importações.

No acumulado até julho, o mesmo comportamento se repete: volume exportado cresce, o importado recua e os preços caem, embora as variações sejam menores que na comparação mensal. Em termos de valor, as importações recuaram em 8,8% e as exportações aumentaram 0,1%.

Os resultados para as exportações dependem principalmente do desempenho das commodities, que explicam cerca de 70% das vendas externas do país. Na comparação mensal, o volume exportado foi de 16,8% e na do acumulado do ano até julho de 9,8%. Os preços caíram na base mensal (-17,0%) e na do acumulado do ano (-8,6%). O volume das não commodities caiu 1,1% entre os meses de julho e cresceu 0,6% entre os acumulados do ano até julho.

No caso das importações, predominam as não commodites, com participação ao redor de 90% das compras brasileiras do exterior. O aumento do volume das commodities importadas na base mensal (+1,9%) ou na acumulada até julho (+11,4%) têm pouca relevância perto da queda das importações das não commodities: -6,2% (mensal) e -2,5% (no acumulado até julho). Em adição, o recuo nos preços importados das commodities superou a variação positiva dos volumes dessas, enquanto o das não commodities reforçou a tendência de queda. O resultado final, como já mencionado, foi a queda no valor das importações

QUAIS SÃO AS POSSÍVEIS TENDÊNCIAS PARA OS PRÓXIMOS MESES?

Vamos supor uma relativa estabilidade na taxa de câmbio ao redor de R$/US$ 4,8 e R$/US$ 5,2. No caso dos preços, os índices de preços das exportações e importações têm apresentado comportamento similar com tendência de queda. Como resultado desse comportamento, os termos de troca registram pouca variação. Entre julho de 2022 e 2023, eles recuaram 1,3% e a variação foi nula na comparação entre os acumulados do ano até julho. Até o final do ano não se espera grandes variações nos preços, com uma possível tendência de alta no petróleo.

A demanda externa comanda o comportamento das exportações. A Tabela 1 mostra a participação dos principais mercados do Brasil nas exportações brasileiras, no acumulado do ano até julho de 2023, onde a China lidera com 30,3% das vendas brasileiras, seguida pelos Estados Unidos, com 10,5% e a Argentina com 5,7%. Em 2022 (jan-julho), o superávit com a China explicou 55% do saldo positivo da balança comercial, e em 2023 (jan-julho), 54%. Com os outros dois principais parceiros, o resultado também foi de melhora com a redução do déficit com os Estados Unidos e a melhora do superávit com a Argentina, mas a dependência com a China não mudou. Em termos de valor, as exportações só cresceram para a China (+6,9%) e Argentina (+24,5%); já as importações recuaram para todos os mercados, exceto União Europeia.

A análise por volume exportado mostra variação positiva para todos os mercados, exceto União Europeia e Demais da América do Sul. A liderança na variação é da China, seja na

comparação mensal (+39,8%) ou no acumulado do ano (+24,8%). Em seguida: a Argentina, mensal (+18,6%) e acumulado no ano (+20,9%); e os Estados Unidos, mensal (+18,1%) e acumulado do ano (+5,2%).

O quadro da economia chinesa preocupa com o viés de baixa nas projeções de crescimento do país, influenciada com a redução dos investimentos em construção, queda nas exportações e deflação, o que sinaliza a fraca demanda doméstica. Ressalta-se, porém, que as estimativas de um crescimento do PIB ao redor de 5% já era a estimativa oficial do governo chinês. Há um relativo consenso entre as análises sobre os possíveis impactos sobre as exportações brasileiras. As exportações da agropecuária seguiriam o comportamento sazonal esperado, com desaceleração do crescimento no segundo semestre. Observa-se que o principal produto de exportação, a soja em grão, com participação de 45% nas exportações para a China, no acumulado do ano até julho aumentOU 12,3% em relação a igual período de 2022. Houve queda nas exportações de carne bovina devido a um embargo temporário pelas autoridades chinesas, mas em compensação as carnes de aves cresceram 42%, com participação de 1,8%. Além disso, as tensões da China com os Estados Unidos, um concorrente brasileiro na agropecuária, beneficiam o Brasil.

O principal efeito negativo seria no minério de ferro, associado aos investimentos em construção, mas estas já vem caindo com recuo de 9,1%, no acumulado do ano, e participação na pauta de 17% (3º principal produto exportado). O segundo principal produto exportado, o petróleo bruto (18% de participação) registrou aumento de 19,8%. No ano de 2022, o desempenho foi pior com o desvio das compras brasileiras pelos chineses a favor da Rússia. Vale ressaltar as vendas de celulose que cresceram 34,6%, com participação de 3,9%. Se o fim do lockdown da COVID 19 não trouxe um boom de vendas, os resultados não deixaram de ser positivos. A questão fica para o desempenho em 2024.

A segunda fonte de preocupação é a Argentina. Destaca-se o aumento das exportações para o país, mesmo com a recessão da economia. Até julho, as exportações de automóveis e peças continuavam crescendo e responderam por 19% das exportações brasileiras para a Argentina. A seca no país introduziu um novo produto na pauta: a soja em grão, com participação de 16% no acumulado até julho. No ano de 2022, as exportações de soja foram de US$ 181 milhões e em 2023, até julho, de US$ 1,7 bilhões. Já era esperado que esse cenário mudasse com a desaceleração das vendas do setor automotivo e a volta paulatina da regularização do plantio de soja. As turbulências associadas ao período eleitoral, porém, levaram a uma piora do cenário econômico com medidas de proteção cambial. Não se espera que a contribuição da Argentina para o aumento do volume exportado se sustente nos próximos meses. Quanto às especulações sobre uma possível vitória do candidato que programa a dolarização da economia argentina, esse não seria o principal problema, pois a maior parte do comércio é realizada em dólares e/ou são transações intrafirmas. O maior impacto poderá advir da promessa de saída da Argentina do Mercosul, com perda do acesso preferencial de mercado, além de criar um cenário de instabilidade e incertezas quanto aos possíveis acordos negociados com outros países, como o acordo Mercosul-União Europeia.

Nos Estados Unidos, a projeção do Fundo Monetário Internacional é de um crescimento de 1,8% em 2023, após um crescimento de 2,1% em 2022. No entanto, as exportações em volume cresceram para esse país, lideradas pelas vendas de semimanufaturas de ferro e aço (15%), petróleo bruto (11%), ferro gusa (4,8%), aeronaves (4,5%), instalações e equipamentos de engenharia civil (4,4%), entre outros. A pauta para os Estados Unidos é a mais diversificada entre os 3 principais mercados. Com a expectativa de redução da demanda com aumento da taxa de juros, é esperado um cenário menos favorável para as exportações brasileiras.

Em suma, até o final do ano se espera um menor ritmo de crescimento nas exportações. No caso das importações, a principal variável é a demanda doméstica. Nesse caso, as análises como a do Monitor do PIB FGV divulgada pela FGV IBRE sinalizam um cenário com baixa taxa de investimento, endividamento das famílias e juros ainda altos que não propiciam um quadro de aceleração do crescimento econômico.

As expectativas desfavoráveis para uma aceleração das importações são confirmadas pela redução das importações de bens intermediários na agropecuária e na indústria. No caso dos investimentos, o destaque é o aumento de 45,6% das compras de bens de capital pela agropecuária no acumulado até julho, mas em julho o recuo nas importações (-7,0%) sinaliza que as demandas do setor já estariam atendidas. Para a indústria, os percentuais de crescimento de 3,0% (mensal) e 10,0% (acumulado) não sustentam a elevação da Formação Bruta de Capital do setor como um todo, que depende da melhora do componente doméstico.

Relativamente à evolução dos preços e volume por setor de atividade das exportações e importações o resultado de julho segue a tendência já observada nos meses anteriores. Aumento no volume exportado da agropecuária e da extrativa, queda nos preços e pequena variação na indústria de transformação. Nas importações, é registrado o recuo em todos os preços e volumes, exceto o aumento no volume, em 17,1% entre os meses de julho, para a indústria extrativa, influenciado pela variação em 48,7% na quantidade em toneladas.

Sigma Lithium tem prejuízo de US$ 19,7 milhões no 1º trimestre, espera produzir 130 mil toneladas de lítio até dezembro deste ano e acionistas entram em disputa judicial

A companhia canadense Sigma Lithium informou em seus resultados consolidados não auditados que registrou prejuízo líquido de 26,5 milhões de dólares canadenses – equivalentes a US$ 19,7 milhões no trimestre encerrado em 31 de março. No mesmo período de 2022, o prejuízo chegou a 10,82 milhões de dólares canadenses.

A empresa canadense, cuja única operação está no Brasil, no Vale do Jequitinhonha (norte de Minas Gerais), começou a produção comercial de lítio em abril deste ano e por isso não houve geração de receita no primeiro trimestre.

A companhia — controlada por investidores brasileiros e fundos institucionais e de investimentos nacionais e estrangeiros — realizou o primeiro embarque de lítio em 27 de julho, totalizando pouco mais de 30 mil toneladas, sendo 15 mil toneladas de lítio grau bateria e 16,5 mil toneladas de ultrafinos.

O produto foi enviado para a Yahua International Investment and Development. A Sigma recebeu aproximadamente US$ 3,5 mil por tonelada de lítio grau-bateria e US$ 350 por tonelada de ultrafino, totalizando aproximadamente US$ 58,3 milhões.

No trimestre encerrado em março, a companhia, que faz mineração para produção de lítio na mina Grota do Cirilo, registrou despesas operacionais de 14,3 milhões de dólares canadenses, ante 1,3 milhão de dólares canadenses no mesmo intervalo de 2022.

O resultado financeiro foi de 4,2 milhões de dólares canadenses, ante 1,9 milhão de dólares canadenses um ano antes.

O caixa e equivalentes de caixa da companhia atingiu 92,9 milhões de dólares canadenses, ante 96,4 milhões de dólares canadenses um ano antes.

A Sigma Brazil detém quatro propriedades minerárias: Grota do Cirilo, São José, Santa Clara e Genipapo, localizadas nos municípios de Araçuaí e Itinga, no Vale do Jequitinhonha.

A companhia informou que o resultado consolidado foi preparado de acordo com o padrão contábil internacional 34 e não inclui todos os requisitos previstos no padrão IFRS.

A Sigma Lithium também informou que conseguiu atingir as metas de produção planejadas para o segundo trimestre na sua fábrica, localizada no Vale do Jequitinhonha (MG). A companhia segue o planejamento para produzir, até dezembro, 130 mil toneladas de lítio "verde" triplo zero em termos de pegada de carbono, uso de químicos nocivos e rejeitos.

A companhia também estima atingir a capacidade de produção anualizada de 270 mil toneladas de lítio "verde" até o fim do terceiro trimestre. A empresa informou que já atingiu 95% da sua capacidade de produção em agosto. Neste mês, a Sigma atingiu recorde de produção diária de 846 toneladas de lítio verde.

"A indústria está atingindo todos os indicadores de desempenho, o empilhamento a seco já está comissionado. No terceiro trimestre a indústria já alcança o nível anualizado, estamos muito felizes", comemorou a CEO e copresidente do conselho de administração, Ana Cabral-Gardner.

A Sigma calibrou o filtro de correia do circuito de empilhamento a seco da planta em julho. Com isso, conseguiu atingir 95% da capacidade de produção neste mês.

Os próximos embarques previstos são de 15 mil toneladas de lítio verde no fim de agosto, 30 mil toneladas de ultrafinos em meados de setembro e outras 18 mil toneladas de lítio verde no fim de setembro.

A Sigma informou que a sua planta industrial é capaz de produzir lítio verde com grau químico triplo zero com concentração de 6,3%, usando matéria-prima da mina Grota do Cirilo.

ABERTO PROCESSO CONTRA EX-CEO POR 'ROUBO DE SEGREDOS'

A Sigma Lithium, que produz o metal usado em baterias para veículos elétricos, processou um ex-co-CEO, acusando-o de roubar segredos comerciais a fim de minar o esforço da empresa em promover sua própria venda.

A queixa-crime foi protocolada no dia 21 de agosto, na Justiça Federal de Manhattan [Nova York) contra Calvyn Gardner, que, até janeiro deste ano era co-CEO [e co-chairman] da Sigma juntamente com Ana Cabral-Gardner, que continua sendo CEO da empresa e copresidente do conselho de administração. Eles estão se divorciando. Luisa Valim, nora de Calvyn Gardner, também é acusada.

No dia 22 de agosto, o escritório de advocacia de Gardner não deu resposta imediata a pedidos por seus comentários. Não se sabe se Valim tem um advogado, e ela também não pôde ser contatada de imediato.

A Sigma tem sede em Vancouver, na Columbia Britânica, no Canadá, mas tem operação principalmente no Brasil e contabilizava um valor de mercado de cerca de 5,07 bilhões de dólares canadenses (US$ 3,74 bilhões) no dia 21 de agosto.

O processo informa que Cabral-Gardner e Gardner administram um fundo, o A10 Investimentos, que detém 44% do capital da empresa, com Ana Cabral-Gardner controlando 76% do fundo e Gardner, 24%.

Segundo informa a Sigma, Valim concebeu um esquema destinado a roubar informações proprietárias "para fins de alavancagem e de vingança" e para ganhar mais aceitação da parte de seu sogro, após ficar sabendo que ele pode não ter direitos legais à obtenção de metade dos ativos do casal no divórcio.

A Sigma informou que logo após Valim sair da empresa, em maio, ela baixou e compartilhou com Gardner cerca de 80 mil documentos confidenciais de uma sala de dados, a que teve acesso por coordenação do Bank of America, que tem trabalhado em conversações com compradores potenciais da Sigma.

Segundo a Sigma, entre esses

documentos estavam documentos industriais e de mineração que constituíam a "particularidade secreta" de sua atividade comercial e que, se mal-empregados, acabariam com sua principal vantagem competitiva sobre concorrentes em mineração e processamento de lítio.

A Sigma destacou que os atos de Valim e Gardner "visavam interferir" em uma possível aquisição do controle da empresa, e que Valim tinha se gabado junto a um sócio do A10 num voo em 1º de julho de que, devido ao esquema, "o processo de fusão e aquisição 'tinha acabado'".

O processo [movido pela Sigma em Nova York] defende o pagamento de uma indenização não especificada e a devolução de ativos obtidos fraudulentamente. Em entrevista, em 28 de julho, Cabral-Gardner disse que a Sigma tem procurado fortalecer sua "posição competitiva ambientalmente única" na cadeia de suprimentos global [de lítio grau bateria}. "A empresa é o ativo", afirmou Ana Cabral.

Fundada em 2012 por Calvyn, em Vancouver, a Sigma Lithium teve as participações dele e da Magnestia adquiridas pelo fundo A10 Investimentos (de Ana Cabral e outros sócios) em 2016. A partir de então, a empresa ganhou corpo, vindo a abrir o capital na Bolsa de Toronto em 2018. Com os recursos — US$ 20 milhões —, a Sigma avançou em pesquisas geológicas de seus direitos minerários localizados nos municípios de Araçuaí e Itinga, no Vale do Jequitinhonha (noroeste de Minas Gerais). Em setembro de 2021, a companhia, já com um projeto industrial definido de produção de lítio grau bateria, abriu o capital na Nasdaq.

No projeto, a empresa investiu cerca de R$ 1,5 bilhão na primeira fase — 270 mil toneladas de concentrado (37 mil de carbonato de lítio equivalente-LCE). Outro tanto está previsto nas fases 2 e 3, para atingir 104,2 mil toneladas de LCE.

Neste ano, várias notícias foram publicadas sobre propostas de compra do controle da Sigma. Em recente entrevista à Reuters, Ana Cabral disse que a empresa está trabalhando com o Bank of America para coordenar as negociações com as partes interessadas. E que o banco vem mantendo reuniões há pelo menos quatro meses com partes interessadas.

O Bank of America preferiu não comentar. Procurada, a Sigma declinou de fazer comentários sobre o assunto.

Fontes: Reuters, Diário do Comércio e Valor 14.08, 11.08 e 24.08

Despenca a circulação dos Jornais impressos de Minas Gerais

Em nível nacional, entre 15 publicações, 14 registraram queda; piores resultados foram de "Super Notícia", "Folha de S.Paulo" e "O Popular"

Levantamento divulgado em 31 de julho pela publicação Poder360 com dados do IVC - Instituto Verificador de Comunicação revela que 15 dos principais jornais brasileiros registraram queda de 16,1%, em média, na circulação em 2022. A tiragem média diária somada dessas publicações terminou o ano passado em 394.130 exemplares. A soma dos exemplares impressos de 2022 equivale a apenas 46,7% do total de 4 anos atrás, quando começava o governo de Jair Bolsonaro e a tiragem chegava a 843.231. Nas plataformas digitais, a compensação também foi menor do que a esperada.

A maior queda foi da publicação mineira Super Notícia, que mudou a frequência de circulação em abril de 2022: o jornal, que era diário, passou a circular só às sextas. Sua circulação caiu de 66.665 exemplares até março para 48.215 (queda de 27,7%) no final de 2022.

Segundo Bruno Souza Leal, professor de jornalismo da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, a crescente digitalização da sociedade, a difusão do acesso à internet e a ampliação da presença de empresas, instituições do Estado e organizações sociais no ambiente virtual também explicam a queda da circulação impressa de jornais: "O impresso perde capilaridade e presença, especialmente em camadas populares e mais jovens, que desenvolvem novos hábitos de consumo já inteiramente 'nato–digitais'".

JORNAIS NO BRASIL

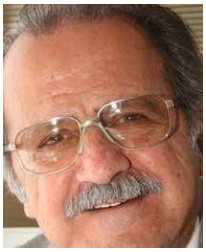
EVOLUÇÃO DA CIRCULAÇÃO IMPRESSA

de 2017 a junho de 2023
em números absolutos (milhares)

2017	2022	jun.2023		variação (2022 X jun.2023)
114.527	60.446	58.706	Estadão	-2,9%
130.417	60.777	56.550	O Globo	-7,0%
121.007	48.084	44.596	Folha	-7,3%
156.572	48.215	42.249	Super Notícia	-12,4%
100.979	41.425	38.932	Zero Hora	-6,0%
63.476	27.905	27.885	Meia Hora	-0,1%
86.596	35.105	27.652	Extra	-21,2%
29.382	14.541	13.831	Valor	-4,9%
43.740	9.816	9.453	O Tempo	-3,7%
26.493	11.044	9.269	Correio Braz.	-16,1%
16.759	7.544	8.060	A Tarde	6,8%
26.366	11.128	7.718	Est. de Minas	-30,6%
16.740	6.280	6.106	O Popular	-2,8%
13.844	5.398	5.834	O Povo	8,1%
963.632	387.708	356.841	total	-8,0%

obs. 1: os dados de 2017 a 2022 correspondem ao fechamento do mês de dezembro
obs. 2: o Drive/Poder360 optou por incluir 4 veículos de comunicação desde a última divulgação anual do levantamento; por esse motivo, o número total de 2017 e 2021 difere do que foi divulgado anteriormente
obs. 3: o IVC não audita a versão digital de O Povo e Meia Hora. Por isso, os 2 só aparecem no infográfico de circulação impressa
jornais: tiragem média diária (impresso)
fonte: IVC (Instituto Verificador de Comunicação)

PODER 360



Quem de fato quer mudar o Brasil?

Paulo R. Haddad
Economista, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda

A sociedade brasileira vem sofrendo, nas duas últimas décadas, sobrecargas de estresses emocionais que se agravam ano a ano. Podemos destacar três dessas sobrecargas que são mais resilientes e que se espraiam entre as famílias brasileiras. Uma sobrecarga de natureza distributiva: as políticas econômicas, ao enfatizar as questões do equilíbrio macroeconômico como objetivo dominante, não estão apresentando um equacionamento efetivo para as desigualdades sociais e regionais do desenvolvimento, para a escalada dos patamares da pobreza extrema e da miséria social, para a degradação do patrimônio natural pelo uso predatório dos nossos ecossistemas.

Daí o estresse de milhões de famílias brasileiras com a perda da qualidade de vida, do retorno à fome e das incertezas sobre o futuro de sua mobilidade social. Uma sobrecarga de natureza recessiva: de 1980 aos dias atuais, o Brasil vem se tornando um país de baixo crescimento econômico, apesar dos eventuais espasmos de crescimento com o fim do imposto inflacionário, com o Plano Real ou com o ciclo dos preços das commodities na pré-crise de 2008 na economia mundial.

Embora o processo de ajuste do desequilíbrio das contas do setor público consolidado seja uma condição necessária e indispensável para o País voltar a crescer, ele não é, contudo, suficiente. O crescimento econômico não é um subproduto cronológico de um ajuste macroeconômico qualquer. Um país somente cresce de forma sustentada quando consegue, no bojo de um ciclo de expansão econômica, criar um campo amplo e diversificado de oportunidades para os cidadãos realizarem os seus projetos de vida.

O Brasil é hoje um país de economia com baixo crescimento e com uma sociedade dividida pelas desigualdades e assimetrias nas condições de vida de sua população.

Historicamente, programas de austeridade fiscal que subestimaram os seus impactos redistributivos tenderam ao fracasso. As elevadas taxas reais de juros estão beneficiando os rentistas que detêm a parcela maior da riqueza financeira do Brasil. Os aumentos da carga tributária e das tarifas atingem, principalmente, os orçamentos da classe média. A redução dos gastos com a quantidade e a qualidade dos serviços públicos tradicionais prejudica o bem-estar social sustentável dos mais pobres, os que mais deles necessitam.

Uma sobrecarga de riscos e incertezas: é intenso o estresse emocional de um trabalhador desempregado, subempregado ou na economia informal que acorda de madrugada, pega um transporte coletivo de má qualidade, e vai à luta em busca de um salário precário e com o peso de uma enorme taxa de exploração social na jornada de trabalho.

Há uma fadiga e um estresse da nossa população com o quadro de incertezas diuturnas que são multiplicadas por governos de gestão pública inepta e insidiosa, sob suspeitas recorrentes de corrupção administrativa; governos que, por não ter uma proposta de visão do futuro para o País, atuam casuisticamente, de acordo com regras espúrias de permanência no Poder, as quais vão do clientelismo político ao capitalismo de compadrio. Precisamos vivenciar um processo de reconstrução nacional.

Poderíamos esperar que venha a ocorrer algum tipping point em busca de um projeto nacional de grande transformação da sociedade e da economia do Brasil? Há algumas expressões em outros idiomas que, quando traduzidas para a Língua Portuguesa, perdem força. Por isso, é preferível mantê-las no original. Um exemplo é tipping point, expressão que significa um ponto crítico no processo de evolução de um fenômeno, um ponto de ruptura ou um evento que conduz a um desenvolvimento irreversível ou até mesmo a um retrocesso inevitável.

O termo tem sua origem nos estudos da epidemiologia e é utilizado quando uma doença infecciosa atinge um ponto para além de qualquer habilidade local no sentido de controlar seu espraiamento mais amplo. É, muitas vezes, considerado como um ponto de inflexão, em geral provocado por algum evento menos significativo e aparentemente inesperado. Nesse sentido, há desastres ambientais que ocorrem como tipping points (rompimento de barragens) e outros que ocorrem de forma lenta e silenciosa, mas irreversível (a savanização da Amazônia).

No livro "O Cassino Climático", William Nordhaus, da Universidade de Yale e laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 2018, afirma que quando um sistema experimenta uma profunda descontinuidade no seu comportamento ocorre um tipping point. E que o tempo exato e a magnitude de tais eventos são quase sempre impossíveis de predizer, como é o caso de uma corrida bancária. Eles podem ocorrer rapidamente e inesperadamente ou podem até mesmo não ocorrer. Cita como exemplos em relação às mudanças climáticas, o colapso de grandes geleiras, mudanças em larga escala na circulação oceânica, processos de realimentação em que aquecimento provoca mais aquecimento.

Pois bem, a economia brasileira já está acumulando um longo período de quase estagnação ou de recessão econômica, com concentração da renda e da riqueza nacional e desastres ambientais. Nesse contexto, já se somam mais de vinte milhões de brasileiros desempregados, subempregados e desalentados, acumulando uma avalanche de insatisfações, de frustrações e de infelicidade. Nessa avalanche, agregam-se os que estão perdendo o valor de sua renda real, os que estão inconformados com a crescente perda de qualidade dos serviços públicos essenciais e os que contestam os impactos concentradores de renda e de riqueza da atual política de austeridade fiscal e que padecem, portanto, do sequenciamento, da intensidade e da imprevisibilidade das sobrecargas emocionais estressantes.

Podemos esperar que, nesse contexto de nossa história, algum tipping point de rupturas e de dissensos críticos venha a acontecer? Creio que ainda não.

Desde a elaboração da Constituição de 1988, as lideranças políticas, empresariais e comunitárias têm procurado construir uma ordem econômica e social, politicamente negociada, que acomode os conflitos de interesse entre segmentos produtivos, grupos sociais, regiões, Estados e Municípios. Esse esforço político-institucional tem levado o País a "um status de homeostase econômica".

A homeostase pode ser definida como a habilidade de manter o meio interno em um equilíbrio quase constante, independentemente das alterações que ocorram no ambiente externo. Para preservar a homeostase, o meio interno deve manter certos valores sem alterações. Os processos de mitigação, de compensação e de transformação político-institucionais garantem que, de forma coordenada, o equilíbrio interno entre os conflitos de interesse da sociedade venha a acontecer sem choques de descontinuidades no status quo.

Com as políticas sociais compensatórias (Bolsa-Família, Lei Orgânica de Assistência Social, Previdência Social, Auxílios Emergenciais), o Governo Federal consegue mitigar a profunda crise social que assola o País e beneficiar milhões de brasileiros mais pobres. Com a reprogramação orçamentária realizada de forma ad hoc, o Governo consegue mitigar crises setoriais e regionais localizadas através de cortes de contingenciamentos e de realocações das despesas públicas. Com a transformação das políticas de desenvolvimento em políticas de ajustes macroeconômicos envolvendo persistentes taxas de juros reais, consegue acomodar generosamente os rentistas financeiros. E la nave va!
O atual status de homeostase, que pode se prolongar por muito do tempo, nos dá uma certa ilusão de que não vivemos uma crise social nem uma crise ambiental. Na verdade, leva a maioria dos brasileiros a uma postura de conformismo latente, a uma ilusão de que basta atingir o equilíbrio fiscal que o crescimento virá por acréscimo, a imaginar que a estabilidade monetária poderá reconfigurar o estado de ânimo da sociedade brasileira ou a crer que os jovens brasileiros sejam conformistas e assistam passivamente a desconstrução e o esfacelamento dos seus sonhos e projetos de vida. Esses jovens, assim como os formadores da opinião pública, não estão conformados com esse processo cruel, difuso e silencioso de empobrecimento e de assimetrias sociais em nosso País, e propensos à construção de um tipping point, pois têm se manifestado publicamente contra o estado geral da Nação com relativa frequência.

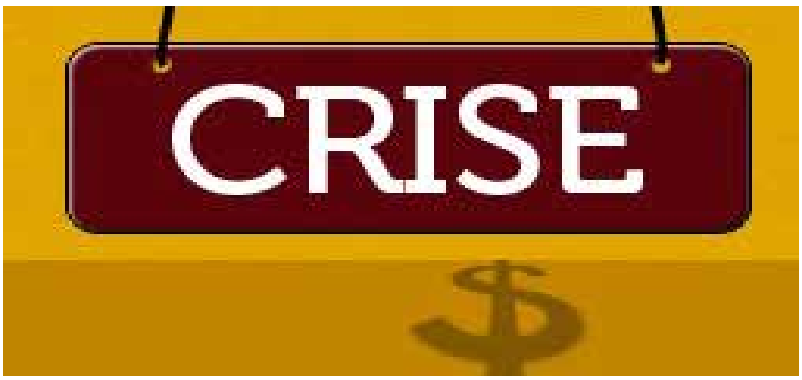
Resumindo: o Brasil vive, atualmente, uma fase de homeostase econômica, ou seja, há uma tendência autorreguladora do organismo econômico que permite manter pelo menos o estado de equilíbrio interno de seus grupos de interesse de maior vocalidade política (os rentistas, os movimentos sociais, etc.), ou porque estão usufruindo das super taxas de juros reais ou porque estão conformados com as benesses distributivas. O que nos leva a perguntar: quem de fato quer mudar o Brasil?

No seu último livro, Mariana Mazzucato, experiente consultora internacional de gestão pública e consultora econômica do Papa Francisco, mostra os problemas enfrentados por um país como o Brasil, os quais exigem que os governantes saiam de sua área de conforto de homeostase; que renovem suas ideias e confrontem os problemas estruturais, complexos e resistentes a soluções simples, com inovações sociais, organizacionais e políticas; que assumam os riscos presentes em todas as inovações; que tenham uma visão de longo prazo e a certeza do que é preciso fazer e será feito pelo interesse público, a não ser que venham a fazer mais do mesmo e pior.

Crise: mais de 51% dos Municípios estão no vermelho; cenário leva cerca de 2 mil gestores a Brasília

Municípios gastam mais de 90% da arrecadação com pagamento de pessoal e custeio da máquina pública

A cada R$ 100 que são arrecadados por pequenos Municípios, R$ 91 são utilizados para o pagamento de pessoal e custeio da máquina pública. Assim, mais de 51% dos Municípios estão no vermelho, segundo estudo feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que representa mais de 5.200 Municípios brasileiros de todos os portes. O cenário de crise motivou a ida de aproximadamente 2 mil gestores municipais a Brasília nos dias 15 e 16 de agosto, para a maior mobilização municipalista dos últimos anos.



O estudo elaborado pela entidade avalia uma série de realidades e elenca as consequências práticas das medidas que oneraram os Entes locais no primeiro semestre de 2023. Ao apresentar detalhadamente o desempenho da receita primária, por UF, no primeiro semestre de 2022 e 2023 do saldo nas contas das prefeituras a CNM mostra as recentes quedas em receitas relevantes, como no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além dos atrasos em emendas parlamentares federais; e do aumento das despesas de pessoal, custeio e investimentos.

De acordo com o estudo, o FPM, principal receita de sete em cada dez Municípios do país, fechou o primeiro semestre com crescimento, porém apresenta fatores de preocupação para o restante do ano. Os dois primeiros decêndios de julho (-34,5%) e agosto (-23,56%) – ambos afetados pelo aumento das restituições e da queda do IR das grandes empresas do país – apresentaram expressivas retrações, causando apreensão nos gestores. Outra importante receita, a cota-parte do ICMS, afetada pela Lei Complementar 194/2022, recuou 4,5% no país.

Além disso, os Municípios enfrentam atraso no pagamento de emendas parlamentares no primeiro semestre do ano. A redução em emendas de custeio no primeiro semestre de 2023 em comparação a 2022 foi de quase 73%, passando de R$ 10,43 bilhões para R$ 2,80 bilhões. Avaliando o total de emendas, a redução foi de 58%, passando de R$ 13,24 bilhões para R$ 5,62 bilhões.

Um cenário que pode agravar ainda mais a situação da despesa de pessoal dos Municípios é a possibilidade de inclusão dos gastos com pessoal das Organizações Sociais (OSs) nos limites de gasto de pessoal. A inclusão desses gastos como despesa de pessoal acarretará em extrapolação do limite de gastos de pessoal, trazendo rejeição de contas, multas e inexigibilidade dos prefeitos. Dados da CNM de 2019 revelam que 79,7% dos Municípios deixariam de ofertar serviços por não ter condições financeiras nem servidores do quadro para atender às demandas.

Outra pauta que traz preocupação para os Municípios são os reajustes concedidos em função dos pisos salariais do magistério e a parcela adicional (de insalubridade e os encargos) dos agentes comunitários de saúde e de endemias. Somente o piso do magistério cresceu 53% em função dos reajustes concedidos em 2022 (33,24%) e 2023 (14,95%). O impacto dos dois reajustes, que não possuem lastro legal, comprometerá quase R$ 50 bilhões dos Municípios até o final do ano. De 2009 a 2023, o piso do magistério cresceu 365,3% acima da inflação, de 136,4%; do salário mínimo, de 183%; e da receita do Fundeb, de 256,7%.

Na saúde, os Municípios enfrentam o represamento de 1 bilhão de cirurgias e 4,4 milhões de procedimentos ambulatoriais, sendo que, para solucionar a questão, seriam necessários R$ 17,3 bilhões. Na assistência, o governo federal deixou de repassar ao longo dos anos de 2014 a 2022 o valor de R$ 7,6 bilhões para o Sistema Único de Assistência Social (Suas); valor que, corrigido pela inflação, chega a R$ 9 bilhões.

Obras paradas e abandonadas por falta de recursos da União somam mais de 5 mil em todo País. Os Municípios que conseguiram concluir obras arcaram com mais de R$ 7 bilhões em recursos próprios e aguardam repasse da União. A defasagem dos mais de 200 programas federais chega a 100%. O estudo mostra ainda que o contingenciamento do orçamento-geral da União em 2023 é de R$ 3,3 bilhões. Outro ponto que agrava a crise são os atrasos em repasses dos royalties minerais e de petróleo.

O impacto da queda da Selic no setor produtivo

Taxa básica de juros começa a cair, mas efeitos na atividade econômica só serão sentidos em 2024

Depois de um ano estacionada em 13,75%, a Selic finalmente iniciou o ciclo de reduções, caindo 0,5 p.p. para 13,25%. Foi a primeira baixa em três anos. A queda na taxa básica de juros anunciada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central era esperada, embora a magnitude tenha surpreendido parte do mercado. No comunicado, a autoridade monetária indicou ainda que, mantidas as condições atuais, a Selic deverá continuar caindo 0,5% p.p. nas próximas reuniões até o final do ano.

Os críticos da condução da política monetária, inclusive, vinham ressaltando que a taxa oficial de inflação (o IPCA) vem caindo e está dentro da meta, considerado o período de doze meses, além de haver deflação nos preços no atacado. Por isso, as condições para afrouxar a Selic já estavam postas.

"A redução da taxa básica de juros é uma ótima notícia, já não era sem tempo. No entanto, os efeitos da queda da Selic na atividade econômica só serão sentidos a partir de 2024 porque o impacto é defasado", diz José Maurício Caldeira, sócio acionista da Asperbras, grupo que atua em diversos setores da indústria e do agronegócio.

IMPACTO MAIOR NO SETOR PRODUTIVO

Segundo José Maurício Caldeira, o setor produtivo sente muito a política monetária apertada, sobretudo a indústria. Embora os juros no Brasil sejam estruturalmente altos, especialistas estimam que o impacto no segmento industrial é até 50% maior do que em outros setores da economia. Isso porque a indústria não tem instrumentos específicos de financiamento que podem aliviar o aperto monetário, como Debêntures Incentivadas, CRIs, CRAs, LCAs, LCIs ou uma espécie de Plano Safra.

Diante disso, argumenta Caldeira, os efeitos negativos da Selic elevada na indústria já estão dados em 2023 e dificilmente haverá uma reversão significativa. Os últimos números do setor espelham esta realidade. Em junho, a produção industrial teve um tímido avanço de 0,1% na comparação com o mês anterior. Ainda assim, acumula queda de 0,3% neste ano e está 1,4% abaixo do patamar pré-pandemia. A expectativa do mercado é de uma queda de 0,5% no indicador em 2023.

Os setores mais sensíveis à crédito, como o de bens duráveis e bens de capital, são os que mais sentem os juros altos. Ao analisar a produção industrial de junho das grandes categorias econômicas, isso fica nítido. A única variação positiva foi registrada em bens de consumo semi e não duráveis (+0,9%), ao passo que a principal variação negativa ocorreu em bens de consumo duráveis (-4,6%), seguido por bens de capital (-1,2%) e bens intermediários (-0,3%).

CRÉDITO MAIS BARATO

o longo do primeiro semestre, a indústria geral (inclui indústria de transformação, extrativa, construção, e eletricidade e água) teve três meses de produção positiva e três de negativa. A indústria de transformação, que é a manufatura de fato, teve apenas uma variação positiva nesses primeiros seis meses do ano.

A redução da Selic estimula a economia porque, como é a de taxa referência, deixará o crédito mais barato. "Empréstimos e financiamentos ficarão mais acessíveis, impulsionando o consumo das pessoas. Além disso, também melhora o ambiente para as empresas realizarem investimentos o que, por tabela, pode aquecer o mercado de trabalho, aumentando a renda das famílias que passam a ter mais condições de consumir", avalia José Maurício Caldeira. É um círculo virtuoso.

O próprio governo se beneficia dos juros mais baixos. Cada 0,5 p.p. a menos na Selic implica uma economia de cerca R$ 20 bilhões por ano com o pagamento de juros da dívida. Se nas próximas três reuniões do Copom a Selic for reduzida em 0,5 p.p., como o Banco Central indicou, haverá uma economia de cerca de R$ 80 bilhões em doze meses. Isso ajuda o governo a manter a situação fiscal sob controle.

Agora, a previsão do mercado, expressa no Boletim Focus, é que a Selic encerre o ano em 11,75%. Ainda é um patamar muito alto, por isso as taxas elevadas devem continuar a impactando negativamente a atividade econômica nos próximos meses. "É preciso melhorar as condições macroeconômicas, com juros mais baixos, situação fiscal controlada e conclusão da reforma tributária para impulsionar a economia de forma sustentada", finaliza José Maurício Caldeira.

Lieven Cooreman é o novo presidente da VLI

Com mais de 30 anos de carreira e passagens pela indústria de mineração e siderurgia, agronegócio e fertilizantes, o executivo assumiu o comando da empresa em 14 de agosto

Desde 14 de agosto, Lieven Cooreman passou a comandar a VLI, companhia de soluções logísticas multimodais e integradas, que opera ferrovia, portos e terminais e atua em sinergia com a cadeia de seus clientes. Cooreman é engenheiro e tem mestrado em engenharia metalúrgica e física nuclear pela K.U.Leuven, na Bélgica. Com uma sólida carreira executiva, foi CEO da Galvani (durante joint venture com a Yara), da Mineração Morro do Ipê, da Porto Sudeste, da Eurochem Fertilizantes Tocantins e da Fertilizantes Heringer, sua última posição.

Em mais de 30 anos de carreira, liderou a implantação de novos empreendimentos, processos de integração de empresas e transformação cultural, ciclos de crescimento orgânico e processos de fusão e aquisição em segmentos-chave para a economia brasileira, como mineração, siderurgia e agronegócio.

À frente da VLI, o executivo terá foco na oferta de soluções de logística inovadoras, competitivas e sustentáveis para os diversos segmentos atendidos pela companhia, como agronegócio e fertilizantes, siderurgia e construção, florestais, combustíveis e construção, entregando valor aliado ao avanço da agenda ESG e dos compromissos públicos assumidos pela companhia.

"É uma grande satisfação assumir a presidência da VLI, uma companhia que é essencial no cenário de infraestrutura brasileira, que contribui para a competividade de inúmeros setores da nossa economia e para o desenvolvimento das regiões onde estamos presentes. A companhia vive um ciclo de aumento da eficiência na oferta de serviços aos clientes e meu foco será acelerar as transformações que estamos fazendo, com inovação e sustentabilidade para toda a cadeia", afirma o executivo.

O novo presidente sucede a Fábio Marchiori, que ocupou o cargo interinamente e segue na companhia como Diretor Financeiro, de Suppy Chain e Serviços.

A VLI tem o compromisso de apoiar a transformação da logística no país, por meio da integração de serviços em portos, ferrovias e terminais. A empresa engloba as ferrovias Norte Sul (FNS) e Centro-Atlântica (FCA), além de terminais intermodais, que unem o carregamento e o descarregamento de produtos ao transporte ferroviário, e terminais portuários situados em eixos estratégicos da costa brasileira, tais como em Santos (SP), São Luís (MA) e Vitória (ES). Por três anos consecutivos presente no ranking 100 Open Corps – que reconhece o estímulo à inovação aberta –, a VLI transporta as riquezas do Brasil por rotas que passam pelas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Alessandro Gregori é o novo CFO da Citrosuco

Executivo chega com desafio de impulsionar o crescimento da Citrosuco utilizando sua vasta experiência em estratégia financeira para garantir o sucesso contínuo da empresa

A Citrosuco, uma das maiores exportadoras de suco de laranja do mundo, anuncia a chegada de Alessandro Gregori como seu novo CFO. Com vasta experiência no setor financeiro e acadêmico, Alessandro traz consigo uma valiosa expertise para impulsionar o crescimento e fortalecer a posição financeira da empresa.

Alessandro é formado em Economia e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Sua sólida formação acadêmica inclui a conquista de um mestrado em Economia também pela PUC, além de uma especialização em negócios pela renomada Harvard Business School, concluída em 2013. Alessandro iniciou sua carreira em 2007 como responsável por fusões e aquisições na CPFL. Em 2011, ele assumiu o cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios, onde adquiriu ampla experiência em projetos de Greenfield.

Com mais de 20 anos de experiência no setor financeiro, Alessandro acumulou uma carreira de sucesso em empresas de capital aberto nos segmentos de Distribuição, Geração e Transmissão. Alessandro também desempenhou um papel de destaque como CFO na CPFL, de 2018 até sua recente contratação pela Citrosuco. Em sua função como foi responsável por áreas-chave, incluindo planejamento financeiro, tesouraria, relações com investidores, suprimentos, controladoria, planejamento estratégico, regulação e comercialização. Sua liderança financeira estratégica foi fundamental para impulsionar o crescimento e a lucratividade da CPFL.

Antes de sua passagem pela CPFL, Alessandro ocupou o cargo de CFO em outras empresas de destaque, como ISA CTEEP e AES. Em cada uma dessas organizações, ele demonstrou sua habilidade em liderar equipes financeiras, alcançar metas de desempenho e garantir a conformidade com regulamentações do setor.

"Alessandro Gregori é um profissional financeiro altamente experiente e talentoso. Sua vasta experiência em liderança financeira estratégica e sua visão abrangente serão inestimáveis para a Citrosuco", afirmou Marcelo Abud, CEO da Citrosuco. "Estamos confiantes de que Alessandro fortalecerá ainda mais nossa posição no mercado global de suco de laranja e nos ajudará a impulsionar nosso crescimento contínuo".

A Citrosuco cultiva, produz e entrega alimentos de origem natural e sustentável para diversos países ao redor do mundo. Desenvolvemos o nosso negócio baseado na integridade, com foco na promoção de um planeta e de pessoas saudáveis, nutrindo relações diversas e de influência com toda a cadeia.

Britânicos preferem programas de fidelidade com doações e tendência deve chegar ao Brasil, dizem especialistas

As consequências ambientais e sociais estão sendo analisadas pelos consumidores e as marcas precisam se adaptar a esses novos valores

A estratégia de recompensa tem se mostrado uma aposta assertiva para estreitar o relacionamento com clientes e construir uma base de fiéis consumidores. Essa abordagem tem sido apreciada pelos clientes, pois basta um simples cadastro para acumular pontos e uma série de benefícios. Dessa forma, os consumidores são impulsionados a encher mais os carrinhos de compras, enquanto as empresas melhoram suas margens de lucro, tornando-se um verdadeiro ganha-ganha.

Para se ter uma ideia, segunda a Associação Brasileira das Empresas de Mercado de Fidelização atualmente, 65% dos brasileiros preferem realizar compras com marcas que oferecem o benefício, 61% costumam concentrar suas compras nesses estabelecimentos e 72% dão, inclusive, dicas a amigos e parentes sobre marcas e empresas que disponibilizam esse tipo de ação. Quando se referem a razão pela qual participam, "economizar dinheiro" é a mais citada por 71% dos usuários dos programas. Benefícios intangíveis, como a realização de um sonho, por exemplo, foram menos mencionados, por 23% dos usuários entrevistados.

ASPECTO SOCIAL E GAMIFICAÇÃO SE SOBRESSAEM NAS DINÂMICAS DE CONSUMO

O comportamento do consumidor tem passado por uma constante evolução global ao longo dos anos. Preocupações relacionadas a questões sociais e sustentáveis estão ganhando cada vez mais destaque nas dinâmicas de consumo, e essa tendência também aponta para um movimento que deve alcançar o Brasil.

Conforme indicado pelo relatório "O que os britânicos desejam em programas de fidelidade", publicado pela mesma instituição, 28% dos consumidores no Reino Unido expressaram preferência por programas que permitem a conversão de pontos em doações para instituições de caridade e causas ambientais.

Aluísio Diniz Cirino, CEO da Lecupon, acredita que os consumidores estão considerando as consequências ambientais e sociais antes de fazer uma compra e as marcas precisam se adaptar aos valores do seu público. "À medida que a consciência ambiental aumenta, os consumidores vão pressionando suas marcas favoritas para

se tornarem parte da solução. Algumas empresas têm adotado iniciativas para recompensar clientes que fazem escolhas sustentáveis e isso significa um alinhamento com a nova demanda", frisa.

Outra tendência que tem crescido por gerar interação dos clientes é o uso de gamificação, no qual os programas de fidelidade só oferecem recompensas após alcançar determinada meta. Quando aplicada a programas de fidelidade, ela torna as interações mais divertidas e envolventes e, consequentemente, geram engajamento e melhores resultando para os negócios.

O CEO destaca, no entanto, que essas inovações precisam ser bem estruturadas, por meio de parcerias estratégicas que geram conexões com seus clientes e opções mais econômicas em um cenário de incertezas.

"Plataformas que oferecem uma customização dos seus aplicativos, com o uso de banners e notificações push são boas iniciativas. Eles criam um reforço de marca e sempre lembram o consumidor das vantagens de ser seu usuário. Assim, é possível gerar mais dados para melhores análises, previsões e personalização da marca com o cliente", destaca.

No entanto, Cirino ressalta que as empresas precisam selecionar parceiros que sejam importantes para os seus clientes, confiáveis e tenham a capacidade de oferecer recompensas relevantes. Uma delas é baseada na geolocalização do consumidor. "As empresas precisam levar em consideração que o Brasil é um país com dimensões continentais, então, não adianta oferecer vários benefícios em estabelecimentos que não estão presentes ou não entregam na cidade do seu cliente", esclarece.

TECNOLOGIA A FAVOR

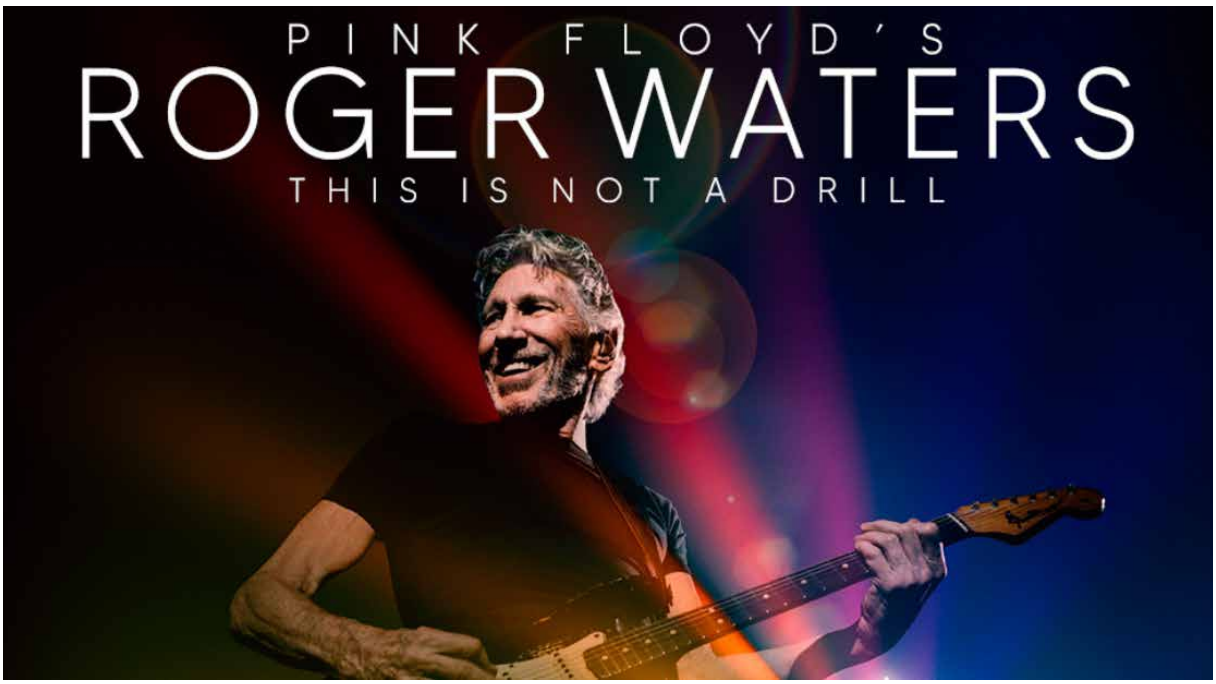
Tem chamado atenção das empresas o fato que, em 2024, o Google Chrome começará o processo de encerramento de suporte aos cookies de terceiros, migrando gradualmente os clientes para a Privacy Sandbox, um modelo mais seguro e menos invasivo que o atual.

Ao mesmo tempo que essa medida representa segurança aos consumidores, pode representar uma ameaça aos clientes porque a proposta é agrupar usuários com base em padrões de navegação, ao invés de analisar os hábitos individuais como ocorre hoje.

Nesse cenário, as marcas estão apostando nos programas de fidelidade que promovem a hiperpersonalização, tratando cada cliente de forma individualizada e com base nos dados coletados. "Esse nível de personalização agrada e motiva os clientes, melhorando sua impressão sobre a companhia e, ao mesmo tempo, traz vantagens para as empresas, como direcionamento de leads mais qualificados, acompanhamento e melhoria constante do marketing e Diminuição do Custo de Aquisição do Cliente (CAC)", destaca o CEO. "Um clube de vantagens com painéis de dados, por exemplo, pode ajudar a dar insights valiosos sobre seus clientes e direcionar suas campanhas de marketing no futuro".

A Lecupon oferece uma solução completa, ajudando empresas no mercado B2B2C a criarem o seu próprio clube de vantagens, ajudando a solucionar as principais dores do mercado: atração, retenção e fidelização. A plataforma conta com o desenvolvimento de aplicativo white label, carteira digital, cardápio de ofertas, painel de dados e assessoria para acompanhar o sucesso do cliente. Com uma rede de parceiros com mais de 25 mil marcas, a Lecupon oferece às empresas a possibilidade de trabalharem a fidelização da sua base por meio de uma transformação no relacionamento com os clientes.

PBH fomenta eventos de relevância nacional e internacional para a capital



A Prefeitura de Belo Horizonte publicou no dia 22 de agosto, o resultado dos projetos contemplados pelo Edital de Patrocínio Belo Horizonte - Cidade dos Eventos, iniciativa que consolida a capital mineira como destino turístico de experiência. Foram selecionadas propostas exclusivamente presenciais, provenientes de todas as partes do país, que tenham potencial turístico e que sejam realizadas no município. O valor global do aporte foi de R$5 milhões. Os eventos poderão ocorrer no período entre 11 de setembro deste ano a 31 de janeiro de 2024. A lista completa com as 64 iniciativas contempladas está disponível no Portal da Prefeitura de Belo Horizonte.

"O apoio ao setor de eventos é uma aposta estratégica da Belotur, pensando no incremento e na promoção de agendas de potencial turístico para o município. O Edital de Patrocínio Belo Horizonte - Cidade dos Eventos tem o objetivo de promover a capital mineira como polo de atração turística, com visibilidade nacional e internacional, valorizando os espaços urbanos, as experiências dos moradores e turistas, a cultura, a gastronomia, os atrativos e serviços locais, gerando emprego e renda para a cidade", comenta Gilberto Castro, presidente da Belotur.

Grandes shows e festivais musicais serão contemplados no Edital. O destaque fica por conta do cantor internacional Roger Waters, fundador da banda inglesa Pink Floyd, que se apresenta no Mineirão em novembro. No mesmo mês, também acontece a apresentação da cantora de samba Alcione, comemorando seus 50 anos de carreira. Em outubro, o 'Festival Festeja' chega à cidade trazendo grandes nomes da música nacional, com os shows de Zé Neto e Cristiano, Israel e Rodolfo, Murilo Holff e Luiza Sonza. Já em janeiro do próximo ano, a capital mineira recebe o Bloco do Silva, no Mirante Beagá, esquentando os tamborins para o Carnaval de Belo Horizonte 2024.

A gastronomia, um dos principais atrativos turísticos e de desenvolvimento econômico da cidade, também está em evidência em diversos projetos do Edital. Entre setembro e dezembro deste ano, Belo Horizonte receberá várias agendas gastronômicas de destaque. Entre elas estão o Festival Botecar 2023, com a participação de 35 bares em 31 dias de evento; o projeto 'Caio Soter convida - Chefs do Brasil', que consiste no intercâmbio entre o chef belo-horizontino e profissionais da cozinha de outras cidades, estados e países; a 'Feira Garfo', espaço gastronômico no Colégio Arnaldo com área kids, espaço cross dog e cozinha-show; o FIGA - Festival de

Gastronomia e Arte, evento no Parque do Palácio, com os renomados estabelecimentos Peko Peko Ramen, Chico Dedê, Cozinha de Sofia e Dona Torta, além do Mesa ao Vivo Minas Gerais 2023, , com presença dos chefs mineiros Léo Paixão e Flávio Trombino.

A lista conta, ainda, com eventos de destaque nacional como a Supercopa de Vôlei Feminina e Masculina, com os dois jogos valendo as taças sendo realizados no Complexo do Mineirinho e projetos de artes como a 34ª Feira Nacional de Artesanato, espaço que valoriza o artesão mineiro. Entre os contemplados também está o Anime Festival BH 2023, projeto que valoriza a cultura dos mangás e animes, com concursos de cosplays e ilustrações, partidas de jogos e bate-papos. Já em dezembro, Belo Horizonte entra no clima natalino com a 'Cidade de Natal', evento de 12 dias que acontecerá no Palácio das Mangabeiras, com apresentações musicais e esquetes teatrais e circenses.

Para divulgar o turismo de Belo Horizonte, dois importantes projetos estão na lista do Edital. O evento '#VemPraBH 6', que acontece em outubro, irá trazer para a capital mineira 200 influenciadores e personalidades de outras regiões brasileiras que serão recebidos por embaixadores da cidade, com o objetivo de divulgar o município por meio de oito roteiros turísticos de experiências. Já em janeiro de 2024, o projeto 'Casa de Verão em Beagá' irá reunir 15 influenciadores de renome nacional em Belo Horizonte, em uma casa no bairro São Bento, durante 3 dias, com ações de divulgação dos atrativos gastronômicos, históricos e turísticos da cidade.

Vale ressaltar que cada evento realizado com aporte financeiro do Edital contrata ou apoia, no mínimo, mais outras seis empresas belo-horizontinas. São serviços de comunicação, alimentação, infraestrutura, locação de equipamentos, sonorização, iluminação, transmissão, entre outros, gerando emprego e renda no município.

EDITAL DE PATROCÍNIO BELO HORIZONTE - CIDADE DOS EVENTOS

O Edital Belo Horizonte - Cidade dos Eventos chega para aprimorar o calendário anual de celebrações e encontros do município, com a captação ainda maior de programações que gerem fluxo turístico na cidade, oportunidade para a capital mineira demonstrar sua hospitalidade, para além da localização geográfica estratégica, gastronomia, boa oferta da rede hoteleira e mão de obra capacitada, gerando emprego e renda. Além disso, este novo modelo de edital irá fortalecer as experiências de moradores da cidade e turistas com a capital mineira. A previsão de publicação é de um edital por ano, contendo, no mínimo, uma janela de seleção, com a perspectiva de abertura de novos períodos de seleção durante a vigência do edital. As janelas de inscrição serão abertas em períodos pré-determinados, a serem divulgados com antecedência, assim, os interessados poderão ter mais de uma oportunidade por ano para submeter seus projetos. Saiba mais sobre o Edital de Patrocínio Belo Horizonte - Cidade dos Eventos acessando o Portal Belo Horizonte

Mais de 680 milhões de tampas plásticas já foram recolhidas por programa socioambiental e econômico

O montante ultrapassa os R$ 3 milhões, recurso que já foi distribuído integralmente a entidades assistenciais participantes

O maior programa socioambiental de caráter educativo em economia circular de iniciativa da indústria de transformação do plástico da América Latina, Tampinha Legal, já recolheu mais de 680 milhões de tampas plásticas. Prestes a completar sete anos de atuação, o programa já destinou mais de R$3 milhões de reais para mais de 340 entidades assistenciais participantes. Recurso financeiro que contribui, ativamente, na manutenção das instituições. A Gerente do Instituto SustenPlást, Simara Souza, se alegra com os expressivos volumes. "É gratificante observar que cada vez mais pessoas valorizam os materiais plásticos. 100% dos plásticos são recicláveis, depende de cada um de nós fazer com que retornem para a indústria a fim de gerar recursos para as entidades assistenciais do terceiro setor e economizar outros recursos que seriam investidos com matéria prima virgem. O Tampinha Legal é a economia circular na prática.", afirma.

Há quase sete anos atuando na conscientização sobre o destino adequado das tampas plásticas, o Tampinha Legal está presente em vários ambientes como escolas, comércio e órgãos públicos. Com os recursos obtidos através do Tampinha Legal, as entidades assistenciais podem adquirir medicamentos, alimentos, equipamentos, ração animal e/ou materiais escolares, bem como custear tratamentos e exames de saúde humana e animal, realizar melhorias em suas sedes, entre outras ações. Participam do programa entidades assistenciais do terceiro setor devidamente regularizadas como Apaes, Ligas Femininas, escolas, ONGs, asilos, associações, hospitais, entre outros.

Atualmente, o Tampinha Legal conta com 3.256 pontos de coleta, distribuídos pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal e Bahia.

O TAMPINHA LEGAL

O Tampinha Legal é realização do Instituto SustenPlást com o apoio do Movimento Plástico Transforma. Através de ações modificadoras de comportamento de massa, aumenta os níveis de esclarecimento quanto ao material plástico e seu destino adequado, promovendo que a economia circular ocorra na prática.

Todos os segmentos da sociedade são convidados a recolher tampas plásticas e destiná-las para entidades assistenciais cadastradas no Tampinha Legal que busca a melhor valorização de mercado para o material. Os valores obtidos são destinados integralmente para as entidades assistenciais participantes sem rateios de material ou repasses de valores. O programa não recebe comissões e/ou gratificações sobre o material coletado. Em 2022 ultrapassou R$ 2,5 milhões de reais destinados 100% para as entidades assistenciais participantes.

Recentemente, lançou no Núcleo Porto Alegre/RS, o Copinho Legal que, seguindo o modelo do Tampinha Legal, destina os recursos obtidos com a venda dos descartáveis plásticos (copos, pratos e talheres) para as entidades assistenciais participantes. O Tampinha Legal atua no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal e Bahia.

Em Porto Alegre, o Tampinha Legal conta com o apoio estratégico da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais da FIERGS. Além do aplicativo (Android e iOS) e site (tampinhalegal.com.br), onde é possível localizar várias informações tais como os pontos de coleta mais próximos, entidades assistenciais e empresas participantes, etc. Também é possível acompanhar o Tampinha Legal por redes sociais, como YouTube, LinkedIn, Twitter, Instagram, Facebook e TikTok.

Minas Gerais: 82,4% da população tem acesso ao sistema de rede de água

Saneamento básico é fundamental para a qualidade de vida da população. Em Minas Gerais, duas realidades podem ser observadas segundo o Instituto Trata Brasil: municípios muito bem atendidos e regiões onde o acesso à água potável ainda é precário. Pensando em uma solução, o governo mineiro implantou o Programa Água Doce, com o objetivo de instalar sistemas de dessalinização de água em comunidades rurais do semiárido mineiro. Para especialistas da área, projetos como esse devem ser cada vez mais desenvolvidos, com o apoio da União.

Dados do último levantamento realizado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em Minas Gerais, indicam que dos 21, 4 milhões de moradores do estado em 2021, 82,4% tinham acesso ao sistema de rede de água. Destes, apenas 74,1% habitavam em residências com sistema de rede de coleta de esgoto.

Segundo o Instituto Trata Brasil, Minas Gerais apresenta diferentes realidades em relação ao acesso à água e esgotamento sanitário. Municípios como Uberlândia, Uberaba, parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte — e outros municípios espalhados pelo interior — estão muito bem atendidos e perto de alcançar a universalização dos serviços estipulados pelo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal 14.026/2020). No entanto, há outras regiões do estado mineiro onde o acesso ao saneamento básico ainda é precário.

Como estado brasileiro com a maior quantidade de municípios - 853 no total - regiões como o norte de Minas sofrem com o acesso ainda precário de água potável para consumo. Em resposta a este problema, o governo de Minas Gerais desenvolve o Programa Água Doce.

O Programa Água Doce é uma ação do governo federal, coordenada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. No estado, o programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e visa sistemas de dessalinização de água em comunidades rurais do semiárido mineiro.

Até o momento está prevista a instalação de 69 sistemas de dessalinização de água, podendo beneficiar 28 mil habitantes em 26 municípios do semiárido mineiro.

SANEAMENTO BÁSICO

Na avaliação do diretor executivo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Percy Soares Neto, o saneamento básico no país é uma questão de políticas públicas. Para ele, é necessário o apoio da união para que mais projeto como esse possa acontecer.

"Eu acho que tem um processo que é a mobilização da sociedade, a degeneração da sociedade com a falta de saneamento talvez seja o grande motor para fazer a política se mexer em prol do saneamento, o saneamento é o serviço de consenso municipal, nossos prefeitos são atores fundamentais nesse processo. Agora a gente também sabe que municípios em geral, estão com déficit maiores que os municípios menores, com menos capacidade técnica dentro das prefeituras. Então o apoio de estados e da União a esses municípios também é fundamental. Uma política pública de apoio a esses municípios é fundamental nesse momento." — defende.

Para execução do Programa em Minas Gerais, o Estado firmou convênio com a União. O valor total dos recursos destinados à implantação dos sistemas é de R$ 25.354 milhões sendo R$ 15.449 milhões provenientes do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e R$ 9.904 milhões disponibilizados pelo Governo de Minas Gerais.

Fonte: Brasil 61 Landara Lima

Receitas das operadoras de saúde cai mesmo com o aumento no número de beneficiário de planos, segundo pesquisa

O crescimento anual dos custos de assistência à saúde e o perfil da população brasileira atuam como fatores determinantes para esse movimento

A cada ano, a sustentabilidade financeira do setor de saúde é colocada à prova devido aos custos de assistência que crescem anualmente acima da inflação e ao perfil da população brasileira. Em 2025, mais de ¾ dos brasileiros entre 20 e 59 anos terão sobrepeso ou estarão obesos, segundo estudo feito pela EY-Parthenon, com base em dados de organizações como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Ministério da Saúde. Já em 2030, a estimativa é que esse número chegará a 83% da população.

Além disso, há expectativa de aumento na longevidade dos brasileiros. Nos próximos 40 anos, o número de brasileiros com mais de 65 anos triplicará e chegará a um quarto da população. "Essas perspectivas também impactam diretamente no financeiro do setor. Estima-se que as doenças crônicas custarão ao Brasil US$ 184 bilhões até 2030", afirma Fabio Schmitt, sócio da EY-Parthenon.

A pesquisa também indica que, após uma década de estagnação, houve um aumento no número de beneficiários de planos de saúde de 2021 para 2022, saindo de 48,9 milhões para 50,5 milhões. Mesmo assim, o preço elevado ainda é uma barreira para que mais pessoas possam contratar um convênio. "81% dos brasileiros escolheram o alto custo como grande dificuldade para esse tipo de contratação", explica Schmitt. "E as empresas também consideram o preço como o principal elemento na busca por operadores de saúde para seus colaboradores", completa.

Segundo Fabio, "para as operadoras de planos de saúde, o controle da margem se torna cada vez mais relevante, considerando a pressão de preços por parte dos consumidores, o aumento do custo medico e o aumento da sinistralidade, causado pela frequência maior de utilização do convênio pelos beneficiários, principalmente para exames, cirurgias, internações

e consultas de alto valor".

Ainda sobre questões financeiras, o levantamento aponta que os beneficiários estão migrando para planos mais simples com redução de ticket médio de 4,9%. "Isso é uma das justificativas para a receita líquida das operadoras caiu 2,6% de 2021 para 2022, apesar do aumento observado no número de beneficiários", explica o executivo. Considerando valores absolutos, essa queda representa uma queda de R$ 245 bilhões para R$ 239 bilhões.

Aquisições e M&As na saúde

E, como reflexo dessa realidade, o setor de saúde vem sofrendo mudanças, principalmente no que se refere a aquisições e M&As. "Nos últimos anos, tem se tornado ainda mais comum a verticalização e consolidação de competidores das operadoras de saúde", afirma Luciane Infante, sócia e líder da EY-Parthenon para a América Latina. A executiva completa explica que "o mercado de saúde está caminhando para uma diminuição de players em uma tentativa de fortalecer a operação, já que nas operações verticalizadas, parte ou toda a rede de abrangência assistencial ocorre com recursos próprios da operadora".

O estudo da EY-Parthenon reforça o aumento nas transações do setor, que bateu recorde em 2021, com 49 transações de saúde e valor divulgado de US$ 12,2 bilhões. Já no ano passado, as 34 transações movimentaram US$ 2,5 bilhões.

Segundo Luciana, "se considerarmos as transações concretizadas entre 2013 e 2022, 93% envolveram aquisição das chamadas 'medicinas de grupo', que são entidades que operam planos privados de assistência à saúde cujas características não se encaixam em outras modalidades, estando entre elas as seguradoras e as cooperativas médicas".

A análise indica que as medicinas de grupo adquirentes apresentam melhor controle de custos, com a manutenção de uma experiência para o beneficiário superior ao mercado. "Essa melhor experiência dos beneficiários e controle de custos ainda não se refletem em maior retorno para os acionistas. De toda forma, as aquisições são uma ferramenta de geração de valor e obtenção de vantagens competitivas no setor de saúde, tendo como palavras-chave tempo e disciplina de execução para atingir os resultados esperados", finaliza Infante.

A EY possui dados e tecnologia como viabilizadores, equipes diversas da EY em mais de 150 países oferecem confiança por meio da garantia da qualidade e contribuem para o crescimento, transformação e operação de seus clientes. Com atuação em assurance, consulting, strategy, tax e transactions, as equipes da EY fazem perguntas melhores a fim de encontrarem novas respostas para as questões complexas do mundo atual.

A EY tem também uma meta ambiciosa de impactar positivamente 1 bilhão de pessoas até 2030, através do seu programa de responsabilidade corporativa, EY Ripples, plataforma que permite que os colaboradores se envolvam em iniciativas comunitárias e sociais mais amplas. Para saber mais como a EY tem gerado valor no longo prazo para seus stakeholders, acesse o nosso relatório EY Value Realized, relatório integrado que apresenta nossos resultados nos pilares do ESG de acordo com as métricas do World Economic Forum – International Business Council Stakeholders Capitalism Metrics.

Lifecenter BH conquista a certificação internacional Qmentum Gold

Acreditação foi concedida pela associação canadense Qmentum International Accreditation

O Hospital Lifecenter, em Belo Horizonte, destaca-se entre as mais sofisticadas e renomadas instituições de saúde de Minas Gerais. A unidade, pertencente à Empresa Hapvida NotreDame Intermédica, possui foco no atendimento humanizado e tecnologia de ponta. Recentemente, o Lifecenter BH foi condecorado com a acreditação Qmentum Gold.

A certificação canadense é um modelo de avaliação de serviços de saúde da associação Qmentum International Accreditation, aplicado em mais de 30 países. O selo assegura que as organizações atenderam aos requisitos internacionais de governança e boas práticas assistenciais.

A metodologia orienta e monitora os padrões de alto desempenho em qualidade e segurança, promovendo a melhoria contínua dos processos, desde a identificação dos pacientes, administração de medicamentos, higienização, protocolos, entre outros procedimentos. O processo para a acreditação conta com três etapas: a primeira é uma visita de diagnóstico situacional, a segunda é uma visita prévia de certificação e a terceira é a visita de acreditação.

"O Lifecenter conquistou a acreditação Qmentum Gold, que reconhece que o hospital implantou ações robustas para garantir a qualidade e segurança da assistência ao paciente, em conformidade com padrões internacionais. Estamos honrados em receber este reconhecimento de uma das mais importantes metodologias internacionais de acreditação hospitalar", destaca o Dr. Levindo Costa Carvalho Filho, diretor médico do Lifecenter.

Além da acreditação Qmentum, o Hospital Lifecenter possui a certificação ONA, da Organização Nacional de Acreditação Nível Excelência. "A nova conquista reflete a preocupação do hospital com a melhoria contínua dos processos para o bem-estar do paciente, levando em consideração uma das características mais marcantes do hospital: a segurança e o acolhimento humanizado de todos os seus beneficiários e clientes. A acreditação é, ainda, um estímulo para que as equipes que atuam em todas as áreas do Lifecenter mantenham o nível de excelência já conhecidos", pontua.

Os critérios exigidos pela certificação são refletidos no dia a dia dos profissionais que atuam no hospital, e podem ser observados pelos usuários da unidade. O Lifecenter é uma das principais instituições hospitalares do país, referência em urgência e emergência, cirurgias, consultas ambulatoriais, internações, terapia intensiva, entre outros serviços. Também possui avançados centros de oncologia e serviço de hemodinâmica, comparáveis aos mais modernos do mundo.

Sua estrutura robusta é composta por uma área construída de quase 13 mil m² distribuídos em 20 andares, com atendimento de mais de 40 especialidades médicas, 13 salas de cirurgias e o suporte de 220 leitos, dos quais 40 em UTI, 99 em apartamentos, 67 em enfermarias, sendo 6 destes em hospital dia. Além de realizar atendimentos particulares, o Hospital Lifecenter também acolhe os beneficiários das principais operadoras de planos de saúde e seguradoras.

"Receber esta acreditação, que confere um altíssimo nível de qualidade e competência de atendimento, nos deixa orgulhosos. Seguimos, agora, ainda mais focados em replicar todo este conhecimento nas outras unidades de saúde do nosso sistema. Isto faz parte de nossa estratégia global de acolhimento e é resultado dos esforços individuais de cada uma das pessoas que fazem parte da companhia", ressalta Alain Benvenuti, vice-presidente de Operações da Regional Il, da Hapvida Notredame Intermédica.

Glaucoma: Citicolina é capaz de reduzir a progressão

Substância é conhecida pelos efeitos neuroprotetores em doenças como Alzheimer e Parkinson

A citicolina tem efeito neuroprotetor no glaucoma, além de melhorar a qualidade de vida dos pacientes com danos glaucomatosos. Estes são achados de inúmeros estudos científicos ao longo dos anos a respeito desta substância.

O uso da citicolina não é recente. Ela é usada há mais de cinco décadas em doenças neurodegenerativas como demência, doença de Parkinson e em pessoas que ficaram com sequelas de um acidente vascular cerebral (AVC).

Segundo a Dra. Maria Beatriz Guerios, oftalmologista geral e especialista em glaucoma, ao longo dos anos diversos estudos científicos apontaram que a citicolina é capaz de neutralizar danos nas células nervosas da retina, mais especificamente nas células ganglionares, responsáveis por enviar as informações visuais para o nervo óptico. “Desta forma, a substância foi considerada um recurso adicional no tratamento do glaucoma, por seu efeito neuroprotetor”.

CITICOLINA E SEU EFEITO NAS DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS

A citicolina é um precursor do neurotransmissor acetilcolina e de outros componentes da membrana neuronal, que protegem as células nervosas de danos. A acetilcolina assegura o bom funcionamento do sistema nervoso e está associada a diversos processos cognitivos, como aprendizagem e memória.

“Hoje temos um corpo robusto de estudos sobre os efeitos da citicolina no glaucoma. As pesquisas apontaram que a substância está associada à redução da progressão do glaucoma, independente da pressão intraocular e do estágio do glaucoma. Outro achado é que os pacientes que usam a citicolina apresentam melhora na acuidade visual”, comenta Dra. Maria Beatriz.

CITICOLINA PROTEGE TODO O CÉREBRO COMO UM TODO

Um aspecto que nos chama atenção é que até pouco tempo, a neuroproteção no glaucoma se concentrava na retina e no nervo óptico.

"Nos últimos anos, no entanto, muitos estudos experimentais e clínicos mostraram que no glaucoma a degeneração neuronal ocorre não apenas na retina e no nervo óptico, mas em toda a via visual e no cérebro. E este achado pode ser a chave para entender os efeitos positivos da citicolina para os pacientes com glaucoma”, ressalta a oftalmologista.

DOSE CERTA

Apesar da citicolina ser facilmente encontrada em forma de suplementos, é preciso cautela.

"Os efeitos neuroprotetores da substância no glaucoma dependem de uma prescrição específica de dose. Além disto, os resultados são em médio e longo prazo. Há ainda diferentes apresentações e a prescrição precisa ser individualizada e monitorada pelo oftalmologista”, finaliza Dra. Maria Beatriz.

Transplante de coração e outros órgãos no Brasil: como funciona a fila para receber um órgão transplantado

Recentemente, a mídia divulgou que o apresentador de televisão Fausto Silva entrou para a fila de espera para receber um transplante de coração. Com a notícia, vieram também dúvidas a respeito de como ocorre o alinhamento para determinar a ordem na qual os pacientes são enquadrados.

Tal dúvida soa ainda mais relevante caso calculado os números a respeito da transplantação no Brasil. Em março deste ano, conforme dados da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos, mais de 50 mil pessoas aguardavam por um órgão. A maioria deste grupo, 29.690 pacientes, esperavam por um rim.

Mais assustador que isto é o fato de que diariamente ao menos nove pacientes não resistem a espera e acabam perdendo a vida, segundo relatório da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (Abto). "A fila por doação de órgãos no Brasil é um tema de grande importância, impactando diretamente a vida de milhares de pacientes que aguardam por transplantes. Com o objetivo de garantir um sistema mais justo e transparente, o Brasil possui uma legislação específica que regulamenta a fila de espera para transplantes de órgãos", salienta o advogado Thayan Fernando Ferreira, especialista em direito de saúde e direito público, membro da comissão de direito médico da OAB-MG e diretor do escritório Ferreira Cruz Advogados.

O especialista ainda explica qual a lei que dispõe e também como é a escalação para a fila. "A Lei 9.434, de fevereiro de 1997, foi o que determinou a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Porém, não é essa lei que instaurou a graduação para criação e ordem da fila de espera. Na verdade, o processo inicia com a inscrição do paciente em uma lista única, administrada pela Central de Transplantes".

De acordo com o especialista, os médicos realizam uma avaliação do quadro clínico do paciente para determinar sua elegibilidade e a urgência do transplante. "Em seguida, o médico inclui o paciente numa lista única que inicia por ordem de chegada. Depois deste primeiro momento, a fila de doação de órgãos é regida por critérios objetivos e transparentes. Os pacientes são classificados com base na gravidade da condição de saúde e em critérios de compatibilidade. Quanto mais crítico for o quadro do paciente, maior será sua prioridade na lista. Isso visa garantir que os órgãos sejam alocados de forma eficaz, maximizando as chances de sucesso do transplante".

Outro fator importante é referente as atualizações pelas quais pode passar a fila de espera. "O tempo de espera pode variar de acordo com a disponibilidade de órgãos e a urgência de cada caso. A fila é dinâmica e constantemente atualizada, refletindo as mudanças no estado de saúde dos pacientes. À medida que surgem órgãos compatíveis, a Central de Transplantes notifica os hospitais e inicia o processo de alocação", acrescenta o advogado.

Os órgãos responsáveis entendem a transparência como um pilar fundamental do sistema de fila por doação de órgãos. Os pacientes e seus familiares têm o direito de saber sua posição na fila e os critérios utilizados para a priorização. As informações são disponibilizadas de forma acessível, permitindo que todos compreendam o funcionamento do sistema e se sintam seguros de que a alocação é feita de maneira justa.

Thayan ainda explica que há a doação em vida. "Alguns órgãos, como fígado e rim, e ainda a medula, podem ser doados em vida. Daí a história é um pouco diferente devido o paciente não carece de entrar para a fila. Isso porque esse transplante segue um esquema voluntário e os próprios familiares do paciente que carece da doação pode fazer alguns testes que identificam se o órgão pode ser doado. Caso positivo, o receptor sequer entra para a fila. Caso negativo, não tem jeito. Ele vai ser submetido a espera".

Apesar dos avanços conquistados, a escassez de órgãos disponíveis ainda é um desafio persistente. Campanhas de conscientização sobre a doação de órgãos têm sido realizadas para aumentar a disponibilidade de doadores. Além disso, a contínua melhoria da logística de transporte e aperfeiçoamento dos processos de alocação são áreas que estão sendo aprimoradas para otimizar o sistema.

Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

A Primavera e seus vinhos rosados

Inimá Souza
inima.souza@gmail.com

Também chamados de rosés – como os definem os franceses -, são eles os vinhos com a "cara" da encantadora Primavera; assim, são frutados, frescos e delicados. Pode-se afirmar que o rosé fica a meio caminho do vinho tinto e do vinho branco; ou, é correto considerar que ele pode apresentar estrutura e corpo de um tinto leve, e o frescor aromático e agradável de um vinho branco.

Como a base do rosado é predominantemente a uva tinta, deduz-se que qualquer região produtora de vinho tinto também produz vinho rosado. Não é uma realidade, e raro anotar-se regiões especializadas na sua produção. A exceção é a França - berço dos rosados mais famosos do mundo -, secundada pela Itália e Espanha.

Nas regiões produtoras é normal a utilização de suas principais uvas tintas na produção dos vinhos rosados, a exemplo de Rosé de Malbec, Rosé de Tempranillo ou de Garnacha, Rosé de Syrah e Grenache, e por aí afora. Os Estados Unidos já aparecem com bastante expressividade no cenário dos rosados com a uva Zinfandel.

O Brasil vem destacando-se, safra após safra, com rosados de ótima qualidade, majoritariamente produzidos na Serra Gaúcha, onde o terroir origina vinhos com elevada acidez, o que é essencial em um rosado. E a maioria das nossas vinícolas produz, ao menos, um vinho rosado, a cada safra.

COM COMIDA

Na hora da comida o rosado harmoniza com lista ampla de comidas: saladas, embutidos, pescados, frutos do mar, massas, queijos, pizzas, carnes, defumados, frios em geral, comidas japonesas como sushis sashimis; além da combinação deliciosa com salmão (cujas cores mais os aproximam) seja cru, grelhado, assado ou frito. Ademais, são deliciosos aperitivos.

OLHO NA TEMPERATURA

Vinho da Primavera, e, naturalmente, também do Verão, o rosado, com seus aromas, seu colorido, seu frescor, deve ter temperatura ideal no momento de ser degustado, sob pena de perder-se todas essas suas virtudes. A orientação é que essa temperatura acompanhe a temperatura dos brancos. Mutatis mutandis.

Existe, sim, rosados para todos os gostos e preferências, independentemente da Estação. E o Mateus Rosé – com seus bilhões de garrafas vendidas -, está aí para confirmar.

UM CERTO SALDANHA

Nascido José Duarte, Saldanha tem, em Belo Horizonte, sua imagem e endereços muito visíveis: Restaurante do Porto – O Porto do Bacalhau. Sobre ele, resumindo assim, soa simplismo, pois o Saldanha – que padece de um mal chamado trabalho, que nele é crônico -, tendo estendido suas ações, para além das fronteiras de Minas, é o melhor produtor de café Arábica, do Espírito Santo, no município de Pancas, localizado a 180 km de Capital, Vitória. E, também o maior exportador.

Mas, quem não se lembra do Saldanha, Venerável Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, presidente - se não me falha a memória, por 12 anos, da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), fundador da ABRASEL. De fato, o Restaurante do Porto, é apenas uma das imagens desse certo, Saldanha.

Tim, tim.

Varanda Estaiada: Experiência Única de Gastronomia e Entretenimento

O Varanda Estaiada tem conquistado o coração dos amantes da boa gastronomia e do entretenimento diferenciado. Localizado estrategicamente em frente a Ponte Estaiada, a experiência singular une culinária de excelência a um ambiente com uma vista privilegiada da icônica Ponte Estaiada, um dos cartões postais mais emblemáticos de São Paulo.

A proposta do local é simples, porém ousada: proporcionar aos seus clientes uma experiência completa e inesquecível, que vai muito além de apenas uma refeição. Com um ambiente open air cuidadosamente projetado, o local busca criar um espaço onde a gastronomia, a música e o entretenimento se fundem em harmonia, permitindo que os visitantes desfrutem de momentos memoráveis.

Com a gastronomia sob a liderança do renomado Chef Pedro Mirabile, o Varanda Estaiada oferece além de um cardápio sofisticado e diversificado, novidades mensais para surpreender até mesmo os paladares mais exigentes. A casa se destaca por sua expertise em carnes preparadas nas técnicas de parrilla e pit smoker, bem como por uma seleção de risotos irresistíveis. As entradas que incluem Lula crocante, Corniccione, Carpaccios, Tartar, dentre outras delícias, são clássicos do local e preparam o paladar para uma experiência gastronômica excepcional.

No quesito bebidas, o Varanda Estaiada não decepciona, conta com alguns drinks assinados por ninguém menos que Márcio Silva, mixologista mundialmente premiado, oferecendo uma variedade de coquetéis criativos e saborosos que complementam perfeitamente a refeição. Além disso, a casa dispõe de uma seleção cuidadosamente elaborada de vinhos, com rótulos de diferentes regiões, incluindo Argentina, Itália, França, Chile e Portugal.

O que mais cativa os clientes é a abordagem inovadora no atendimento. Utilizando a tecnologia a seu favor, a experiência oferece um serviço em que o cliente tem 100% de autonomia, permitindo que realizem seus pedidos diretamente de seus celulares. Ao acessar o cardápio online, os visitantes podem visualizar fotos dos pratos, fazer pedidos personalizados e adicionar observações específicas. O pedido é então entregue diretamente à mesa, sem interromper conversas ou momentos especiais.

Com um foco abrangente, o Varanda Estaiada atende a uma ampla variedade de eventos e ocasiões. O espaço é palco de eventos corporativos, sociais e até mesmo casamentos intimistas. Aos fins de semana, durante a temporada que está aberta, a experiência gastronômica Varanda Estaiada funciona para clientes aos sábados e domingos das 12h às 22h. Os visitantes podem esperar por música ao vivo, apresentações de DJs e um espaço kids para entreter os pequenos.

Se você busca uma experiência gastronômica única e envolvente, aliada a uma vista deslumbrante da cidade, o Varanda Estaiada é ideal para você. Com sua combinação de sabor ele se apresenta como um verdadeiro destino culinário em São Paulo, conquistando corações e paladares de todos.

Serviço:

Endereço: Avenida Magalhães Castro, nº 6118, Jardim Panorama São Paulo/SP CEP 05676-120 Telefone: (11) 9 3241-3213

Camil leva a base da alimentação brasileira ao Festival Fartura, em Minas Gerais

A marca de grãos é patrocinadora oficial do Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes – MG

Vencedora do 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2023 em diversos segmentos, a Camil, líder na categoria de grãos no Brasil, registrou sua participação no Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes 2023 (Festival Fartura), um dos maiores eventos gastronômicos do país. A marca, que tem aumentado cada vez mais sua presença em Minas Gerais e foi patrocinadora oficial do evento, que está em sua 26.ª edição.

A parceria com o Festival Fartura, além de amplificar a relação da Camil com Minas Gerais, reforça o compromisso da marca em apoiar eventos que valorizem a base da cultura gastronômica brasileira. “Estaremos presentes no festival apresentando ao público toda a variedade do nosso portfólio que, há décadas, compõe a mesa dos brasileiros e que está muito presente na culinária mineira”, afirma Fernando Carvalho, gerente de marketing de grãos da Camil.

E para mostrar na prática a versatilidade de seus grãos, a Camil convidou a Chef Carol Fadel, que também é nutricionista, e tem se tornado uma referência no estado ao evidenciar todo o sabor e tradição da cozinha regional por meio de receitas saborosas e nutritivas e saudáveis. Carol contou com o apoio técnico do Chef Lucas Canalis, da Casa do Sabor, a cozinha experimental da Camil.

No dia 19 de agosto ocorreu a aula “Feijão: A Base da Gastronomia Mineira” será no Espaço Conhecimento, que teve como foco a inovação e a combinação do arroz e feijão com outras leguminosas. "Além de mostrarmos a relevância histórica, cultural e gastronômica do feijão no estado, fizemos uma aula de culinária interativa e inspiradora, proporcionando aos participantes uma verdadeira imersão nas possibilidades gastronômicas desse ingrediente tão presente na mesa dos brasileiros”, celebra a chef e nutricionista, Carol Fadel. Neste dia, os visitantes aprenderam a fazer a receita “Saladinha de Maria Gondó e feijões”.

Já no dia 20 de agosto, no Espaço Cozinha Ao Vivo, Fadel ocorreu a aula show “Arroz e Feijão das Gerais", que abordou a valorização do feijão como base da culinária mineira. Por meio da receita “Mexido Mineiro de Arroz Vermelho com Suã e Feijão Preto”, Carol Fadel, além de mostrar a versatilidade deste grão, ensinou técnicas de como aproveitar ao máximo o alimento, evitando desperdícios.

Para Fernando Carvalho, as aulas foram uma oportunidade para que o público conheça a importância dos grãos para a culinária mineira. “Com o apoio da chef Carol Fadel e da Casa do Sabor - cozinha experimental da Camil –, fizemos uma verdadeira imersão na culinária de Minas Gerais, demostrando na prática a importância e a relação do arroz e do feijão, para uma das regiões que mais influenciam a gastronomia brasileira”, finaliza.

O Festival Fartura foi uma experiência espetacular para os amantes da culinária brasileira e para todos que desejavam conhecer e saborear a diversidade que o Brasil tem a oferecer. O evento é reconhecido como pioneiro e um dos mais importantes festivais de gastronomia do país, reunindo renomados chefs de todas as regiões do Brasil e do cenário internacional.

Prefeitura de BH participa de encontro das cidades criativas da gastronomia

Belo Horizonte esteve presente no "I Encontro Brasileiro das Cidades Unesco da Gastronomia" em Florianópolis (SC), agenda que ocorreu entre os dias 2 e 4 de agosto. Representada pela Belotur, a capital mineira foi convidada a participar do evento para compartilhar as principais ações desenvolvidas pelo município para o setor. O evento foi uma iniciativa do Sistema Fecomércio, Sesc e Senac de Santa Catarina, em parceria com a Associação FloripAmanhã, responsável pela gestão da designação de Florianópolis como Cidade Criativa da Gastronomia.

A Belotur apresentou o case do Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional - Mercado da Lagoinha, sob a ótica da cultura alimentar mineira, geração de renda e proteção social pela gastronomia, sendo essa uma ação desenvolvida em Belo Horizonte pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

"Trabalhada pela Belotur como um dos pontos prioritários para a promoção turística da cidade, a nossa gastronomia foi destaque em mais um importante evento das cidades criativas da Unesco. Dessa vez, nossa apresentação focou nas ações de cultura alimentar e proteção social pela gastronomia, conduzidas com a qualificação da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte. O intercâmbio, a cooperação e o compartilhamento entre todos os destinos presentes fortalece ainda mais a gastronomia e as práticas alimentares da nossa cidade", afirma Gilberto Castro, presidente da Belotur.

A participação da capital mineira também contou com a realização de uma aula show que foi conduzida pelo professor e chef de cozinha Edson Puiati. O profissional, que atua há mais de 35 anos no setor, apresentou, juntamente com os chefs Luciano Avellar e Mauro César, do Senac Minas, apresentou uma releitura do fígado com jiló, tradicional prato da culinária mineira. "Me sinto muito honrado em representar a capital dos botecos nesse evento com vários destinos gastronômicos do país. São culturas diferentes e distintas, mas cada uma com toques e ingredientes especiais", afirma o chef Puiati.

Além de Belo Horizonte, outras três cidades brasileiras (Belém, Florianópolis e Paraty), que também possuem o título na mesma categoria, estiveram presentes na agenda.

PBH e Sebrae-MG lançam projeto de posicionamento da gastronomia na cidade

Desde o reconhecimento da capital como Cidade Criativa da Gastronomia pela Unesco, a Prefeitura de Belo Horizonte vem trabalhando o segmento como um dos principais ativos da cidade, fortalecendo a capital mineira como referência de Polo Turístico Gastronômico. No último mês, a Belotur e o Sebrae Minas firmaram um convênio de R$680 mil, que abrange diversas ações para o setor. Entre elas o projeto 'Ajunta Gastronomia', por meio do qual será desenvolvido o posicionamento, a marca e a identidade da gastronomia da cidade.

A primeira etapa do projeto se inicia em agosto, com a elaboração de um diagnóstico a partir da percepção e o entendimento de moradores e turistas sobre a gastronomia de Belo Horizonte, por meio de uma interlocução ativa e participativa. Entre os dias 4 e 11 de agosto, serão montados estandes para a participação e escuta da população. As estruturas serão colocadas em pontos estratégicos da capital como o Mercado Central, o Mercado Novo, o Mercado do Cruzeiro, a Feira dos Produtores, o Edifício Maletta, a Praça da Savassi, a Feira de Artesanato, na Avenida Afonso Pena e a Praça Duque de Caxias, no Santa Tereza.

A outra etapa a ser executada no 'Ajunta Gastronomia' será a realização de rodas de conversas com importantes atores do setor. No período de 7 a 11 de agosto, chefs, gestores de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, consultores gastronômicos, além de profissionais de bares, restaurantes, hotéis e receptivos de turismo irão participar da construção do posicionamento e da identidade da gastronomia em Belo Horizonte.

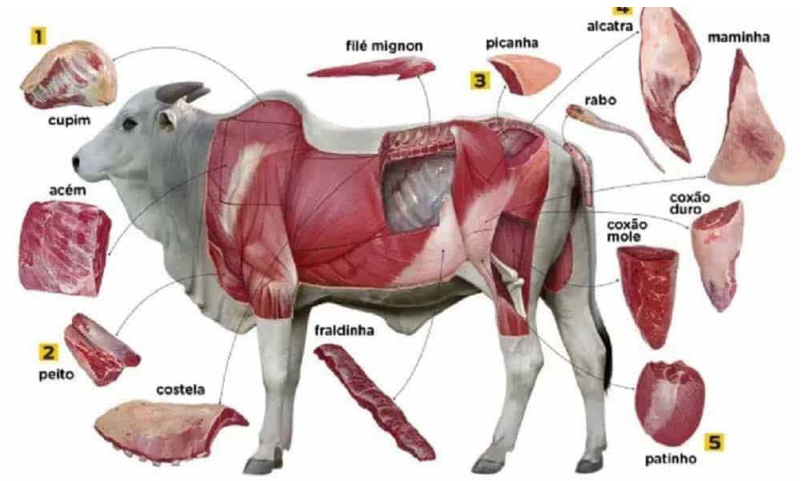
"A Belotur vem pensando em estratégias para fortalecer a gastronomia na cidade e a execução desses objetivos passa pela interlocução com os atores locais que integram essa cadeia produtiva. Deste modo, identificamos no Sebrae Minas um parceiro que possui toda competência para somar esforços na busca de melhores resultados para o setor, tendo em vista a adição de uma instituição experiente, com equipe técnica ampla e capacitada. O projeto 'Ajunta Gastronomia' tem o intuito de compreender a identidade de Belo Horizonte, visando construir um posicionamento sólido e fortalecer a cidade como um polo e destino gastronômico", afirma Gilberto Castro, presidente da Belotur.

As próximas etapas do convênio com o Sebrae Minas consistem na produção de pesquisas para o mapeamento das origens históricas dos mercados públicos da cidade, na elaboração de um projeto para o reconhecimento de restaurantes e chefs de Belo Horizonte e no apoio à Bienal da Gastronomia da capital, evento previsto para outubro deste ano.

"Além do estudo de place branding, que vai definir o posicionamento, marca e identidade da gastronomia local, essa parceria abrange outras iniciativas estratégicas apoiadas pelo programa Prepara Gastronomia. Entre as ações está o desenvolvimento de conteúdos informativos, que vão destacar os produtos e técnicas gastronômicas de bares e restaurantes da cidade, apresentando sua origem e relevância histórica, além do intercâmbio de chefs talentosos, enriquecendo ainda mais a experiência de explorar os sabores da culinária mineira. Nosso objetivo é consolidar o título de Belo Horizonte como Cidade Criativa na Gastronomia, desempenhando um papel essencial para o crescimento de toda a cadeia produtiva associada ao turismo, a preservação da cultura local e o fomento aos pequenos negócios", explica o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

Campanha busca valorização da carne bovina mineira

Chef Vitor Rabelo se debruça sobre o vasto mundo das carnes, seus sabores, texturas e aromas em uma parceria com Sistema Faemg Senar



Filé mignon, costela, bife ancho. Se só de ler esses nomes você já está com água na boca e pensando em planejar um belo prato a base de carne bovina no próximo fim de semana, com certeza esta nova etapa da Campanha de Valorização da Carne Bovina, que o Sistema Faemg Senar lançou no dia 28 de agosto, é para você. Nesta fase, que tem como slogan: "Carne bovina é boa, é sustentável e é mineira", foi realizada uma parceria com o chef Vitor Rabelo que, com a habilidade de um pesquisador da cozinha mineira caipira, vai se debruçar sobre o vasto mundo das carnes, seus sabores, texturas e aromas.

Das tradicionais almondegas a pratos sofisticados, você irá encontrar nas redes sociais e demais mídias do Sistema e do próprio chef vídeos que remetem a uma grande variedade de cortes, receitas e temperos, sempre pensando em tirar da carne o que ela tem de melhor. Para desvendar esse mundo, Victor Rabelo, um especialista no assunto, revelou suas receitas e, claro, ensina os segredos que fazem a diferença entre um simples bife e um filé suculento que vão ficar na memória.

"Meu trabalho desde sempre foi buscar um olhar para os ingredientes de forma sustentável, por isso, para mim, participar do projeto com o Sistema Faemg Senar foi uma grande honra porque procuro sempre parceiros que acreditam nos mesmos valores e que andam juntos em prol da valorização regional", destaca o chef.

SUCESSO GARANTE PRORROGAÇÃO DA CAMPANHA

A campanha de valorização da carne promovida pela comissão de Pecuária de Corte do Sistema Faemg Senar foi lançada no mês de julho para levar à população e aos consumidores em geral informações sobre a cadeia produtiva e sobre todo o trabalho desenvolvido por pecuaristas, técnicos, entidades de classe, indústria frigorífica e pelo setor varejista.

Também é objetivo do projeto levar ao conhecimento do público em geral que a carne é um alimento com altíssimo valor nutricional, composta basicamente por proteínas nobres, aminoácidos, vitaminas e minerais, muitos destes não encontrados em outros alimentos.

"Para nós é muito importante destacar o trabalho incansável dos pecuaristas que não medem esforços para levar à mesa do consumidor uma carne de muita qualidade, mas sem deixar de lado a sustentabilidade, o bem-estar animal e as melhores práticas de produção," pontua o presidente do Sistema Faemg Senar, Antônio Pitangui de Salvo.

SUSTENTÁVEL

Como se não bastasse todos estes aspectos favoráveis, a pecuária ainda é uma atividade sustentável. Dados levantados pela Embrapa territórios, demonstram que 66% do território brasileiro é preservado, sendo que 25,6% são áreas preservadas em propriedades particulares de produtores rurais, 30,2% são ocupados pela agropecuária e 21,2% por pastagens. Em resumo, dois terços do país é preservado e um quarto de todo território é preservado por capital privado de agricultores e pecuaristas.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O CHEF VITOR RABELO

Vitor Rabelo é mineiro e começou a carreira na gastronomia ainda jovem, aos 16 anos. Formado em Gastronomia e Pós-Graduado em Cozinha Brasileira, passou por vários restaurantes em Belo Horizonte, São Paulo e exterior.

Foi participante do Madrid Fusion, maior evento de Gastronomia do Mundo (2013), no qual o tema foi: Minas Gerais, o estado da Gastronomia.

Foi ganhador do concurso cultural de receitas de Gastronomia da Montanha, na categoria Chef Profissional e participante de programas de televisão, além de participações em Festivais como Fartura Brasil em São Paulo.

O Guia MICHELIN está de volta ao Brasil e relança suas seleções de restaurantes no Rio de Janeiro e em São Paulo

As próximas seleções serão apresentadas em março de 2024

A Michelin anuncia que o Guia MICHELIN está de volta ao Brasil e retomará a atualização de suas seleções de restaurantes nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, suspensas no fim de 2020. As novas seleções de restaurantes das duas cidades serão apresentadas em março de 2024, em data ainda a ser divulgada.

"Temos o prazer de anunciar a retomada de nossas atividades de recomendação gastronômica no Brasil. Isso foi possível graças ao apoio oficial das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, cujo compromisso sincero e permanente é de sublinhar o relançamento das nossas seleções de restaurantes, que voltará a homenagear os melhores estabelecimentos locais e os profissionais de talento responsáveis por eles. As inspetoras e inspetores do Guia MICHELIN já começaram a voltar a estes bons restaurantes e agora estão ansiosos para revelar sua próxima edição em março de 2024", comenta Gwendal Poullennec, Diretor Internacional do Guia MICHELIN.

A retomada das atividades do Guia MICHELIN no Brasil conta com o apoio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e da Prefeitura da Cidade de São Paulo, por meio de suas Secretarias de Turismo:

"Trazer o icônico Guia Michelin para o Rio é certeza de que a cidade entra no roteiro turístico gastronômico mundial. Isso é espetacular! Associar o destino Rio a uma marca reconhecida e celebrada pelos amantes da boa mesa é motivo de muita alegria. Significa dizer a esse setor, a essa indústria imensa e potente, a esses profissionais incríveis que a Prefeitura do Rio, por meio de sua Secretaria de Turismo, está apostando alto na nossa Cultura que merece respeito, atenção, incentivo, palmas e holofotes. Estamos avançando! Tão importante como estimular a economia é também valorizar o que os nossos chefs fazem já faz tempo. Viva o Rio! Viva o Guia Michelin!", declarou Daniela Maia, secretária de Turismo da cidade do Rio de Janeiro.

"A cidade de São Paulo é um polo gastronômico reconhecido mundialmente pelos fãs da gastronomia diversificada. É possível encontrar em São Paulo estabelecimentos que representam dezenas de tipos de cozinha e isto é uma das facetas mais simbólicas da capital cosmopolita que é. A gastronomia gera, ainda, oportunidades de emprego e renda e atrai pessoas do Brasil e do mundo para conhecer de perto os restaurantes criativos que a cidade de São Paulo concentra. A Prefeitura de São Paulo faz questão de ressaltar o empenho e a paixão dos paulistanos pela gastronomia, por isso estamos muito satisfeitos com a chegada do Guia MICHELIN, que destaca a diversidade e a riqueza culinária da cidade", afirma Rodolfo Marinho, secretário municipal de Turismo de São Paulo.

Todas as recomendações gastronômicas do Guia MICHELIN Rio de Janeiro – São Paulo serão atualizadas exclusivamente em formato digital no site e no aplicativo móvel gratuito do Guia MICHELIN. Os restaurantes recomendados serão selecionados de forma independente pelas inspetoras e inspetores do Guia MICHELIN de acordo com a metodologia histórica e universal do Guia, implantada pela primeira vez no Brasil em 2015

Crescimento no setor de azeites premium

A indústria de azeites extravirgem com o selo verde-amarelo está em franco crescimento. Atualmente, são mais de 200 empresas produtoras, a maior parte delas localizadas no Sul e Sudeste do Brasil. Uma das marcas que vem despontando no mercado é a jovem Verde Louro, produzida no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Canguçu.

Com sua primeira colheita em 2016, a jovem empresa já acumula mais de 80 premiações internacionais em concursos na Itália, Inglaterra, Emirados Árabes Unidos, Grécia, Israel, Estados Unidos e Japão. A mais recente foi a ITALYIOOA - International Olive Oil Awards 2023, em junho. A diretora da empresa, Mita Fuhrmann conta que, na oportunidade, foram três distinções, a de Melhor Azeite do Mundo - junto com outros dois, um espanhol e um italiano - para a variedade Arbequina; a medalha de Ouro para a variedade Arbosana; e o melhor na categoria da variedade Koroneiki. Um dos mais importantes reconhecimentos do setor, o prêmio é uma competição italiana organizada com o objetivo de promover os melhores azeites do mundo. Nesta edição, foram 19 jurados registrados pelo Ministério da Agricultura da Itália que analisaram as características dos produtos em quesitos como aroma e sabor, todos elencados e reconhecidos pelo International Olive Council (IOC).

PRODUÇÃO

Em 2023, em uma área plantada de 250 hectares, a Verde Louro produziu 30 mil litros de azeite extravirgem nas variedades Arbequina, Arbosana, Coratina, Frantoio, Koroneiki e Blend. O número é 40% maior do que o registro de 2022. “Tivemos uma excelente safra em 2023, favorecidos pelo clima, que foi mais estável e teve um frio contínuo. Para o próximo ano, ainda é muito difícil falar, pois a produção é muito afetada pelas condições climáticas”, avalia a empresária.

INOVAÇÃO

Para seguir na trajetória de crescimento, a marca gaúcha vem apostando na produção de uma linha especial para bebês e crianças. Segundo Mita, a linha Azito’s, produzida nas variedades Koroneiki e Arbequina, é uma das pioneiras no mercado e vai ao encontro de uma tendência internacional, impulsionada pelos países mediterrâneos. A empresária conta que o azeite extravirgem é produzido a partir de azeitonas levemente maduras, que garantem um sabor mais frutado e menos picante. “A ideia era criar um azeite premium que pudesse ser introduzido na dieta das crianças, sem o amargor característico dos convencionais. Em casa, sempre tivemos uma dieta com muito azeite extravirgem. Porém, quando tentamos inserir na dieta dos meus filhos, enfrentamos resistências devido ao paladar mais sensível das crianças. A partir daí, resolvemos produzir um azeite mais suave, seguindo os mesmos parâmetros de qualidade da nossa linha tradicional", recorda a empresária, ressaltando que até mesmo a embalagem, com personagens lúdicos e coloridos, foi pensada para atrair a atenção dos pequenos consumidores.

Mita ressalta que o azeite extravirgem é recomendado em todas as fases da vida, por ser, além de saboroso, um alimento rico em ácidos graxos insaturados, que influenciam na quantidade e no tamanho das partículas de colesterol, favorecendo a saúde cardiovascular. “Se o azeite de oliva extravirgem deve ser consumido por todos, nada mais justo do que incentivar desde cedo”, frisa. Segundo a empresária, o azeite pode ser introduzido a partir dos 6 meses. “Inclusive, a sua composição química pode ser comparada a do leite materno pela grande presença dos ácidos oleico e linoleico - ácidos graxos essenciais”, acrescenta.

Inovação impulsiona o Setor Gastronômico

O setor de restaurantes em Minas Gerais tem se beneficiado significativamente com a adoção das cozinhas para delivery. Esses espaços especializados são projetados para preparar lanches e refeições destinadas à entrega, oferecendo aos clientes a conveniência de receber alimentos onde e quando desejarem. Além disso, essas cozinhas frequentemente alugam suas instalações para múltiplos restaurantes, permitindo uma ampla oferta diversificada aos consumidores.

Empreendedores do setor gastronômico estão encontrando novas oportunidades de inovação, impulsionando seus negócios dentro de um mercado frequentemente estável. A fundadora e diretora operacional do Las Bambas, Bruna de Almeida Silva, destaca como a adoção do modelo de cozinhas para delivery impulsionou o crescimento orgânico de seu negócio na cidade de Belo Horizonte.

INVESTIMENTO INTELIGENTE E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A adoção do modelo de cozinhas para delivery apresenta diversas vantagens para os empresários do setor gastronômico. Gabriel Correa Lima, proprietário de marcas como I Love Pizza e Italianni Massas & Pizzas, escolheu essa abordagem para expandir suas operações de atendimento exclusivo por delivery. Ele enfatiza que esse modelo resulta em economia de custos fixos, melhor eficiência operacional e uma variedade expandida de opções de cardápio.

Tatiana Bonifacino, sócia-diretora do restaurante Samurai Delivery, destaca que o formato de cozinhas para delivery oferece benefícios como custos operacionais reduzidos, horários flexíveis, oportunidades ampliadas de expansão e maior alcance de clientes. Esse modelo tem impulsionado positivamente as operações do Samurai Delivery, tornando-se a espinha dorsal do seu negócio.

Outros empreendedores também abraçaram essa tendência. Bruna de Almeida Silva, fundadora do Las Bambas, relata que o projeto de sua culinária mexicana foi fundamentado no delivery, contribuindo para um crescimento orgânico em Belo Horizonte. Além disso, a Confeitaria Délu's, liderada por Débora Vasconcelos, adotou o modelo de cozinhas para delivery enquanto expandia para três unidades na cidade. Essa estratégia poupou investimentos significativos, aproximadamente 80%, em comparação a começar do zero. O mercado de delivery no Brasil está em constante expansão, com uma pesquisa do Instituto Foodservice Brasil (IFB) indicando um crescimento estimado de cerca de 7,5% em 2023. Diversos tipos de alimentos, desde comida tex-mex e pizza até sushi, bolos e doces, podem ser entregues aos consumidores em suas casas, refletindo o impulso contínuo das cozinhas para delivery no cenário nacional.

PREVISÕES DE CRESCIMENTO PROMISSOR

O mercado de delivery no Brasil segue em constante expansão. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Foodservice Brasil (IFB), estima-se um crescimento de cerca de 7,5% no setor em 2023. Além disso, dados da empresa especializada em dados de mercado e consumo, Statista, apontam para um crescimento substancial do mercado de cozinhas para delivery, com estimativas de alcançar US$ 71 bilhões até 2027.

À medida que as preferências do consumidor evoluem com o avanço tecnológico, o modelo de cozinhas para delivery se consolida como uma tendência para o futuro. Oferecendo praticidade e modernidade, essas cozinhas permitem que os restaurantes atinjam um público vasto, seja na sua cidade ou em nível nacional, por meio de serviços de entrega ágeis e inovadores.

Times de futebol poderão emitir ações e captar recursos com crowdfunding

Parecer da CVM permite que as agremiações geridas pelas SAFs façam captação de recursos no mercado de capitais

Um parecer editado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) quer levar os times gerenciados por meio das Sociedades Anônimas de Futebol (SAF) a dar mais um passo rumo à profissionalização. Para isso, a autarquia passa a permitir com que as agremiações captem recursos no mercado de capitais, através de emissão de ações ou de um título próprio destinado a investidores profissionais do setor. Além disso, essas equipes poderão manter plataformas de financiamento coletivo, conhecidos como crowdfunding.

Editado no último dia 21 de agosto, o Parecer de Orientação nº 41 da CVM estabelece ainda um rigor maior nos níveis de governança dentro desse formato de gestão. Para poder fazer essa captação, os clubes devem deixar o formato de associação sem fins lucrativos, como muitos times funcionam hoje no país e disputam os torneios, tanto de nível nacional quanto os estaduais. O modelo jurídico SAF foi instituído pela Lei nº 14.193, de 2021.

"Esse parecer sinaliza que a CVM quer que os clubes se profissionalizem e já indicou que as SAFs poderão obter recursos no mercado de apitais. Com dinheiro em caixa, os times poderão comprar bons jogadores e ter uma estrutura melhor. Ou seja, esse mercado que é altamente lucrativo deixará de ser amador", avalia Marcelo Godke, advogado especializado em Direito Empresarial e Mercado de Capitais e professor da FAAP e Insper.

De acordo com esse dispositivo da CVM, os clubes poderão abrir seu capital social com um IPO (sigla em inglês para Oferta Pública Inicial de Ações). Dessa forma, os times poderão receber recursos de potenciais investidores interessados em se tornarem sócios da atividade futebolística do time, desde que tenha uma perspectiva de lucro futuro com o recebimento de dividendos.

Na prática, a operação é a mesma já adotada por grandes empresas. Atrelado ao bônus de poder fazer essa captação, vem o ônus, ressalta Paulo Portuguez, advogado especializado em Direito Bancário e Administrativo Sancionador e sócio do escritório Jantalia Advogados. "Ingressando nesse nicho, as SAFs precisarão prestar informações periódicas aos seus investidores e divulgar fatos relevantes que possam impactar na percepção dos investidores sobre o negócio".

DEBÊNTURES-FUT

As SAFs também poderão se utilizar de um tipo próprio de captação de recursos, denominado "Debêntures-FUT". Por meio deste instrumento, as SAFs poderão se capitalizar recursos para duas áreas: quanto ao desenvolvimento de atividades; e relacionada ao pagamento de despesas atreladas, em regra, ao futebol.

Porém, é preciso que aconteça a intermediação de sociedades registradas na CVM, o que amplia o rol de opções para captação de investidores profissionais. "Em síntese, as 'Debêntures-FUT' podem dispor de livre circulação entre investidores profissionais, diferentemente do que ocorre no mercado como um todo", pontua Portuguez.

CROWDFUNDING

Os clubes que tiverem receita bruta anual de até R$ 40 milhões poderão obter recursos por meio de crowdfunding. A plataforma funciona como uma espécie de captação por meio de oferta pública de distribuição de valores mobiliários em plataforma eletrônica de investimento regulada e supervisionada pela CVM.

"A vantagem desse instrumento é simplificar o acesso ao investimento, sem custos elevados de intermediação, fator de extrema importância especialmente para clubes que não possuem os orçamentos 'recheados' como os dos integrantes da Séria A", explica Portuguez.

GOVERNANÇA

Quanto à governança, as SAFs deverão observar algumas normas específicas relacionadas à vedação de acúmulo dos cargos de presidente do conselho de administração e de diretor-presidente, além da participação obrigatória de membros independentes no conselho de administração.

Na Lei de 2021, já é previsto um capítulo específico sobre controle e governança corporativa que estabelece uma estrutura mínima de governança, a ser seguida pelas SAFs, podendo os respectivos estatutos sociais dispor sobre estruturas complementares que respeitem os dispositivos legais. No caso das SAFs abertas – ou seja, listadas na bolsa – é necessário observar a regulação da CVM sobre mercado de capitais.

"Um aspecto que deve intrigar o torcedor é a possibilidade de uma mesma pessoa ser detentora de ações em duas ou mais SAFs e o impacto que isso pode ocasionar na tomada de decisões em cada clube. A CVM observa que o acionista com mais de 10% das ações votantes de uma SAF e for, simultaneamente, titular de qualquer espécie de ações de outra sociedade do gênero, não terá direito a voz ou voto nas assembleias gerais, nem poderá participar da administração de tais empresas. A proibição de participar da administração do clube envolve tanto as participações diretas quanto as indiretas.

Fontes: *1 - Marcelo Godke, especialista em Direito Empresarial, Integridade Corporativa, M&A, Direito Bancário, Mercado de Capitais (securitização, derivativos, IPOs), Societário, Project Finance, Contratos Domésticos e Internacionais. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Santos, especialista em Direito dos Contratos pelo Ceu Law School. Professor do Insper, da Faap e do Ceu Law School, mestre em Direito pela Columbia University School of Law e sócio do escritório Godke Advogados. Doutor em Direito pela USP (Brasil) e Doutorando pela Universiteit Tilburg (Holanda). 2 - Paulo Portuguez, advogado especializado em Direito Bancário e Direito Administrativo Sancionador, sócio do Jantalia Advogados. Mestrando em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (EDB/IDP).*

A mágica medieval da Estônia

Paulo Queiroga
Com ajuda do Blog: malapronta.com.br

Após cumprir um longo roteiro pela Rússia, embarcamos num trem em S. Petersburgo e atravessamos a fronteira para a Estônia, que compõe os países bálticos, junto com Letônia e Lituânia, na costa sul do golfo da Finlândia.

Este pequeno país, equivalente, no Brasil à área do Estado do Espirito Santo e com pouco mais de 1.3 milhões de habitantes, é cheio de singularidades. Repleto de rios e lagos, tem metade de seu território de parques nacionais cobertos por densas florestas preservadas e uma rica história antiga e moderna.

Localizado em ponto estratégico da rota comercial da Europa do Norte, desde a era dos Vikings, foi dominado por dinamarqueses, suecos, finlandeses, germânicos e russos, até os protestos populares de 1989 e a independência em 1991.

Para esta conquista contra o domínio Soviético foi formada uma corrente humana com cerca de 2 milhões de pessoas de mãos dadas unindo Estônia, Letônia e Lituânia, em centenas de quilômetros de extensão. A manifestação é considerada um dos maiores protestos pacíficos do mundo. Atualmente, o país é industrializado, alta tecnologia e possui um dos mais altos índices de renda per capita da Europa e dos Bálticos.

Com a mesma singularidade do país e deste povo, está sua capital Tallin, hoje com 400 mil habitantes. Cidade linda, surgida por volta do ano 1050, é uma das menores capitais e cidade medieval mais preservada da Europa, Patrimônio Mundial da UNESCO.

A parte alta, início da cidade, preserva inteiramente o ambiente medieval. São 2 quilômetros de muralhas, com 15 metros de altura e 3 metros de espessura, 8 portões e 46 torres, muitas delas usadas hoje como museus, além de vistas panorâmicas da cidade.

Embora atualmente os estônios serem pouco religiosos, a cidade ostenta muitas igrejas. A Catedral Alexandre Nevsky, da Igreja Ortodoxa, homenagem ao herói nacional que enfrentou a invasão dos germânicos em 1242, foi construída em 1900 como símbolo do domínio soviético. O monumento se destaca como o mais visível em qualquer ponto da cidade.

A Praça da Prefeitura, Paekoja Platz, é o coração da cidade. Local que já serviu de palco de execuções públicas, hoje, durante o Verão, é espaço de concertos, feira de produtos regionais, mercados medievais, restaurantes e ponto de encontro de turistas e de locais.

Na mesma praça, a Farmácia Raeapteek, aberta a público desde o ano de 1422 e ainda em funcionamento, é uma das singularidades deste lugar mágico. Além dos medicamentos normais, um precioso museu com fórmulas, artefatos farmacêuticos e maquinários impressionam e encantam até os mais insensíveis.

O Prédio da prefeitura é a imagem suntuosa do poder. Seus imponentes de 65 metros de altura garantiam a vigilância da população. O sino do campanário informava a iminência de ataques estrangeiros.

Outro símbolo do poder é o Castelo Toompea, sede do Parlamento, construído no alto da colina pelos cavaleiros germânicos em 1228 como fortaleza. A torre Pikk Herman é um símbolo e tradição estoniana preservados até hoje. Todas as manhãs realiza-se o hasteamento da bandeira nacional ao som do hino nacional.

A religião protestante trazida da Alemanha teve papel importante na cultura da Estônia. A Catedral de Santa Maria, construída no século XV, chamada de Toomkirik, é a igreja luterana mais importante do país abrigando túmulos da nobreza. Destaque para o campanário de 70 metros de altura, onde o visitante pode subir e admirar a vista da cidade.

A Passagem de Santa Catarina é um ambiente medieval pitoresco. Uma ruela medieval atrás da Igreja funciona como um mercado de cerâmica, artesanato, sedas pintadas à mão, vestuário, joias e artefatos em vidro. Um espetáculo de cores e de cultura local.

Outra tradição mantida na Capital são as coloridas festas natalinas. A Estônia disputa com a Letônia, desde o século XV, a primazia da tradição de enfeitar árvores de pinheiro durante os festejos de Natal. Um colorido espetáculo que acentua a singularidade e a riqueza cultural e histórica deste país, igualmente singular e rico de história e magia.

Minas Gerais desponta como o estado brasileiro mais procurado por turistas em 2023

Segundo dados da 2ª edição da pesquisa Demanda Turismo Rural realizado pela SPRINT Dados, Minas aparece como o primeiro no topo das respostas com 42%. De acordo com o IBGE, a atividade turística no estado teve um crescimento de 720% em comparação a média nacional. Para especialistas, o número reflete que é necessário investir em políticas públicas que alavanquem ainda mais o setor, que no Brasil tem um potencial enorme.

Minas Gerais tem conquistado posição de liderança no cenário turístico brasileiro. O estado obteve o maior volume de atividades turísticas, além de registrar crescimento superior a 720% em relação à média nacional.

Segundo o IBGE, a variação do volume das atividades turísticas de Minas Gerais, em abril de 2023, correspondeu a 10,1% no comparati

De acordo com o relatório do Observatório de Minas Gerais, o faturamento do turismo no acumulado de janeiro até abril de 2023 foi de R$ 73 bilhões, sendo o maior montante contabilizados em 8 anos pelo Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP).

Com relação à demanda por turismo rural, 74% dos turistas optam pelo segmento para contemplar a natureza e 73% pela comida caseira. Minas também lidera a lista de estados mais procurados para visitação, sendo apontada por 42% das respostas, seguido por São Paulo com 35% e Rio Grande do Sul com 23%. Os dados são da 2ª edição da pesquisa Demanda Turismo Rural realizada pela SPRINT Dados.

De acordo com o economista e coordenador do curso de economia do IESB, Riezo Almeida, é necessário encarar o turismo como uma política de estado. Para ele é necessário integrar esforços governamentais para preservar o turismo local brasileiro.

"O turismo brasileiro tem um potencial enorme e não adianta ser feito só pelo governo, só pela organização da sociedade civil ou só pelas famílias. Há uma unanimidade em saber que o turismo e o potencial dele tem que estar agregado com vários setores. Não adianta um local ser muito bonito e não conseguir prestar um bom serviço. Então os governos municipais se preocupam com a sua preservação e conservação e exploração turística. Mas isso tudo tem que ser aliado a uma política mais governamental, trazendo os parceiros econômicos e sociais", afirma.

EMPREGO E RENDA

Dados do Novo Caged indicam um saldo positivo de 2.306 empregados no setor de turismo em Minas Gerais em maio de 2023. Esses números alcançam um estoque de empregos formais de 382.375 no setor turístico, o que sinaliza um aumento de 8,5% em relação a maio de 2022. Já o estoque de empregos ligados à cultura foi de 353.854 em maio. O segmento teve um aumento de quase 0,6% quando comparado ao mês de abril.

Para o economista, em âmbito nacional além do aspecto diretamente ligado à arrecadação o setor se mostrou essencial para a geração de empregos.

"A contribuição do turismo doméstico na economia brasileira, ocorre na produção, na renda e no emprego dos principais pontos turísticos brasileiros. Porque fica evidente que a circulação de mais recursos financeiros e humanos nesses locais trazem um fluxo de renda para a população e o dinheiro circula tanto para o governo, que recebe mais impostos como para a população, que podem abrir mais oportunidades de emprego e gerar mais renda dentro do município onde ficam esses locais de turismo", ressalta.

De acordo com o Conselho Mundial de Viagens de Turismo, atualmente o turismo possui uma participação de 7,5% do PIB nacional.

Fonte: Landara Lima - Brasil 61

www.posocco.com.br

123 milhas: consumidor lesado pode ser indenizado

Fabricio Posocco
Professor universitário e advogado no Posocco & Advogados Associados

O consumidor que se sentir lesado, por não querer o voucher oferecido pela agência de viagens 123milhas, pode ser indenizado. A empresa anunciou recentemente a suspensão de pacotes e voos da linha promocional, com embarques previstos entre setembro e dezembro de 2023.

Em vez de devolver o dinheiro, a 123milhas, arbitrariamente, está reembolsando o consumidor com vales para serem trocados por passagens, hotéis e pacotes vendidos por ela mesma.

O artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor deixa claro que quando surge um problema na prestação de serviço, o cliente tem direito a uma dessas três opções:

> ***I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;***
>
> ***II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;***
>
> ***III - o abatimento proporcional do preço.***

Por isso, quem não se sentir confortável em aceitar o voucher, pode buscar a solução pela via administrativa e pela judiciária. Isto é, o consumidor, imediatamente, pode formalizar a reclamação no Procon ou no site consumidor.gov.br, que é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). Se a 123milhas não atender ao pedido, o consumidor pode procurar um advogado de sua confiança para garantir o direito de receber o que pagou e até mesmo uma indenização.

A Justiça garante a reparação por dano material quando há prejuízo econômico. Já o dano moral, neste caso específico, ficaria caracterizado pelo cancelamento do serviço às vésperas da viagem, sem que a empresa apresente alternativa para que o mesmo aconteça o mais brevemente possível.

123 milhas é o 4º site de turismo mais acessado pelos brasileiros

Levantamento ressalta que mais de 80% do acesso aos sites foi feito por dispositivos móveis

Não é novidade que o setor do turismo foi um dos mais afetados pela pandemia. As restrições de isolamento implementadas tanto no Brasil quanto nos demais países do mundo pausaram as viagens e, com isso, negócios como aeroportos, hotéis e pousadas precisaram fechar temporariamente suas portas. No entanto (e felizmente), a pandemia chegou ao fim e, com ela, a ansiedade por sair de casa.

Para entender como está o setor em 2023, a Semrush, plataforma de gerenciamento de visibilidade online, monitorou como foram as buscas dos brasileiros na internet relacionadas à termos de viagens entre julho de 2019 e junho deste ano.

De acordo com a pesquisa, os termos relacionados a promoções cresceram nos últimos quatro anos. Em julho de 2019, o termo "passagens aéreas baratas" foi pesquisado 165 mil vezes na internet. Já, em junho de 2023, o número saltou para 301 mil, registrando um crescimento de 82,4%. Outra palavra-chave que ganhou destaque foi "pacotes de viagens em promoção", que aumentou 125%, saindo de 2.5 mil para 5.4 mil. No entanto, a procura por "pacote de viagens", sem a especificação da promoção, diminuiu 32,9% no período, caindo de 246 mil para 165 mil.

Além das buscas dos brasileiros, a Semrush também monitorou o tráfego dos principais sites de turismo do Brasil entre junho de 2022 e junho deste ano.

RANKING DOS 10 SITES DO SETOR MAIS ACESSADOS MENSALMENTE PELOS BRASILEIROS:

- *Booking – 15,33 milhões de visitas mensais;*
- *LATAM Airlines – 12,69 milhões de visitas mensais;*
- *TripAdvisor – 11,62 milhões de visitas mensais;*
- *123 milhas – 8,12 milhões de visitas mensais;*
- *Voe Azul – 6,89 milhões de visitas mensais;*
- *Voe Gol – 6,41 milhões de visitas mensais;*
- *ClickBus – 6,35 milhões de visitas mensais;*
- *Localiza – 5,38 milhões de visitas mensais;*
- *Airbnb – 5,13 milhões de visitas mensais;*

MELHORES DESTINOS 4,95 MILHÕES DE VISITAS MENSAIS.

A Semrush também analisou o perfil do público que procura por viagens, assim como o canal utilizado. Segundo a empresa, dos 82,9 milhões de visitas aos 10 principais sites, 66.6 milhões o fizeram por dispositivos móveis, ou seja, 80,34% de todo o acesso aos sites foi feito pelo celular. Em relação a idade dos visitantes, os jovens adultos saíram na frente: 32.22% das visitas foram feitas por pessoas de 25 a 34 anos. Já o gênero afetou pouco o índice de acessos. Enquanto as mulheres representaram 50,37% das visitas, os homens foram responsáveis por 49,63%.

"A maioria esmagadora dos acessos aos principais sites sendo feitos por meio de dispositivos móveis revela que a conveniência e mobilidade se tornaram elementos essenciais para os viajantes modernos. Ter presença digital eficiente é requisito básico para engajar com a nova audiência e competir no mercado. A liderança dos jovens adultos também demonstra a influência dessa faixa etária na indústria do turismo. Vale lembrar que essa geração já tem raízes educacionais no digital e é natural tomar decisões online. Estamos diante de uma nova realidade de viagens, moldada pela conectividade e diversidade de públicos", explica Erich Casagrande, Líder de Marketing da Semrush.

A Semrush é uma plataforma SaaS líder de gerenciamento de visibilidade online que permite que empresas em todo o mundo executem campanhas de otimização de mecanismo de pesquisa, pagamento por clique, conteúdo, mídia social e pesquisa competitiva, obtendo resultados mensuráveis de marketing digital. A empresa oferece insights e soluções para empresas criarem, gerenciarem e medirem campanhas em vários canais de marketing. Com mais de 95.000 clientes pagantes, a Semrush está sediada em Boston e tem escritórios na Filadélfia, Trevose, Austin, Dallas, Amsterdã, Barcelona, Belgrado, Berlim, Limassol, Praga, Varsóvia e Yerevan.

PBH e Embratur se unem para promover gastronomia e turismo de Belo Horizonte

Representantes da Prefeitura de Belo Horizonte se reuniram com o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, No dia 28 de agosto, em Brasília, para tratar do destino e das experiências turísticas de Belo Horizonte, pensando na promoção da gastronomia, cultura e turismo da cidade para o exterior.

Para Freixo, Belo Horizonte possui diversos elementos de grande potencial para a promoção no mercado internacional. Entre os fatores citados estão a gastronomia, a cultura e o carnaval. "A gastronomia mineira é espetacular. Belo Horizonte reúne toda a gastronomia de Minas Gerais e o mundo precisa conhecer e degustar esses sabores que só tem lá. E essa parceria com as prefeituras é decisiva para a promoção do turismo. Quanto mais integrado com os municípios, melhor", comenta o presidente da Embratur.

Gilberto Castro, presidente da Belotur, destaca o olhar estratégico e ampliado que a atual gestão da Embratur está tendo para oferecer ao mercado internacional diversos produtos dos destinos brasileiros. "Fomos muito bem recebidos pela Embratur, pensando na promoção dos variados atrativos turísticos de Belo Horizonte, em especial a nossa gastronomia e o carnaval, importante manifestação cultural da cidade. Diversas ações estão sendo planejadas em conjunto pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Governo Federal para o fortalecimento da imagem da capital mineira ao redor do mundo", afirma Gilberto.

Belo Horizonte é reconhecida pela Unesco como Cidade Criativa da Gastronomia, e entre os compromissos após a designação estão a manutenção do intercâmbio constante de experiências e a promoção da gastronomia da cidade a nível nacional e internacional, fortalecendo a capital mineira como Polo Turístico Gastronômico. Assim, o encontro em Brasília se alinha a esse propósito. Também participaram da agenda a coordenadora de Cultura e Gastronomia da Embratur, Ana Paula Jacques, e a diretora de Marketing e Promoção Turística da Belotur, Marina Simião.

kenio@keniopereiraadvogados.com.br

Desapropriação: como agir para receber o valor correto de indenização com rapidez

Kênio de Souza Pereira
Representante em MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário; Advogado e Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis; Conselheiro da Câmara do Mercado Imobiliário de MG e do Secovi-MG

A experiência comprova que o Poder Público ao realizar uma desapropriação de um imóvel para atender interesse social ou utilidade pública age de maneira maliciosa para pagar bem menos do que vale. Se aproveita a boa-fé do proprietário para que deixe de tomar qualquer providência jurídica para evitar prejuízo. O agente expropriante cria uma situação de constrangimento e temor justamente para que o proprietário perca o prazo e as condições que podem lhe garantir o recebimento do valor real de mercado pela perda do imóvel.

Existe possibilidade do proprietário do imóvel tomar providências jurídicas que podem obrigar o expropriante a pagar o valor real de mercado, sendo fundamental que ele contrate um advogado logo que tiver conhecimento de notícias ou da aprovação dos estudos que fundamentarão o Decreto Expropriatório. Não falamos em impedir a desapropriação, pois isso não é possível, mas há como impedir o costumeiro pagamento em valor abaixo do justo, desde que sejam adotadas medidas com antecedência e com técnica jurídica que poucos conhecem.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL É IGNORADA EM RELAÇÃO AO PAGAMENTO EM DINHEIRO

A Constituição Federal estipula que deve ser pago à pessoa desapropriada uma indenização prévia, justa e em dinheiro. Mas isso nunca é respeitado, porque diante da imissão na posse concedida pelo juiz, o expropriante paga o que bem entende, sendo comum a indenização depositada em juízo gira em torno de 1/3 do valor real do imóvel. O expropriante alega que se o dono do imóvel concordou com a avaliação do IPTU para pagar o imposto, então ele deve aceita-la como valor máximo de indenização.

Quando o proprietário fica inerte ou confia de forma ingênua nas promessas do agente público, negligencia a providência cabível que deveria ser tomada logo após a publicação do decreto expropriatório, e cria uma situação que dificulta os procedimentos que visam evitar o prejuízo. Isso porque, nesse caso, a defesa do expropriado se limitará a discutir a avaliação e contestar um processo que demora em média 12 anos ou mais, que buscará apenas a diferença do valor do que foi depositado em juízo. O expropriado por não ter agido antes, ao final do processo de desapropriação, tendo êxito, receberá o valor restante da indenização por meio de precatório, sendo notório que para receber o dinheiro terá que dar um expressivo desconto.

RECEBA O VALOR REAL DE MERCADO

Diante da constatação de tantas injustiças, os advogados especializados na área imobiliária elaboraram um procedimento que obriga o Poder Público a pagar o valor correto de mercado do imóvel, em dinheiro, antes de ser retirada a posse do proprietário. Contudo, é preciso agir com rapidez, evitando um processo que pode perdurar por mais de 12 anos, e resultar no pagamento por meio de precatórios.
Em um caso que atuamos como advogado, o expropriante mudou de ideia, ou seja, deixou de desapropriar ao constatar que seu projeto de tomar os imóveis em determinado local ficaria muito caro.

CADA UM DEFENDE O SEU INTERESSE

A pressão contra o proprietário funciona quando ele não é bem assessorado juridicamente, já que a lei é complexa. Ao ser ajuizada a ação de desapropriação, o Poder Público deposita um valor inferior, cabendo ao proprietário levantar o valor correspondente a 80%, caso queira questionar a avaliação oferecida pela expropriante, tendo que sair da sua moradia ou do seu local de trabalho de qualquer maneira.

O proprietário só tem conhecimento que o valor depositado é muito inferior ao valor de mercado após ser citado pelo juiz, sendo impossível reclamar com o agente expropriante (prefeitura, Estado, órgão, empresa pública, etc) para "cobrar" as promessas que lhe foram feitas antes da publicação do decreto expropriatório. As pessoas que o convenceram a ficar inerte desaparecem. Nesse momento impera a ordem judicial, que é cumprida rapidamente cabendo a cada um cuidar do seu interesse no tempo certo.

Um semestre promissor para o mercado financeiro brasileiro

Rafael Góis
CEO do Grupo Fictor

O mercado financeiro brasileiro é um ambiente dinâmico e sujeito a constantes mudanças. Com o final do primeiro semestre, é fundamental analisar as perspectivas e os possíveis desafios que aguardam os investidores no segundo semestre de 2023. Diante deste contexto, é importante considerar diversos fatores econômicos e a atual situação política do nosso país.

No cenário econômico, há sinais encorajadores para o mercado financeiro brasileiro no segundo semestre. Espera-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,3%, impulsionado pela recuperação econômica. Esse crescimento gradual reflete os esforços em incentivar diversos setores da economia a retomarem um ritmo de crescimento sustentável. Além disso, a expectativa de redução da taxa de juros pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) pode estimular investimentos e impulsionar a atividade empresarial.

É crucial estar ciente de que a situação política desempenha um papel significativo nas perspectivas do mercado. Decisões políticas podem impactar positivamente a economia e, consequentemente, os investidores. É essencial acompanhar atentamente as ações do governo para avaliar seu possível impacto no mercado financeiro.

Quanto aos setores promissores para investimentos, destaca-se o segmento de tecnologia, que vem apresentando um crescimento expressivo nos últimos anos. A demanda por soluções inovadoras e a transformação digital continuam impulsionando outros setores da economia brasileira, como o varejo, a indústria e os serviços. O Brasil possui um mercado consumidor amplo e diversificado, o que cria oportunidades para as empresas de tecnologia expandirem seus negócios no país. Além disso, o setor de energia renovável também se destaca como uma excelente oportunidade de investimento, dada a vocação natural do Brasil em produzir energia eólica e solar. Com sua extensa costa e áreas com alto nível de irradiação solar, o país favorece a geração de energia limpa e sustentável. Investir nessas áreas pode trazer retornos positivos e contribuir para a transição para uma economia mais sustentável.

Vale ressaltar que, embora haja perspectivas positivas, os investidores devem estar preparados para lidar com possíveis cenários adversos. A volatilidade dos mercados internacionais e as incertezas políticas podem gerar turbulência no mercado financeiro. Portanto, a diversificação de investimentos e uma análise criteriosa dos riscos são estratégias essenciais para minimizar os impactos negativos.

Em suma, as perspectivas do mercado financeiro brasileiro para o segundo semestre são encorajadoras, embora sujeitas a desafios e incertezas. O crescimento econômico gradual, a possível redução das taxas de juros e as oportunidades nos setores de tecnologia e energia renovável são pontos positivos a serem considerados pelos investidores. No entanto, é fundamental estar atento às possíveis manobras políticas e aos riscos associados, a fim de tomar decisões informadas e estratégicas no mercado financeiro. A busca por informações atualizadas e o acompanhamento constante das tendências do mercado são fundamentais para uma abordagem mais assertiva e bem-sucedida nos investimentos.

Como o setor financeiro pode beneficiar-se do uso de dados nos seus negócios

Paulo Watanave
Head of Data & Analytics na NAVA Technology for Business. Com mais de 27 anos de atuação, a NAVA Technology for Business fornece serviços e soluções de negócios e tecnologia, como plataforma de AIOps & Observability Strategy, Digital Strategy & Agile Development, Payments, Intelligent Outsourcing, Cloud & Infrastructure Solutions, Advanced Analytics & Automation e Cybersecurity

Nos últimos anos, ocorreram diversas mudanças no setor financeiro impulsionadas pelo avanço da tecnologia. A disponibilização e a utilização de dados, por exemplo, têm se mostrado essenciais para a tomada de decisões, o desenvolvimento de estratégias eficazes e a criação de vantagem competitiva para as empresas financeiras. Já há algum tempo o maior ativo das empresas do setor financeiro são os dados que elas possuem.

Segundo uma pesquisa global realizada pela consultoria de investimentos Finder, o Brasil é o país com mais contas em bancos digitais no mundo. Mais de 40% dos brasileiros possuem uma e a expectativa é de que a marca atinja os 57% até 2027.

Com essa tendência, as instituições financeiras estão utilizando os dados em diversas situações. Um exemplo é a realização da análise de risco, tanto os gerenciais para as decisões de investimento ou de empréstimo quanto a regulatória, para calcular e alocar o capital de forma efetiva. Dados são usados também para a realização do planejamento orçamentário, a personalização de serviços, a jornada do cliente, entre outros.

Atualmente, um banco é muito mais uma empresa de tecnologia do que de serviços financeiros, já que precisa cuidar não somente dos recursos de seus clientes como propor soluções de prevenção a fraudes, de melhoria na segurança cibernética, automação de processos e utilização da tokenização. A Inteligência Artificial também é um recurso importante para potencializar o relacionamento com o cliente, a eficiência operacional, análise de riscos e detecção de fraudes.

Com as informações de dados, a instituição financeira pode tomar decisões mais fundamentadas e estratégicas em relação a investimentos, empréstimos, gestão de riscos e até mesmo desenvolvimento de produtos.

Entre os principais benefícios dos dados para o setor está a capacidade de analisar e prever tendências. É possível identificar padrões ocultos e correlações entre diferentes variáveis, o que gera insights valiosos. Mas, para isso, as companhias devem mudar a sua cultura, pois não adianta ter ideias e não adotar atitudes práticas na tomada de decisões.

Portanto, os dados vêm tendo muita importância para os avanços tecnológicos no setor financeiro e são vistos, até mesmo, como uma questão essencial para as companhias terem vantagem competitiva, já que as mudanças têm ocorrido de forma extremamente rápida. Para refletirmos: durante a Revolução Industrial, a substituição da máquina a vapor por uma máquina elétrica levou várias décadas. Porém, atualmente, as mudanças estão muito rápidas e as instituições que não se atualizam podem acabar perdendo os clientes pela falta de modernização.

Fintechs: a revolução da inclusão financeira no Brasil

Dados revelam o aumento da confiança e da adesão dos consumidores a essas empresas, que usam a tecnologia para facilitar o acesso ao crédito e às operações financeiras

Lucas Hamú e Gabriel Meireles
Cofundadores da DrCash

As fintechs brasileiras estão transformando o setor financeiro ao proporcionarem serviços e produtos mais democráticos e diferenciados do que os bancos tradicionais. Elas promovem a inclusão financeira da sociedade ao diminuírem os custos operacionais e simplificarem o acesso ao crédito, por meio de aparelhos móveis e eletrônicos, em qualquer lugar.

Uma pesquisa da Febraban-Ipespe indicou que, em 2023, a confiança nas fintechs cresceu progressivamente, com cerca de 57% dos entrevistados dizendo confiar nessas empresas. As startups financeiras aplicam a tecnologia para incluir as pessoas, para que elas consigam realizar operações financeiras mesmo sem uma conta nos bancos tradicionais.

O desenvolvimento das fintechs no Brasil foi rápido, muito influenciado por novas regulamentações do setor que começaram a valer no meio da década passada. De acordo com a Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), somente entre 2016 e 2022 surgiram 513 novas startups do setor financeiro.

Segundo o Fintech Report 2023 realizado pelo Distrito (plataforma de inovação aberta que ajuda empresas a se transformarem através de tecnologia), o Brasil conta com aproximadamente 1,3 mil startups que se enquadram na categoria de finanças, a maior do mercado brasileiro de novas tecnologias.

Dados do relatório Global Fintechs Rankings, da empresa britânica Findexable, apontam o destaque do Brasil nos ecossistemas mundiais de fintechs, as startups de serviços financeiros. O país ocupa o décimo quarto lugar no ranking global. O Fintech Report também mostra que a América Latina vem ganhando relevância no âmbito mundial.

E nesse contexto, as fintechs brasileiras se destacaram em 2022 por receberem 40% dos US$ 9,4 bilhões de investimentos feitos em startups no país.

O futuro das fintechs é promissor, pois elas representam uma oportunidade de democratizar o acesso a serviços financeiros de qualidade, com mais eficiência, transparência e segurança. Além disso, contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país, ao gerarem empregos, inovação e competitividade.

O Open Banking é um sistema que permite o compartilhamento de dados e serviços financeiros entre diferentes instituições, com o consentimento dos clientes. Uma das fases desse sistema, prevista para este ano pelo Banco Central, pode beneficiar as fintechs de crédito, segundo o Distrito Fintech Report, que acompanha as principais tendências e insights do mercado de fintechs. Com essa fase, as startups terão acesso aos dados financeiros e bancários dos clientes que autorizarem, e assim, poderão definir um score de crédito mais adequado para cada um deles.

TECNOLOGIA

As fintechs se diferenciam dos bancos tradicionais por terem uma estrutura mais enxuta, uma maior agilidade na tomada de decisões, uma menor dependência de agências físicas e uma maior flexibilidade para se adaptar às necessidades dos clientes. Essas startups facilitam o acesso ao crédito, aos investimentos, aos pagamentos e às contas digitais, entre outros serviços. Dessa forma, o setor torna-se mais acessível e inclusivo, dando oportunidades aos que estavam excluídos dos serviços bancários tradicionais com crédito acessível, empréstimos com juros adequados e parcelamentos moldáveis ao bolso do usuário.

As startups com produtos financeiros digitais contribuem para o crescimento econômico do país, pois estimulam as pessoas a serem mais ativas financeiramente e a terem maior controle sobre sua renda. Assim, elas podem consumir bens necessários ou realizar sonhos, como viajar para o exterior ou ter acesso a serviços de saúde de qualidade. As fintechs desempenham um papel fundamental na economia global, contribuindo para a estabilidade da economia.

Os bancos tradicionais, por sua vez, perceberam a força da mudança e se adaptaram à nova realidade. Eles incorporaram ou desenvolveram alguns serviços com os mesmos princípios das fintechs ou se associaram a elas, em parcerias que beneficiam a todos. O trabalho em conjunto com as instituições financeiras alavanca o segmento com novos produtos e o aperfeiçoamento dos serviços que melhoram a experiência do usuário.

Economia Prateada, um mercado potencial

Marina Prieto
Professora de Contabilidade da ESEG - Faculdade do Grupo Etapa

Estima-se que pessoas com mais de 65 anos compõem 17% da faixa dos 5% mais ricos do Brasil, segundo estudo de mercado. E 66% deles têm como prioridade aproveitar a vida, de acordo com uma pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Esses dados mostram por que a economia prateada tem ganhado reconhecimento global como uma tendência significativa: há muitas oportunidades para os empreendedores brasileiros explorarem nesse segmento. À medida que o envelhecimento da sociedade se torna uma realidade, mais portas se abrem para que serviços inovadores surjam para atender suas necessidades.

É fato que as empresas que focarem nesse público podem ter um importante diferencial competitivo nos próximos anos. Mas embora o fenômeno da economia prateada seja uma realidade global, sua adoção e implantação dependem consideravelmente de uma série de fatores.

Infelizmente, ainda persistem estereótipos negativos ligados aos idosos. Ao contrário do que muitos acreditam, essa faixa da população não é formada por velhinhos fragilizados, ranzinzas e que sempre precisam de ajuda - aliás, essa é uma imagem totalmente distorcida da realidade. Outra ideia errônea a respeito da geração prateada é que eles são resistentes à tecnologia e não possuem interesse em atividades modernas - percepções que não correspondem à realidade diversificada dos idosos.

Na América Latina, pesquisas mostram que a geração prateada tem características comportamentais distintas, como apego aos valores tradicionais e aos papéis de sustento financeiro e emocional nas famílias. Esse padrão reflete a influência cultural dos baby boomers, geração que valorizou a estabilidade profissional e a dedicação ao trabalho, muitas vezes em detrimento das relações familiares mais estreitas.

Essas pessoas são muito importantes para o país economicamente, sendo responsáveis por movimentar impressionantes R$ 2 trilhões anualmente. Entretanto, surfar essa onda é um privilégio de quem compreende mais profundamente com quem estão lidando e é capaz de traçar as melhores estratégias para abordá-los.

Observo que já existe uma mudança de paradigma em curso, com empreendedores e empresas reconhecendo cada vez mais que a economia prateada pode ser muito mais frutífera se for praticada de maneira sensível e respeitosa. Isso pode ser alcançado por meio de uma comunicação autêntica e direta, que mostre produtos e serviços acessíveis, de alta qualidade e atrelados à incorporação de valores tradicionais, somados às experiências pessoais nas marcas oferecidas.

A chave está em compreender as necessidades e aspirações individuais dos idosos e oferecer soluções que melhorem sua qualidade de vida, promovendo saúde, independência, aprendizado contínuo e engajamento social.

Em um país onde a população idosa está crescendo de forma constante, a economia prateada se apresenta como uma oportunidade valiosa e, ao mesmo tempo, uma responsabilidade social. Vemos os empreendedores brasileiros se esforçarem para abraçar essa tendência global. Eles têm a chance de inovar e querem contribuir para o bem-estar dos idosos e prosperar em um mercado em expansão. Mas é preciso ouvir, compreender e atender às necessidades únicas dessa geração prateada que está redefinindo a dinâmica econômica do Brasil.

Juventude "nem-nem" pode condenar o futuro do país

Francisco Borges
Mestre em Educação e consultor da Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT)

Dados publicados recentemente mostram que o Brasil chegou a menor taxa de desemprego desde 2014 – 8% da população. O índice, associado à alta no rating do País para investimentos vindos do exterior e à baixa na inflação, contribuirá para a redução dos juros internos pelo Banco Central, o que já é uma expectativa de todos os analistas e da população. Entretanto, essa "chuva" de boas notícias na economia macro (externa) e micro (interna) não tem tido, de certa forma, grande efeito no país em razão ao grande número de jovens que "nem estuda, nem trabalha".

A expressão "nem-nem" atravessou fronteiras. Segundo o relatório Education at a Glance, publicado em 2022 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na faixa etária entre 18 e 24 anos, 37 países tinham jovens que figuravam nesta condição, sendo que o Brasil estava na 2ª colocação, ficando atrás apenas da África do Sul.

O Brasil vive hoje um cenário único. Há uma geração de jovens, entre 15 e 29 anos, composta por mais de 50 milhões de pessoas. Apesar deste bônus demográfico, em contrapartida, o alto índice de jovens "nem-nem", que representa 36% deste total, não dá conta de que em breve toda esta população estará desqualificada e despreparada para produzir e gerar renda, fato que representará um custo alto para o país no que se refere às políticas assistencialistas ou políticas de segurança pública.

Este problema merece toda atenção

e gera preocupação, pois se trata de um país em desenvolvimento. Ao que tudo indica, se tudo continuar como está, em breve o país terá uma geração que não será capaz de sustentar a população mais velha. Dessa forma, é urgente que toda a sociedade brasileira encare essa parcela da população e exija políticas públicas específicas para a juventude, pois além das dificuldades já conhecidas, como o alto índice de desemprego dos jovens, os efeitos da pandemia da Covid-19 agravaram a situação para essa parcela da população, que apresentou uma evasão escolar com altos índices.

O Brasil não dispõe de uma política nacional para a juventude que estabeleça ações articuladas e que proporcione oportunidades de formação profissional para todos ou promova uma educação de qualidade que possibilite o prosseguimento dos estudos. Por essa razão, é essencial que o estado reverta o problema por meio de políticas públicas estimulantes e que criem oportunidades para o ingresso no mundo do trabalho.

O grande problema identificado atualmente é que os jovens não se interessam pelos estudos, por não terem interesse pelas matérias aplicadas e por não enxergarem um futuro a partir delas. A reforma do Ensino Médio, que vem sendo implementada desde o início de 2023, possibilitará que ele escolha uma trilha, um curso profissionalizante, que poderá servir de estímulo. Isso significa que a educação pode ficar mais contextualizada, pois, por um lado, o jovem estará aprendendo o que realmente deseja e, por outro, permitirá que as empresas contratem a juventude, o que ajudará o Brasil a reverter este quadro.

A reforma vai atingir apenas uma parte da população que está no ciclo de estudo. É relevante que este grupo populacional importante não seja considerado perdido, ou estaremos desperdiçando mais do que uma geração. Estaremos determinando como perdida uma batalha de valorização social do trabalho e de efetiva capacidade produtiva. E a distância da evolução tecnológica quando comparada com a evolução de capacidade produtiva e social de um país pode inviabilizar de vez o outrora considerado país do futuro.

Principais desafios que CFOs enfrentam e como a tecnologia pode ser uma aliada estratégica

Tercio Rangel
Diretor de CPM da Avvale

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 48% das empresas brasileiras fecham em até três anos e o principal motivo é a falta de gestão eficiente, especialmente na área financeira. Para Tercio Rangel, diretor de CPM (Corporate Performance Management) da Avvale, uma empresa global de transformação digital, alguns dos principais desafios para a área financeira das empresas são igualmente compartilhados entre empresas de portes muito distintos. "As de médio porte precisam dos mesmos controles e da mesma eficácia na gestão do desempenho financeiro que as grandes empresas mais bem estruturadas precisam. E todas podem e devem usar a tecnologia para ajudar a gerenciar melhor seus ativos com o máximo aproveitamento dos investimentos realizados", comenta.

Rangel ressalta que a gestão financeira impacta e é impactada por todos os processos da empresa, pois através dela a qualidade da venda é avaliada e ela está diretamente ligada a qualidade do produto e/ou serviço entregue. Alguns processos de negócios são mais complexos, sujeitos a um grande número de influências internas e externas: necessidade de caixa, regulamentações, câmbio, novos mercados, rotatividade (turnover), orçamento, aquisições e fusões, entre outros. "O modelo de negócios da empresa deve estar alinhado e alimentado com informações externas e interagir com uma enorme quantidade de fontes de dados internas", explica.

Portanto, compreender os principais gargalos e os locais onde eles têm maior probabilidade de ocorrer nessa área pode ajudar as empresas a identificá-los e resolvê-los em tempo hábil. Compartilhamos a seguir alguns desafios que os gestores financeiros enfrentam e como a tecnologia pode ajudar a superá-los:

1. GESTÃO E GOVERNANÇA

Atualmente, segundo Rangel, investir em tecnologia para ter mais eficiência no planejamento estratégico e operacional é uma questão de vantagem competitiva e extrema importância para as empresas não perderem valor no mercado e para àquelas que buscam a abertura de capital, isso se torna indispensável.

As soluções de Gestão de Desempenho Corporativo (CPM) possibilitam analisar dados e os transformar em valiosos insights de negócios, além de liberar os funcionários de tarefas operacionais e mais propensas a erros, permitindo com que os controladores financeiros se concentrem em ações estratégicas. Tais ferramentas possibilitam às empresas o poder real de alavancar o próprio desempenho, independentemente do porte.

Como resultado é possível analisar os principais indicadores de desempenho (KPIs) da empresa, que ajudam a formatar um plano estratégico consistente, com as devidas revisões e periodicidades necessárias, permitindo com que uma organização entenda o que está acontecendo em seus negócios e faça ajustes necessários rapidamente para continuar crescendo no mercado que está inserida.

2. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS DE INDICADORES DE NEGÓCIOS (KPIS)

O monitoramento de negócios é um componente essencial para os empresários, uma vez que é comum que as partes interessadas solicitem atualizações sobre o desempenho e o progresso de uma empresa. Rangel explica que, hoje, existem ferramentas robustas, como integração de tecnologias como Supply Chain, Internet das Coisas (IoT), computação em nuvem, big data e inteligência artificial (IA), por exemplo, que possibilitam um acompanhamento real do progresso de uma empresa em direção ao cumprimento de suas metas, ajudando os profissionais a fornecerem informações precisas, além de melhorar a própria eficiência nos negócios.

3. ROADMAP PARA CLOUD

Adotar a computação em nuvem oferece muitas vantagens como escalabilidade, flexibilidade, segurança, economia, colaboração e inovação. Outra vantagem, segundo o diretor de CPM da Avvale, é a facilidade em ajustar os recursos necessários de acordo com a demanda e complexidade das tarefas sem precisar investir em upgrades de hardware ou software, o que ajuda a economizar em custos de manutenção, segurança e backup.

Além disso, as ferramentas baseadas em nuvem permitem compartilhar e acessar dados e aplicativos com membros de uma equipe, parceiros e clientes de qualquer lugar e de qualquer dispositivo. "Depois da pande-

mia, muitas organizações continuam com parte da sua equipe trabalhando remotamente, o que pode ser considerado também um desafio.

Entretanto, um sistema de negócios centralizado, como uma solução na nuvem usado por todos os funcionários, pode ajudar os controladores financeiros a gerenciarem melhor sua equipe e garantir a precisão do trabalho de todos", explica.

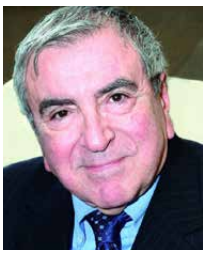
Rangel ressalta que, de maneira geral, o dia a dia torna a visão global de um problema de processo turva e por isso muitas empresas não conseguem identificar o problema, bem como a tecnologia necessária para executar uma correta estratégia corporativa, buscando alinhar as áreas para otimizar negócios, reduzir as despesas e aumentar a performance.

"A verdade é que qualquer que seja o tipo de problema com o qual o empresário esteja lidando, existe uma solução tecnológica que pode ajudá-lo. Mas é importante ter em mente que esse é um conceito que deve ser continuamente adotado pela empresa, constantemente aprimorado e integrado à cultura da organização", finaliza.

A Avvale é uma empresa global que promove a transformação digital com uma visão pragmática e paixão inigualável. Nossa missão é desenvolver negócios inovadores por meio da economia circular, viabilizada pela tecnologia e convertendo ideias em soluções práticas que podem ser desenvolvidas por meio de ciclos curtos e iterativos. Nossas pessoas, soluções SaaS exclusivas e metodologias, impulsionadas pela tecnologia, geram resultados concretos e mensuráveis.

Oferecemos aos nossos clientes a escalabilidade e cobertura geográfica de um fornecedor global, o comprometimento e flexibilidade de um player local e o foco de um consultor estratégico e de confiança.

Todos os dias, mais de 3,000 profissionais Avvale estão redefinindo o que é possível e orientando nossos clientes em sua jornada de transformação digital. Ao longo desse percurso, nosso objetivo é auxiliar os nossos clientes a modernizar suas tecnologias core, usufruir dos dados e inteligência artificial, hiper automatizar seus processos e operações, desenvolver serviços digitais com alto valor agregado, além de projetar experiências atrativas para todos os envolvidos.



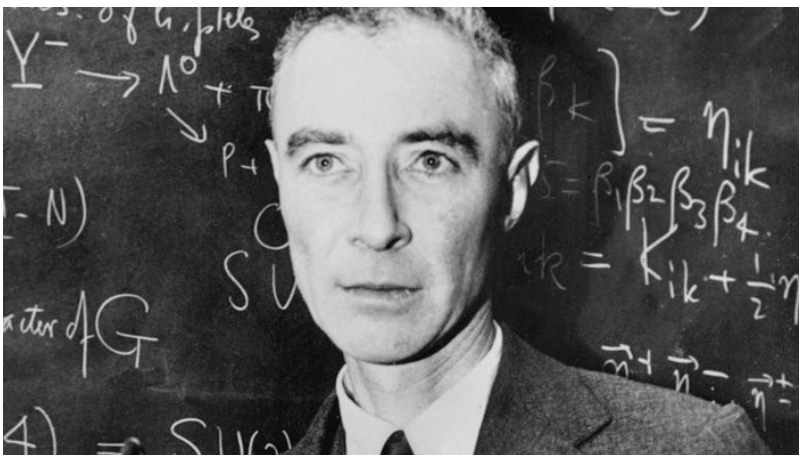
O pai da bomba atômica e seus efeitos

vitaroso@vitaroso.com.br

Jayme Vita Roso
Advogado, ambientalista e escritor

Moveu-me escrever algumas observações sobre o grande lançamento do filme sobre Oppenheimer de cuja vida e atuação tenho lembranças, não só dele, mas dos que lhe antecederam ou foram contemporâneos ou se manifestaram como cientistas na trajetória da construção e utilização da bomba atômica, "experimentalmente" como testes.

Que eu saiba, Oppenheimer quase que implorou ao então presidente Truman dos Estados Unidos, ao conhecer o destino daquilo que havia colaborado, que não fosse utilizado.



Eu aqui encerro. todos os envolvidos – Esintein, Goelde, Feyrman e Oppenheimer – nasceram judeus. E recordo Samuel Belkin, autor da clássica obra A Filosofia do Talmud – "O caráter sagrado da vida humana na Teocracia Democrática Judaica" (Exodus e Seler, 2003, p. 265): amor ao homem: A Grande Regra da Torá – o dever de amar ao próximo está nitidamente estabelecido no Levítico 19:18: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo". Nossos Sábios escolheram usar a negativa ao invés da afirmativa em sua explicação do dever de amar o seu semelhante. Assim, no clássico exemplo em que um estrangeiro pediu a Hilel que lhe ensinasse toda a Torá enquanto estivesse apoiado em um pé só, Hilel ensinou: "Tudo o que for odioso, não faças ao teu próximo". Isto implica que tudo o que a Torá exige do homem para cumprir a obrigação de amar ao próximo, é que ele não faça nada de prejudicial aos outros".

Então Oppenheimer carregou até o seu último suspiro o que lhe foi apodado de "Pai da Bomba Atômica".

Nesse prelúdio não seria e nem poderia ser loquaz e muito menos não teria falta de concisão, porque assim foi exigido, se atentarmos com cuidado aquilo que manda a Torá.

Assim, explico sem ter prometido. O que escreverei agora, para muitos que talvez chegue até este trecho poderá parecer uma ousadia ou um destaque de minha convicção sobre a política norte-americana e alguns dos seus efeitos. Mas ressalto a importância do Secretário de Estado Marshall que deu o nome popular para o Programa de Recuperação da Europa, considerando um esquema de larga escala, tudo como meio termo de ajuda para tentar recuperar a Europa devastada (em 1947, mas rejeitado pela então União Soviética).

Agora coloca o Presidente Truman nesta história. Ele foi eleito vice-presidente dos Estados Unidos com Roosevelt e se tornou presidente com a morte deste último. Mais ainda: foi reeleito em 1948 e pertencia do partido Democrático como também, posteriormente, Obama e Biden.

Vindo de um estado sem expressão política ou econômica (Missouri) do Sul, historicamente já carrega aquilo que é lembrado como compromisso de Missouri (Missouri Compromise – 1820), ou seja, um acordo que o admitiu como Estado Escravagista juntamente com o Estado de Maine.

Com esse espírito, da sua origem, extremamente conservadora no sentido mais prometeico, recusou o pedido de Oppenheimer e autorizou os lançamentos das duas bombas atômicas em Nagasaki e Hiroshima, com muito tempo para refletir sobre os efeitos comprovados e trágicos e desumanos desta atitude que o marca com o pior estigma possível como ser humano, apesar que se apresentava como Cristão Evangélico e protestante! Duvido, não acredito, recuso que Truman não passasse, como penso, um pianista que apreciava as valsas que os compositores ofereciam e ele as dedilhava: como vingar Pearl Harbor por décadas: então, as duas bombas atômicas num espaço de tempo que, se religioso fosse, jamais, em tempo algum, autorizaria a segunda!

Exposição "Confinada" na Casa Fiat de Cultura

Rachel Capucio
Advogada, especialista em Cultura

Espaços restritos, solidão e as questões de um confinamento imposto em tempos pandêmicos. Num mundo em que as janelas de nossas casas passaram a ser molduras para a vida, a artista carioca Lígia Teixeira encontrou na arte um caminho para se equilibrar e sobreviver.

Em "Confinadas", exposição em cartaz na Piccola Galleria até 1º de outubro, ela elabora pinturas em telas de pequenas dimensões, que era o recurso disponível naquele momento, que representavam bem a precariedade da existência das pessoas.
A exposição retrata a (sobre) vivência durante o isolamento e em um momento em que, existencialmente, estavam todos sozinhos.

A mostra pode ser visitada presencial ou virtualmente, e é composta por pinturas em pequenos formatos, produzida no período de confinamento da pandemia, revelando mulheres solitárias, enclausuradas na maior parte das vezes em seus ambientes domésticos. Foi assim que a artista deu sentido àquele momento de vazio e de suspensão da vida.

Em 32 telas, ela reflete sobre o universo feminino, suas inquietações e representações sociais diante do imaginário coletivo. Muitas vezes em cenas monótonas, tediosas e, justamente por isso, brutalizantes -, as obras são uma alusão a todas as mulheres e uma metáfora para se discutir o silenciamento e apagamento do ser feminino ao longo dos séculos.

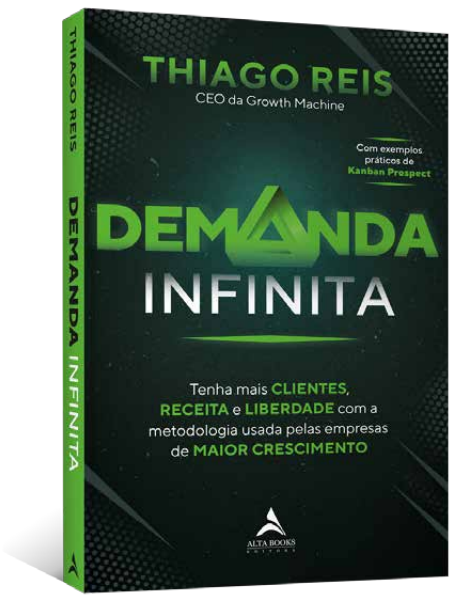
A Casa Fiat de Cultura é consolidada como um dos principais centros culturais do Brasil ao realizar, em Belo Horizonte/MG, a melhor arte produzida no mundo, por meio de relevantes e prestigiadas exposições, reconhecidas pelo alto valor histórico, artístico e educativo. A instituição conta uma programação plural e relevante, pensada de modo a incentivar o público a interagir com diversos movimentos artísticos e linguagens, do Renascimento ao Barroco, do Futurismo e Modernismo à arte contemporânea.

Informações:

Casa Fiat de Cultura
Praça da Liberdade, 10
Funcionários – BH/MG
Contato: (31) 3289-8900
Horário de Funcionamento:
Terça-feira a sexta-feira,
das 10h às 21h
Sábado, domingo e feriado,
das 10h às 18h

Como aumentar o faturamento de uma empresa aplicando estratégias não convencionais

No livro Demanda Infinita, encontramos um passo a passo de como ter mais clientes, receitas e liberdade aplicando a metodologia Máquina de Vendas



Uma pesquisa realizada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM), revela que 53% dos brasileiros pensam em abrir o seu próprio negócio nos próximos três anos, sendo ⅓ motivado pela pandemia da Covid-19. A pesquisa ainda identificou que gerir o próprio negócio é o segundo maior sonho do brasileiro.

Entendendo a urgência e a necessidade de conhecimento acerca da área de vendas e empreendedorismo, o Grupo Editorial Alta Books lança no mês de agosto o livro Demanda Infinita, escrito por Thiago Reis, CEO da Growth Machine. Ele é especialista em prospecção de clientes, ajuda líderes de negócios a transformar seus departamentos de marketing e vendas por meio de processo, metodologias e tecnologia.

Em Demanda Infinita, somos apresentados ao conceito Maquina de Vendas e as suas quatro etapas e como a sua construção pode diferenciar quem cresce em alta velocidade de quem não.

"A demanda é o que faz uma empresa ser pequena ou grande. Dominar sua geração de demanda significa ter total controle sobre a quantidade de pessoas que descobrem que sua empresa existe. Demanda é como o combustível de um negócio: com ela, mesmo uma pequena empresa consegue acelerar muito seu faturamento. Dentro do conceito de estruturação do processo de gerar demanda, existe um conceito mais amplo chamado Máquina de Vendas, que é uma metodologia cujo objetivo é estruturar seu processo de conquista de novos clientes." (Demanda Infinita, p. 9)

THIAGO REIS

Especialista em ajudar líderes de negócios a transformar seus departamentos de marketing e vendas por meio de processo, metodologias e tecnologia. Explorando o poder da prospecção outbound e da geração de leads via inbound, criando receita previsível, estruturando times de Inside Sales e aplicando ciência na área de vendas.

Ele também é fundador da Growth Machine, ele ajuda empresas e vendedores a aumentar sua receita. Ele foi eleito o influenciador de vendas nº1 em 2019 pelo Vendas B2B. Eleito por Gustavo Caetano um dos 10 nomes a serem seguidos no LinkedIn.

Ficha técnica

Título: Demanda Infinita

Volume: 1

Autora: Thiago Reis

Editora: Alta Books

Edição: 1.ª ed, junho 2023

ISBN: 9788550819273

*A **Alta Books** é um selo do Grupo Editorial Alta Books. Há mais de 20 anos de atuação, a casa está sempre se reinventando e investindo no que há de mais relevante e inovador no mercado literário. Consolidada como referência na publicação de obras sobre economia, finanças, informática, idiomas e empreendedorismo, o grupo vem expandindo seu catálogo e áreas de atuação distribuídas atualmente em 6 selos e segmentos editoriais, incluindo Alta Books, Alta Cult, Alta Life, Alta Novel, Alaúde e Tordesilhas.*

Roberto Giannetti faz revelações inéditas em livro de memórias

Lançamento da Matrix Editora resgata a contribuição de um dos maiores economistas do Brasil para acontecimentos que marcaram a história do país

Roberto Giannetti da Fonseca, economista de grande prestígio no Brasil, revisita sua jornada única de vida e revela os bastidores de acontecimentos que marcaram a história política e econômica do país em Penúltimas Memórias, lançamento da Matrix Editora. O livro reúne relatos de episódios vividos de 1995 a 2022 e, muitas vezes, apresenta uma visão inédita desses eventos, contrariando versões de conhecimento público.

Com ineditismo, Giannetti expõe as circunstâncias de um encontro político às vésperas das eleições presidenciais de 2014 que, segundo aponta, poderiam ter mudado os rumos do Brasil. Ele também discute o escândalo do cartel de câmbio que gerou prejuízos aos exportadores brasileiros e avalia o próprio envolvimento no caso Paranapanema, onde passou de herói a vilão e se viu no centro de uma investigação por suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro.

Uma das principais lideranças do movimento de abertura do Brasil para o mercado internacional, o economista detalha reuniões ministeriais e missões oficiais ao exterior. Os momentos de crise, em que precisou agir com dedicação e espírito público, também ganham destaque nas páginas dessa obra que não tem o intuito de ser uma biografia e nem marcar o ponto final de uma trajetória de sucesso e grandes realizações.

Expor suas memórias e sua versão pessoal dos fatos narrados é como se expor às críticas e aos elogios que virão. Ambos serão bem-vindos, pois o importante é que elas tenham sido registradas e lidas. Penúltimas memórias é um título que deixa implícito que novas memórias ainda estão em fase de gestação e amadurecimento, e ao mesmo tempo remete a uma visão da integridade de minhas memórias agora reveladas, ao se entender que a memória é a versão individual dos fatos, provavelmente diferente das memórias dos demais personagens que permeiam os eventos e acontecimentos que aqui serão revelados.

(Penúltimas Memórias, pág. 17)

Referência na área de Relações Internacionais e Comércio Exterior, Giannetti foi Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), vinculada à Presidência da República no governo de Fernando Henrique Cardoso, diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX).

Compilado sincero de lembranças que proporcionam uma experiência enriquecedora e cativante, Penúltimas Memórias é leitura fundamental para acessar uma perspectiva única de grandes acontecimentos, contados por alguém que esteve intimamente envolvido com eles. Um convite para uma viagem no tempo, um mergulho nas experiências vividas por Giannetti e a oportunidade de aprender com o passado para enfrentar desafios futuros.

Roberto Giannetti da Fonseca é economista formado pela USP. Foi diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) vinculado à Presidência da República no governo de Fernando Henrique Cardoso, e presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX).

Apostar em novos talentos, formatos e leitores. Essa é a marca da Matrix Editora, desde a sua fundação em 1999. A Matrix é hoje uma das mais respeitadas editoras do país com quase 1.000 títulos publicados e oito novos lançamentos todos os meses. A editora se especializou em livros de não-ficção, como biografias e livros-reportagem, além de obras de negócios, motivacionais e livros infantis. Os títulos editados pela Matrix são distribuídos para livrarias de todo o Brasil.

Ficha técnica

Livro: Penúltimas Memórias - Os primeiros vinte anos do século XXI na visão de um dos mais atuantes economistas brasileiros

Autoria: Roberto Giannetti da Fonseca

Editora: Matrix Editora

ISBN: 978-65-5616-352-9

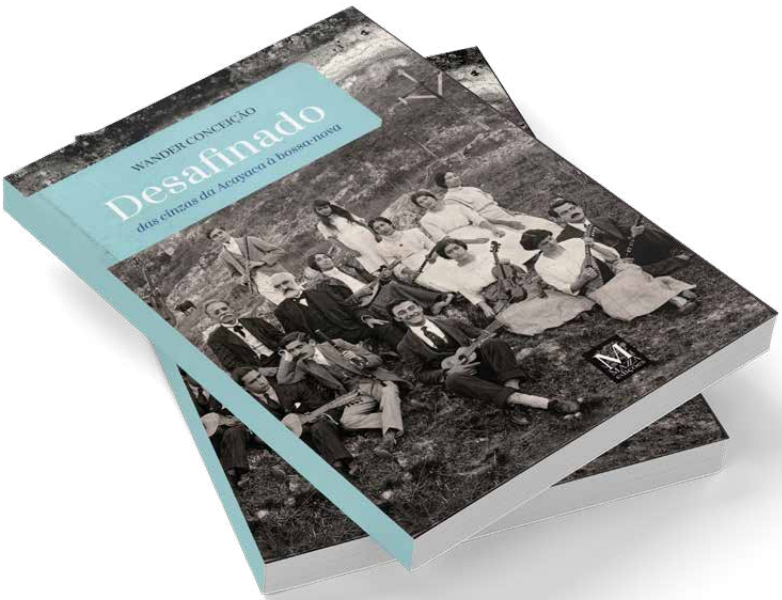
Páginas: 392

Preço: R$ 85,0

Onde encontrar: Matrix Editora e Amazon

A Bossa Nova e João Gilberto em Diamantina

Itamar de Oliveira
Jornalista e escritor



A partir de agora, após a leitura do livro "Desafinado: das cinzas do Acayaca à bossa- nova" do escritor Wander Conceição, sou obrigado a reconhecer que Diamantina , a patriazinha de dos mestres Ayres e Edgar da Mata-Machado e do inesquecível presidente JK, juntamente com Ouro Preto, Bom Despacho , Porto Seguro e Paris é um lugar abençoado por todos os deuses do Olimpo. E nós, pobres mortais, especialmente o jornalista Ruy Castro, autor de monumentais registros literários e biográficos, temos a obrigação de reconhecer que Diamantina não é um retrato na parede.

Sem desafinar e, com a régua e o compasso do garimpo diamantinense, Wander Conceição é um estudioso, pesquisador, entrevistador dedicado e apaixonado pelas paisagens, personagens e pessoas simples que desfilam ontem e sempre nas capistranas de Diamantina. Conforme assinala o professor de História, Marcos Lobato Martins, o trabalho de Wander Conceição revela que o tempo vivido em Diamantina pelo músico, intérprete e compositor João Gilberto alimentou as inquietações artísticas e existencial de um dos maiores ícones da música popular brasileira.

Novos ares para a Atenas do Norte
A Diamantina que João Gilberto vivenciou estava em busca de nova identidade.

A juventude desejava caminhar na trilha aberta pelas grandes metrópoles internacionais valorizando uma cultura universalizadora que os veículos de comunicação colocavam ao alcance de uma nova safra de meninos e meninas .Ritmos quentes e efervescentes embalavam as noites de sábado e as tardes de domingo. A Faculdade Federal de Odontologia havia tomado o lugar do antigo seminário lazarista como farol de uma nova cultura.

O livro de Wander Conceição que poderia ser um registro temporal da passagem de João Gilberto pela seresteira Diamantina de JK, acabou se tornando um painel muito bem feito da história social da cultura do norte e nordeste de Minas Gerais.

Wander, em nenhum momento, esconde que está emocionalmente orgulhoso de contar uma história na qual ele também é ator e autor.

Para quem se interessa pelo conhecimento e o reconhecimento do papel da Igreja Católica e dos discípulos de São Vicente de Paulo na formação do clero e das elites políticas do Brasil, o livro de Wander Conceição é uma referência importante. Alguns episódios da vida de JK surgem naturalmente ao longo da narrativa. O Peixe Vivo está eternizado na memória e na história de Diamantina.

E, como bom pesquisador, Wander Conceição nos revela uma imensa fonte de informações ao compartilhar os caminhos que percorreu para escrever o Desafinado. Quem editou muito bem o livro foi a Mazza Edições, reconhecida pelo trabalho editorial que realiza em prol da cultura popular de Minas Gerais.

São mais de 600 páginas, com excelente diagramação, material fotográfico de alta qualidade e um texto que vale a pena ler, reler e avisar a quem gosta de saborear a arte mineira de garimpar ouro, diamante e afeto.

A posição dos credores e a recuperação da empresa

De acordo com Paulo Fernando Campos Salles de Toledo - Professor de Direto Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo; Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Recuperação de Empresas – IBR Advogado, Árbitro, e Consultor Jurídico de Empresas- "José Anchieta da Silva não é um só, é um múltiplo. Sua personalidade não se esgota numa definição. Sua atividade não se limita a uma única. São vários campos, e não se pode dizer que um deles se sobressai aos demais. Em cada um deles sua dedicação é a mesma e o resultado é igual: sucesso.

Anchieta acaba de nos dar mais um exemplo do que acima se disse. Acabou de se doutorar na prestigiosa Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Defendeu sua tese perante uma banca formada por sete professores, formada não somente por docentes da escola em que cumpriu os créditos para o doutoramento e teve sua orientação acadêmica, mas também por juristas da Universidade de Coimbra e da Universidade Católica de Lisboa. Foi aprovado por unanimidade, com nota máxima e distinção.

Este livro, a ser publicado no Brasil e em Portugal, é exatamente o espelho da tese, sem alterações, até porque nada havia a ser modificado. Tem por objeto o direito português, como normatizado no moderno Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Seus ensinamentos aplicam-se, com proveito, ao direito brasileiro, tanto no tocante à recuperação (judicial ou extrajudicial) como à falência.

O Autor nos mostra, com clareza e sistematização, a mais atualizada visão a respeito das empresas em crise. Demonstra o papel atribuído aos credores, que de simples expectadores passaram a ser relevantes protagonistas na reconstrução da empresa em dificuldades financeiras ou econômicas.

O sistema português do direito da insolvência serve, à perfeição, para que se tenha dessa disciplina a ótica correspondente às necessidades de nosso tempo. A atividade desenvolvida pelas empresas não pode cessar diante de obstáculos que podem ser ultrapassados. Se ela tiver condições de ser recuperada e voltar a participar ativamente do mercado, o direito deve fornecer-lhe o instrumental adequado. Apenas as inviáveis devem ser afastadas.

É interessante notar, como o Au-

tor ressaltou, que o próprio nome dado ao diploma português já mostra a sua finalidade: Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas - CIRE. Ou seja, não se dirige somente à insolvência, qualificada como a situação em que "o devedor se encontra impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas" (art. 3º, n. 1, do CIRE), mas cuida igualmente da recuperação de empresas.

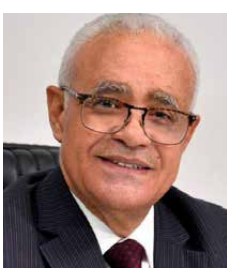
Cabe ainda notar que o CIRE dedica um capítulo próprio ao "processo especial de revitalização - PER", que se destina "a permitir ao devedor que, comprovadamente, se encontre em situação econômica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja suscetível de recuperação, estabelecer negociações com os respectivos credores de modo a concluir com este acordo conducente à sua revitalização" (art. 17ª-A, n. 1, do CIRE). Como se vê, a preocupação do legislador português vai além da crise já existente, para buscar, antes que ela venha a ocorrer, solução dos problemas, de modo a que se concluam as negociações com a aprovação do plano de recuperação conducente à revitalização do devedor (cf. art. 17º-F, do CIRE).

à insolvência, que deixa de ser apenas um procedimento de liquidação (que naturalmente continua existindo, mas reservado às empresas inviáveis, para as quais se justifica seu afastamento do mercado), para igualmente projetar-se para a recuperação. Esta possibilidade existe no direito brasileiro, mas de modo talvez ainda um tanto tímido, ao passo que no direito português se reveste de uma alternativa consistente.

O CIRE prevê expressamente, no processo de insolvência, ao tratar do respetivo plano, a apresentação de um plano de recuperação, destinado à manutenção da atividade da empresa, conduzida pelo devedor ou por terceiro. Tudo isso se faz com a ativa participação dos credores. A massa insolvente (no Brasil chamada a massa falida) pode, pois, ensejar a recuperação da empresa.

Anchieta trata do assunto com propriedade e maestria e oferece aos cultores do Direito (magistrados, professores, advogados, promotores de justiça, administradores judiciais), e a todos os que se defrontam com as crises de empresas (devedores ou credores, empresários, consultores, reestruturadores, contadores), um rico manancial de informações atualizadas. Recomendo vivamente a leitura desse livro a todos os queiram ter uma visão moderna da matéria aqui versada."

Com o presente estudo se demonstrará que, no Código de Insolvência de Portugal, fio condutor da pesquisa, está a valorização (uma quase recomendação) da utilização das medidas de recuperação, previstas em seu texto desde a petição inicial da ação de insolvência, até a fase de liquidação de ativos (uma porta sempre aberta), oportunizando a recuperação da emprese existente na massa insolvente. Está clara a mudança de paradigma. Numa prospecção histórica e transversal, verifica-se que, sobre o tema, diferenças à parte, ordenamentos jurídicos filiados ao sistema common law e ordenamentos filiados ao sistema da Civil Law mutuamente se copiaram e se copiam, revelando-se, em virtuosos movimentos, mais aproximações do que distanciamentos. O Direito da insolvência tem se revelado, por causas tais, um exemplo do Direito em movimento. Como objetivo, no presente estudo, se demonstrará, com a mudança de paradigma no ordenamento português, que a recuperação da empresa existente na massa insolvente passou a ser mais valorizado do que as soluções voltadas para a liquidação de seus ativos (solução daquele Direito velho, sem criatividade). O protagonismo dos credores (sua posição), a partir da declaração da insolvência, até o término do processo, está presente num conjunto de atitudes de deliberações e nele se contém a chave de solução (sempre singular) para uma insolvência posta. Como resultado da investigação se terá a ressignificação do vocábulo recuperação e a expressão recuperação judicial da empresa existente na massa insolvente. A liquidação da massa já de ser liquidação residual (tanto mais residual quanto possível) liquidando aquilo que, efetivamente, não seja elemento de empresa. Disso resulta, também, uma ressignificação do que seja massa insolvente, admitindo nela a existência de um complexo vivo, com um coração que ainda pulsa.



José Anchieta da Silva é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Advogado, Mestre em Direito pela Mesma Faculdade, Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Especialista em História do Direito pela mesma Faculdade. Ex-presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Conselheiro do Instituto Brasileiro de Estudos de Recuperação de Empresas – IBR, em São Paulo. Ex-professor (concursado) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), E DA Faculdade de Direito Milton Campos. Conselheiro e Fundador da Federação dos Institutos de Advogados do Brasil. Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas. Presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas. Sócio Fundador da José Anchieta da Silva Advocacia – JASA.

ANUNCIE NA MELHOR

REVISTA DE ECONOMIA
FEITA EM MINAS, AGORA
EM TODO O BRASIL

5,26 MILHÕES

de visualizações/ mês, de acordo com o Google Search

Com 30 anos de tradição, a MercadoComum expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seleto público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das médias e grandes empresas.

Divulgue sua empresa para quem decide os negócios!

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 28 anos, o Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- MC há 29 anos promove o Ranking de Empresas de Minas Gerais e realizará em 2023 o 25º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – Minas Gerais.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar - CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG
Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474